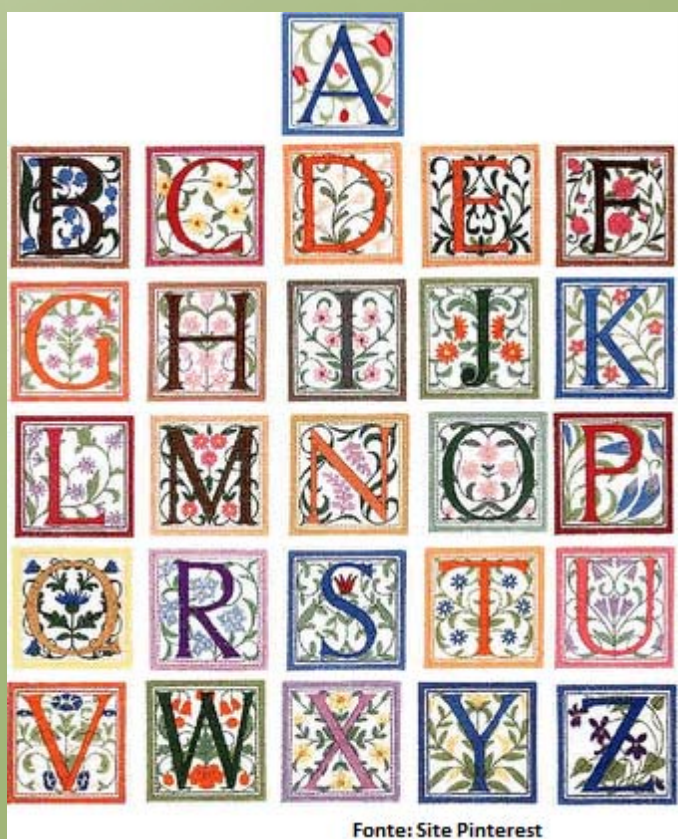


OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS VOLUME VII

Ieda Maria Alves
João Henrique Lara Ganança
(Organizadores)

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS. Volume VII



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Vahan Agopyan
Vice-Reitor: Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Maria Arminda do Nascimento Arruda
Vice-Diretor: Paulo Martins

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Vice-Chefe: Mário César Lugarinho

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral: Ieda Maria Alves

Revisão: Ieda Maria Alves
João Henrique Lara Ganança

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aderlande Pereira Ferraz
Antonio Luciano Pontes
Beatriz Daruj Gil
Bruno Oliveira Maroneze
Claudio Cesar Henriques
Elis de Almeida Cardoso
Huélinton Cassiano Riva
Ieda Maria Alves
Mariangela de Araújo

**OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS
VOLUME VII**

Ieda Maria Alves
João Henrique Lara Ganança
(*Organizadores*)

**OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES
PERSPECTIVAS.
Volume VII**

FFLCH/USP

São Paulo, 2018

DOI: 10.11606/9788575063262

Copyright © 2018 Dos organizadores

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E82 Os estudos lexicais em diferentes perspectivas [recurso eletrônico] :
volume VII / organizado por Ieda Maria Alves, João Henrique Lara
Ganança. – São Paulo : FFLCH/USP, 2018.
7198,72 Kb; PDF. (Os estudos lexicais em diferentes perspectivas ; v.
VII)

ISBN 978-85-7506-326-2

DOI: 10.11606/978857506326-2

1. Linguística. 2. Lexicografia (análise). 3. Tradução (análise). I. Alves,
Ieda Maria, coord. III. Ganança, João Henrique Lara, coord.

CDD 410

Elaborada por Charles Pereira Campos / CRB-8: 8057

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a
fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Ficha técnica

Revisão

Ieda Maria Alves
João Henrique Lara Ganança

Projeto Gráfico de Capa

João Henrique Lara Ganança

Projeto Gráfico de Diagramação

Gabriel Isola-Lanzoni

SUMÁRIO

Apresentação	
<i>Ieda Maria Alves</i>	7
▪ Aprender a usar o dicionário: reflexões sobre as <i>instruções de uso</i> em dicionários de espanhol para aprendizes brasileiros	
<i>Odair Luiz Nadin, María Teresa Fuentes Morán</i>	9
▪ De volta à(a) gramática, tema urgente	
<i>Claudio Cezar Henriques</i>	23
▪ Pensando a tradução de línguas minoritárias	
<i>Solange Peixe Pinheiro de Carvalho</i>	31
▪ Aspectos morfolexicais dos prefixos <i>super-</i> e <i>não-</i> no português brasileiro contemporâneo	
<i>João Henrique Lara Ganança</i>	40
▪ Taxionomia do Vale do Caí: interfaces entre tecnologia, léxico e cultura	
<i>Arthur Marques de Oliveira, Odair José Silva dos Santos, Vanessa Christ</i> .	54
▪ Criação lexical em Manoel de Barros: estudo com prefixos e sufixos em turmas do Ensino Fundamental	
<i>Jussara Brito de Souza</i>	63
▪ A elaboração de definições para um dicionário terminológico das Ciências Naturais	
<i>Mariângela de Araújo, Ariane Vicente Mota</i>	74
▪ Um estudo da evolução semântica do termo “casamento” no domínio jurídico brasileiro à luz da terminologia diacrônica	
<i>Beatriz Curti, Lidia Almeida Barros</i>	82
▪ Representações nos percursos conceptual-terminológico e terminológico-conceitual: a área de Educação do Campo	
<i>Fernanda Mello Demai</i>	97
▪ Neologismos na Ciência da Informação	
<i>Jéssica Câmara Siqueira</i>	114
▪ Sobre a terminologia dos equipamentos médicos utilizados nas unidades de terapia intensiva (UTIs): o caso dos nebulizadores e dos ventiladores pulmonares	
<i>Pâmela Teixeira Ribeiro</i>	128

- Descrição e análise do neologismo semântico veiculado por *banners* da área da publicidade
Sebastião Camelo da Silva Filho..... 143
- O tupi como ferramenta para o ensino da ortografia
Maria Ângela Padovani..... 153

APRESENTAÇÃO

Ieda Maria ALVES
 Universidade de São Paulo
iemalves@usp.br

Este volume, o sétimo de *Os Estudos lexicais em diferentes perspectivas*, constitui um conjunto de treze textos representativos dos variados aspectos que caracterizam os estudos do Léxico.

Os dois primeiros textos proporcionam-nos lúcidas reflexões sobre as relações entre Léxico, Ensino e Gramática. Em *Aprender a usar o dicionário: reflexões sobre as instruções de uso em dicionários de espanhol para aprendizes brasileiros*, Odair Luiz Nadin e Maria Teresa Fuentes Morán expõem reflexões sobre como são (ou se são) apresentadas as instruções de uso em oito dicionários bilíngues no par de línguas português e espanhol para aprendizes brasileiros. Claudio César Henriques, no texto intitulado *De volta à(a) gramática, tema urgente*, propõe questões e reflexões sobre o tema “gramática e ensino”, enfatizando o papel da Sociolinguística no ensino da língua portuguesa.

Com enfoque nos estudos da Tradução, o texto escrito por Solange Peixe Pinheiro de Carvalho, intitulado *Pensando a tradução de línguas minoritárias*, apresenta um estudo multidisciplinar da linguagem do escritor italiano Andrea Camilleri. Baseado em pressupostos teóricos da Estilística, da Morfologia e da Análise do Discurso, o estudo analisa uma tradução comercial de um texto desse escritor.

Três textos são dedicados aos estudos da Lexicologia. O texto apresentado por João Henrique Lara Ganança, intitulado *Aspectos morfolexicais dos prefixos super- e não- no português brasileiro contemporâneo*, estuda o emprego do prefixo intensivo *super-* e do prefixo negativo *não-* empregados em *blogs* veiculados pela internet, com o intuito de observar a que bases se anexam e que sentido imprimem a essas bases. Em *Taxionomia do Vale do Caí: interfaces entre tecnologia, léxico e cultura*, os autores Arthur Marques de Oliveira, Odair José Silva dos Santos e Vanessa Christ apresentam considerações sobre o “Projeto Onomástica do Vale do Caí (OVAL)”, que cumpriu a finalidade de registrar e analisar os antropônimos e topônimos das localidades pertencentes ao vale, localizado em região próxima à zona metropolitana de Porto Alegre. Jussara Brito de Souza, em *Criação lexical em Manoel de Barros: estudo com prefixos e sufixos em turmas do Ensino Fundamental*, estuda o emprego de prefixos e sufixos em poemas de Manoel de Barros, enfatizando a importância de se estimular os alunos a refletirem a respeito da importância da formação de palavras para a manifestação de efeitos expressivos.

A subárea da Terminologia é representada, neste volume, por seis textos. Em *A elaboração de definições para um dicionário terminológico das Ciências Naturais*, Mariângela de Araújo e Ariane Vicente Mota explicitam os critérios utilizados para a elaboração de definições terminológicas relativas a termos das Ciências Naturais, com base em um corpus constituído por livros didáticos. Beatriz Curti e Lidia Almeida Barros analisam, em *Um estudo da evolução semântica do termo “casamento” no domínio jurídico brasileiro à luz da terminologia diacrônica*, a evolução semântica do

termo *casamento* no domínio do Direito e o reflexo dos aspectos socioculturais dessa evolução observado no contexto brasileiro. Em *Representações nos percursos conceptual-terminológico e terminológico-conceptual: a área de Educação do Campo*, Fernanda Mello Demai estuda aspectos da terminologização da área da Educação do Campo e a metodologia de apresentação visual dos conceitos dessa área, sob forma de mapas conceituais. Enfocando a neologia em uma área terminológica, Jéssica Câmara Siqueira, em *Neologismos na Ciência da Informação*, identifica as principais áreas de interface que atuam para a constituição da Ciência da Informação e os neologismos decorrentes dessa interação. Pâmela Teixeira Ribeiro, no texto *Sobre a terminologia dos equipamentos médicos utilizados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs): o caso dos nebulizadores e dos ventiladores pulmonares*, analisa a terminologia de equipamentos médicos utilizados em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) com base em termos extraídos de manuais de empresas fabricantes desses produtos. Ainda no âmbito da Terminologia, o texto escrito por Sebastião Camelo da Silva Filho, intitulado *Descrição e análise do neologismo semântico veiculado por banners da área da publicidade*, analisa um corpus constituído por *banners* publicitários, coletados em sites da internet de 2010 a 2016, observando, nesses sites, a articulação e a interação entre linguagem verbal e linguagem visual.

Reflexões didáticas caracterizam o texto escrito por Angela Maria Padovani, intitulado *O tupi como ferramenta para o ensino da ortografia*, que propõe o estudo do léxico tupi, presente no acervo lexical do Português Brasileiro, como uma ferramenta auxiliar de superação de problemas de aquisição da escrita ortográfica por parte de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental II.

A todos os leitores, uma boa leitura.

Dezembro de 2017

APRENDER A USAR O DICIONÁRIO: REFLEXÕES SOBRE AS INSTRUÇÕES DE USO EM DICIONÁRIOS DE ESPANHOL PARA APRENDIZES BRASILEIROS

Odair Luiz NADIN
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
odairnadin@fclar.unesp.br

María Teresa FUENTES MORÁN
Universidad de Salamanca (USAL)
tfuentes@usal.es

RESUMO: A consideração do dicionário como material didático complementar nos processos de ensino e de aprendizagem de línguas tem ganhado espaço na didática das línguas em consonância com a evolução atual das teorias que a sustentam, sejam estas de caráter comunicativo, intercultural, sociocultural. Para que o docente e o aprendiz possam tirar maior proveito da obra lexicográfica, faz-se necessário que possuam certa consciência do “para que a obra serve”, “como ela funciona”, “o que se pode esperar dela”. Para tanto, as *instruções de uso* que costumam figurar entre os gêneros discursivos presentes nos dicionários são essenciais. Assim, apresentamos no presente texto uma descrição analítica de como são (ou se são) apresentadas as instruções de uso em oito dicionários bilíngues no par de línguas português e espanhol para aprendizes brasileiros (*Esencial*, 2006; *Santillana/ Moderna*, 2008; *FTD/ Edelvives*, 2014, entre outros). O objetivo da análise é, por um lado, discutir se as instruções possuem características do gênero prescritivo/ instrucional e, por outro se, independentemente da forma como são apresentadas as informações, podem contribuir ao efetivo uso didático da obra lexicográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero discursivo; Instrução de uso; Dicionário bilíngue; Língua Espanhola; Aprendizes brasileiros.

INTRODUÇÃO

A consideração do dicionário como material didático complementar no processo de ensino e aprendizagem de línguas tem ganhado espaço na didática das línguas em consonância com a evolução atual das teorias que a sustentam, sejam estas de caráter comunicativo, intercultural ou sociocultural. Assim, o dicionário, independentemente do suporte – papel, CD-ROM, DVD, online, aplicativo – tem sido considerado como parte do conjunto de materiais didáticos, como os livros de texto, manuais, gramáticas, por exemplo, de apoio ao trabalho docente e tem como suporte teórico-metodológico a Lexicografia Pedagógica.

A Lexicografia Pedagógica, por sua vez, encontrou seu lugar no panorama metalexigráfico atual e a produção de dicionários orientados ao ensino e à

aprendizagem de línguas experimenta uma contínua evolução (GARCÍA PLATERO; CASTILLO CARBALHO, 2010; ALVAR EZQUERRA, 2003; MARTÍN GARCÍA, 1999; MARTÍNEZ EZQUERRO, 2001). Superada, ao menos teoricamente, a discussão sobre a pertinência da dicotomia dicionário ativo/ dicionário passivo, no caso dos dicionários bilíngues, o que se busca atualmente é dotar o dicionário de traços característicos que ampliem e potencializem seu valor didático (NADIN, 2013); isto é, o aprendiz deve encontrar na obra lexicográfica informações suficientes que, além de ajudá-lo na resolução de um problema pontual, possam contribuir em seu processo de aprendizagem.

Para que o docente e o aprendiz possam tirar maior proveito da obra lexicográfica, faz-se necessário que ele possua certa consciência do ‘para que a obra serve’, ‘como ela funciona’, ‘o que se pode esperar dela’ etc. Para tanto, as *instruções de uso* que costumam figurar entre os gêneros discursivos presentes nos dicionários são essenciais. As *instruções de uso* fazem parte do gênero do prescrever e do instruir.

Temos, portanto, no presente texto, o objetivo de desenvolver reflexões sobre um dos possíveis gêneros discursivos que formam o conglomerado textual (WIEGAND; FUENTES MORÁN, 2009) que é o dicionário. O dicionário, entendido como texto, possui em seu interior alguns gêneros que são, ou deveriam ser, canônicos e dá à obra lexicográfica a “estrutura relativamente estável” que determina um dado gênero. É impensável, por exemplo, um dicionário sem o verbete que, por sua vez, possui sua estrutura facilmente identificável.

López Ferrero e Martín Peris (2013, p. 99 (1), TN) definem os gêneros como “formas estereotipadas de comunicação que reconhecemos por suas características fundamentalmente pragmáticas [...] ao serem empregados de forma habitual em determinadas situações de comunicação” (2). Ainda segundo os autores, “para cada situação de comunicação dispomos de gêneros do discurso diferentes”.

Os gêneros do discurso são classificados em cinco categorias: (i) argumentativos, (ii) narrativos, (iii) descritivos, (iv) expositivos e (v) prescritivos ou instrucionais. Sob a denominação de gênero discursivo prescritivo ou instrucional agrupam-se todos aqueles textos que possuem a finalidade de prescrever ou dar orientações/ instruções ao leitor para que este possa desenvolver ações, como, por exemplo, as receitas de culinária, os manuais de instrução de equipamentos eletrônicos, as bulas de remédios e as instruções de como usar um dicionário e encontrar nele a informação que se busca. As obras lexicográficas costumam apresentar algum tipo de instrução de uso que possuem, ou deveriam possuir, as características relativamente estáveis do texto instrucional.

Um texto prescritivo/ instrucional tem por finalidade, como dito antes, de orientar ou ensinar o leitor a fazer algo e, em geral, possui verbos no imperativo, é apelativo, objetivo e persuasivo. Entretanto, embora possuam estruturas relativamente estáveis, López Ferrero e Martín Peris (2013) salientam que são categorias abertas e históricas, culturais e que podem inclusive mudar, não somente de forma de uso, mas também com relação às suas características definitórias.

Dessa forma, podemos dizer, por exemplo, que os prolegômenos presentes em dicionários dos séculos XVIII e XIX, que se caracterizavam quase como (e às vezes como) verdadeiros manuais de Lexicografia, com a modernidade e a rapidez com que a sociedade necessita da informação e a exige, fez com que esses textos assumissem muitas vezes outras formas, inclusive acompanhadas por imagens, como será descrito mais adiante.

Assim, o dicionário entendido como um conglomerado textual se adapta, sobretudo o dicionário dirigido a aprendizes, a essas necessidades do homem moderno, buscando tornar os gêneros que o compõem mais dinâmicos.

É nesse ponto que se articula a questão do texto instrucional com o dicionário. A obra lexicográfica, que podemos considerar objetivo cultural (LARA RAMOS, 1997; MALDONADO GONZÁLEZ, 1998; PORTO DAPENA, 2002), não é em princípio uma ferramenta desconhecida. O conhecimento mais ou menos profundo desta forma de conglomerado textual (WIEGAND; FUENTES MORÁN, 2009) depende geralmente da experiência do usuário, em muitos casos iniciada no âmbito escolar, de sua formação, de seus interesses, e das mais variadas circunstâncias individuais. Por isso, como no caso de outras ferramentas, o habitual é que o usuário consulte uma obra lexicográfica de forma intuitiva e trate de *decifrar* a informação presente nela sem excessiva preparação previa. E, em princípio, assim deve ser. Grande parte da qualidade formal de um dicionário radica na facilidade de uso, na facilidade com que o usuário encontra uma resposta satisfatória a suas necessidades (FUENTES MORÁN; GARCÍA PALACIOS; TORRES DEL REY, 2005).

De fato, as tradições lexicográficas das duas línguas tratadas aqui, o espanhol e o português, não mostram na prática diferenças significativas, o que contribui a que o usuário confirme em suas consultas uma sensação de familiaridade com os dicionários. Entretanto, como docentes e como usuários de dicionários, experimentamos mais de uma vez casos de consultas frustradas, nem sempre atribuíveis à qualidade do dicionário, mas também, por exemplo, a erros na interpretação dos dados que se encontram nele. No contexto de aprendizagem de espanhol no Brasil, o que observamos é que em geral não se costuma tirar maior proveito das informações presentes nos dicionários porque os aprendizes e, muitas vezes os docentes, não sabem como usá-los de maneira mais adequada.

Junto à maior ou menor experiência no uso de dicionários e às semelhanças reais que encontramos nos dicionários das duas línguas em questão, fruto tanto das características genéricas do “conglomerado textual dicionário” como da estreita relação entre o espanhol e o português, os problemas que costumam aparecer no uso dos dicionários se encontram nas características próprias de cada obra. Referimo-nos, por exemplo, às formas de ordenação das acepções, às abreviaturas utilizadas, à interpretação dos símbolos ou aos tipos de letra, ou seja, às formas gerais, condensadas ou não, de apresentação das informações lexicográficas (FUENTES MORÁN; NADIN, 2016), cujo significado parece não ser deduzido intuitivamente de forma correta por todos os usuários, razão pela qual seria **necessária uma adequada forma de instrução** em cada dicionário.

No presente texto, estudamos as partes introdutórias de um conjunto de dicionários bilíngues no par de línguas português e espanhol, tidos como direcionados para aprendizes brasileiros, a fim de identificar as formas de instrução existentes (se existem) e desenvolver uma análise de seu potencial didático.

O objetivo que temos é observar de forma analítica e comparativa quais são os conteúdos e os mecanismos de instrução sobre o uso dos dicionários. Isso pode pôr em evidência tanto as formas discursivas que apresentam estes textos, quanto as possíveis dificuldades que os usuários poderiam encontrar nelas. Tais fatos podem orientar atuações na didática do uso do dicionário tanto do ponto de vista do uso propriamente dito quanto da elaboração de atividades que orientem esse uso. Ademais, pode servir de base para a elaboração de novas obras lexicográficas.

Os dicionários analisados são:

- Michaelis Dicionário escolar espanhol. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016. (MELHORAMENTOS, 2016)
- Diccionario Edelvives - Español-Portugués/ Português-Espanhol. São Paulo: FTD, 2014. (FTD/ EDELVIVES, 2014)
- Novo dicionário Santillana para estudantes. 2 ed. São Paulo: Santillana/ Moderna. 2008. (SANTILLANA/ MODERNA, 2008)
- Dicionário Escolar Espanhol. Espanhol-Português/ Português-Espanhol. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (MARTINS FONTES, 2010)
- Minidicionário espanhol-português/ português-espanhol. Eugenia Flavian; Isabel Gretel Fernández. 19 ed. revisada e atualizada. São Paulo: Ática, 2009. (ÁTICA, 2009)
- Minidicionário Saraiva espanhol-português/ português-espanhol. 7 ed. São Paulo: Saraiva. 2009. (SARAIVA, 2009).
- Minidicionário Bilíngue Prático Espanhol-Português/ Português-Espanhol. Curitiba: Positivo, 2008. (POSITIVO, 2008)
- Diccionario Esencial Español-portugués/ português-espanhol. Francisco Moreno; Neide Maia González. Madrid: Arco/ Libros S.L, 2006. (ARCO/ LIBROS, 2006)

Os dicionários analisados foram publicados entre os anos de 2006 e 2016, período de grande expansão no ensino e na aprendizagem da língua espanhola no Brasil. Essa expansão, aliada a questões de política externa, sobretudo com os países do Mercosul, motivou a criação da Lei 11.161/2005 que instituía a oferta obrigatória da disciplina língua espanhola no Ensino Médio e oferta facultativa para o ensino fundamental nas escolas brasileiras (3).

As obras em questão são usadas no ensino de espanhol no Brasil e o usuário ao qual se destinam aparece de forma mais ou menos explícita em cada uma delas. Entretanto, pode-se considerar que em todas há uma referência implícita a esses possíveis usuários haja vista que elas foram publicadas por editoras brasileiras ou em colaboração com editoras espanholas ou, ainda, no caso específico do *Diccionario Esencial*, publicado por editora espanhola com a participação de docentes brasileiros.

Cada obra, como dito antes, refere-se ao seu possível usuário de alguma forma, a saber:

Dicionário	Referência ao possível usuário
Michaelis (2016)	[...] este dicionário se propõe a despertar no estudante brasileiro a percepção para o rico vocabulário espanhol, com as informações importantes e necessárias ao domínio do idioma. (p. vii)
FTD/ Edelvives (2014)	[...] <i>pretende ser una referencia y una herramienta práctica para los brasileños que desean involucrarse en el estudio de la lengua española.</i> (p. vii)
Santillana/ Moderna (2008)	Idealizamos este dicionário como um instrumento orientado

	a facilitar aos estudantes brasileiros a compreensão da língua espanhola. (p. vii)
Martins Fontes (2010)	Não faz menção explícita ao usuário.
Ática (2009)	É um instrumento de consulta especialmente elaborado para estudantes brasileiros de nível médio. (p. 8)
Saraiva (2009)	Não faz menção explícita ao usuário.
Positivo (2008)	Para auxiliar o estudante da língua espanhola em sua aprendizagem [...]. (p. 5)
Arco/ Libros (2006)	<i>El DE pretende ser una obra para consulta rápida, fácil de manejar y de llevar, por lo que puede resultar especialmente útil a los estudiantes de español y de portugués como lenguas extranjeras, aunque también será de utilidad a todos aquellos que necesiten información sucinta y equivalencias léxicas desde y hacia ambas lenguas.</i> (p. 7)

Tabela 1: Indicação dos possíveis usuários nas diferentes obras analisadas

Quatro das oito obras analisadas – *Michaelis*, *FTD/ Edelvives*, *Santillana/ Moderna e Ática* – o possível usuário é explicitamente citado e se limita ao estudante brasileiro de língua espanhola. O *Santillana/ Moderna* acrescenta uma referência à função concreta atribuída ao dicionário – a compreensão da língua espanhola:

Idealizamos este dicionário como um instrumento orientado a facilitar aos **estudantes brasileiros a compreensão da língua espanhola**. Seus dois *corpora*, Espanhol/ Português e Português/ Espanhol, servem a essa intenção, ainda que, como acontece geralmente com os dicionários bilíngues, seja dado maior destaque à língua que se está aprendendo, em nosso caso, o espanhol (SANTILLANA/ MODERNA, 2008, p. vii, grifo nosso).

Positivo (2008) faz menção ao estudante da língua espanhola, sem mencionar a nacionalidade ou a língua materna do usuário e *Arco/ Libros* salienta que a obra pode ser “especialmente útil aos estudantes de espanhol e de português como línguas estrangeiras” e abre a possibilidade de que “possa ser útil também a todos aqueles que necessitem informação sucinta e equivalências referentes às duas línguas”. As outras duas obras analisadas (Martins Fontes e Saraiva) não fazem referências explícitas ao destinatário no interior das obras.

Passamos, na sequência, a exemplos concretos extraídos das partes preliminares das obras aqui analisadas.

COMPONENTES DAS PARTES PRELIMINARES

No quadro abaixo, pode-se observar as partes preliminares recolhidas em cada dicionário, com o número de página que ocupa cada uma (4). Marcamos com um asterisco aqueles componentes aos quais pode ser atribuída uma função direta relacionada com o uso do dicionário (5).

Dicionário	Partes da obra	Nº de páginas	Dicionário	Partes da obra	Nº de páginas
Michaelis (2016)	* Prefácio	1	FTD/ Edelvives (2014)	Introdução	1
	* Organização do dicionário	4		* Lista de siglas e abreviaturas	1
	* Transcrição fonética do espanhol	3		* Características e organização dos vocábulos	1
	* Transcrição fonética do português	2		* <i>Características y organización de las vocês</i>	1
	* Abreviaturas usadas neste dicionário	4			
	Total	14		Total	4
Positivo (2008)	Apresentação	1	Saraiva (2009)	Sumário	1
	Sumário	1		* Estrutura do dicionário	2
	* Como usar este dicionário			* Abreviaturas	2
	- Espanhol/ Português	1		Compêndio gramatical	8
	- Português/ Espanhol	1		* Lista de símbolos fonéticos utilizados	1
	* Abreviações				
	- Espanhol/ Português	1			
	- Português/ Espanhol	1		Total	14
Santillana/ Moderna (2008)	* Apresentação	1	Ática (2009)	Sumário	1
	* Como está estruturado este dicionário	5		Espanhol ou Castelhana	2
	* Lista de abreviaturas utilizadas neste dicionário	2		* Que oferece este dicionário	
	O alfabeto espanhol	1		- Espanhol/ Português	3
	Os dígrafos	1		- Português/ Espanhol	1
				Sinais gráficos	1
				Alfabeto	1
				Divisão silábica	1
				Quadro fonológico	5
				Acentuação gráfica	4
Total	10	Abreviaturas	3		
Martins Fontes (2010)	Cómo utilizar el dicionário	1	Arco/ Libros (2006)	Índice	1
	Como utilizar o dicionário	1		Apresentação	2
	Índice	1		Abreviaturas e Símbolos	3
	A pronúncia espanhola	3		Guía de uso Español Portugués	1
	Símbolos fonéticos do português do Brasil	1		Guia de uso Português-Espanhol	1
	Total	7		Total	8

Tabela 2: Descrição dos componentes do *Front Matter* dos dicionários analisados

O estilo linguístico utilizado, em geral, pode ser qualificado como relativamente formal. Entretanto, apesar dessa característica, encontramos algumas exceções nas quais há uma tentativa de esclarecer e/ ou aproximar o texto ao usuário da obra mediante paráfrases ou outros recursos. Dessa forma, tenta-se sanar possíveis dificuldades que ele, o usuário, possa ter com algum termo mais técnico. Este é o caso, por exemplo, das seguintes afirmações extraídas de Ática (2009):

[...] os vocábulos *heterotônicos* (sílabas tônicas diferentes das do português) (p. 8).

Quando se tratar de um falso cognato (ver “Falsos cognatos”), o verbete virá precedido de um símbolo [...] (p. 8). (Ver exemplo abaixo Figura 1)

A entrada é seguida pela sua taxonomia, ou seja, a categoria gramatical à qual pertence (p. 9).

Observe-se que há uma explicação para o termo *heterotônico*, que provavelmente causaria dificuldades de compreensão ao estudante de nível básico, e uma explicação, a partir da estratégia do uso de “ou seja”, para a palavra “taxonomia” que, dificilmente seria compreendido pelo usuário iniciante, menos provável se esse usuário for o estudante do ensino médio. No caso do termo “falso cognato”, a estratégia utilizada é a remissão, conforme podemos ver acima. De fato, há uma seção à página 441 sobre Falsos Cognatos, mas essa informação não aparece na remissão, o que torna a informação didaticamente comprometida.

As explicações referentes à fonética, por sua vez, apresentam, em geral, especial dificuldade, como no exemplo abaixo em que dificilmente um aprendiz e, em alguns casos, o docente, compreenderia.

- o sinal [x], que no AFI (Alfabeto Fonético Internacional] representa um som aspirado e gutural [...] (MICHAELIS, 2016, p. xiii)

Os dicionários *Ática* e *Michaelis* proporcionam esse tipo de informação de forma textualizada sob o título *Que oferece este dicionário* (Ática) e *Organização do dicionário* (Michaelis). Nessas seções, encontramos parágrafos com explicações não condensadas linguisticamente, apoiadas com exemplos, sem outros elementos gráficos complementares.

Exemplos:	de•sa•rro•llo	(divisão silábica)
	de•mo•cra•cia	(indicação de sílaba tônica)
	a•lum•no/a	(indicação de feminino)
	di•rec•tor/to•ra	(indicação de feminino)
	ac•tor (...) F: atriz.	(feminino irregular)
	☞ va•so	(indicação de falso cognato)

Figura 1: Exemplos de indicações de informação lexicográfica
Fonte: Ática (2009, p. 8)

Os esclarecimentos de *Scipione* se reduzem à *Apresentação*. *Santillana/Moderna, Positivo, Saraiva, Martins Fontes* e *Arco/ Libros* incluem exemplos com representações *semicondensadas*, características dos dicionários pedagógicos atuais. Uma mostra disso pode ser observada na figura seguinte:

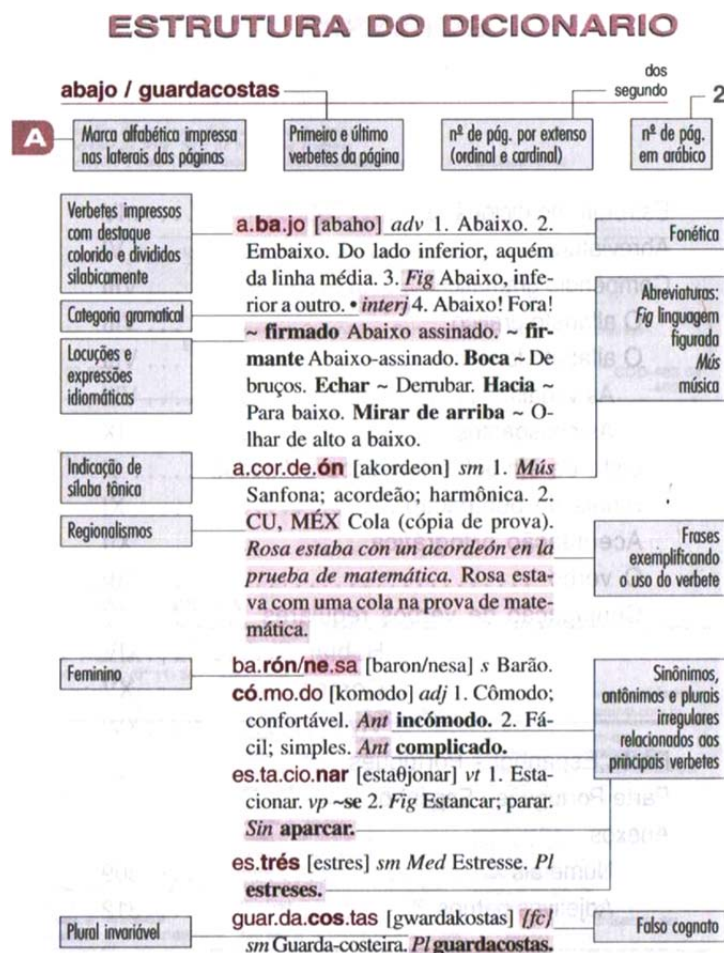


Figura 2: Estrutura do dicionário: exemplo de verbete
Fonte: Saraiva (2005, p. iv)

Em *Arco/ Libros*, porém, embora a estratégia seja semelhante à da Saraiva, apresenta antes da *Letra A* na direção espanhol-português o *Guía de uso* e antes da *Letra A* na direção português-espanhol outro *Guía de uso* com exemplos de verbetes nesta direção. Isso se justifica, talvez, pelo fato de o dicionário pretender ser “*útil a los estudiantes de español y portugués como lenguas extranjeras*” (p. 7), como podemos observar nas figuras 3 e 4 na sequência:

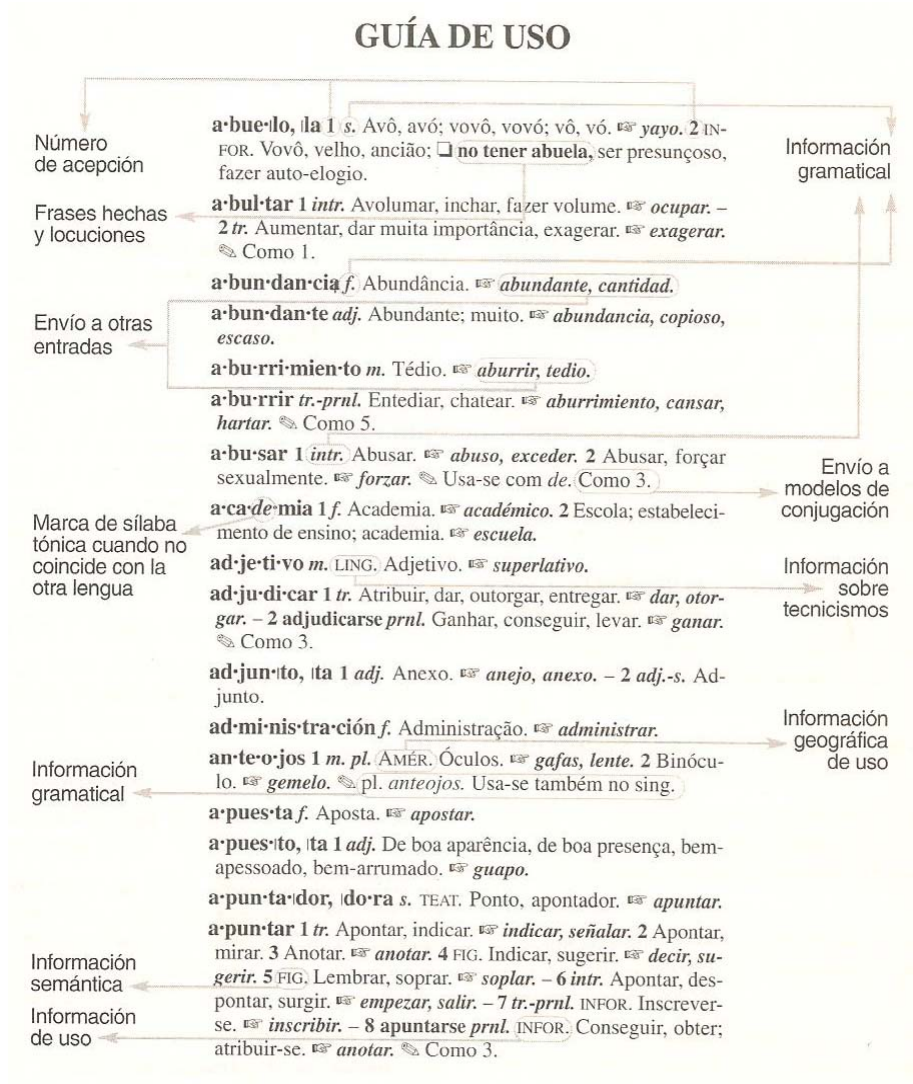


Figura 3: Guia de Uso: exemplo de verbete espanhol-português
 Fonte: Arco/ Libros (2006, p. 15)

GUIA DE USO

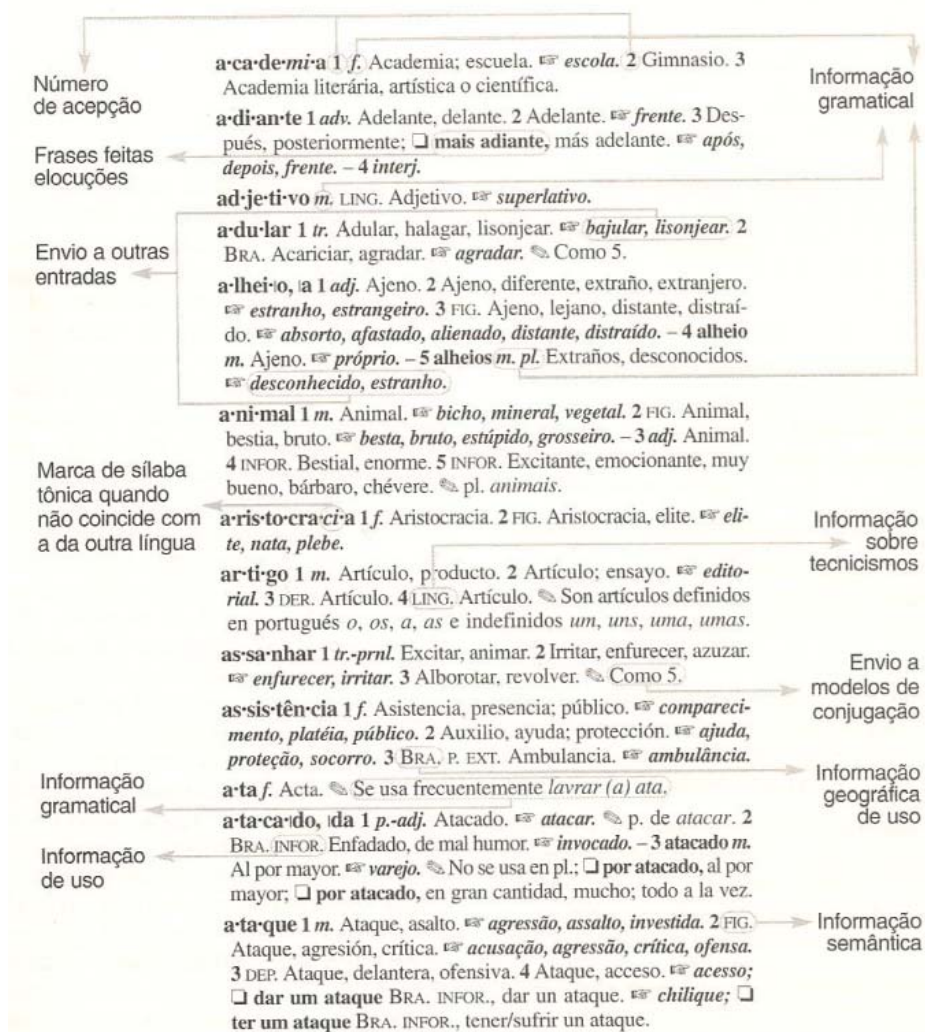


Figura 4: Guia de Uso: exemplo de verbete português-espanhol
Fonte: Arco/ Libros (2006, p. 396)

A forma de apresentação das instruções de uso, como nas figuras acima, parece ser bastante útil não somente para obter uma ideia inicial geral sobre a configuração dos verbetes, mas também quando a consulta é realizada a partir de uma dúvida surgida em um verbete específico. Isto é, se um usuário não reconhece em um determinado verbete a função de um tipo de indicação, pode recorrer a uma figura desse tipo, a partir da qual é provável que possa obter a informação desejada. Entretanto, para que isso ocorra de forma eficiente e amplie a possibilidade de retenção da informação e, por consequência facilite o aprendizado, é preciso que o conteúdo do gráfico esteja redigido em termos de tipos de informação ou de categorias, como são, em geral, os casos dos exemplos apresentados acima.

Ressaltamos que, embora sejam dadas indicações sobre *Fonética*, *Abreviaturas*, *Regionalismos* etc., para que o consulente possa compreendê-las será necessário, geralmente, ir à lista correspondente (de abreviaturas, transcrição fonética etc.). Esta premissa, no entanto, não se dá pelo exemplo de Saraiva (ver Figura 2). Ao final dessa figura, indicam-se o *Plural invariável (Pl)* e o *Falso cognato (fc)*, e em casos assim, tais indicações resolveriam somente uma dúvida específica (se é que se

dá precisamente no verbete que provocou a busca), não sendo aplicável, ao que nos parece, a outros casos.

A vantagem de proporcionar as indicações lexicográficas com esse tipo de configuração (figura, gráfico, imagem ou outros tipos de ilustrações) radica não somente em sua legibilidade, mas no fato de que é útil para a consulta prévia ao uso do dicionário e também para resolver dúvidas que se apresentam já quando se está consultando a obra. Por outro lado, as apresentações mais textualizadas (praticamente sem apoio gráfico), que encontramos em Ática (2009) e Michaelis (2016), podem dificultar este segundo tipo de consulta (que parte de um verbete específico), o que pode diminuir seu potencial instrutivo e, como consequência, seu potencial didático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste texto, apresentar uma descrição analítica das instruções de uso em diferentes dicionários de espanhol usados no Brasil, direcionados, explicitamente ou não, ao aprendiz brasileiro. Partíamos da hipótese de que, por se tratar de dicionários pensados para o aprendiz, haveria a presença de um texto pertencente ao gênero do prescrever/ instruir com sua característica linguística e estrutura relativamente estável.

Os oito dicionários analisados, como já se previa, contêm partes preliminares nas quais se informa sobre as características básicas da obra. Entretanto, a extensão dessas partes varia de forma notória de um dicionário a outro. Como vimos na Tabela 2, as obras analisadas optam pelo formato mais reduzido de “orientações sobre o uso” e, em geral, o tipo de discurso empregado trata de descrições, sem sequências propriamente instrucionais e sem elementos apelativos explícitos. Não se trata, portanto, de textos prescritivos/ instrucionais em sentido estrito, mas de sequências descritivo-informativas, das que se pode (o se deveria) deduzir a instrução.

A importância que cada dicionário dá às instruções para que o usuário possa tirar maior proveito da obra é relativa e se reflete, inclusive, na quantidade de páginas dedicadas ao *front matter*, isto é, a todas as informações que precedem a macroestrutura do dicionário. Há, portanto, certo desequilíbrio nas informações oferecidas. Enquanto se dedica espaço ao alfabeto, não se dedica a outras questões mais úteis. Isso demonstra, em muitos casos, um escasso valor didático dessas partes do dicionário. Efetivamente, parece que há, ainda, a crença de que o dicionário é um objeto conhecido, cujo uso correto não necessita de uma instrução particular.

As formas de apresentação da informação devem possibilitar, como observamos nos casos analisados, tanto a consulta prévia ao uso do dicionário quanto a que se faz a partir de uma dúvida que surge em uma entrada.

Facilitar a aprendizagem do uso do dicionário é um labor no qual não devem se envolver somente os docentes, mas, em primeira instância, também os lexicógrafos. Tenhamos presente que o melhor dicionário não é aquele que registra a informação necessária, mas aquele no qual se encontra a informação que se busca (BÉJOINT; 1981), e, mais ainda, também a informação útil que nem sequer se estava buscando (SANTANA LÓPEZ, 2009) e isso, no contexto de línguas tão próximas e, ao mesmo tempo, tão singulares, como são o português e o espanhol, uma obra lexicográfica que ofereça ao usuário informações que o motivem e o ajudem a aprender ou melhorar sua competência léxica/ comunicativa na língua é imprescindível.

NOTAS

(1) Los géneros se definen como formas estereotipadas de comunicación que reconocemos por sus características fundamentalmente pragmáticas (objetivo o fin social, participantes, contexto de uso) al ser empleados de forma habitual en determinadas situaciones de comunicación. Para cada situación de comunicación disponemos de géneros de discurso distintos; para ello, los géneros textuales constituyen en sí mismos prácticas sociales. (LÓPEZ FERRERO; MARTÍN PERIS, 2013, p. 99).

(2) As traduções presentes neste texto são de nossa autoria e estão indicadas pela sigla TN.

(3) A Lei 11.161/2005 foi revogada, após a destituição da Presidenta eleita Dilma Rousseff, pela Medida Provisória nº 746 do governo federal, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, no dia 23 de setembro de 2016. A citada revogação foi ratificada pela Lei Federal 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou, entre outras questões, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996).

(4) Os números de páginas apresentados funcionam, aqui, somente como uma referência relativa, já que diferem entre si a superfície da impressão e a tipografia de cada uma das obras. Ainda assim, este dado dá conta de diferenças significativas.

(5) No caso contrário são encontrados, por exemplo, compêndios gramaticais ou ilustrações que poderiam ser incluídas também como apêndices.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAR EZQUERRA, M. *La enseñanza del léxico y el uso del diccionario*. Madrid: Arco Libros, 2003.

BÉJOINT, H. The foreign student's use of monolingual English dictionaries: a study of language needs and reference skills. *Applied Linguistics*, v. II, n. 3, p. 207-222, 1981.

FUENTES MORÁN, M. T.; GARCÍA PALACIOS, J.; TORRES DEL REY, J. Algunos apuntes sobre la evaluación de diccionarios. *Revista de Lexicografía*, v. 11, p. 69-80, 2005.

FUENTES MORÁN, M. T.; NADIN, O. L. Algunas formas de presentación de datos em diccionarios de español para aprendices brasileños. In: NADIN, O. L.; ZAVAGLIA, C. (Orgs.). *Estudos do Léxico em contextos bilíngues*. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

GARCÍA PLATERO, J. M.; CASTILLO CARBALLO, M. A. (Orgs.). *Investigación lexicográfica para la enseñanza de las lenguas*. Málaga: Universidad de Málaga, 2010.

LARA RAMOS, L. F. *Teoría del diccionario monolingüe*. México: El Colegio de México, 1997.

LÓPEZ FERRERO, C.; MARTÍN PERIS, E. *Textos y aprendizaje de lenguas. Elementos de Lingüística Textual para profesores de ELE*. Madrid: SGEL, 2013.

MALDONADO GONZÁLEZ, C. *El uso del diccionario en el aula*. Madrid: Arco/Libros, 1998.

MARTÍN GARCÍA, J. *El diccionario en la enseñanza del español*. Madrid: Arco/Libros, 1999.

MARTÍNEZ EZQUERRO, A. Competencia curricular y diccionario. Propuesta teórica. *Contextos educativos: Revista de educación*, v. 4. La Rioja: Universidad de La Rioja, p. 315-328, 2001.

MODEL, M.; FUENTES MORÁN, M. T. (Orgs.). *Investigaciones sobre lexicografía bilingüe*. Granada: Tragacanto, 2009.

NADIN, O. L. O uso do dicionário nas aulas de espanhol como língua estrangeira: reflexões teórico-práticas. In: NADIN, O. L.; LUGLI, V. C. P. (Orgs.). *Espanhol como Língua Estrangeira: reflexões teóricas e propostas didáticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 139-150.

NADIN, O. L. Cómo potenciar el valor didáctico de un diccionario pasivo español-portugués: la macroestructura. *ANUARIO BRASILEÑO DE ESTUDIOS HISPÁNICOS*, v. XXIII/II. Ministerio de Educación Cultura y Deporte, p. 267-278, 2013. Disponible em: <<https://www.mecd.gob.es/brasil/dms/consejerias-exteriores/brasil/2014/publicaciones/abehxxiii.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

NADIN, O. L.; ZAVAGLIA, C. (Orgs.). *Estudos do Léxico em contextos bilingües*. Campinas: Mercado de Letras, 2016.

NADIN, O. L.; LUGLI, V. C. P. (Orgs.). *Espanhol como Língua Estrangeira: reflexões teóricas e propostas didáticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

PORTO DAPENA, J. Á. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/ Libros, 2002.

SANTANA LÓPEZ, B. Las instrucciones de uso del diccionario bilingüe o cómo encontrar lo que no sé que estoy buscando. In: MODEL, M.; FUENTES MORÁN, M. T. (Orgs.). *Investigaciones sobre lexicografía bilingüe*. Granada: Tragacanto, 2009. p. 159-188.

WIEGAND, H. E.; FUENTES MORÁN, M. T. *Estructuras lexicográficas*. Aspectos centrales de una teoría de la forma del diccionario. Granada: Tragacanto, 2009.

DICIONÁRIOS

Diccionario Esencial Español-Portugués/ Português-Espanhol. Francisco Moreno; Neide Maia González. Madrid: Arco/ Libros S.L, 2006.

Diccionario Edelvives - Español-Portugués/ Português-Espanhol. São Paulo: FTD, 2014.

Dicionário Escolar Espanhol-Português/ Português-Espanhol. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Michaelis Dicionário escolar espanhol. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

Minidicionário Bilingue Prático Espanhol-Português/ Português-Espanhol. Curitiba: Positivo, 2008.

Minidicionário Espanhol-Português/ Português-Español. Eugenia Flavian; Isabel Gretel Fernández. 19 ed. revisada e atualizada. São Paulo: Ática. 2009.

Minidicionário Saraiva Minidicionário Espanhol-Português/ Português-Español. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Novo dicionário Santillana para estudantes. 2 ed. São Paulo: Santillana/ Moderna. 2008.

DE VOLTA À(A) GRAMÁTICA, TEMA URGENTE

Claudio Cezar HENRIQUES
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro
claudioch@uol.com.br

RESUMO: Este trabalho pretende propor questões e reflexões sobre o tema “gramática e ensino”. Há, hoje, uma, cada vez mais numerosa, corrente de estudiosos que se dedica com denodo à pesquisa sociolinguística no Brasil. Suas conclusões têm sido levadas adiante nas instruções e decisões oficiais dos organismos governamentais quanto ao ensino de língua portuguesa na escola. Em decorrência dessas pesquisas e dessa intervenção pedagógica, surge então uma série de acusações ao chamado modo tradicional de apresentar os conhecimentos linguísticos aos alunos brasileiros – desde sempre. Misturam-se questões políticas, históricas, urbanas, sociológicas, pedagógicas, que falam em “esquizofrenia das gramáticas normativas brasileiras”, em “lusitanização da norma padrão do Brasil” e – expressão-síntese dessa corrente – em “preconceito linguístico”. Nas aulas de Língua Portuguesa do ensino fundamental e médio, deve-se ensinar o quê? Quais as contribuições e quais os prejuízos que a Sociolinguística pode trazer ao ensino de Língua Portuguesa na escola? Por que o combate ao preconceito linguístico virou, no discurso de alguns de seus agentes, uma prática de demagogia linguística?

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Descrição; Política do idioma.

INTRODUÇÃO

É preciso, de início, explicar o título desta apresentação (1). Pode-se fazer isso começando pela descrição da diferença sintática entre duas possibilidades de leitura do sintagma cujo núcleo é o substantivo “Gramática”. Em (I), *De volta a Gramática*, o sintagma nominal desempenha a função de sujeito de uma frase em ordem inversa, com o verbo situacional elíptico, ou seja, “A Gramática (está) de volta”. Em (II) *De volta à Gramática*, não há ordem inversa, o sintagma desempenha a função de complemento nominal do substantivo abstrato “volta”, e há também um verbo elíptico (no imperativo), ou seja, “(Vamos) de volta à Gramática”.

Essas reescrituras explicitam a opção por verbos elípticos nas duas leituras, embora outros pudessem ter sido os verbos sugeridos, sem prejuízo para o entendimento das sentenças: “Queremos/ Traga-se a Gramática de volta”, “Sigamos de volta à Gramática”. Com A ou com À, ambas, porém, convergem para o tema que nos move: a gramática, cuja definição e tipologia são variadas, amplas – contraditórias às vezes.

O verbete GRAMÁTICA do Dicionário Houaiss abre com a seguinte definição: “gramática é o conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada.”. Somente a acepção 4 do mesmo verbete, todavia,

conta com o referendo da linguística estrutural, inaugurada com a publicação, em 1916, do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure, que definia a gramática como o “estudo de uma língua examinada como sistema dos meios de expressão” (1977, p. 185). A acepção 4 do Dicionário Houaiss, transcrita a seguir, coincide na essência com o conceito adotado por Mattoso Câmara (1995, p. 130), pois define a gramática como o “estudo objetivo e sistemático dos elementos (fonemas, morfemas, palavras, frases, etc.) e dos processos (de formação, construção, flexão e expressão) que constituem e caracterizam o sistema de uma língua.”. A primeira acepção do dicionário é uma definição de GRAMÁTICA NORMATIVA (popularmente chamada de GRAMÁTICA TRADICIONAL); a quarta, de GRAMÁTICA DESCRITIVA.

O título desta apresentação – que fique claro – não pretende parecer um exercício de saudosismo, mas ser um esforço de revalorização de um conhecimento ou competência que, nas palavras do velho Machado, constitui um “pecúlio comum”, que não se descarta sem sérios prejuízos culturais. Apesar de falarmos da abordagem normativa, é preciso dizer também que nem mesmo a abordagem descritiva tem sido tratada como matéria escolar, haja vista a insistência por parte de muitos na ideia da “inutilidade” do conhecimento descritivo para o uso da língua.

Defende-se aqui a tese segundo a qual o uso da língua não é um mero exercício instintivo – como jogar futebol – mas uma técnica que se aperfeiçoa com a reflexão sobre o funcionamento do instrumento. Este é também o ponto de vista defendido pelo saudoso linguista Carlos Franchi em um ensaio já célebre, intitulado *Criatividade e gramática* (2006).

LIBERDADE ILUSÓRIA

Em seu estágio atual, a linguística brasileira vem dando notável contribuição para uma análise abrangente do português “em uso” em nosso território. Tal empreendimento envolveu mudanças profundas nos instrumentos teóricos e no perfil dos objetos de análise. Subsidiariamente, esses pesquisadores estão empenhados em oferecer alternativas para que o ensino da língua entre no compasso desses avanços e transformações. O que, entretanto, causa preocupação é que, na maioria das publicações recentemente chegadas ao mercado, haja a insistência em desqualificar o enfoque normativo, acusado de opressor, discriminador e alienante. O argumento mais comum é que o padrão descrito e ensinado ainda reproduz a norma europeia e ignora as inovações brasileiras.

A leitura que, infelizmente, muitos professores têm feito desse diagnóstico é que os conteúdos gramaticais estão diretamente associados a uma pedagogia opressora e precisam ser banidos dos programas. Esquecem ou desprezam a necessidade e as aspirações de seus alunos, que podem ser retratadas na passagem da conhecida peça *Pigmalião* (2), de Bernard Shaw (1975), na qual a mendiga florista Elisa Doolittle diz para seu instrutor: “Eu não quero aprender regras gramaticais, eu quero falar como uma grã-fina.”

Não podemos ignorar que a prescrição linguística é um procedimento pedagógico inerente a todo o processo de habilitação dos estudantes para o exercício pleno da cidadania. Ela começa já na alfabetização e não tem hora para acabar. O domínio da língua padrão – óbvio – não é o domínio da fala de uma grã-fina, mas é a chave de acesso ao discurso em que estão escritos os grandes jornais e revistas

circulantes nos meios urbanos, as leis do país, as obras em que se consolida e dissemina o saber científico.

Convém, além disso, frisar um ponto: não há qualquer incompatibilidade entre o conhecimento descritivo preconizado pela abordagem científica e a orientação normativa inerente ao viés pedagógico. Pelo contrário, uma gramática do uso padrão, depreendida de um *corpus* escrito contemporâneo e socialmente prestigioso, é, de fato, antes de qualquer coisa, conforme a metodologia de sua concepção, uma obra descritiva (ou *expositiva*, como já foi costume classificá-la). É a relevância social do domínio da língua padrão que confere uma finalidade normativa à gramática que a descreve. Só por má-fé alguém pode negar isso.

Vende-se a ideia de que todo professor de Português que defende o ensino da língua escrita prestigiada de hoje está reagindo contra as mudanças do mundo em que vive e da língua em que se comunica. Embora isso possa ser verdade em muitos casos, não se pode atribuir a tal pensamento a causa de uma defesa do ensino (e do domínio) da modalidade praticada nos textos reconhecidos como exemplares pela sociedade contemporânea. É como se disséssemos que, por terem os ingleses colonizado a Austrália, esse país tem, em função disso, um clima temperado a maior parte do ano. Ou seja, duas afirmações verdadeiras não têm, necessariamente, relação de causa e efeito entre si.

Nesse sentido, não é possível aceitar impunemente a alegação de que há uma contradição insuperável entre saber uma língua e falar essa língua. Por isso, não está correto o ponto de vista dos que dizem ser o estudo da língua padrão uma espécie de antídoto para a corrupção que o uso da língua imporia ao saber linguístico.

LÍNGUA E ENSINO: O DISCURSO E A PRÁTICA

Há, hoje, uma, cada vez mais numerosa, corrente de estudiosos que se dedica com denodo à pesquisa sociolinguística no Brasil. Suas conclusões têm sido levadas adiante nas instruções e decisões oficiais dos organismos governamentais quanto ao ensino de língua portuguesa na escola. Em decorrência dessas pesquisas, surge então uma série de acusações ao chamado modo tradicional de apresentar os conhecimentos linguísticos aos alunos brasileiros – desde sempre. Misturam-se questões políticas, históricas, urbanas, sociológicas, pedagógicas, que falam em “esquizofrenia das gramáticas normativas brasileiras”, em “lusitanização da norma padrão do Brasil” e – expressão-síntese dessa corrente – em “preconceito linguístico”.

A gramática passa então a ser exibida como o agente que perpetra todos os pecados da sociedade, todos os vícios da espécie humana e é “aclamada” como a porta-voz do atraso. A bandeira dessa corrente se vale do estudo das mudanças linguísticas e se ocupa de registrar práticas que separariam duas normas principais, a chamada “norma padrão” e a “língua urbana comum”. Fincada nessa convicção, não lhe basta apontar as falhas de uma metodologia de ensino superada, é preciso condenar irremediavelmente o ensino da língua:

A escola falha justamente ao não favorecer aos cidadãos a apropriação de uma mobilidade linguística que lhes permitiria tanto comunicar-se com as pessoas da sua família e com seus amigos, quanto defender-se de um padrão de língua que fatalmente será usado contra eles, em avaliações,

entrevistas para emprego, além dos concursos e vestibulares; aliás, a escola faz muito menos que isso: por ser tão ruim, ela não consegue nem incutir nos alunos a norma padrão que impõe como verdade absoluta, embora seja eficiente em semear o preconceito linguístico. (GERHARDT, 2005)

Some-se a isso a ressurreição da anacrônica proposta de independência linguística do Brasil, baseada em “provas” tiradas sobretudo da linguagem oral e dos registros coloquiais de uso da língua. São então mostrados casos como o do objeto direto anafórico da P3, as estruturas relativas cortadoras e copiadoras, a variação na concordância verbal junto à P6, o uso do verbo “ter” no lugar de “haver”, o emprego de “ele(s)/ ela(s)” como objeto direto, a regência de verbos como “assistir” e “preferir”, a morte da mesóclise (tmese) e da P5 e até o velho exemplo de frases começadas com pronomes oblíquos átonos.

Curiosamente, nessas manifestações que procuram mostrar como a gramática dos livros e da escola é retrógrada e desvinculada da realidade da língua, não se vê nenhuma menção às mudanças fonéticas, como a supressão do R final (que ocorre em todos os infinitivos verbais), a nova feição da preposição “para” em formas como “pra/pro/pras/pros”, a supremacia da pronúncia do L final de sílaba como semivogal, etc., etc.

A gramática é a construção teórica dos gramáticos e linguistas. Tem alguma razão, então, quem afirma que estudar a gramática dos gramáticos e dos linguistas contribui muito pouco para o amadurecimento e desenvolvimento da linguagem oral ou escrita de nossos alunos. Como lembra Franchi, talvez haja um proveito maior indireto, em períodos bem mais avançados, quando se coloca em prática um trabalho de reestruturação e recomposição do texto.

Mas é preciso reconhecer – e retomo suas palavras (2006, p. 32):

Isto não exclui o interesse pelo aprendizado dessa gramática, enquanto ciência de um aspecto da linguagem, em momentos mais avançados da escolaridade. Como em outras áreas de investigação e conhecimento, pode-se antecipar ao aluno de primeiro e segundo graus o exercício sobre um campo que mais tarde escolham para sua especialização.

Pelo menos, uma coisa é certa: os professores devem conhecer e muito bem esta gramática. Não, necessariamente, para ensiná-la a todo custo aos seus alunos infantis. Mas para usá-la como instrumento analítico e explicativo da linguagem de seus próprios alunos.

Dialogando com Coseriu, Franchi desafia os adeptos do “liberalismo linguístico” e intercala o seguinte fragmento em seu texto: “(Pensem, por exemplo, que não poderíamos sequer produzir este texto [o próprio texto do livro] desconhecendo a gramática neste último sentido).”

Há, de fato, o que Franchi aponta como uma grande diferença entre, de um lado, o que o professor ensina e as atividades de linguagem e de gramática que coordena e, de outro lado, o que ele deve saber, em matéria gramatical. Por isso, ele enumera três tarefas para o professor (2006, p. 33):

- deve saber muito bem a gramática da modalidade culta;
- deve saber compreender a gramática da modalidade de seus alunos (e todas as questões relativas à variação linguística);
- deve dispor de um bom aparelho descritivo (pelo menos o que nos oferece a gramática tradicional) para ser capaz de analisar expressões nessas diferentes modalidades, compará-las, identificar os seus contrastes e, eventualmente, discorrer sobre tudo isso.

Carlos Franchi está correto: tudo isso tem a ver com texto e com discurso. Precisamos retomar esses estudos. Sobretudo o professor. A gramática necessária tem de ter esse discurso – e praticá-lo.

Continuemos, porém, estas reflexões sobre o tema, lendo um pequeno trecho do Manual de Redação da Presidência da República, que diz no Capítulo I, item 1,2, intitulado *A Linguagem dos Atos e Comunicações Oficiais*:

As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada. (Manual de Redação da Presidência da República)

Ora... se a linguagem formal, padrão também está restrita a determinados grupos (e cada vez menos numerosos), chegaremos por fim à irremediável pergunta: de que adianta escrever se nunca conseguiremos nos comunicar com todas as pessoas?

Não misturemos as coisas! Já dizia Leite de Vasconcelos, em 1928, que “a linguagem popular obedece a regras e, portanto, não é indigna de investigação científica”, mas não se pode confundir a descrição da língua, em qualquer de seus estágios e estratos, com a forma que se pratica por escrito em textos considerados exemplares numa determinada sociedade e época.

PROPOSTA (À GUIA DE CONCLUSÃO)

Pergunta-se então:

- (a) Nas aulas de Língua Portuguesa do ensino fundamental e médio, deve-se ensinar o quê?
- (b) Quais as contribuições e quais os prejuízos que a Sociolinguística pode trazer ao ensino de Língua Portuguesa na escola?
- (c) Por que o combate ao preconceito linguístico virou, no discurso de alguns de seus agentes, uma prática de demagogia linguística?

Minha opinião, que está exposta mais analiticamente no livro *Nomenclatura Gramatical: 50 anos depois* (2009), coincide com a de muitos professores e pesquisadores de hoje. E aqui repito um trecho do capítulo que escrevi para o livro organizado por André Valente, *Unidade e variação na Língua Portuguesa: suas representações* (2015, p. 78). Meu pensamento e minha prática pedagógica se harmonizam com aqueles que reconhecem a importância de se estudar a linguagem de prestígio a ser praticada quando se quer ou se precisa escrever adequadamente um texto de gênero “mais monitorado”. Soma-se também à ideia de que “o professor deve ser guia seguro, muito senhor da língua”.

A associação a ser feita no ensino precisa incluir: (a) o reconhecimento e a descrição das variedades linguísticas, orais e escritas; (b) o foco mais apurado nas variedades cultas efetivamente praticadas no Brasil; (c) a revisão responsável da norma-padrão escrita. E é neste item (c) que reside o principal obstáculo para o professor.

Como garantir, nas situações escritas formais, que regências são “permitidas”, que concordâncias são “aceitas”, que colocação pronominal não receberá um “veto”, que formas são regulamentares para uso dos pronomes retos e oblíquos?

Afinal, “o povo quer saber” se, na hora do “vamos ver” do tal texto mais monitorado, também conhecido como texto em língua padrão, é possível e permitido, por exemplo, optar por estes princípios ou adotá-los:

- iniciar frase com pronome oblíquo átono?
- trocar o uso da mesóclise (tmese) dos futuros pela ênclise ou pela próclise?
- praticar a ênclise com verbos no futuro de presente ou do pretérito?
- dispensar o uso da preposição que precede o pronome “que” em frases interrogativas?
- construir uma oração relativa “cortadora”?
- trocar o relativo “cujo” pela combinação “que + dele(a)(s)” equivalente?
- fazer o relativo “cujo” acompanhar-se do artigo que coincide com a sua terminação?
- colocar sempre no singular o verbo da frase com o SE “ex-apassivador”?
- praticar a atualização da regência de verbos como “assistir”, “preferir”, “chegar”, “ir”, “obedecer”, “implicar”, “responder”, “visar”?
- praticar a atualização da concordância de verbos (ex-impessoais) como “haver”, “fazer”, “ter”?
- praticar a grafia variante “pra” da preposição “para”?
- adotar a grafia “porque” para os casos em que há/havia a separação “por que”?
- praticar a permuta coerente e eufônica dos pronomes de segunda pessoa, átonos e tônicos, na função de objeto direto?
- usar exclusivamente a série demonstrativa com SS (esse...) e desconsiderar a série com ST (este...)?
- usar o conectivo “onde” de modo genérico, sem antecedente de lugar?
- flexionar a locução “trata-se de” quando acompanhada de termo no plural?
- usar o verbo “possuir” em lugar do verbo “ter” quando núcleo do sintagma verbal?
- empregar a forma “encontrar-se” em lugar de “estar”?

- usar a série “o/ a(s) mesmo/a(s)” como elemento anafórico?
- usar a série relativa “o/ a(s) qual(is)” no papel de sujeito, ainda que não haja risco de ambiguidade?
- empregar participios criados por analogia, como “trago” e “cheço”?
- abandonar as formas pronominais de 2ª p. plural em textos religiosos e jurídicos que contenham a obrigatoriedade de interlocução?
- omitir a preposição de expressões como “devido a” quando seguidas de masculino?
- empregar cumulativamente as conjunções “se” e “caso” em orações condicionais?
- empregar a palavra “mediante” com valor de “diante”?
- empregar o pronome “qualquer” com o valor de “nenhum”?
- empregar a palavra “tipo” como preposição acidental ou conjunção comparativa?
- empregar os pronomes “eu” e “tu” depois da preposição “entre”?
- empregar “mim”, depois da preposição “para”, quando sujeito de infinitivo?
- abandonar o uso dos pronomes átonos da série “o/a(s)”, substituídos pelas formas tônicas “ele/ a(s)”?
- apagar o objeto direto sob a forma pronominal quando o contexto permitir (OD nulo)?
- empregar a locução verbal com “ir+estar+gerúndio” em contextos em que não haja fatos ocorrendo simultaneamente?
- regularizar as formas do futuro do subjuntivo dos verbos “ver” e “pôr” e dos derivados desses mesmos verbos e de “ter” e “vir”?

Para responder a essas perguntas, podemos pensar num corpus representativo que dê conta de boa parte dos casos em que a chamada norma-padrão escrita se apresenta. Certa vez, sugeri num Congresso que os textos escritos por sociolinguistas poderiam ser reunidos numa espécie de corpus preliminar. Teríamos neles a base inicial para verificar uma “linha de corte” entre o que efetivamente se poderia estabelecer como norma-padrão contemporânea e o que continuaria sendo apenas formas variantes não prestigiadas, ainda que reconhecidas e elogiadas naqueles mesmos textos usados para formar o corpus.

A gramática necessária para o ensino e para a vida é “a gramática normativa, que, com todos os seus defeitos, tem boas razões para existir”, como dizem Coseriu; Lamas (2010, p. 143), com os quais também concordo quando afirmam que

o liberalismo linguístico é uma atitude não democrática e reacionária que obriga o falante a tornar-se ilhado e sem poder participar da cultura maior de uma comunidade: apresenta como liberdade o “fale como quiser, pois a cultura somos nós que fazemos”, mas eles mesmos, os que apresentam essa atitude como democrática, não falam como aqueles cujas liberdades pretendem defender.

São reflexões sobre estas perguntas e sobre estas respostas que esperamos alcançar com este trabalho.

NOTAS

(1) Este texto tem como origem a conferência proferida em colaboração com José Carlos de Azeredo na Academia Brasileira de Letras, em 10 de novembro de 2015, no ciclo “A Academia e a Língua Portuguesa”. Esta versão, que contém a parte de minha autoria, foi revista e aumentada em função dos objetivos do XI Colóquio da FFLCH.

(2) No cinema, a versão mais premiada recebeu o título de “My Fair Lady” (1964).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CÂMARA JR. J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

COSERIU, E.; LAMAS, Ó. L. *Linguagem e discurso*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo Gramática*. São Paulo: Parábola, 2006.

GERHARDT, A. F. O erro de Português: entre a retórica e a dialética, 2005. Disponível em: www.duplipensar.net. Acesso em: 04 abr.2016.

HENRIQUES, C. C. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. Precisa-se de uma Gramática. In: VALENTE, A. C. (Org.). *Unidade e variação na Língua Portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola, 2015. p. 71-79.

HOUAISS, A; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss Eletrônico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MANUAL de Redação da Presidência da República. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos>. Acesso em: 03 mar.2016.

SAUSSURE, F. de *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SHAW, B. *Pigmalião*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VALENTE, A. C. (Org.). *Unidade e variação na Língua Portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola, 2015.

VASCONCELOS, J. L. de. *Opúsculos II: dialectologia, parte 1*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

PENSANDO A TRADUÇÃO DE LÍNGUAS MINORITÁRIAS

Solange Peixe Pinheiro de CARVALHO
 Universidade de São Paulo (Doutora)
solangepinheiro@usp.br

RESUMO: O escritor Andrea Camilleri usa em suas obras o léxico e as estruturas do siciliano misturados ao italiano padrão, além de línguas estrangeiras e línguas regionais italianas. Essa forma de expressão, chamada por alguns críticos de *lingua mista*, apresenta inúmeros desafios para o tradutor brasileiro. As diferenças entre a situação linguística e cultural da Itália e do Brasil requerem estratégias para mostrar aos leitores brasileiros que nem todas as personagens usam o italiano considerado padrão, e que o uso do siciliano é regido por convenções sociais que estabelecem em quais contextos a língua local pode ser usada. Entretanto, nas traduções comerciais já publicadas, a norma da língua portuguesa é usada de modo predominante, e o confronto Eu/ Outro estabelecido pelo uso linguístico não fica aparente para o leitor. Este trabalho, parte da pesquisa de pós-doutorado (Programa de Estudos da Tradução/DLM-USP), apresenta um estudo multidisciplinar da linguagem camillerina – usando pressupostos teóricos da Estilística, da Morfologia e da Análise do Discurso – e uma análise de uma tradução comercial de um romance do escritor; e introduz uma proposta de tradução acadêmica para trechos de romances que leve em conta a diversidade linguística dos textos de partida.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução; Estudos multidisciplinares; Andrea Camilleri.

INTRODUÇÃO

O escritor italiano Andrea Camilleri teve um início tardio na vida literária, começando a publicar já depois dos cinquenta anos de idade e de uma longa carreira como roteirista e diretor na RAI. Tendo escrito em primeiro lugar dois romances com uma temática mais histórica, voltada para a Sicília (local de nascimento de Camilleri), publicou um romance policial que, contrariando suas expectativas, rapidamente teve sucesso comercial e transformou-se em uma série, fazendo do autor um fenômeno de vendas e de popularidade, a princípio na Itália, e depois em outros países, à medida que suas obras foram sendo traduzidas em diversas línguas.

A característica mais marcante de Camilleri para muitos leitores e críticos é o uso que ele faz da linguagem: nascido e educado na Sicília em uma época em que o bilinguismo era um fenômeno disseminado na sociedade, e em que as crianças começavam a aprender italiano nas escolas como se fosse uma língua estrangeira, Camilleri percebeu que só conseguiria se expressar como escritor se usasse em suas obras a língua que estava acostumado a usar em suas conversas com a família: uma mescla de italiano padrão com léxico e estruturas do siciliano. Ao ser perguntado sobre essa característica, o autor disse que “Non riuscirei a raccontare una storia se

non immergendola in un spaccato storico-geografico preciso, tanto che la mia scrittura non acquisisce nerbo se non quando mi esprimo in dialetto” (2006, p. 71).

O uso dessa linguagem peculiar, chamada por alguns críticos de “língua mista”, destaca para os leitores italianos o confronto entre Eu/ Outro e a força da identidade sociocultural siciliana para os habitantes da ilha. Nos romances, tanto os históricos quanto os policiais, há uma clara distinção entre os italianos do continente – o “Outro” que não compreende os costumes e a língua da Sicília – e o “Eu”, o siciliano que muitas vezes tem dificuldades para aceitar a presença dos *italianos*, e que usa a língua como um meio não somente de preservar sua identidade, mas também de excluir esse “Outro” de seu convívio social.

Ao discutir o uso de formas não padrão no texto literário, Antonio Candido aborda o que ele caracteriza como “dualidade de notação de fala” (p. 87) na obra de Coelho Neto: o narrador, letrado, chega a uma localidade distante dos centros urbanos (podemos considerar como o grande ponto de referência o Rio de Janeiro, capital do país na época) e se depara com o que é estranho e exótico. Ao tentar representar as duas variantes linguísticas (a norma e a fuga), Coelho Neto salienta demais os desvios da personagem “iletrada”, produzindo o que Candido (idem) chama de *texto esquizofrênico*, no qual as duas forças opostas entram em choque. Ao considerarmos os romances de Camilleri sob essa ótica, verificamos que o choque observado por Candido na obra de Coelho Neto é pequeno, muitas vezes inexistente, pois o narrador camilleriano é um habitante da Sicília, que conhece os usos e costumes da população e – algo ainda mais significativo – usa sua língua em diversas passagens dos romances. A identidade siciliana é então compartilhada entre narrador e personagens, e o “Outro”, o exótico, é o italiano do continente, que usa ou a língua considerada standard, ou uma das inúmeras línguas regionais faladas na Península Itálica.

Essa característica é encontrada nas duas vertentes da obra camilleriana, os romances policiais e os chamados históricos; entretanto, o uso que o autor faz da linguagem não é o mesmo: nos romances históricos há uma maior experimentação linguística, com a presença de línguas regionais italianas e estrangeiras: em *Il Re di Girgenti*, por exemplo, a figura do “Outro” é vista nos representantes da Coroa Espanhola, que usam palavras ou expressões em espanhol misturadas ao italiano padrão; em *Il Birraio di Preston*, algumas personagens falam piemontês, toscano, romanesco e milanês; nas duas obras, a população local usa ou o italiano padrão ou o italiano sicilianizado, de acordo com sua posição social e escolaridade. Nos romances policiais, encontramos o uso preponderante da *lingua mista*, alternada com o italiano segundo o contexto e a situação de elocução.

Esse uso linguístico apresenta grandes desafios para os tradutores nos mais diversos países. No Brasil, onde encontramos o que Tarallo; Alckmin (1987, p. 11) chamam de “multidialeto ameno” – ou seja, as variedades são mutuamente compreensíveis, pois as diferenças se encontram nas áreas da fonética, da fonologia, e do léxico – não temos essa diversidade encontrada na Itália, onde as diferentes línguas regionais nem sempre são mutuamente compreensíveis, dependendo da distância entre as regiões e mesmo entre as cidades, e onde cada língua regional tem suas variantes. Para pensarmos em uma abordagem da linguagem camilleriana para a tradução para o português brasileiro, convém fazer um estudo multidisciplinar, segundo os pressupostos da Estilística, da Análise do Discurso e dos Estudos da Tradução.

ABORDAGENS PARA A OBRA CAMILLERIANA: ESTILÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO

Os estudos da Estilística da palavra analisam os efeitos causados pela escolha lexical no leitor: palavras podem ter qualidades emotivas, afetivas, sugerir sensações e emoções variadas. Acima de tudo, os diversos estudos da área salientam que a escolha lexical é uma questão de extrema importância para o autor: Enkvist (apud MARTINS, 2000, p. 1) diz que, entre outras possibilidades, estilo é *escolha* entre alternativas de expressão; Murry (1968, p. 27) afirma que o estilo é uma “expressão de um modo individual de sentir”, acrescentando que a prova da originalidade estilística verdadeira é que “a sintamos como necessária e inevitável”. Otto Maria Carpeaux salientou que estilo é uma “escolha de palavras, escolha de construções sintáticas, escolha de ritmos dos fatos, escolha dos próprios fatos, para conseguir uma composição perfeitamente pessoal” (s/d, p. 193). Considerando a declaração de Camilleri citada acima, vemos que, para o autor, o uso dessa *língua mista* não é somente um artifício para chamar a atenção dos leitores, mas sim, algo fundamental para o desenvolvimento de suas narrativas e de sua voz como escritor.

Os estudos da Análise do Discurso destacam a importância do uso do siciliano na obra camilleriana. A língua não é usada somente para criar um ambiente, uma *atmosfera* na narrativa; pelo contrário, sua presença é testemunho de uma questão fundamental em todos os relacionamentos humanos, o princípio da alteridade, conceito derivado da filosofia para definir o ser: “o *eu* não pode tomar consciência do seu *ser-eu* a não ser porque existe um *não-eu* que é outro, que é diferente” (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2014, p. 34-35). Se, de acordo com a Análise do Discurso, a linguagem é um “ato de troca” entre dois parceiros em uma relação que não é simétrica, os diálogos entre as personagens, e os ocasionais confrontos entre elas derivados do uso do siciliano salientam a questão do pertencimento à cultura local – novamente, os italianos do continente são os intrusos na sociedade, e o leitor tem uma visão da Sicília e de seus costumes através do ponto de vista das personagens locais, e não dos forasteiros.

Em relação aos Estudos da Tradução, verificamos que o problema suscitado pela presença de formas não pertencentes à norma considerada culta tem recebido um tratamento diferente nos últimos anos. Como observou Milton, as edições de obras clássicas publicadas pelo Clube do Livro no Brasil eram caracterizadas pela ausência de uma linguagem que pudesse ser considerada vulgar ou de baixo padrão (por exemplo, palavrões, gírias e formas mais familiares da língua), e “Qualquer tipo de idioleto ou dialeto do original era traduzido em um português correto e padrão” (2002, p. 15). Nos últimos anos, contudo, houve uma mudança significativa no campo editorial e acadêmico: professores e demais pesquisadores começaram a voltar a atenção para a presença de formas não padrão em textos literários; dissertações e teses sobre o tema foram e estão sendo apresentadas, discutindo questões fundamentais da tradução para o português daquilo que foge da norma.

Essa mudança segue a tendência vista na Europa e na América do Norte, onde vários estudos sobre a tradução de variantes estão sendo feitos há vários anos. Considerações importantes sobre o tema foram feitas por Lane-Mercier em *Translating the untranslatable: The translator's aesthetic, ideological and political responsibility*, no qual ela discute o conceito de socioleto literário e sua (in)traduzibilidade. Para Lane-Mercier, o socioleto literário é a representação textual de “‘non-standard’ speech patterns that manifest both the socio-cultural forces which

have shaped the speaker's linguistic competence and the various socio-cultural groups to which the speaker belongs or has belonged" (1997, p. 45), e o tradutor tem de ter consciência dos riscos que corre ao traduzir o que foge da norma (etnocentrismo, radicalismo, conservadorismo e perda ou criação indevida de sentido) e procurar evitá-los. Outra contribuição importante foi dada por Anthony Pym em seu artigo *Translating Linguistic Variation* (2000), no qual ele afirma a importância de perceber que papel as variantes linguísticas desempenham no texto literário, e que "Only then, within a general theory of this particular kind of signification, could we pretend to legislate the pros and cons of translation." A última contribuição a ser mencionada neste artigo é a de Umberto Eco que, em *Quase a mesma coisa* (2011) introduz a possibilidade de a tradução ser vista como uma *negociação*, na qual o tradutor tem de verificar quais são os aspectos mais significativos do texto para introduzi-los no texto na língua de chegada, já que a tradução completa de todas as características de uma obra literária é impossível, dadas as diferenças estruturais entre as línguas, e das culturas que produziram cada texto.

A abordagem da obra camilleriana segundo a concepção de Eco mostra que a *língua mista* é uma de suas características mais significativas; passando então para as questões abordadas por Pym, devemos pensar, qual papel essas variantes desempenham no texto italiano? Elas salientam a relação Eu/ Outro, o (não) pertencer a uma sociedade e a uma cultura; finalmente, a posição de Lane-Mercier, salientando a necessidade de traduzir o que foge da norma e os riscos com que o tradutor se depara ao enfrentar a tarefa apontam para uma mesma direção: o tradutor brasileiro precisa pensar em estratégias viáveis para introduzir as variantes no texto em português, de modo que o leitor possa entrar em contato com a diversidade linguística e cultural do texto de Camilleri.

Considerando o fato de não termos no Brasil uma situação linguística semelhante à da Itália, uma possibilidade para introduzir no texto algo que fuja da norma padrão do português, além das possibilidades de criação de palavras segundo as regras da língua (neologismos criados a partir de sufixação, prefixação, parassíntese, amálgamas) é o uso de uma língua românica para estabelecer o contraste com o português. Essa ideia se baseia no fato de italiano e siciliano terem uma origem comum (latim) e um percurso e substratos diferentes, o que ocasiona as diferenças entre elas. No caso do português, uma língua românica bastante próxima é o galego, pouco conhecida no país, mas que conta com bastante material para consultas (dicionários on-line, sites, literatura, páginas na web etc.). O uso do galego proporciona para o leitor o contato com um léxico diverso do nosso, sem que o tradutor tenha de recorrer à criação de neologismos que possam dar ao texto o que Lane-Mercier chama de radicalismo: esses neologismos, se forem muito artificiais, deixarão a leitura cansativa e pouco prazerosa para os leitores.

TRADUZINDO CAMILLERI NO BRASIL

A seguir serão mostrados exemplos de trechos de obras de Camilleri para análise e apresentação da nossa proposta de tradução:

A stimare da come l'alba stava appresentandosi, la jurnata s'annunziava certamente **smèusa**, fatta cioè ora di botte di sole

incaniato, ora di gelidi stizzichii di pioggia, il tutto condito da alzate improvvisate di vento. Una di quelle **jurnate** in cui chi è soggetto al brusco cangiamento di tempo, e nel sangue e nel **ciriveddro** lo patisce, capace che si mette a svviare continuamente di opinione e di direzione, come fanno quei pezzi di lattone, tagliati a forma di **bannèra** o di gallo, che sui tetti ruotano in ogni senso ad ogni minima passata di vento. (2008, p. 157, grifos nossos)

A julgar pelo aspecto do amanhecer, o dia se anunciava certamente meio a meio, ora feito de raios de sol incandescente, ora de gélidas alfinetadas de chuva, temperado no conjunto por ventanias repentinas. Um daqueles dias nos quais quem é sensível à brusca mudança de tempo, e sofre disso no sangue e no cérebro, é capaz de mudar continuamente de opinião e de rumo, como aqueles pedaços de latão, cortados em forma de bandeira ou de gallo, que, no alto dos telhados, giram em todos os sentidos à menor lufada. (2000, p. 5)

O primeiro exemplo é retirado de uma tradução comercial do segundo romance publicado por Camilleri, *Il cane di terracotta/ O cão de terracota*. O trecho, primeiro parágrafo do romance, descreve para o leitor como está o dia, na voz do narrador, que usa a língua mista camilleriana, com a presença do léxico siciliano (destaques em negrito), ao passo que a tradução é toda feita dentro da norma considerada culta da língua. A leitura da tradução é agradável, mas o leitor perde o contato com a variante linguística e, portanto, com uma característica marcante da obra. No texto brasileiro, o narrador olha a realidade siciliana como se ela compartilhasse de todas as características da Itália continental; no texto original, o léxico siciliano já sinaliza para o leitor italiano que ele vai se deparar com algo muito diferente de sua realidade quotidiana. Igualmente importante, a “voz” de Camilleri desaparece; pensando na consideração feita por Carpeaux, de que o estilo é uma “composição perfeitamente pessoal”, o texto traduzido perde a marca que tornou o escritor mundialmente conhecido.

Ah dottori! Ci sarebbi che c'è 'na picciotta la quali chevorrebbi parlare con vossia di pirsona pirsonalmente e dice che trattasi di guistione uggentevole uggentevolissima. (2013, p. 41)

O segundo trecho, do romance *Un covo di vipere*, apresenta algumas das características da fala de uma personagem, o agente de polícia Catarella: léxico siciliano (o substantivo *picciotta*, em italiano padrão, *giovane*, *moça*, em português); repetições (*di pirsona pirsonalmente*), estruturas não encontradas na língua padrão (*ci sarebbi che c'è*), desvios na pronúncia (*guistione*), e criações neológicas (*uggentevole uggentevolissima*).

Ah, dotor! Teria que tem uma rapaza a qual que queria falar com vostede de persoa pessoalmente e diz que se trata de uma questão urxentosa urxentosíssima.

A proposta de tradução apresenta as mesmas características: repetições (*de persona personalmente*); estruturas não encontradas na língua padrão (*teria que tem*) e criações neológicas (*urxentosa urxentosíssima*), bem como a introdução do léxico galego (*rapaza – moça*, em português), e *urxente* (urgente, em português). Para a tradução foi usado o léxico galego, *persoa* e *urxente*; a partir de *urxente* foram criados os neologismos *urxentosa* (*urxente + -osa*) e *urxentosíssima* (*urxente + -osa + -íssima*), dando com isso para o leitor brasileiro a sensação de estranheza que o leitor italiano do continente sente ao ler os romances de Camilleri.

A seguir, um exemplo retirado do romance *La pazienza del ragno*:

E s'ammalinconì per dù ragioni: la prima era che la vicchiaia s'avvicinava sempre di più e la secunna era che la vicchiaia gli faceva viniri in testa pinsèri banali e frasi fatte sul tipo di quella che aviva appena finito di formulare. (2004, p. 100)

No trecho, em que o narrador faz uma observação a respeito do estado de espírito do Commissario Montalbano (o protagonista da série policial de Camilleri) vemos uma alteração do verbo italiano *immalinconirsi* (*ammalinconì*, conjugado na terceira pessoa), com a alteração *i- > a-*, comum na língua siciliana; a forma *secunna* (em italiano, *seconda*), as alterações *venire > vinire*, *aviva > aveva*, *vecchiaia > vicchiaia*, também características da língua siciliana; *due > dù*, e *pensieri > pinsèri*. Para a proposta de tradução, foram pensadas as seguintes soluções:

E s'amalenconizou por duas razão: a primera era que a velheira s'aproximava cada vez mais, e a segunda era que a velheira lhe fazia vir à cabeça umas ideia banal, e frases feita do tipo daquela que tinha acabado de pensar.

Em português, temos o verbo *malenconizar*, cujo verbete no Dicionário Houaiss oferece a seguinte informação: "Diacronismo: antigo. transitivo direto e pronominal m.q. **melancolizar**. Este verbete, por sua vez, significa provocar melancolia em ou tornar-se melancólico; fazer ficar ou ficar triste; entristecer(-se), malenconizar(-se); Ex.: <uma paisagem que a melancolizava> <melancoliza-se cada vez mais naquele serviço burocrático>. O uso do verbo, raro no português atual, ao invés da expressão corriqueira "ficou melancólico" ou "sentiu-se melancólico", já apresenta um estranhamento para o leitor; para aumentar essa sensação, foi acrescentado ao verbo um *a-*. Segundo o Dicionário Houaiss, esse *a-* é um elemento de composição, um "antepositivo, como el. analisável, ocorre em port. nas segg. situações: **1**) como morfema protético, em palavras como *baixar:abaixar*, *levantar:alevantar*, *recuar:arrecuar*, *ruinar:arruinar*, *sentar:assentar*"; portanto, a forma *amalenconizou* seria possível na língua portuguesa, e se aproxima um pouco do desvio encontrado no italiano *immalinconirsi > ammalinconirsi*.

Foram também usadas formas características do português falado informal, como o uso de um só marcador de plural (*duas razão*); o substantivo feminino velhice (velho + *-ice*) foi alterado, com a utilização do sufixo *-eira > velheira*, para estabelecer uma correspondência com a alteração em italiano. As mudanças em português também têm como objetivo diminuir a distância entre a "voz" do narrador

e a das personagens, para salientar para os leitores brasileiros a ideia de pertencimento do narrador à cultura local.

O último exemplo a ser analisado é um diálogo entre o *Comissario* Montalbano e sua namorada genovesa, Livia.

Livia fece un'irritante risatina.
Perché ridi?
Così.
Ennò! Tu ora vieni e mi spieghi pirchè minchia ti scappò sta
risateddra di scòncica!
Non parlarimi così e non usare il dialetto!
Va bene, scusa.
Cos'è la scòncica?
Sfottimento, presa in giro.
Non avevo nessuna intenzione di prenderti in giro. Era una risatina,
come dire, di pura e semplice constatazione. (2003, p. 266-267)

Livia deu uma risadinha irritante.
– Está rindo por quê?
– Porque sim.
– Nada disso! Você vai é agora mesmo me explicar por que merda é que te escapou essa **risadina de moca!**
– Não fale assim comigo e não fale em dialeto!
– Tudo bem, me desculpe.
– O que é moca?
– Caçoada, zombaria.
– Não tinha a menor intenção de caçoar de você. Era uma risadinha, como posso dizer, de pura e simples constatação.

O diálogo entre Montalbano e sua namorada genovesa, Livia, destaca a falta de comunicação entre os dois: não é somente uma briguinha entre namorados, mas, a impossibilidade de que se estabeleça a compreensão no nível linguístico. Livia não compreende o siciliano, que ela, em outro romance, qualificou como “dialetto africano” (2010, p. 30-31). A qualificação mostra o ponto de vista de um falante de italiano standard do norte da Itália, para quem a proximidade geográfica da Sicília com o continente africano é uma causa de desmerecimento da cultura e da língua locais. A irritação de Livia é dupla: ela não compreende o que Montalbano disse, e não gosta do tom de voz dele; a ordem “e não fale em dialeto!” aponta para o fato de ela não tentar compreender os costumes e a língua do *Commissario*. A tradução se mantém dentro da norma culta (os dois conversam em italiano standard), mas, é necessário encontrar uma solução que justifique tanto a pergunta quanto a ordem de Livia, “Non parlarimi così e non usare il dialetto!” A opção foi procurar no léxico galego uma frase ou expressão correspondente a “caçoada, zombaria”, e que soasse pouco comum para o leitor brasileiro. Encontramos “moca” e, para acompanhar a fala de Montalbano, que usa “risateddra di scòncica”, usamos também a forma “risadina” com a simples transformação nh > n (risadinha > risadina). Desse modo, o choque cultural Livia / Montalbano se encontra também no texto traduzido, permitindo que o leitor brasileiro compreenda melhor o relacionamento entre as duas personagens e o impacto causado pelo uso do siciliano em uma conversa entre pessoas que não compartilham do mesmo ambiente sociocultural.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os exemplos acima apontam para o leitor a importância de pensarmos na tradução daquilo que foge da norma. As traduções comerciais dos romances de Camilleri recorrem basicamente à norma considerada culta da língua, com ocasional inclusão de elementos da fala oral informal; o resultado é uma leitura fluente e agradável, mas que não apresenta para os leitores a diversidade linguística do texto italiano. Levando em conta a importância cada vez maior dos estudos linguísticos no meio acadêmico, e a compreensão de que as variantes, além de fazerem parte da nossa sociedade, enriquecem a língua, mostrando todas as possibilidades de uso do léxico e de suas estruturas, julgamos que pensar na tradução do “intraduzível” oferece para professores e alunos uma oportunidade para a discussão de temas pertinentes na nossa sociedade. A presença das variantes no texto escrito aproxima o texto literário da experiência de vida dos leitores, e pode tornar a leitura mais prazerosa; a tradução do que foge da norma tem de ser pensada caso a caso, pois não há uma solução única para os mais variados usos de dialetos, socioletos ou línguas minoritárias. A união dos pressupostos da Estilística, da Análise do Discurso e dos Estudos da Tradução, bem como da Morfologia, pode auxiliar os tradutores, para que estes encontrem estratégias possíveis para – segundo as palavras de Eco – dizer *quase* a mesma coisa, na impossibilidade de apresentar no texto traduzido toda a riqueza do original.

NOTAS

(1) “Não conseguiria contar uma história se não a inserisse em um terreno histórico-geográfico preciso, tanto que minha escrita não adquire envergadura a não ser quando me exprimo em dialeto”. (tradução nossa)

(2) “de formas ‘não-padrão’ de fala que manifestam as forças sócio-culturais que moldaram a competência linguística do falante bem como os vários grupos socioculturais aos quais o falante pertence ou pertenceu.”

(3) Apenas então, dentro de uma teoria geral desse tipo de significação, poderíamos pretender legislar sobre os prós e os contras da tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMILLERI, A. *Il sorriso di Angelica*. Palermo: Sellerio Editore, 2010.

_____. *Storie di Montalbano*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 2008.

_____. *Vi racconto Montalbano*. Interviste. Roma: Datanews, 2006.

_____. *La pazienza del ragno*. Palermo: Sellerio, 2004.

_____. *O Cão de Terracota*. Trad. de Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CANDIDO, A. *A literatura e a formação do homem*. Disponível em: www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/.../3007. Acesso em: 10 jun. 2013.

CARPEAUX, O. M. Visão de Graciliano Ramos. In: RAMOS, G. *Angústia*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord. da tradução Fabiana Komesu. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

DICIONÁRIO HOUAISS ELETRÔNICO DA LÍNGUA PORTUGUESA versão 2.0.1.

ECO, U. *Quase a mesma coisa*. Experiências de tradução. Trad. de Eliana Aguiar e revisão técnica de Raffaella de Filippis Qüental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

LANE-MERCIER, G. Translating the untranslatable: the translator's aesthetic, ideological and political responsibility. *Target*, v. 9, n. 1, p. 43-68, 1997.

MARTINS, N. S. *Introdução à Estilística*. 3 ed. revista e aumentada. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.

MILTON, J. *O Clube do Livro e a tradução*. Bauru: Edusc, 2002.

MURRY, J. M. *Problemas do estilo*. Trad. de Aurélio Gomes de Oliveira. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

PYM, A. *Translating linguistic variation*. Disponível em: usuaris.tinet.cat/apym/online/translation/2000_authenticity.pdf. Acesso em: 02 maio 2015.

TARALLO, F.; ALCKMIN, T. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.

ASPECTOS MORFOLEXICAIS DOS PREFIXOS *SUPER-* E *NÃO-* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

João Henrique Lara GANANÇA
Universidade de São Paulo (Doutorando)
jgananca@usp.br

RESUMO: Os dados do *Projeto Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo* (http://www.fflch.usp.br/dlcv/neo/dados_termneo.php), criado e coordenado pela professora Ieda Maria Alves (USP), indicam que as unidades lexicais neológicas criadas pelo processo da derivação prefixal correspondem a, aproximadamente, 30% do total de palavras neológicas coletadas, a partir de *corpora* jornalísticos diversificados, e analisadas, o que faz com que a prefixação seja o processo de formação de palavras mais produtivo no estágio atual de nossa língua. Diante da importância do elemento prefixal no âmbito da criação neológica, estabelecemos como objetivos a serem alcançados por este trabalho a coleta, a descrição e a análise dos dois prefixos mais produtivos segundo os dados apresentados pelo Projeto: *super-* (prefixo de caráter semântico intensivo, presente em 12% das ocorrências) e *não-* (prefixo de caráter semântico negativo, presente em 13% das ocorrências). Utilizaremos como *corpora* de extração de nossos dados *blogs* diversificados da internet, que descreveremos em momento oportuno. Como diretrizes deste trabalho, buscaremos verificar quais são as bases lexicais a que se associam os elementos prefixais em análise, bem como trataremos de esboçar os alcances semânticos desses elementos, isto é, quais seriam as nuances de sentido conferidas pelos prefixos em questão às bases às quais se associam.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicologia; Neologia; Neologismo; Criação lexical; Derivação prefixal.

INTRODUÇÃO

O senso comum, não raro, toma por equivalentes os termos *neologia* e *neologismo*, apresentando-os, muitas vezes de modo depreciativo, como mecanismos de deturpação da língua. Em primeiro lugar, é importante que se tenha em mente o fato de que, por neologia, entende-se o fenômeno de *criação* de unidades lexicais novas, os chamados neologismos, em *sincronia* e não a mudança linguística que se dá em *diacronia* (ALVES, 1990; 2000). Assim, a criação inesperada de uma palavra nova não acarreta, como nos casos de mudanças elaboradas ao longo de dezenas e centenas de anos na estrutura da língua, o desaparecimento necessário de um item lexical antigo para que outro novo possa surgir, pois o fenômeno neológico permite que, a partir de materiais linguísticos já existentes e processos de formação de palavras consolidados na língua, criem-se sempre novos elementos, num constante

enriquecimento e numa permanente ampliação do léxico, movimento denominado por Guilbert "sincronia dinâmica" (1972, p. 12).

Já nos diz Barbosa (1981, p. 78) que falar em neologia é o mesmo que falar em neologia do léxico, uma vez que é no âmbito desse sistema que mais percebemos a inovação. Isso se explica, segundo a autora, pelo fato de ser o léxico de uma língua o espelho mais fiel da realidade sócio-histórico-cultural de sua comunidade de falantes. Cada um de nós categoriza e representa a realidade exterior e interior por intermédio da língua que falamos, a qual condiciona nosso olhar, nosso pensamento, nossa percepção. O inventário léxico de um idioma é, assim, um repositório de signos que testemunham o recorte específico efetuado por essa língua na informe massa dos significados da experiência humana no mundo. Qualquer alteração, portanto, na história, nos costumes, na cultura e/ ou na vida social de uma comunidade de falantes modifica igual e necessariamente o sistema lexical e a neologia capta, exatamente, essa relação entre as alterações inevitáveis na realidade extralinguística e sua representação na língua. Daí a importância dos estudos continuados e sistematizados acerca do fenômeno neológico, dentre os quais insere-se o presente trabalho.

A PREFIXAÇÃO

A prefixação consiste na associação de um prefixo a uma base léxica. Do ponto de vista de seu encaixe na palavra, o prefixo é reconhecido, na Língua Portuguesa, por aparecer sempre à esquerda da base, ou seja, é uma informação que vem primeiro, antes da informação veiculada pela base. Esta característica, aliás, é o que está na raiz da palavra "prefixo", cuja etimologia é justamente essa: aquilo que é fixado/ determinado antes (*lat. prae*fixus).

Boa parte dos prefixos presentes na Língua Portuguesa, quer sejam eles produtivos ou não na formação de neologismos, é herança do Latim. Há, historicamente, estreita relação entre prefixos e preposições, sendo que muitos morfemas prefixais, ainda hoje listados pelas gramáticas tradicionais como sendo partículas latinas, funcionavam, nessa língua, como preposições. Esse fato levou muitos linguistas a considerar a prefixação como fenômeno de composição e não de derivação (CÂMARA JR., 1975).

Desde os anos 80, contudo, as reflexões teóricas acerca da prefixação têm sido no sentido de considerar os formantes prefixais, em paralelo aos sufixais, como afixos, formadores de derivados e não de compostos (BASILIO, 1980; 1987; 1989; ALVES, 1990; 2000; SANDMANN, 1992; entre outros).

Alves (1990), Basilio (1987; 1989) e Sandmann (1992), de modo geral, ensinam-nos que a diferença entre afixos (que geram derivados) e bases lexicais (que geram compostos) é que os primeiros são recorrentes em formações em série, ao passo que as bases aparecem mais raramente em composições. Sandmann (1992, p. 34-35) diz-nos ainda que o afixo carrega ideia, não raro, *geral e abstrata*, ao passo que a base nos traz uma ideia mais particular. Isso explica, segundo ele, o fato de os afixos serem mais recorrentes que as bases, uma vez que podem ocorrer em muitos mais contextos do que essas. Assim, nas palavras de Alves (1990, p. 15), prefixos são "(...) partículas independentes ou não independentes que, antepostas a uma palavra-base, atribuem-lhe uma ideia acessória e manifestam-se de maneira recorrente, em formações em série".

Com isso, percebemos que o prefixo é, afinal, muito mais uma *função* na organização da palavra do que exatamente uma forma, livre ou presa. Alves (2010, p. 70-71) tem demonstrado que o subsistema prefixal é incrivelmente dinâmico e mostra-se sempre aberto a novos elementos. A autora nos apresenta alguns elementos que, pela recorrência na função prefixal em criações lexicais recentes, puderam ser classificados como neo-afixos pela autora: *e-* (*e-contracheque*), *ciber-* (*ciberjúri*), *narco-* (*narcoempresa*), *bio-* (*biocampeão*), *eco-* (*ecoeficiente*) etc. Esses neoformantes prefixais, além de evidenciarem o dinamismo desse subsistema, ainda confirmam a estreita relação entre léxico e sociedade, à qual nos referimos acima, pois as mudanças sociais recentes são o gatilho para que tais elementos pudessem desempenhar a função prefixal nos neologismos destacados.

Nesta seção do trabalho, buscamos conceituar teoricamente o fenômeno da prefixação, a fim de que pudéssemos justificar a inserção dos formantes elencados (*super-* e *não-*) no grupo dos prefixos produtivos da Língua Portuguesa do Brasil. A seguir, pretendemos descrever nosso corpus de extração dos neologismos a serem analisados e também a metodologia que guiou nosso olhar para a identificação dessas unidades lexicais neológicas.

CORPUS DE EXTRAÇÃO: OS BLOGS

Segundo nos ensina Carvalho (2010, p. 278-285), muitas são as fontes de onde se podem extrair unidades lexicais neológicas: imprensa, linguagens científicas e técnicas, literatura, entre outras. Dado o seu caráter de novidade, é comum associarmos a palavra neológica em especial à literatura e, de fato, é possível encontrar muitos neologismos nos textos literários de autores como João Guimarães Rosa, que se dedicaram a trabalhar as possibilidades expressivas da Língua Portuguesa. No entanto, no âmbito deste trabalho, interessa-nos a observação de unidades lexicais neológicas em língua comum.

Estabelecemos como corpus de extração de nossa pesquisa, a fim de alcançar os objetivos traçados, todos os textos publicados em 23 *blogs* diversos da internet veiculados ao longo de todo o ano de 2014 pelo site UOL, importante portal brasileiro ao qual têm acesso muitos internautas, e pelo site da Revista *Veja*, não menos significativo veículo de comunicação brasileiro, cujo público leitor também é bastante numeroso.

A escolha por se trabalhar com textos do ano de 2014 não foi ao acaso, uma vez que tivemos, no período, a Copa do Mundo de Futebol, sediada aqui no Brasil, e as eleições presidenciais, dois eventos importantes e de apelo popular, cuja influência estendeu-se por todos os veículos de comunicação, sobremaneira pelos que utilizam, como os *blogs*, a internet como meio de propagação. Se, conforme dissemos antes, o léxico é reflexo fiel das agitações e modificações sociais, acreditamos que os eventos acontecidos em 2014 tenham, de algum modo, impactado o sistema lexical, o que se poderá verificar pela análise dos neologismos criados no período.

A seguir, apresentamos a lista de *blogs* que nos serviram de corpus para este artigo.

- Blogs veiculados pela blogosfera UOL (blog.uol.com.br):

Marcos Costa, Sua Pele (Beleza);

Búfalos TV, Infomoto, Luís Perez, Mundo em Movimento, UOL Carros (Carros);

Organize (Casa e Decoração);

Física na veia, Scientific American Brasil (Ciência);

Ana Maria Bahiana, Chip Hazard (Cinema);

Ailton Amélio, Assim como você, Blogay, Carla Rodrigues, Eu Joyce, Marcelo Coelho e Regina Navarro.

- *Blogs veiculados pela Revista Veja (veja.abril.com.br/colunistas):*

Caio Blinder;

Rodrigo Constantino;

Leandro Narloch.

Diferentemente da notícia, cuja linguagem utilizada pelos jornalistas, em geral, deve ser a mais formal e precisa possível no intuito de relatar fatos importantes ocorridos recentemente, o texto de *blog* é um gênero bastante diversificado no que tange ao nível de formalidade de seus vários autores e aos objetivos e temas tratados. Neles, é possível escrever praticamente tudo, pois há *blogs* de notícias, culinária, educação, economia, entretenimento, política, esportes, entre muitos outros. Temos percebido que, a depender do tema tratado e do alcance que o site pretende ter, o nível de formalidade na escrita aumenta ou diminui. Quanto maior o alcance do *blog* no que tange ao assunto tratado, maior tende ser a formalidade na escrita, segundo observamos. O contrário também se verifica. Assim, nota-se que *blogs* de política e economia, temas que interessam à comunidade brasileira como um todo, apresentam linguagem mais formal, ao passo que em *blogs* de beleza/maquiagem e entretenimento, cujo público é mais específico, há mais gírias, expressões típicas da oralidade e da subárea de que tratam os sites e inovações gráficas próprias do ambiente virtual.

Percebemos, em meio a tanta fluidez, que o denominador comum único desse tipo de site parece ser não a linguagem, mas a liberdade espacial, pois, em todos os *blogs* recolhidos, o tamanho dos textos era definido pelo próprio autor, diferentemente do tamanho fixo das colunas e das notícias de jornais físicos. Um ambiente textual tão variado, certamente, é profícuo para o aparecimento de unidades lexicais neológicas.

METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DOS NEOLOGISMOS

No âmbito dos estudos lexicais, os conceitos de neologia enquanto fenômeno de criação lexical e de neologismo enquanto produto resultante dessa criação parecem estar bem assentados. Entretanto, identificar empiricamente um neologismo não é tarefa simples, pois esbarramos sempre na seguinte questão: por quanto tempo uma unidade lexical pode ser chamada de neológica? Qual é, afinal, a medida do novo?

Em verdade, temos percebido que *neologismo* é um constructo teórico, pois uma unidade lexical só será considerada neológica a depender dos critérios utilizados para sua identificação. Mudam-se os critérios, mudam-se os dados neológicos.

Boulanger (1979) utilizou pela primeira vez a expressão *corpus de exclusão* para determinar o conjunto de textos utilizados como filtro para a conferência do caráter neológico a uma unidade lexical. O estabelecimento de corpora de exclusão tem sido, desde então, a metodologia de trabalho mais utilizada e mais reconhecida na lida com as criações lexicais novas.

No âmbito dos estudos sobre neologia, os dicionários são, certamente, os corpora de exclusão mais utilizados para conferir caráter neológico a uma unidade do léxico. É certo que as obras lexicográficas apresentam fragilidades, uma vez que os dicionários não conseguem jamais abarcar todas as palavras de uma língua em virtude da limitação natural de sua macroestrutura e por questões mercadológicas. Todavia, considerar uma palavra como neológica se não estiver registrada em um grupo de dicionários de língua é um critério extremamente prático e simples. Ademais, socialmente falando, o dicionário é visto como o repositório lexical confiável de uma determinada comunidade de falantes, não sendo rara a consulta às obras lexicográficas para verificação da existência ou não de uma palavra. Pelos falantes, os dicionários são vistos como fontes do saber lexical e parece intuitivamente natural deixar de considerar uma palavra como neológica se ela passar a figurar nos dicionários da língua.

Durante décadas de estudos da neologia, os únicos corpora de exclusão utilizados por quem se aventurava a observar esse campo da lexicologia foram os dicionários. Recentemente, porém, o desenvolvimento da Linguística de corpus, aliado ao aprimoramento da informática, tem possibilitado o aparecimento de ferramentas computacionais que utilizam bancos textuais em suporte digital, estabelecendo, assim, uma nova via de detecção de neologismos, além da lexicográfica. Tal é o caso do *Extrator de Neologismos*, ferramenta desenvolvida pelo Projeto TermNeo (coordenado por Ieda Maria Alves- USP) em parceria com o NILC-USP-São Carlos, que realiza a coleta semiautomática de candidatos a neologismos por meio da comparação entre o corpus de extração – que deve estar armazenado em formato txt - e o banco textual armazenado, segmentando os sintagmas em que ocorrem os possíveis neologismos. O produto final do processamento do corpus pelo extrator é uma lista de prováveis neologismos apresentados com seus contextos. O caráter neológico ou não da unidade lexical elencada pelo extrator deve, em seguida, ser assegurado pela verificação da sua ausência ou presença em dicionários de língua, conforme estabelece o critério lexicográfico comentado há pouco.

Submetemos nosso corpus de extração ao *Extrator de Neologismos*. Para confirmação do caráter neológico das unidades lexicais listadas pelo programa, utilizamos as versões eletrônicas e/ ou virtuais de três dos principais dicionários da Língua Portuguesa do Brasil: *Novo Dicionário Aurélio* (versão eletrônica, 2008), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (versão eletrônica, 2009) e *Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa* (versão online gratuita disponível em <http://michaelis.uol.com.br/>)

Guiados pela metodologia de detecção de neologismos descrita acima, coletamos 331 ocorrências diferentes de unidades lexicais neológicas formadas pelo processo de derivação prefixal. Na próxima seção deste trabalho, desenvolveremos a análise dos dados encontrados.

ANÁLISE DOS DADOS

Dentre os 331 neologismos criados pela associação de um prefixo a uma base, 33 foram formados a partir da associação com o prefixo *super-* e 26 pela associação com *não-*, perfazendo um total de 59 ocorrências diferentes. Das 59 unidades léxicas prefixais extraídas, as formadas por *super-* correspondem, portanto, a 56% das ocorrências, ao passo que as formadas por *não-* respondem por 44% dos casos. Do total de 331 neologismos prefixais, *super-* tem 10% e *não-* 8%, somando, juntos, 18% do total de ocorrências neológicas prefixais, o que vem confirmar a grande produtividade desses formantes no Português Brasileiro contemporâneo.

O PREFIXO *SUPER-*

O formante *super-*, originário da partícula prepositiva e adverbial latina *super*, é reconhecido, de modo geral, como prefixo pelos dicionários e gramáticas tradicionais da Língua Portuguesa. Interessante notar que *super-* é muito mais produtivo, em nosso idioma, que a forma vernácula derivada diretamente do Latim, *sobre-*, que, atualmente, não tem ajudado a formar muitos neologismos.

Como preposição da língua latina, este elemento materializava, linguisticamente, um esquema imagético espacial. No caso específico de *super*, a imagem evocada era a de “superioridade espacial”, exatamente o sentido de base da preposição vernácula *sobre*, que lhe é derivada. Posteriormente, enquanto prefixo, *super-* adquiriu, não só em Português, mas também em outras línguas românicas, o sentido metafórico de “excesso”, conforme nos diz Alves (2000, p. 131). Cunha; Cintra (2008, p. 100) e Bechara (2009, p. 367) registram também esse sentido em suas respectivas obras gramaticais.

Atualmente, as pesquisas de Alves (2000, 2007, 2010), realizadas a partir dos dados recolhidos pelo *Projeto Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*, têm mostrado que a semântica geral atrelada a este elemento prefixal, no Português Brasileiro contemporâneo, é a de “intensidade crescente”, uma metaforização da ideia-base de “superioridade”, historicamente atrelada ao elemento em questão. Por esse motivo, a autora (1990, 2000) tem atribuído a este prefixo, juntamente com outros como *hiper-* e *mega-*, a formação de um campo semântico intensificador dentro do subsistema prefixal.

Os exemplos coletados por nós revelam que *super-* cumpre a função adverbial de intensificar as características semânticas inerentes das bases a que se associa, muitas vezes marcando exageros. Nos casos abaixo, vemos que “prazer sexual” e “hétero” têm seus semas intensificados pelo elemento prefixal em questão. Temos, portanto, não apenas um prazer sexual comum, mas um prazer intenso, quase exagerado. Do mesmo modo, vem-nos à mente não um indivíduo heterossexual comum, mas um estereotipado, exagerado. É interessante notar, aliás, a esse respeito, a relação sinonímica entre o sufixo aumentativo *-ão* (machão) e o prefixo intensivo *super-*, reforçando a semântica deste:

Descobri um <super prazer sexual>... só que é perigoso! (*Blog da Regina Navarro*, 16/01/2014).

Eu prefiro não ter medo de ser julgado do que me preocupar em cumprir as expectativas de ser “machão”, <super-hétero> que assobia para menina na rua e coça o saco... (*Blogay*, 18/05/2014).

De modo resumido e geral, podemos dizer que a intensidade trazida por *super-* pode ser relativa a:

(1) extensão/ tamanho físico

Então, porque estão dizendo que hoje ela estará maior, num fenômeno popularmente chamado de <Super Lua>? (*Blog Física na veia*, 10/08/2014).

O novo mapeamento cósmico referente ao <superaglomerado> galáctico de que faz parte a Via Láctea, a estrutura que abriga o Sistema Solar em um de seus braços (braço de Órion), surpreende, tanto pela capacidade humana de mensuração do Universo quanto pelo abismo de espaço-tempo em que estamos encerrados. (*Blog Scientific America*, 31/08/2014).

No primeiro contexto, o tamanho avantajado da lua em determinadas épocas do ano é marcado tanto pelo adjetivo “maior” quanto pelo prefixo *super-*, numa clara relação sinonímica entre eles, que, por sua vez, ajuda a esclarecer, neste contexto, a semântica do elemento prefixal como relativa a “tamanho grande”.

No segundo contexto, as imensas extensões astronômicas são marcadas claramente pelo prefixo na unidade lexical neológica <superaglomerado>.

(2) quantidade

O seu partido conservador, o Liberal Democrata, e o aliado budista Komeiro conseguiram manter a <supermaioria> de 2/3 das cadeiras na Câmara Baixa do Parlamento (e desta forma podem passar legislação sem a Câmara Alta). (*Blog do Caio Blinder*, 15/12/2014).

Neste caso, *super-* marca a ideia de “maioria absoluta” de cadeiras no parlamento conquistadas pelos partidos Liberal Democrata e Komeiro. Uma grande quantidade, portanto.

(3) qualificação valorativa

O gosto de sexo por sexo pode ser desenvolvido e até <superdesenvolvido> posteriormente, na idade adulta, como acontece, por exemplo, com aquelas pessoas que se viciaram em sexo. (*Blog do Ailton Amelio*, 01/04/2014).

Como seu personagem, Riggan, Keaton já foi um <superastro> da tela graças a um super-herói híbrido de gente e bicho: Batman para Keaton, Birdman para Riggan. (*Blog da Ana Maria Bahiana*, 20/10/2014).

Esse foi o número de clássicos e <supermáquinas> que os entusiastas da Nitto Tire, empresa de pneus norte-americana, reuniu em um vídeo que faz uma verdadeira sinfonia com o ronco dessas máquinas. (*Blog Búfalos TV*, 25/07/2014).

Veja o ensaio abaixo com a linda Carolina Melo e fotos do <super fotógrafo> Marcos Fertoni. (*Blog do Marcos Costa*, 21/12/2014).

A experiência de incorporar a personagem Felícia Drag foi um desafio dos grandes, já que as drags são <superfemininas> e <superextrovertidas>, o oposto de mim. (Blogay, 18/05/2014).

Nos exemplos elencados acima, o prefixo *super-*, à semelhança de alguns advérbios, intensificou qualitativamente a semântica das bases a que se associou. Assim, tem-se um “gosto bastante desenvolvido”, “um astro de cinema muito famoso”, “máquinas muito fortes”, “um fotógrafo muito profissional”, “drags muito femininas” (característica valorizada no universo *drag queen*) e “drags muito extrovertidas”.

(4) qualificação desvalorativa

Dada a semântica desvalorativa já inerente a algumas bases, o prefixo *super-*, ao associar-se a elas, intensifica-lhes esse sentido negativo. É o que se pode verificar nos exemplos abaixo, em que *terror* e *terrorista* já trazem semântica de negatividade, intensificada por *super-*:

Sem dúvida é o <superterror> que faz Hezbollah e Hamas parecerem grupos de escoteiros. (Blog do Caio Blinder, 09/08/2014).

Seu executor foi o <superterrorista> Khalid Sheikh Mohammed, mais tarde capturado e hoje sob custódia militar americana em Guantánamo. (Blog do Caio Blinder, 21/08/2014).

Nota-se que a intensificação negativa do neologismo <superterror> é marcada no contexto pela oposição com “grupos de escoteiros”, que lhe serve de contraponto. A relação entre esses dois elementos é, portanto, antonímica.

Do ponto de vista de seu comportamento morfossintático, *super-* quase não apresenta restrições, embora forme, preferencialmente, unidades lexicais neológicas substantivas. Pode associar-se, pois, a bases adjetivais (nove ocorrências), substantivais (vinte ocorrências) e até verbais (duas ocorrências), como mostram, respectivamente, os exemplos a seguir:

Fiz vestibular apenas para a PUC, seguro de que entraria, e desejava trabalhar no ambiente <super-competitivo> do mercado financeiro desde sempre. (Blog do Rodrigo Constantino, 11/04/2014).

Agora vamos comparar isso com o <super-individualismo> materialista moderno, que parece confundir o foco no indivíduo com uma espécie de sociopatia, em que o entorno não importa, os outros não importam, vale tudo e qualquer tipo de sacrifício pessoal em prol dos demais é visto como escravidão. (Blog do Rodrigo Constantino, 17/07/2014).

Pelo contrário: as pessoas que se gostam tentarão, cada uma delas, não prejudicar a outra pessoa e nem permitir que a outra a <superbeneficie>! (Blog do Ailton Amelio, 26/01/2014).

Encontramos, em nosso corpus, uma associação de *super-* com expressão idiomática e uma com sintagma preposicional giriático de valor adjetival, como mostram os contextos abaixo, respectivamente:

E que surpresa: uma <super colher de chá> para a dona Olga, mãe do Mota, um dos meus amigos mais antigos (nos conhecemos no maternal, aos três anos) e que mora em Israel há 42 anos. (*Blog do Caio Blinder, 30/06/2014*).

Eles podem relaxar em uma trilha (com piso <super de boa> para todos) cheia de árvores, bichos e plantas. (*Blog Assim como você, 06/04/2014*).

Quando há associação de *super-* com verbos, percebemos que o prefixo adquire (ou readquire, se pensarmos em sua origem latina) um valor adverbial ainda nítido do que o já sentido em outras situações. O neologismo <super-atuar>, como se vê, é facilmente parafraseável por “atuar muito bem”: “Mas ele <super-atua>” (*Blog da Ana Maria Bahiana, 03/01/2014*).

Ainda no que tange aos aspectos morfossintáticos, gostaríamos de destacar um fenômeno de “acumulação” de prefixos intensivos, que percebemos em alguns contextos. Nestes casos, o formante *super-* ocorre juntamente com outros elementos intensivos, numa perene busca pela expressão cada vez mais exata da intensidade crescente ou, como se depreende do segundo contexto, num esforço de expressar mais claramente a ironia e o exagero.

Retornando ao território que explorou em Os Bons Companheiros e Cassino -um grupo de homens unido pela mais profunda cumplicidade fazem, juntos, uma jornada sinistra por baixezas cada vez maiores – Martin Scorsese está no topo de sua forma com O Lobo de Wall Street, uma comédia <super-hiper-negra> sobre a era da ganância desenfreada em Wall Street. (*Blog da Ana Maria Bahiana, 06/01/2014*).

Aproveitando essa onda reaçã que tá <super-mega tendência>, a gente está lançando toda uma coleção pra você, jovem reacionário, que quer gastar o dinheiro que herdou honestamente na sociedade meritocrática – apesar dos impostos, é claro. (*Blog do Rodrigo Constantino, 31/03/2014*).

Por fim, interessa-nos destacar a fluidez com que se apresenta graficamente o formante *super-*. A despeito das regras fixadas pelo Acordo Ortográfico em vigor, percebe-se que, em alguns *blogs*, mormente os mais próximos da oralidade, o prefixo em destaque foi escrito separadamente da base que toma por escopo, sem qualquer ligação gráfica com ela. A nosso ver, tal fato vem confirmar o que dissemos antes, sobre o prefixo marcar muito mais uma função do que uma forma, seja ela livre ou presa.

O PREFIXO NÃO-

Diferentemente de *super-*, o caráter prefixal de *não-* não tem sido reconhecido nem pelas Gramáticas nem pelos Dicionários da Língua Portuguesa que utilizamos nesta pesquisa. Tais obras apenas apontam para este elemento como advérbio de negação. Alves (1987, 1990, 2000), porém, aloca-o no grupo dos chamados “prefixos negativos”, juntamente com formantes como *des-*, *in-*, *anti-*, haja vista a quantidade de contextos em que ele ocorre, em formações em série.

Em verdade, não é fácil diferenciar os usos adverbiais dos prefixais de “não”, posto que, semanticamente, ambos são “negação absoluta” dos elementos que tomam por escopo. Sandmann (1992, p. 80), porém, lança luz sobre a questão quando nos diz que, enquanto forma livre, portanto como advérbio, “não” nega a frase toda, ou seja, toma por escopo toda a sentença: “José não está na escola”. Por sua vez, enquanto forma presa, portanto como prefixo, “*não-*” nega apenas um elemento menor do sintagma frasal, isto é, toma por escopo apenas um elemento da sentença: “O papa falou para católicos e não católicos”.

Confirmando os estudos realizados por Alves e Sandmann, em nosso corpus, verificamos que a semântica deste formante, em todos os neologismos formados, é basicamente a mesma: “negação absoluta” e neutra.

Com idade entre 15 e 23 anos, 53% tinham completado o Ensino Médio ou começado a faculdade, enquanto só 33% dos terroristas <não-suicidas> estavam nesse nível de escolarização. (*Blog* do Leandro Narloch, 16/12/2014).

A presidente Dilma não cumpriu uma das poucas leis republicanas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e alterou ad hoc esta lei tão somente para que esta passe a encarar seu crime de responsabilidade como um <não-crime>, retroagindo ex tunc para antes mesmo de tal lei ter sido modificada – e considerando assim que o crime de Dilma, cometido antes da modificação da lei, já seja encarado sob a luz da lei alterada. (*Blog* do Rodrigo Constantino, 08/12/2014).

Dia desses voltou ao tema de uma conversa com amigos o que eu chamo de “o marketing pessoal dos pretensos <não-entendedores>”. (*Blog* do Luís Perez, 12/09/2014).

Quando indígenas, já em contato com a sociedade exterior - como os moradores do Parque Indígena do Xingu, por exemplo, - se referem a <não-índios> como “brancos”, usam essa palavra no sentido de “estrangeiro” ou <”nã-índio”>. (*Blog* do Scientific America, 27/07/2014).

As chances: A grande surpresa da temporada é Barkhad Abdhi, um desconhecido <não-ator> (era motorista de limusine até fazer o teste para o papel) nascido na Somália e morador de Los Angeles. (*Blog* da Ana Maria Bahiana, 05/08/2014).

Como é possível ser gay, pessoas que, no senso de muuuuita gente, ainda são extremamente promíscuas, pecadoras, ‘arcoirizadas’ 8-) e antissociais, <não-naturais>? (*Blog* Assim como você, 07/02/2014).

Percebemos claramente que, em vários contextos, o neologismo criado a partir da associação *não-* + base é, de algum modo, explicado por elementos textuais ou apresenta relação sinonímica com eles. O contexto é, pois, fundamental para a explicitação da semântica do prefixo.

Em <não-crime>, explicou-se que a manobra de enquadrar o crime cometido por Dilma Rousseff antes da mudança na lei excluiu-o do rol dos crimes, portanto, trata-se de um não crime. No caso de <não-índios>, há uma relação sinonímica entre a unidade lexical neológica e o substantivo “estrangeiro”. Junto a <não-ator>, há uma explicação, entre parênteses, do porquê de não se poder enquadrar o indivíduo mencionado dentro do grupo prototípico dos atores: ele é motorista e não ator. Finalmente, acompanha <não-naturais> uma série de características que evidenciam o

que o autor entende como “natural” e explicam a razão de não se enquadrar pessoas gays nesse grupo.

Morfossintaticamente, o elemento prefixal *não-* apresenta um comportamento oposto ao *super-*. Enquanto o prefixo intensivo associa-se com maior frequência a substantivos, como vimos antes, o elemento negativo adjunge-se principalmente a bases adjetivais. As bases substantivas representam, em nosso corpus, apenas nove ocorrências, ao passo que as adjetivas totalizam dezessete, sendo que cinco delas são bases adjetivas participiais. Encontramos uma associação entre *não-* e uma sigla, cujo valor também é adjetival. Em apenas uma ocorrência, houve associação de *não-* com um verbo nominalizado, pois, do contrário, a partícula negativa seria adverbial, não prefixal (Sandmann, 1992, p. 80). Abaixo, listamos um exemplo de cada uma das associações descritas:

Basta entender que a maternidade como um direito supõe a <não-maternidade> também como um direito. (*Blog* da Carla Rodrigues, 21/04/2014).

Ingresso: Contribua com 1kg de alimento <não-perecível> a ser doado para uma instituição de caridade. (*Blog* Assim como você, 30/09/2014).

Vale lembrar que bege, a palavra francesa para definir o marrom claro, significa não-processado, rustico, cru. (*Blog* do Marcos Costa, 20/07/2014).

Acho ilusório o que exigimos das pessoas não-homossexuais e <não-LGBTs> (*Blogay*, 30/03/2014).

De fundo e para se pensar, o <não-gostar> de efeminados passa muito perto pelo mesmo discurso daqueles homofóbicos que dizem que não gostam de gays. (*Blogay*, 29/03/2014).

Em todos os neologismos recolhidos, a partícula prefixal negativa uniu-se às bases por meio do hífen, muito embora o Acordo Ortográfico vigente (1990) tenha retirado o hífen dos casos em que “não” exerce função prefixal.

Finalmente, gostaríamos de destacar que, mais até do que *super-*, o formante prefixal *não-* mostra nitidamente a relação traçada por Alves (1990, p. 28) entre os prefixos e a economia discursiva. É princípio, nas línguas naturais, que os falantes busquem sempre falar o máximo possível utilizando o mínimo de recursos e os prefixos, no estágio atual do Português Brasileiro, parecem evidenciar esse processo e contribuir para ele. Essa é, aliás, a explicação que dá a autora para o questionamento do por que seria a prefixação o fenômeno que mais tem gerado unidades lexicais neológicas. Vê-se que um sintagma como <não-índio>, formado por dois elementos, transmite a mesma informação que a sentença completa “aquele que não é índio” ou “aquele que não pertence ao grupo dos índios”, o que atende às necessidades linguísticas de economia discursiva e, ao mesmo tempo, a demanda extralinguística pela informação rápida, tão cara a uma sociedade que muda tanto, com tamanha frequência e em tão pouco tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, com este trabalho, apresentar algumas características morfofossintáticas e semânticas dos formantes prefixais *super-* e *não-*, já identificados por Alves (1990, 2000) como os mais produtivos na criação de neologismos formados pela prefixação e confirmados por nós como bastante frequentes (18% do total de neologismos prefixais).

Para tanto, compusemos um corpus formado por textos publicados, em 2014, em 23 *blogs* variados da internet e os submetemos ao programa *Extrator de Neologismos* e a três importantes Dicionários de Língua Portuguesa em suas versões online e/ou eletrônica: *Aurélio*, *Houaiss* e *Michaelis*.

Os dados recolhidos foram analisados à luz de significativa bibliografia a respeito da prefixação, cujos meandros discutimos em seção introdutória.

Como conclusões gerais da pesquisa, podemos dizer que os dois prefixos estudados são diferentes do ponto de vista semântico (*super-* intensifica as características semânticas das bases associadas e *não-* nega seu conteúdo) e morfofossintático (o elemento intensivo tende, segundo nossos dados, a se associar mais a substantivos, ao passo que o negativo apresenta tendência a tomar por escopo, principalmente, adjetivos). Além disso, verificou-se que, em nosso corpus, *super-* foi mais frequente que *não-*, o que destoia dos dados colhidos por Alves (Projeto Base), mas que não os invalida, posto tratem-se de *corpora* de origens e naturezas diferentes.

A despeito das diferenças, percebemos que os dois elementos, apesar de apresentarem comportamento e características prefixais, flertam com a classe dos advérbios, seja por também poderem ser usados como tal (no caso de “não” tomar por escopo o verbo e, como consequência, toda a sentença), seja por estarem sendo recategorizados como advérbios em determinados contextos (quando *super-* é utilizado como forma livre predicando verbos). Essa fluidez no comportamento desses elementos evidencia o quão tênues são as fronteiras entre as classes de palavras e subsistemas da língua, o que já foi demonstrado pela relação entre prefixos e preposições no Latim e no Português.

A análise dos neologismos recolhidos, em contraste com os contextos nos quais apareceram, revelou-nos algumas relações textuais que contraem as unidades lexicais com elementos em seu entorno. Tais relações parecem ser, sobretudo, sinonímicas ou antonímicas (Alves, 2009, p. 1821-1825).

Por fim, confirmamos a relação entre prefixos e economia discursiva e acreditamos, a exemplo de Alves, que as modificações sociais, que geram a necessidade cada vez maior de rapidez nas comunicações, afetam também o sistema morfolexical, forçando a maior utilização de prefixos e tornando a prefixação um fenômeno criativo bastante produtivo no Português Brasileiro contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. A neologia do português brasileiro de 1990 a 2009: tradição e mudança. In: ALVES, I. M. (Org.). *Neologia e Neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010. p. 63-82.

_____. Neologia e Implicações Textuais. In: ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, João Pessoa, 2009. *Atas...* João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2009, v. 1, p. 1821-1825. Disponível

em:<http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Ieda%20Maria%20Alves%20-%20ok.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

Valladolid, 2010. *Actas...* Valladolid, Universidad de Valladolid, 2010. p. 1846-1859.

_____. O formante *super-* no português brasileiro: a supertrajetória de um prefixo. In: FÁVERO, L. L., BASTOS, N. B., MARQUESI, S. C. (Orgs.). *Língua Portuguesa. Pesquisa e ensino*. v. 1. São Paulo: Editora PUCSP EDUC, 2007. p. 51-62.

_____. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo*. 2000. Tese (Livre-Docência em Lexicologia e Terminologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. *Neologismo. Criação lexical*. 1 ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. A produtividade do prefixo *não-* no português contemporâneo. *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, v. 39, n.11, p. 1026-1028, 1987.

BARBOSA, M. A. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo: Global, 1981.

BASILIO, M. Prefixos: a controvérsia derivação/ composição. In: *Cadernos de Linguística e Língua Portuguesa*, v. 1, p. 3-13, 1989.

_____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOULANGER, J. C. Problématique d'une méthodologie dynamique d'identification des néologismes en terminologie. In: *Néologie et lexicologie*. Paris: Larousse, 1979. p. 36-46.

CAMARA JR., J. M. Ampliação e renovação lexical. In: *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975. p. 213-234.

CARVALHO, N. M. de. Caminhos do Neologismo no Brasil. In: ALVES, I. M. (Org.). *Neologia e Neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010. p. 277-291.

CUNHA, C. ; CINTRA, L. *Nova Gramática do Portugues Contemporaneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GUILBERT, L. Théorie du néologisme. *Cahiers de l'Association Internationale des Etudes Françaises*, v. 25, p. 9-29, 1973.

HOUAISS, A; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss Eletrônico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. (versão eletrônica): Curitiba: Positivo, 2008.

SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

WEISZFLOG, W. *Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa* (versão online). Disponível em: <www.michaelis.uol.com.br>. Acesso entre: 01 maio 2015 e 08 ago.2015.

TAXIONOMIA DO VALE DO CAÍ: INTERFACES ENTRE TECNOLOGIA, LÉXICO E CULTURA

Arthur Marques de OLIVEIRA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
arthur_marques@outlook.com

Odair José Silva dos SANTOS
Universidade de Caxias do Sul (Doutorando)
odairzile@hotmail.com

Vanessa CHRIST
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
vanessachrist.fz@gmail.com

RESUMO: Em um mundo cada vez mais globalizado, torna-se necessário resgatar, registrar e divulgar aspectos linguísticos, de cultura e de identidade que auxiliaram a constituir determinados grupos, comunidades e regiões. Imerso nessas reflexões, o presente texto apresenta algumas considerações sobre o “Projeto Onomástica do Vale do Caí” (OVAL), das suas respectivas pesquisas à divulgação via uma página da *web*. O projeto, criado e desenvolvido na região do Caí – próximo à zona metropolitana de Porto Alegre – teve como finalidade registrar e analisar os antropônimos e topônimos das localidades pertencentes ao vale. Assim, as reflexões aqui propostas vão desde apresentar o resgate linguístico-cultural, a partir do léxico (especificamente os nomes próprios) da região do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, até revelar as práticas na *web*, com a formação de um pequeno atlas *on-line*, aliando a prática de pesquisa de campo e bibliográfica à propagação do conhecimento por meio do uso de tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica; Linguagem; Tecnologia.

INTRODUÇÃO

Contemporaneamente vivemos em um mundo globalizado em que as informações são acessadas instantaneamente e, nesse contexto, há uma eclosão na formação de novos sentidos e a ressignificação de outros. Nesse passo, a competência linguística configura-se como um mecanismo extremamente importante na produção e promoção de conhecimentos, pensando nos caminhos das inovações científicas e tecnológicas, das descobertas e do registro de diferentes culturas, a fim de refletir sobre características que envolvem o humano.

Nessa perspectiva, o “Projeto Onomástica do Vale do Caí” (1) surge numa tentativa de realizar o resgate linguístico-cultural das cidades que compõem o Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, bem como formar um acervo *on-line* que possibilite às pessoas de dentro e fora da região acessar e conhecer um pouco dos aspectos de

linguagem (no âmbito do léxico) e de cultura que caracterizam esse espaço. As atividades iniciaram-se no segundo semestre de 2014 e foram concluídas em janeiro de 2016.

Dessa forma, o presente texto visa a descrever aspectos inerentes ao “Projeto Onomástica do Vale do Cai”, da pesquisa com léxico à sua divulgação em uma página da Web (2). Para tanto, para alcançar o objetivo aqui proposto, na sequência serão discutidos dois aspectos: alguns apontamentos entre linguagem, tecnologia e ensino e a descrição e breve apresentação do processo de pesquisa do projeto, bem como a configuração do site que acomoda os dados levantados.

“PROJETO ONOMÁSTICA DO VALE DO CAÍ”: INTERFACES ENTRE LINGUAGEM E TECNOLOGIA

Práticas de leitura do cotidiano e suas respectivas aprendizagens se impõem como necessidades e como possibilidades de aumentar a auto percepção diante das novas realidades que constantemente o mundo propõe, o que demanda novos mecanismos para uma educação promotora do ser humano e do cidadão. Na esteira dessas ideias, Edgar Morin defende:

Nova consciência começa a surgir: o homem, confrontado de todos os lados às incertezas, é levado em nova aventura. É preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças em que os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado. É por isso que a educação do futuro deve se voltar para as incertezas ligadas ao conhecimento. (MORIN, 2000, p. 84)

Os níveis elevados de intolerância à liberdade de expressão e à diversidade cultural, tal como a introdução acelerada de novas tecnologias, pedem novos olhares e novas leituras das realidades latentes. Com esses grandes contrastes econômicos e culturais em nossa sociedade, torna-se imprescindível acelerar o processo de aprendizagem, a fim de se promover o humano, dando cada vez mais o acesso ao conhecimento das diferentes culturas no intuito da reflexão sobre a diversidade e, assim, promover igualdades. Nesse aspecto, interligar crianças e jovens ao conhecimento veiculado pelas novas tecnologias é inseri-los no mundo globalizado e, ainda, “preservar e reinventar valores, normas e costumes no interior daquele grupo social” (BRASIL, 1997, p. 134).

Para que as distâncias diminuam, o uso das tecnologias vem como ferramenta na e para a difusão da informação. No âmbito da educação, há a necessidade constante de “trocas” entre as culturas, com o intuito de “aprender e reaprender” constantemente a condição humana, olhar para o outro e conseguir contemplar a riqueza e a diversidade cultural que compõem o mundo.

A lexicologia, um dos ramos das Ciências do Léxico, surge para estudar o registro dos vocábulos utilizados ou à disposição dos falantes de diferentes comunidades linguísticas e “tem como uma de suas tarefas examinar as relações do léxico de uma dada língua com o universo natural, social e cultural, a transposição de uma realidade infinita e contínua a um número de lexias” (ANDRADE; DICK, 2012,

p. 195). Por isso, um estudo como esse “recorta realidades do mundo, define, também, fatos de cultura” (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1998, p. 9). Ainda, para Duranti (2000):

Uma língua é em si mesma um conjunto de práticas que integram não apenas um sistema particular de palavras e regras gramaticais, mas uma frequentemente esquecida ou soterrada luta por ostentar o poder simbólico de uma específica modalidade de comunicação, com seus próprios sistemas classificatórios, formas de referência e tratamento, léxicos especializados e metáforas. (DURANTI, 2000, p. 75)

A onomástica, um dos ramos da lexicologia, por sua vez, abarca, dentre suas várias ramificações, o estudo dos nomes próprios (antroponímia) e o estudo dos nomes de lugares (toponímia). Torna-se relevante o estudo de antropônimos e topônimos, à medida que esses refletem características da composição da identidade de um determinado grupo social.

Atualmente pesquisas sobre toponímia no Brasil concentram-se nos seguintes projetos, segundo dados: ATB (Atlas Toponímico do Brasil) e ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), coordenados na USP; ATEMG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais); ATEMT (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso); ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul); ATEPAR (Atlas Toponímico do estado do Paraná); Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado de Tocantins; ATA OB (Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira); ATEC (Atlas Toponímico do Estado do Ceará) (3). O objetivo é, então, organizar o maior número de dados possíveis para que se possa construir um Pequeno Atlas Onomástico, a fim de também colaborar com um possível futuro Atlas Toponímico do Rio Grande do Sul.

Na esteira dessas ideias, Isquerdo e Dargel (2014) definem o topônimo:

como um índice de traços culturais, históricos e linguísticos de determinado espaço geográfico, uma vez que tanto elementos do espaço físico quanto traços de natureza antropocultural em geral são tomados como motivações pelo denominador quando necessita “marcar território” por meio da atribuição de um nome a um lugar. (ISQUERDO; DARGEL, 2014, p. 63)

Refletindo sobre essas ideias, surge o “Projeto Onomástica do Vale do Caí”, com o intuito de resgatar características linguísticas (por meio do léxico), históricas e culturais de um determinado grupo social e dos indivíduos que nele estão imersos, com a pressuposição da “investigação das histórias orais em diferentes épocas e contextos, como transmissoras de uma determinada cultura”. (BRASIL, 1997, p. 134)

O projeto, vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul como projeto de ensino, tem como escopo principal investigar os aspectos da antroponímia e toponímia do Vale do Caí. A pesquisa tem como integrantes um grupo de alunos dos 2º, 3º e 4º anos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, que tem reuniões extraordinárias semanais, no turno

inverso da aula, com a finalidade de estudar as linhas teóricas, levantar dados e analisá-los. Nessa perspectiva, esse estudo torna-se importante, à medida que:

A educação pode ser reconhecida como um alicerce criador e transformador de seres e conceitos, à medida que possibilita a “leitura”, “releitura” e “interpretação” de diferentes realidades que permeiam a comunidade envolvida. Nesse sentido, elaborar projetos interdisciplinares oportuniza tanto a professores quanto a alunos aprendizagens e experiências ímpares e profícuas. (SANTOS; OLIVEIRA, 2015, p. 5)

No caso da pesquisa aqui descrita, as relações interdisciplinares são múltiplas, como as correlações com o campo da cultura, essa vista como um sistema de participação, por estar voltada para observação do funcionamento da linguagem no mundo real; percebe-se o uso da linguagem como a participação de sujeitos em interações com o mundo numa proporção maior que o próprio falante e, ainda, maior do que se pode ver e tocar numa dada situação (DURANTI, 2000, p. 76).

Conforme Duranti (2000, p. 76), “as palavras levam em si mesmas milhares de possibilidades para conexão com outros seres humanos, outras situações, acontecimentos, atos, crenças e sentimentos” (4) (DURANTI, 2000, p. 76). Observa-se a capacidade do domínio da linguagem de descrição do mundo e também de interligar pessoas, objetos e lugares, confirmando a ideia de que ações humanas e dimensões sócio-históricas estão relacionadas.

Para esse autor (DURANTI, 2000, p. 77), o mundo se mantém conectado por meio de atos de fala, canais comunicativos que se encontram interligados concretizando comunidades de ideias e práticas através da utilização da língua. Aqui identificamos particularmente o léxico. Participar de uma determinada comunidade implica assimilar e compartilhar dos recursos cristalizados culturalmente como, por exemplo, o sistema de crenças e a linguagem.

Assim, o projeto configura-se em um arsenal de ações que visa a integrar aspectos de diferentes áreas de forma interdisciplinar, além de propiciar aos alunos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio a prática de criar e dar sustentabilidade a uma página na internet em forma de site. Na sequência, são apresentadas duas figuras: uma contempla a página inicial do site (Figura 1) e outra mostra os ícones possíveis que permitem cada visitante navegar (Figura 2).



Figura 1: página inicial do site.
Fonte: elaboração dos autores



Figura 2: ícones disponíveis aos visitantes.
Fonte: elaboração dos autores

A Figura 2 mostra os ícones disponíveis para o acesso dos visitantes. Na parte superior, há alguns itens informativos acerca dos aspectos teóricos estudados, aliados a exemplos; nesse espaço, podemos encontrar os antropônimos, os topônimos, os hidrotopônimos, os hodônimos e os oneônimos (4). No lado esquerdo, encontramos as informações sobre a pesquisa, as cidades pesquisadas (com o acervo encontrado em cada uma delas), a história da região, curiosidades sobre a história, a cultura e a linguagem da região, a lista com os pesquisadores, as publicações realizadas pelos integrantes do projeto, alguns links sugeridos e uma galeria de fotos que foram tiradas e editadas pelos membros do projeto.

A pesquisa, em seu bojo, coleta dados acerca dos topônimos e antropônimos nos 19 municípios que compõem a região. Para tanto, o banco de dados é formado por informações de diferentes investigações. Sobre os antropônimos (nomes próprios) o

projeto tentou levantar, por meio de listas telefônicas, os sobrenomes e suas respectivas origens para então fazer-se uma análise de o que está por trás deles: aspectos da formação sócio-histórica da região, notando a incidência de um grande número de sobrenomes ligados à colonização alemã e italiana. No campo dos topônimos (nomes de lugares), há a coleta e a análise de nomeações de diferentes espaços: hodônimos (nomes de ruas), oneônimos (nomes de estabelecimentos comerciais), hidrotopônimos (nomes de rios), nomes de escolas, nomes de bairros e localidades, além do nome dado a cada cidade que compõe a região do Vale Caí. A análise perpassa pelo olhar atento à origem, à motivação e à representação de cada nome para a comunidade envolvida.

Na sequência é apresentada a imagem (Figura 3) da página do site que contempla os municípios envolvidos e suas respectivas localizações geográficas no cenário sul-rio-grandense.

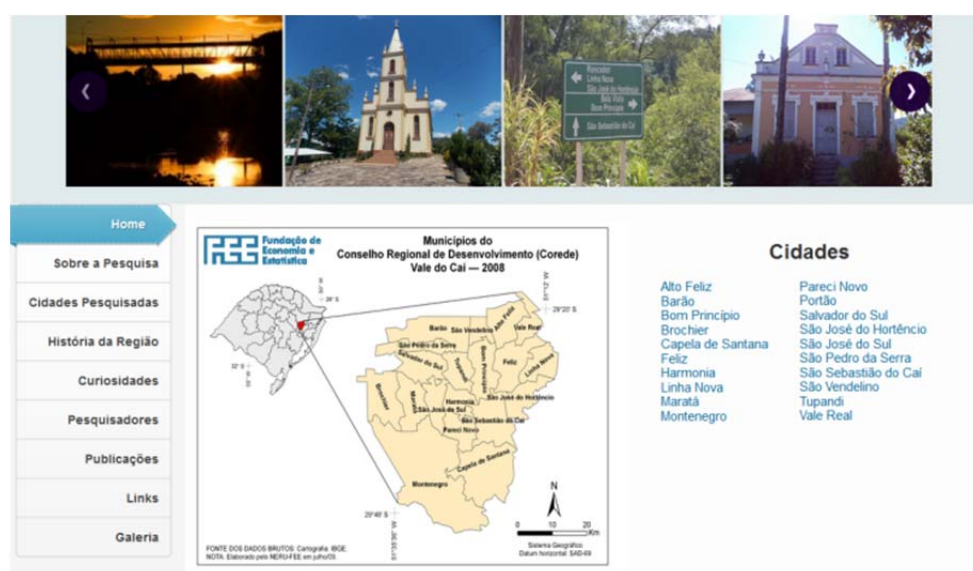


Figura 3: site com as cidades pesquisadas.

Fonte: elaboração dos autores

No que tange ao método de abordagem, são utilizadas a pesquisa de campo, por meio de investigação de documentos e visitas a lugares que resgatem a memória sociocultural e histórica das regiões abordadas no projeto, entrevistas com os moradores, além da pesquisa bibliográfica contemplando o estudo nos principais referenciais teóricos no assunto e em dicionários etimológicos.

A divulgação dos primeiros resultados é de grande importância principalmente para enfoques acadêmicos e sociais. Acadêmicos no tocante à disseminação e ao incentivo à pesquisa da antroponímia e toponímia, levando em consideração que, atualmente, existem poucos estudos publicados no Brasil. No âmbito do estado do Rio Grande do Sul, as poucas pesquisas até então realizadas restringem-se ao projeto TOPAC (A Toponímia de Caxias do Sul), coordenado pela professora Vitalina Maria Frosi, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), no que tange à comunidade, para que os membros que fazem parte dela possam se sentir à vontade para descobrir e entender o significado da titulação dos locais estudados e, concomitantemente, verificar fatos históricos, sociais e culturais de sua região.

Como amostra representativa, a imagem abaixo (Figura 4) contempla a página do site que apresenta as informações referentes a uma das cidades pesquisadas (Bom Princípio).



Figura 4: exemplo de apresentação da pesquisa por cidade.

Fonte: elaboração dos autores

O site, além de ser totalmente desenvolvido usando *softwares* livres, é uma ferramenta de divulgação dos dados iniciais analisados pela pesquisa, constituído por imagens, relatos, nomenclaturas, dados estatísticos, textos informativos, além de informações sobre o projeto e seus respectivos integrantes. O site ainda se encontra em desenvolvimento no tocante aos conteúdos, pois o projeto está em andamento; porém, já existem dados que podem ser consultados pela comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pode ser reconhecida como um alicerce criador e transformador de seres e conceitos, à medida que possibilita a “leitura”, “releitura” e “interpretação” de diferentes realidades que permeiam a comunidade envolvida. Nesse sentido, elaborar projetos interdisciplinares oportuniza tanto a professores quanto a alunos aprendizagens e experiências ímpares e profícuas.

Nessa mesma perspectiva, a pesquisa também oportuniza aos estudantes envolvidos a abertura de novos caminhos para uma experiência enriquecedora em sua formação acadêmica e pessoal. Ao edificar um pequeno Atlas Onomástico do Vale do Caí, com a divulgação e a socialização dos dados por meio de um ambiente virtual, os integrantes do projeto puderam refletir sobre questões de bases linguísticas, culturais e históricas, aliando teoria e prática.

Torna-se importante viabilizar projetos como esse por alguns motivos pontuais: resgatar aspectos linguístico-culturais que envolvem uma comunidade; promover o registro e a divulgação de traços que compõem a língua, a cultura e a identidade e, dessa forma, manter viva a memória e a história de uma comunidade, além de discutir sobre respeito e igualdade social; usar os meios tecnológicos para

divulgação e promoção de novos conhecimentos, incentivando docentes e discentes no aprendizado e no uso dessas novas ferramentas. O projeto aqui exposto configura-se em fase de andamento, portanto, novas experiências e novas conclusões surgirão futuramente, abrindo espaço para novas investigações e novas publicações.

NOTAS

(1) O vocábulo *onomástica* tem origem a partir do grego “onomastiké” (“onoma”, nome, e “tékne”, arte) e significa “a arte de nomear”. De acordo com Guérios (1973), a onomástica, que é a ciência dos nomes próprios, também pode ser chamada de *onomatologia*.

(2) O site pode ser acessado no endereço <<http://onomasticadocai.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

(3) Dados disponíveis em: <<http://conhecimentopratico.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/24/imprime178120.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

(4) Tradução livre do original: “las palabras llevan en sí mismas cientos de posibilidades para conectarnos con otros seres humanos, otras situaciones, acontecimientos, actos, creencias y sentimientos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, K. dos S.; DICK, M. V. de P. do A. A interdisciplinaridade no contexto escolar: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012. p. 193-207.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DURANTI, A. *Antropología lingüística*. Trad. de Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2 ed. São Paulo: Ave Maria, 1973.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. In: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. VII. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014. p. 63-80.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. I. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

SANTOS, O. J. S. dos; OLIVEIRA, A. M. de. Projeto Onomástica do Vale do Caí: do escrito ao virtual. In: ANAIS DO EVIDOSOL, 12, 2015. *Anais...* Belo Horizonte: Texto Livre, 2015. Disponível em: <<http://evidosol.textolivre.org/papers/2015/upload/22.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2015.

CRIAÇÃO LEXICAL EM MANOEL DE BARROS: ESTUDO COM PREFIXOS E SUFIXOS EM TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jussara Brito de SOUZA
Universidade de São Paulo (Mestre)
sarabsouza@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo, por meio de estudos e atividades com os alunos do sexto ano do ensino fundamental, mostrar que o estudo sobre prefixos e sufixos, elementos presentes na construção de lexemas, privilegia a estruturação de sentidos das palavras, indo além de meras descrições normativas como é comum encontrarmos em livros didáticos e em gramáticas. O estudo dos afixos permite que se note a expressividade e intencionalidade no uso de determinado prefixo ou sufixo. Para tanto, é necessário que se pense em atividades para a sala de aula que tenham o intuito de estimular o aluno a refletir a respeito da importância da formação de palavras e, assim, analisar o sentido de afixos adicionados a bases em contextos diversos, a fim de constatar a questão da expressividade. Para essa verificação, voltamos nosso olhar para as construções inesperadas presentes na poética de Manoel de Barros, que une prefixos e sufixos a bases às quais não eram destinadas.

PALAVRAS-CHAVE: Prefixo; Sufixo; Expressividade; Ensino.

INTRODUÇÃO

“Palavras fazem misérias
Inclusive músicas”
(BARROS, 2001, p. 32)

Este trabalho é parte de um estudo mais amplo a respeito de como os processos de formação de palavras promovem a renovação e a inovação do léxico de uma língua. A discussão presente no trabalho objetiva mostrar que é possível analisar a renovação de lexemas por meio da derivação sufixal e prefixal e discutir os efeitos expressivos promovidos pelo acréscimo de afixos. Para isso observamos os processos de derivação em obras de Manoel de Barros, em que é possível perceber que a discussão sobre prefixos e sufixos vai muito além da descrição teórica a respeito dos processos de formação de palavras. O poeta mostra uma preocupação com a linguagem ao estabelecer novas combinações nada usuais entre prefixos, sufixos e bases.

Segundo Martins (2000), os processos de formação de palavras são essenciais ao enriquecimento lexical, além de importantes para atender às necessidades expressivas dos falantes.

De acordo com Basílio (2004), para garantir a máxima eficiência do sistema da língua, a expansão lexical é efetuada sobretudo pelas regras de formação de palavras: fórmulas padronizadas de construção de novas palavras a partir de material já existente no léxico, o que permite reduzir a dependência da memória e garantir a comunicação automática. É assim que captamos o sentido de palavras que já existiam, mas que não conhecíamos

Apesar da importância do estudo da expressividade dos afixos, a temática referente aos estudos sobre os processos de formação de palavras em livros didáticos, em sua maioria, é vista pelos discentes apenas no 9º ano do ensino fundamental. No entanto, a discussão sobre esse assunto está presente até mesmo antes da idade de escolarização, pois os falantes da língua estão sempre em contato com ela; por isso, a inovação constante do léxico. Fato que é extremamente normal, visto que qualquer sociedade em permanente mudança cria a todo instante novas necessidades, inclusive em relação à linguagem. Nesse sentido, os processos de formação de palavras deveriam ser tidos como importantes no ensino escolar, uma vez que propiciam renovação e inovação do léxico de uma língua. No entanto, é necessária a clareza de que esses estudos devem ir muito além da descrição das normas de formação de palavras.

Seria interessante, então, a presença de estudos sobre a expansão lexical por meio dos processos de formação de palavras, em todas as etapas do ensino fundamental. Martins (2000) menciona que o léxico se constitui como um inventário aberto, variável, uma vez que é dinâmico, permitindo, pois, a formação de palavras novas, a partir de palavras ou elementos existentes da própria língua. É esse fator que permite a renovação léxica da língua.

O léxico também permite ao homem observar e aprender o mundo, refletir sobre ele e, por fim, posicionar-se. Isso porque há uma íntima relação entre o léxico de uma língua e seus falantes, até porque são eles que atribuem as diversas conotações aos lexemas, que agem sobre a estrutura lexical. É esse fato que gera uma modificação nos campos de significação das palavras, garantindo a dinamicidade e a vivacidade da língua.

Para tanto, seria necessário que o ensino da Morfologia Derivacional compreendesse a língua em seu caráter dinâmico, para que se possa entender que os processos de formação de palavras são importantes para o enriquecimento da língua.

Os estudos sobre derivação são apontados, em sua maioria, como exclusivamente do campo da Morfologia. Tais estudos se apresentam, em boa parte, nos livros didáticos de forma desvinculada da transformação real da língua e, geralmente, restrita aos elementos estruturais, não considerando os processos semânticos e pragmáticos dos usos linguísticos. O tratamento dado às discussões sobre prefixação e sufixação nas gramáticas tradicionais brasileiras e em livros didáticos, uma vez que muitos deles não consideram as questões de produtividade e expressividade atribuídas aos afixos, nem os critérios de regularidade, de previsibilidade e de sistematização das relações prefixais e sufixais nas palavras, dá a impressão de que seus autores não estão preocupados em discutir análises linguísticas que buscam a reflexão sobre a língua.

De acordo com Rocha (1998), as gramáticas tradicionais brasileiras sofrem com o peso da tradição, dando ênfase à contribuição greco-latina ao idioma, interessadas apenas em apresentar, aos que as procuram para estudo, listas de prefixos, radicais e sufixos, com seus significados. Ou, seja, há pouca preocupação em saber se o falante nativo reconhece aqueles elementos como formadores de

palavras da língua portuguesa contemporânea, ou mesmo se reconhece seus significados nas palavras em que aparecem.

Gramáticos da língua, como Bechara (2009) e Cunha; Cintra (2001), dedicam um capítulo todo ao estudo da Morfologia. Apesar de ambos mencionarem os processos de formação de palavras como uma possibilidade de renovação do léxico, já que propiciam a formação de itens lexicais novos, não há discussão dos aspectos produtivos desses processos como elementos linguísticos capazes de levar os aprendizes a refletirem sobre sua própria língua.

Em livros didáticos nota-se também pouca preocupação com atividades didáticas que proporcionem, não a mera identificação dos processos de construção de palavras, mas sim a construção de sentidos e a percepção de como e por que ocorre a constituição de novas palavras, em uma tentativa de se fazer refletir o uso da língua. Como podemos, por exemplo, observar a seguir os exercícios presentes em um livro didático para alunos do 6º do Ensino fundamental:

I. Abaixo você tem duas estrofes de História da princesa de Pedra Fina, de João Martins de Athayde, autor de literatura de cordel. Identifique em que sentido foram utilizados os diminutivos destacados.

[...]

Disse o marido à mulher:

- vou trabalhar no roçado
os meninos também vão
pra ajudar-me doutro lado
você cá mate um **franguinho**
apronte-o, leve-o guisado.

[...]

Aí deu umas lapadas

No seu caçula Zezinho

Nisto foi chegando a velha

Que já vinha no caminho

- Meu velho, pra que fez isto?

Pra que deu no **bichinho**?

II. Construa duas orações com a palavra **leãozinho**. Numa, ela deve transmitir ideia de tamanho; noutra de afetividade, carinho.

III. Dê o diminutivo dos substantivos:

lápiz	bebê		irmão
princesa			
anel	pastel	pá	pires
lousa	ônibus	tênis	pó

IV. Seu professor vai fazer a correção do exercício anterior (III) na lousa. Depois, releia todas as palavras que escreveu e complete a afirmação abaixo em seu caderno.

- Em ©, ©, ©, ©, ©, ©, o diminutivo é escrito com z, como em cãozinho (sufixo – zinho).
- Em ©, ©, ©, ©, ©, ©, o diminutivo é escrito com s, como em mesinha

(sufixo –inha).

Quadro 1: DELMANTO; CASTRO, 2012, p. 130 (6º ano)

Esse material didático, como podemos notar, pouco explora o caráter polissêmico que o sufixo no diminutivo possui – já que ele apresenta inúmeras acepções afetivas que estão relacionadas ao contexto, ao momento de produção e à intenção do falante – tampouco discute a situação comunicativa em que o sufixo está sendo utilizado. Não se exige do aluno, portanto, o pensar sobre sua língua. Seria interessante, por exemplo, nessa atividade, ter pedido aos estudantes que comentassem em quais outras situações os falantes utilizam expressões *franguinho* e *bichinho* e se os sentidos modificam-se de acordo com o contexto. Também seria possível levantar junto com os alunos situações, do dia a dia, em que eles utilizam palavras no diminutivo e o sentido que elas apresentam. Assim, eles estariam refletindo sobre a própria língua, pensando em situações comunicativas reais.

Os demais exercícios do quadro 1 parecem estar preocupados com questões de ortografia. Isso porque há uma tentativa de mostrar que existem diminutivos que precisam do fonema /z/ para se unirem a uma base, por questões fonológicas, uma vez que nem sempre o sufixo *-inho* coaduna perfeitamente com a base com a qual se pretende agrupar. Por exemplo, *pastel + -inho* → *pastelinho**, esse é um caso em que é necessário o fonema /z/ e, assim, temos: *pastelzinho* → *pastel + -(z)inho*.

A mesma coleção, agora voltada para o 9º ano, como veremos, por meio de exemplos, no quadro 2, também não explora a questão da expressividade presente em sufixos. Os exercícios são descontextualizados, trabalha-se com palavras soltas, o que faz com que os alunos não se sintam motivados, pois não veem sentido em uma atividade com palavras soltas, sem contextualização ou um referencial. Eles podem até realizá-las e até de maneira correta, mas elas não serão significativas e logo serão esquecidas, pois não exigem uma situação comunicativa real.

- I. Usando sufixos, forme adjetivos a partir dos seguintes substantivos:
- | | | |
|---------|-------------|-----------|
| a) anjo | d) boca | g) valor |
| b) voz | e) angústia | h) pai |
| c) dedo | f) cavalo | i) manual |
- II. Utilizando o sufixo *-eza*, forme substantivos abstratos a partir dos adjetivos dados.
- | | | |
|-----------|----------|-------------|
| d) fraco | d) certo | g) delicado |
| e) belo | e) pobre | h) nobre |
| f) franco | f) rico | i) rude |

Quadro 2: DELMANTO; CASTRO, 2012, p. 184 (9º ano)

Essas atividades, como notamos, não evidenciam as situações de interlocução nem buscam explorar as significações possíveis das palavras e expressões por meio dos prefixos e sufixos. Estes são recursos importantes que podem levar à

compreensão de que tanto a escolha quanto a combinação do léxico determinam a mensagem expressa.

Além disso, vale destacar que o livro didático em questão não apresenta exemplos de exercícios sobre prefixos; dessa forma, não há a menor possibilidade de o aluno aplicar o que supostamente aprendeu na teoria.

Não se pode mais pensar em estudos de Morfologia que não busquem explicar os estudos internos dos lexemas, a fim de que o usuário da língua tenha à sua disposição um inventário de palavras e entenda como e o porquê de elas serem criadas e ainda saber empregá-las.

Para Basílio (1987), a principal função dos processos de formação de palavras é a função semântica, isto é, criam-se palavras para expressar significados que, de outra forma, só poderiam ser expressos por meio de um conjunto de elementos. Assim, nota-se que a questão semântica é preponderante na formação de palavras, o que, de certa forma, não é contemplado pelos estudos morfológicos, pois a preocupação desses estudos, quando são levados para a sala de aula, é, na maior parte das vezes, fazer com que o aluno reconheça os processos de formação presentes na construção da palavra.

O ensino sobre Morfologia, no entanto, deveria levar os alunos a refletirem sobre as razões de alguns prefixos e sufixos tenderem a ser mais produtivos do que outros; por que algumas bases aceitam um determinado prefixo ou sufixo, mas não aceitam outro; que mudança interpretativa um prefixo ou sufixo pode provocar no texto, por exemplo. São questionamentos interessantes a serem feitos a fim de que se compreenda realmente a funcionalidade do ensino dos processos de formação de palavras enquanto um dos recursos de expansão e dinamicidade da língua.

O ensino da Morfologia derivacional deveria, portanto, ser motivador. Os alunos, ao invés de tentarem identificar que processo está presente em determinada palavra, deveriam estudar essa Morfologia a partir do aspecto expressivo que confere dinamicidade à língua. Isso propiciaria a eles o entendimento de que é possível estudar a língua a partir da criação de palavras e, também, de que pode encontrar nos textos, com os quais se deparam, novas formações. Assim, os estudos sobre processos de formação de palavras não continuariam sendo vistos como um conteúdo de menor importância para os alunos nem ficariam restrito à etapa final do ensino fundamental, 9º ano, como ocorre na maioria das vezes.

Infelizmente, muitos livros didáticos demonstram que ainda estamos longe desse ideal de estudo. De acordo com Antunes (2012), em grande parte dos materiais didáticos, a abordagem dos principais processos de formação de palavras do português resume-se a atividades de reconhecimento dos processos presentes nessas palavras. Não há quase explicações sobre a necessidade e a motivação para as formações lexicais. Dessa forma, perde-se a oportunidade de mostrar ao aluno que a língua não está parada no tempo, nem no espaço, ou seja, que ela está a todo momento se inovando e renovando.

Travaglia (2006, p. 60) menciona que o ensino da língua deve “ser usado como um instrumento para ensinar a pensar”. Então, é necessário repensar como os processos de formação de palavras estão sendo trabalhados nas salas de aula. Seria importante uma abordagem que mostrasse ao aluno que a formação de um item lexical pode ocorrer, talvez, para suprir a carência de um termo, como em campanhas publicitárias, por exemplo, em que é comum a criação de palavras. Diante de exercícios que visem a esses processos, os alunos poderão perceber que são capazes de interpretar palavras novas com as quais nunca tenham entrado em contato antes, desde que compreendam o funcionamento da língua.

PREFIXOS E SUFIXOS – CRIAÇÕES EM MANOEL DE BARROS

A obra de Manoel de Barros é extremamente rica tanto no que diz respeito à expressividade dos componentes semânticos quanto dos morfológicos. A partir da estrutura da própria língua, o poeta cria palavras novas, todas marcadas de grande expressividade. Em sua obra há uma exploração das palavras como recurso estilístico:

Os diversos elementos linguísticos [...] relacionam-se segundo uma lógica própria para a comunicação literária que não deixa de pertencer ao universo da língua, embora escape ao da linguagem usual. O poeta, sensível a esse fato, não se afasta da lógica da língua, mas a reelabora de acordo com seus objetivos e visão do mundo. (LANDEIRA, 2000, p. 25)

Muitos poemas de Barros, além de altamente expressivos, revitalizam o acervo lexical da língua portuguesa, uma vez que propiciam a renovação do léxico. O poeta procura ressignificar as palavras por meio de agrupamento de prefixos e sufixos a bases não usuais. Assim, Barros estabelece uma nova correlação entre as palavras formadas no contexto. Essas criações contribuem expressivamente para a construção do sentido dos poemas.

Manoel de Barros pode ser considerado como um (des)inventor de palavras, que combina palavras já existentes do idioma, de modo a desconstruí-las para reconstruí-las com outro significado. Ele faz isso na junção de prefixos e sufixos a bases que normalmente não se juntam a esses afixos. Nesse sentido, um prefixo ou sufixo é unido a uma base não usual, que provoca uma sensação de estranhamento ao falante, não por não se tratar de uma condição comum de produção lexical, mas por estabelecer um processo de criação que imprime marcas de expressividade ao discurso. Para Barros, muitas vezes, inovar é desviar-se da forma-padrão.

Explorar esses aspectos expressivos de prefixos e sufixos, em sala de aula, é possível, sim, o que permite o desenvolvimento da competência lexical, além de fazer com que o aluno compreenda a dinamicidade e a vivacidade da sua língua materna. Isso porque o processo de derivação é o procedimento gramatical mais produtivo para a ampliação do léxico, uma vez que se pode articular quantos afixos forem necessários para a expressão das ideias (CARONE, 2003).

Uma sociedade em permanente mudança, que cria a todo instante novas necessidades e novos objetos de consumo, precisa ter também uma linguagem dinâmica, que acompanhe essas transformações. Dessa forma, o falante de uma língua precisa ter consciência de que pode formar uma palavra nova a partir de elementos já existentes de sua língua. Para isso, precisa compreender os mecanismos constantemente utilizados que possibilitam criar palavras novas e novas palavras. Nesse sentido, as aulas, no ensino fundamental, sobre processos de formação de palavras deveriam atentar para esse aspecto, mostrando a linguagem em uso a partir da expressividade que se percebe nas formações de palavras.

No entanto, constata-se a grande dificuldade que os alunos demonstram para reconhecer esses processos. Isso se deve, talvez, pela maneira como o léxico e os processos de formação de palavras são explorados em sala de aula. São postos em

segundo plano, como um estudo menor, sem muita importância. É preciso, porém, mostrar aos estudantes que o ensino de Morfologia é extremamente importante.

Observaremos a seguir, por meio de uma análise, utilizando um poema de Manoel de Barros, como é possível trabalhar esse tema em sala de aula, permitindo que os alunos observem como prefixos e sufixos atuam na construção de sentidos ao formarem unidades lexicais.

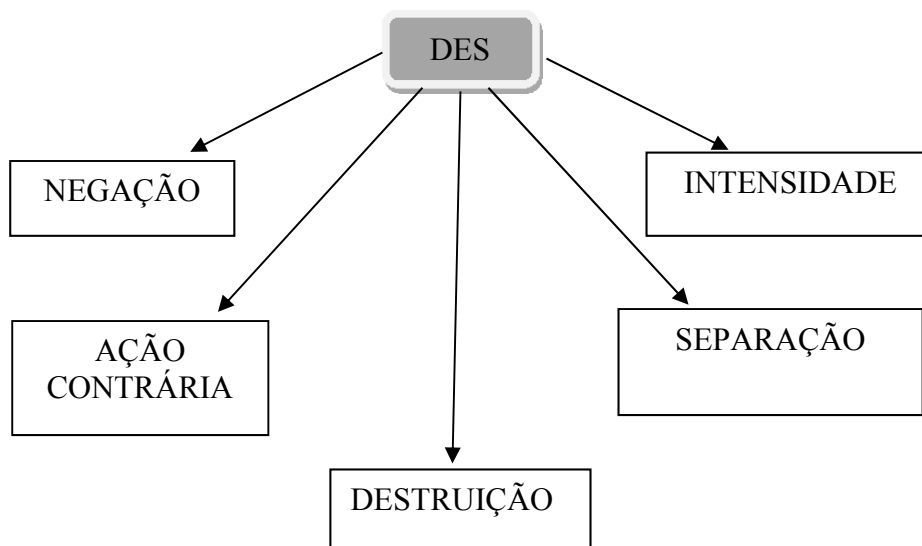
É importante deixar claro que a escolha pelo texto literário para tratar de aspectos linguísticos deve-se à necessidade de não se dissociar a língua do texto literário, mostrando como é fundamental compreender a língua para entender o texto literário.

Para ilustrar a proposta, abordaremos o poema *Fazedor de Amanhecer*. Nota-se, nesse poema, a preocupação do poeta com a inovação vocabular, verifica-se um trabalho com as palavras, a fim de dar-lhes novo viço. Há uma tentativa do poeta de “desformar” o mundo e reconstruí-lo por meio da palavra poética modificada por prefixos e sufixos.

FAZEDOR DE AMANHECER

Sou leso em tratagens com máquinas
 Tenho *desapetite* para inventar coisas prestáveis
 Em toda a minha vida só engenhei
 3 máquinas
 Como sejam:
 Uma pequena manivela para pegar no sono.
 Um fazedor de amanhecer
 para *usamentos* de poetas
 E um platinado de mandioca para o
 fordeco de meu irmão.
 Cheguei de ganhar um prêmio das indústrias
 automobilísticas pelo Platinado de Mandioca.
 Fui aclamado de idiota pela maioria
 das autoridades na entrega do prêmio.
 Pelo que fiquei um tanto soberbo.
 E a glória entronizou-se para sempre
 em minha existência.

Considerando o prefixo *des-*, a partir do esquema a seguir, verifica-se que ele pode apresentar diversos significados.



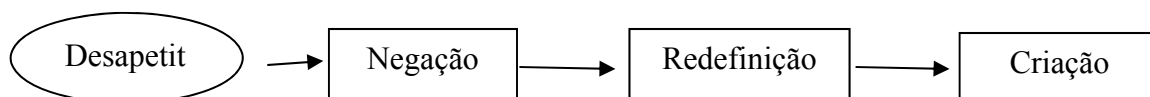
O prefixo *des-*, de acordo com Martins, apresenta sentido de “[...] indicativo de múltiplas ideias – negação, oposição, separação, afastamento, divisão, supressão, e em alguns vocábulos até de intensificação (desinfeliz), é com certeza o prefixo mais produtivo, mais popular” (MARTINS, 2000, p. 153). Em virtude desse caráter popular e produtivo, a autora menciona que ele aparece em formas expressivas criadas pelo povo e pelas crianças, como em “desviver, descomer, desnascer, descasar, desengordar, despreferência etc” (MARTINS, 2000, p. 153).

Para Alves, o prefixo *des-* junta-se a bases de natureza substantival, adjetival e verbal e pode manifestar valor de “separação”, ou “ausência de”, ou “falta de” em relação ao valor semântico da base a que se associa. “Nesses casos, o item léxico derivado revela que a palavra-base sofreu mudanças que implicam perda ou separação de suas condições semânticas” (ALVES, 1993, p. 386).

Consideremos o prefixo *des-*, no verso em destaque, presente no poema de Barros:

“Tenho desapetite para inventar coisas prestáveis”

Podemos considerar que o poeta não pretendeu apenas dar ao prefixo *des-* um sentido de negação pura, mostrando que não tem apetite para inventar coisas que prestam, que são de utilidade comum. Ele desejou inicialmente negar uma ideia: não possui apetite para inventar aquilo que todos inventam. No entanto, analisando o contexto podemos pensar que o prefixo *des-* não surge como um simples elemento negativo; ele desempenha também uma função intensiva que auxilia na redefinição e criação de uma nova ideia, ou seja, o poeta tem apetite, sim, mas para criar coisas que fujam da mesmice, dos lugares-comuns. Dessa forma, o sentido do prefixo *des-* é redefinido para propiciar ideia de criação ao poema. Afinal, o poeta gosta de criar.



Até mesmo a linguagem para o poeta precisa ser reinventada e assim oferecer um novo sentido à palavra e conseqüentemente ao poema. Barros não se preocupa em reproduzir a realidade, em utilizar a linguagem como uma construção lógica que venha representar o mundo; ele pretende, na realidade, reinventar as coisas, os fatos, as palavras e dessa forma destruir o sempre igual para dar espaço ao novo que chega.

Um aparente e simples prefixo *des-*, entretanto, não se encontra com uma base não usual, criando um neologismo, apenas para que seja apontado como um mero prefixo, ele está além disso. O poeta, por meio desse prefixo, deseja reinventar as coisas que fujam da lógica, ou seja, ele deseja marcar a sua irreverência em relação à lógica. Isso permite que sua poesia amplifique o repertório imagético dos leitores e instigue o professor, por exemplo, a explorar junto a seus alunos esse repertório imagético e cheio de expressividade provocado pelo prefixo.

Além do prefixo *des-*, também notamos a presença de alguns sufixos que nos chamam a atenção por estarem afixados a bases não usuais para eles. Os sufixos também são extremamente produtivos no que se refere à formação de palavras novas, principalmente por serem responsáveis pela formação de categorias gramaticais. Estudar os processos formadores de palavras de uma língua enquanto transformadores de categorias gramaticais é compreender a dinamicidade dessa língua, que tende a ser alterada e expandida no decorrer do tempo.

Destacamos os versos que contêm formações neológicas a partir de sufixos:

“Sou leso em tratagens com máquinas”

“Em toda a minha vida só engenhei
[...]
para usamentos de poetas”

São formações neológicas, pois podemos notar que os sufixos em destaque não se agregam a essas bases normalmente.

O sufixo *-agem*, por exemplo, une-se a bases verbais e nominais. Para Cunha; Cintra (2001), o sufixo *-agem* apresenta sentido de “noção coletiva”, como em *folhagem*; ou “ato ou estado”, como em *aprendizagem* e *ladroagem*. Já Bechara (2009, p. 357) traz as seguintes acepções para esse sufixo: “formação de nomes de ação ou resultado de ação, estado, qualidade, semelhança, composição, instrumento, lugar”, temos *vadiagem*; e ideia de “abundância, aglomeração, coleção”, como em *folhagem*. Martins (2000) classifica o sufixo *-agem* como um constituinte de tom pejorativo, jocoso.

Podemos considerar que o poeta, ao preferir o sufixo *-agem* ao invés de *-mento*, que seria o sufixo adequado para se unir à base “tratar”, intensifica a ideia da criação, pois ele não deseja ter um tratamento comum com as máquinas, ele necessita do que foge ao comum. Ele deseja ser inovador e experimental, por isso, não quer “tratagens” com máquinas. Ele despreza essas máquinas, não as vê com importância, por isso o uso do sufixo *-agem*, mostrando a falta de interesse de Barros em relação a tais máquinas.

Já o sufixo *-mento* acrescido à base verbal “usar” deu origem ao substantivo “usamento”. O sufixo *-mento* une-se a bases verbais para a formação de substantivos abstratos. Formam nomes de ação ou resultado de ação, como em *armação*, *agradecimento*, *atrevimento*, sentimento. Martins (2000) menciona que o sufixo *-mento* traz sentido pejorativo, um tom de recriminação, fato que podemos constatar nos versos a seguir:

“Em toda a minha vida só engenhei
3 máquinas
Como sejam:
Uma pequena manivela para pegar no sono.
Um fazedor de amanhecer
para usamentos de poetas”

O tom de recriminação pode ser percebido como uma recomendação, o “fazedor de amanhecer” é somente para uso de poetas, ou seja, só eles podem fazer uso dessa máquina. A presença desse sufixo a essa base enfatizou essa percepção do poeta para quem deve ter acesso à sua criação, apenas os poetas, pois eles são capazes de ser fazedores de amanhecer.

Seria importante se os alunos entendessem, desde o início dos anos escolares, que os estudos sobre formação de palavras são interessantes e necessários para a língua, assim, à medida que se apropriassem desse processo, compreenderiam sua importância e fariam leituras e releituras de poemas como esse de Manoel de Barros, sem ficarem apenas identificando o processo de formação presente nas palavras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com a compreensão semântica de prefixos e sufixos para mostrar que a linguagem é um processo dinâmico e inovador pode não ser uma tarefa fácil e, talvez por isso, alguns livros e até professores nos trazem apenas as meras descrições normativas implicadas nesses processos. No entanto, é interessante e importante mostrar ao aluno que o trabalho com prefixos e sufixos pode ser estudado de uma forma mais dinâmica.

Talvez explorar os processos de formação a partir de uma perspectiva da expressividade permita que os estudantes percebam que, por meio dos estudos de prefixos e sufixos, é possível reconhecer as particularidades, os sentidos e a profundidade das construções presentes em um enunciado, mostrando toda a dinamicidade da língua. Assim, o aluno compreenderá a importância desse aprendizado enquanto recurso expressivo da língua. Afinal, aprender as questões de linguagem não deve ser entendida como uma aprendizagem sem nenhuma significação.

E, conforme nos lembra Travaglia (2006), é necessário perceber, que muitas vezes, para produzir efeitos de sentido desejados em uma determinada situação de interação comunicativa, é preciso saber usar os recursos da língua. Manoel de Barros desenvolve muito bem sua linguagem, pois ele, como “fazedor de palavras”, articula-as de modo a suscitar expressividade. Atividades que explorem esse aspecto na sala podem tornar as aulas muito mais significativas para os alunos, fazendo com que eles possam entender o porquê de formamos palavras e que o uso de um prefixo ou um sufixo pode transformar e modificar toda uma situação comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, I. O território das palavras: estudo do léxico na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ALVES, I. M. Formações prefixais no Português Falado. In: CASTILHO, A. T. de (org). *Gramática do Português Falado*. v. III. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1993.

_____. *Neologismo. Criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.

- BARROS, M. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013
- _____. *Fazedor de amanhecer*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.
- BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DELMANTO, D.; CASTRO, M. da C. *Português: ideias & linguagens*. 6º e 9º ano. Saraiva, 2012.
- LANDEIRA, J. L. M. López. A construção de sentido na poesia de Manoel de Barros: Estudo de elementos expressivos fonéticos e morfossintáticos. Dissertação (Mestrado) em Filologia România, defendida na FFLCH – USP. São Paulo, 2000.
- MARTINS, N. S. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2006.

A ELABORAÇÃO DE DEFINIÇÕES PARA UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DAS CIÊNCIAS NATURAIS

Mariângela de ARAÚJO
Universidade de São Paulo
araujomar@usp.br

Ariane Vicente MOTA
Universidade de São Paulo (Mestranda)
ariane.mota@usp.br

RESUMO: O projeto “A Elaboração de Definições para um Dicionário Terminológico das Ciências Naturais” (PIBIC-CNPq), realizado entre 2013-2015, teve como finalidade analisar e elaborar definições terminológicas para termos das Ciências Naturais a partir de um corpus constituído por livros didáticos destinados a alunos do Ensino Fundamental I. A partir de reflexões acerca dos estudos terminológicos, cerca de 50 definições foram elaboradas, para, posteriormente, constituírem um Dicionário Terminológico das Ciências Naturais voltado para professores do 2º ao 5º ano. É preciso enfatizar que as definições elaboradas deverão ser validadas por especialistas, de modo a adequar as informações das definições ao público-alvo, isto é, os professores. Para a realização do projeto, fez-se uso de uma base de dados composta por termos organizados em fichas terminológicas, que, dentre outras informações, apresentam os contextos nos quais os termos se encontram. Considerando as *significações nuclear e circundante* apresentadas por Finatto (2001) em sua tese, os contextos são organizados e as definições elaboradas. Foram utilizadas, ainda, as regras de formulação de definições propostas por Cabré (1993, apud ALMEIDA; SOUZA; PINO, 2007), para que os “modelos definitórios”, elaborados no decorrer do projeto pudessem servir como um padrão para as demais definições.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; Definição terminológica; Ciências Naturais.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a importância das Ciências Naturais para o desenvolvimento científico e tecnológico, e as dificuldades encontradas em seu ensino nas escolas – conforme apontado por Langhi e Nardi (2005), por exemplo, que demonstram as dificuldades de professores generalistas ao abordarem temas de Astronomia – foi desenvolvido o projeto “Subsídios para a elaboração de um dicionário terminológico das Ciências Naturais para professores atuantes no Ensino Fundamental I: a constituição de uma base de dados terminológicos”, coordenado pela Profa. Dra. Mariângela de Araujo (1) a partir de 2010. Este projeto é responsável pela criação de uma base de dados terminológicos sobre as Ciências Naturais, para que,

posteriormente, se possa elaborar um dicionário terminológico da área, destinado aos professores do Ensino Fundamental

I. A escolha deste público-alvo se dá pelo fato de que estes são generalistas, isto é, ocupam-se de todas as disciplinas dos anos iniciais, mesmo não tendo uma formação específica para cada área. Nesse sentido, o dicionário terminológico tem como objetivo auxiliar os professores que não conhecem bem todos os conceitos das Ciências Naturais que devem ser estudados em aula.

Inserido neste projeto maior, está o projeto intitulado “A Elaboração de Definições para um Dicionário Terminológico das Ciências Naturais” (PIBIC-CNPq), que terá suas reflexões e resultados apresentados neste artigo. Este projeto de Iniciação Científica, realizado durante 2013 e 2015, teve como objetivo elaborar e analisar definições terminológicas (doravante DT) para termos das Ciências Naturais com base nos contextos definitórios registrados na base de dados e retirados de livros didáticos destinados aos professores do Ensino Fundamental I. É importante dizer que os contextos foram retirados de coleções cujas notas foram as melhores no quesito “conhecimentos e conteúdos”, de acordo com a avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), referente aos anos de 2010 e 2013. As coleções usadas nesta pesquisa foram: *A escola é nossa – Ciências; Brasiliense – Ciências; Pitangua – Ciências; Porta Aberta – Ciências.*

Durante os dois anos de pesquisa foram elaboradas e analisadas cerca de 50 definições com ênfase nos termos referentes à Biologia, já que estes são os que predominam nos livros didáticos que formaram o corpus da pesquisa. Para a redação e a análise das definições, foram necessárias pesquisas e reflexões na área de Terminologia, de modo que as definições abrangessem as informações presentes nos contextos e atendessem as necessidades dos futuros consultantes, isto é, os professores. Vale ressaltar que todas as definições serão validadas por especialistas da área para garantir a confiabilidade e sua adequação ao público-alvo.

SOBRE A REALIZAÇÃO DO PROJETO

Conforme já exposto, o projeto conta com uma base de dados, composta por cerca de 2500 termos, organizados em fichas terminológicas que, dentre outras informações, apresentam a classe gramatical, os sinônimos, os acrônimos e as siglas referentes a cada termo. Além disso, as fichas terminológicas apresentam os contextos de uso em que os termos aparecem nos livros. É a partir deles que as definições são elaboradas.

É válido ressaltar que o número de contextos definitórios varia de acordo com o termo, de modo que alguns apresentam muitos, como é o caso de *digestão*, com 20 contextos definitórios, ao passo que outros apresentam poucos, como *glândula endócrina*, com apenas 2. Essa diferença na quantidade de contextos influencia, de certa forma, a elaboração das definições, pois alguns não apresentam informações suficientes para a DT, o que torna ainda mais necessária a pesquisa fora dos *corpora* de estudo e a presença de um especialista da área para completar as informações que os livros didáticos não apresentam. No entanto, a metodologia utilizada para organizar os contextos é a mesma, isto é, partiu-se das *significações nuclear e circundante*.

SIGNIFICAÇÕES NUCLEAR E CIRCUNDANTE E A ELABORAÇÃO DAS DTs

Para a realização do projeto, utilizou-se, sobretudo, a tese de Finatto (2001) como referência. Nela, a autora apresenta reflexões acerca da DT, descrevendo o que é uma definição terminológica, como é estruturada e qual é a forma comumente usada para redigi-la. Além disso, Finatto discute sobre as categorias lógicas aristotélicas de *gênero próximo* e *diferença específica*, geralmente usadas como base das definições, de modo a mostrar que elas não abarcam toda a informação necessária em uma DT.

De acordo com a autora, o *gênero próximo* é “a porção da definição que expressa a categoria ou classe geral a que pertence o ente definido” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 93) e a *diferença específica* é “a indicação da(s) particularidade(s) que distingue(m) esse ente em relação a outros de uma mesma classe” (op. cit). Contudo, essas categorias lógicas não abrangem informações adicionais e comentários estilísticos e gramaticais que podem ser úteis para os consulentes da DT.

Sendo assim, Finatto faz uso das *significações nuclear e circundante* para analisar as DTs. Segundo a autora, a *significação nuclear* diz respeito à primeira parte da definição na qual se busca responder a seguinte pergunta: “sendo x o termo lematizado, o que é x?”. Já a *significação circundante* trata como o verbete é estruturado, isto é, quais informações serão adicionadas e em que ordem, de modo que a DT fique mais completa.

Tendo em vista que a organização da DT apresentada por Finatto atende às necessidades do projeto, optou-se por segui-la durante a elaboração das definições.

Somado a isso, têm-se as normas de elaboração sugeridas por Cabré, para que as DTs fiquem uniformes e adequadas ao seu público-alvo, ou seja, os professores do Ensino Fundamental I. De acordo com Cabré (CABRÉ, 1993, apud ALMEIDA; SOUZA; PINO, 2007, p. 6), a DT deve:

- 1) Ser escrita em letras minúsculas, exceto a letra inicial da primeira palavra, que é o descritor mais geral;
- 2) Ser uma expressão linguística completa e não um fragmento inacabado de conteúdo;
- 3) Expressar-se formalmente, levando-se em consideração os destinatários do trabalho;
- 4) Utilizar um nível formal e impessoal de linguagem, evitando expressões subjetivas e coloquiais;
- 5) Respeitar as convenções lexicográficas, isto é:
 1. O descritor inicial deve ser da mesma categoria gramatical do termo descrito;
 2. Devem-se utilizar palavras conhecidas pelos usuários em geral e, ao utilizar vocábulos mais específicos, eles também têm de ser entradas;
 3. A definição não deve ser circular;
 4. Evitar a negação, a utilização de paráfrases desnecessárias e de fórmulas metalinguísticas
- 6) Constar de uma só frase e, no caso de ser necessário incluir explicações adicionais, estas deverão constar em uma nota.

Tendo em vista as questões teóricas apresentadas acima, as definições foram elaboradas. Para tal, foi necessário organizar os contextos de cada termo em duas tabelas: uma referente à *significação nuclear* e outra referente à *significação circundante*. Apenas depois de organizados os contextos é que a definição pôde ser redigida. Para ilustrar o processo, selecionou-se o termo *sangue*. É válido dizer que os contextos apresentados a seguir estão aqui a título de exemplo, pois o termo apresenta 20 contextos definitórios e seria inviável registrá-los em totalidade neste artigo.

Os vasos sanguíneos são as veias e as artérias. Esses vasos formam tubos por onde o <sangue> circula dentro do corpo. (Coleção Pitangua – Ciências, 4º ano, p. 108)

É por meio do sistema cardiovascular que o <sangue> circula pelo corpo.

O <sangue> é um líquido vermelho, de consistência viscosa. Em nosso corpo, o <sangue>:

Transporta e distribui os nutrientes (absorvidos pelo sistema digestório) e o gás oxigênio (absorvido pelo sistema respiratório) para todas as partes do corpo.

Recolhe gás carbônico, levando-o até os pulmões, de onde será expelido do corpo.

É constantemente filtrado pelos rins, para eliminação de certos resíduos produzidos pelo corpo. (Coleção Pitangua – Ciências, 4º ano, p. 109)

Há quatro tipos básicos de <sangue> humano: A, B, O, e AB. (Coleção Pitangua – Ciências, 4º ano, p. 109)

O sistema cardiovascular é responsável por bombear e transportar <sangue> para todo o corpo.

O <sangue> transporta, para todas as células do corpo, substâncias nutritivas absorvidas durante a digestão e o gás oxigênio absorvido pela respiração.

O coração e os vasos sanguíneos fazem parte do sistema cardiovascular. (Coleção A escola é nossa – Ciências, 5º ano, p. 37.)

Com base nos contextos, obtiveram-se as seguintes tabelas:

SIGNIFICAÇÃO NUCLEAR
sendo x o termo lematizado no verbete, o que é x?
Líquido vermelho de consistência viscosa

Tabela 1: Sangue – significação nuclear

SIGNIFICAÇÃO CIRCUNDANTE
Informações adicionais
É bombeado pelo coração e circula pelo corpo todo através dos vasos sanguíneos (veias, artérias e capilares)
Transporta e distribui os nutrientes absorvidos pelo sistema digestório para todas as partes do corpo
Contém vitaminas, açúcares, proteínas e lipídios
Transporta e distribui o oxigênio absorvido pelo sistema respiratório para todas as partes do corpo
É composto por glóbulos vermelhos, glóbulos brancos e plaquetas
Recolhe o gás carbônico e o leva para os pulmões
É filtrado pelos rins
Pode ser de quatro tipos: A, O, B e AB
Pode ser venoso ou arterial

Tabela 2: Sangue – significação circundante

Tendo em vista a organização dos contextos e as normas de elaboração das definições, tem-se a seguinte DT:

sangue *s.m.* Líquido vermelho de consistência viscosa, composto por glóbulos vermelhos, glóbulos brancos e plaquetas, responsável por transportar e distribuir os nutrientes e o oxigênio absorvidos pelo sistema digestório e respiratório, respectivamente. **Nota:** Na respiração, o sangue é bombeado pelo coração de modo a distribuir o oxigênio para todo o corpo através das artérias. O sangue que circula pelas veias recolhe o gás carbônico e o leva para os pulmões. Na digestão, os nutrientes absorvidos e produzidos são distribuídos pelo corpo através do sangue. O sangue pode ser de quatro tipos: A, O, B e AB. **Cf.** sangue arterial; sangue venoso.

É preciso também observar se a definição atende às questões estruturais propostas tanto em relação às *significações nuclear* e *circundante*, quanto em relação às regras de formulação. Logo, sendo *sangue* o termo lematizado, o que é *sangue*? É um “líquido vermelho de consistência viscosa, composto por glóbulos vermelhos, glóbulos brancos e plaquetas, responsável por transportar e distribuir os nutrientes e o oxigênio absorvidos pelo sistema digestório e respiratório, respectivamente”. Tem-se aí a *significação nuclear* da definição. Já a *significação circundante* é toda a informação apresentada em *Nota*. É válido dizer que os termos sublinhados são remissivas que, assim como os termos seguidos de **Cf.**, são contemplados na nomenclatura do Dicionário. Além disso, a definição atende às regras de composição, sendo composta de uma só frase, tendo o descritor inicial da mesma classe gramatical a que pertence o termo definido, substantivo, e fazendo uso de um nível formal e impessoal de linguagem.

MODELOS DEFINITÓRIOS E ANÁLISE DAS DTs

A partir do método descrito anteriormente, conforme já afirmado, cerca de 50 definições foram elaboradas nos dois anos de projeto, sendo todas elas da subárea

Biologia. Com o objetivo de padronizar e facilitar o processo de elaboração de definições cujos conceitos apresentam características similares, foram criados *modelos definitórios*, isto é, fórmulas que determinam os tipos de informação e a sua ordem nas definições, além do tipo de construção gramatical a ser utilizado.

Dentre os *modelos de composição* destacam-se:

- 1) Termo genérico + características (facultativo) + composto (a) por + características de outro termo usado na definição;
- 2) Termo genérico + características + responsável por + função;
- 3) Termo genérico + características + composto (a) por + características + responsável por + função;
- 4) Em caso de termos que fazem parte de processos, após *Nota*: indicá-lo.

Sendo assim, para o *modelo definitório* 1, tem-se:

solo *s.m.* Matéria composta por camadas de minerais misturados à matéria orgânica em decomposição. (...)

bolo alimentar *s.m.* Massa úmida, composta por alimentos e saliva, que é formada no processo de digestão dos alimentos. (...)

Este tipo de definição é válido para termos cuja descrição básica do conceito centra-se nas substâncias ou matérias pelas quais ele é composto. Em alguns casos, como *bolo alimentar* e *sangue*, é preciso que haja a apresentação de alguma característica antes de se colocar sua composição, para que a definição não fique vaga. No entanto, essa caracterização é facultativa, como se pode ver em *solo*.

Para o modelo 2, tem-se:

intestino grosso *s.m.* Órgão do sistema digestório responsável por absorver nutrientes e formar as fezes. (...)

glóbulo vermelho *s.m.* Célula sanguínea responsável por transportar o gás oxigênio e o gás carbônico pelo corpo. (...)

Este modelo definitório é o mais utilizado, pois a maior parte dos contextos definitórios é composta pela função de cada conceito das Ciências Naturais. No entanto, há casos de termos cujos contextos indicam tanto a composição quanto a função. Para estes casos, tem-se o modelo 3, exemplificado a seguir:

sangue *s.m.* Líquido vermelho de consistência viscosa, composto por glóbulos vermelhos, glóbulos brancos e plaquetas, responsável por transportar e distribuir os nutrientes e o oxigênio absorvidos pelo sistema digestório e respiratório, respectivamente. (...)

Por fim, o item 4 da proposta de modelos definitórios não diz respeito especificamente a um tipo de definição, mas pode ser aplicado como complementação a qualquer um deles, cujo conceito definido esteja envolvido ou passe por algum tipo de processo. As definições a seguir demonstram esse modelo:

glândula salivar *s.f.* Glândula exócrina responsável por produzir saliva. **Nota:** Na digestão, as glândulas salivares produzem a saliva que no decorrer do tubo digestório age sobre os alimentos, digerindo-os.

quimo *s.m.* Pasta composta pela mistura do bolo alimentar com o suco gástrico. **Nota:** Na digestão, o quimo é misturado a outras substâncias químicas e vai para o intestino delgado, em que os nutrientes são absorvidos.

A elaboração desta fórmula ocorreu devido ao fato de um grande número de termos definidos apresentarem o campo **Nota**. Isso também reflete as necessidades do público-alvo a que o dicionário se destina, uma vez que os professores, além de apresentarem novos conceitos a seus alunos, também explicam os processos nos quais esses conceitos estão envolvidos.

O desenvolvimento de *modelos definitórios* foi importante tanto para facilitar a elaboração das DTs, no sentido de deixar mais evidente o lugar de cada informação retirada dos contextos definitórios, quanto para conseguir padronizá-las. Vale lembrar que as fórmulas foram pensadas considerando a estrutura das *significações nuclear e circundante*, e as regras de formulação propostas por Cabré (1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscou-se apresentar como o projeto de pesquisa “A elaboração de definições para um dicionário terminológico das Ciências Naturais” se desenvolveu. Apresentaram-se, portanto, as teorias e metodologias utilizadas, assim como os meios criados para facilitar o desenvolvimento do projeto.

É necessário, entretanto, destacar que houve problemas na elaboração de algumas definições. Como foi dito anteriormente, as DTs foram elaboradas com base nos contextos definitórios presentes nos livros didáticos, que variam em quantidade. Para termos com muitos contextos (mais de 20, em alguns casos), a dificuldade centrou-se na organização das informações, retirando-se aquelas que eram repetidas ou desnecessárias para os objetivos do projeto. Já para os termos com poucos contextos (menos de 5), a dificuldade foi maior, porque alguns não apresentam informações suficientes para se elaborar uma DT.

Sendo assim, observa-se que, mesmo em se tratando de coleções didáticas bem avaliadas pelo MEC, há problemas para o professor que as utiliza, já que alguns conceitos complexos não são acompanhados de definições e explicações necessárias ao seu entendimento, conforme já apontaram Araújo e Souza (2014). O projeto, dessa forma, acaba por justificar-se, uma vez que busca suprir a falta de conhecimento sobre termos específicos por meio das definições.

Vale dizer que as definições aqui apresentadas, assim como os *modelos definitórios*, estão em constante revisão, não só porque precisam ser avaliadas por especialistas, mas também porque nem todos os termos foram definidos. Deste modo, termos já definidos podem ser modificados por outros, tanto para se acrescentar uma remissiva, quanto para mudar alguma informação na definição. Isso já ocorreu, por exemplo, com o termo *digestão*. Este foi um dos primeiros termos definidos, mas, conforme outros relacionados foram sendo definidos, informações foram acrescentadas. Sendo assim, a DT de *digestão* foi ficando mais completa.

Por fim, é preciso ressaltar que muito ainda precisa ser feito, principalmente no que diz respeito às dificuldades encontradas em relação aos contextos definitórios. Faz-se necessário, portanto, o trabalho conjunto de especialistas das Ciências Naturais com os terminólogos, de modo que as definições fiquem completas e adequadas ao seu público-alvo, os professores de Ciências Naturais do Ensino Fundamental I.

NOTA

(1) Projeto financiado pela FAPESP – Processo 2012/15761-4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G.M.B.; SOUZA, D.S.L.; PINO, D.H.P. A definição nos dicionários especializados: proposta metodológica. *Debate Terminológico*, v. 3, p. 1-20, 2007.

ARAÚJO, M; SOUZA, P.H. de. Utilização de corpus, contextos definitórios e conceitos: alguns desafios para os terminólogos. In: ISQUERDO, A.N.; CORNO, G. O. M. D (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. p. 425-438.

FINATTO, M. J. B. *Definição terminológica: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação*. 2001. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LANGHI, R.; NARDI, R. Dificuldades de professores dos anos iniciais do ensino fundamental em relação ao ensino de astronomia. *Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia*, Limeira-São Paulo, v. 2. n. 3, p. 1-18, 2005.

UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO SEMÂNTICA DO TERMO “CASAMENTO” NO DOMÍNIO JURÍDICO BRASILEIRO À LUZ DA TERMINOLOGIA DIACRÔNICA

Beatriz CURTI
Universidade Estadual Paulista – Unesp (Mestranda)
bfc.contessoto@unesp.br

Lidia Almeida BARROS
Universidade Estadual Paulista – Unesp
lidia@ibilce.unesp.br

RESUMO: Apresentamos nossa investigação acerca da evolução semântica do termo “casamento” na esfera jurídica brasileira entre os anos 1890 e 2013. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, realizado no âmbito de nossa pesquisa, que recebe apoio financeiro da FAPESP. Para tanto, selecionamos trechos da legislação brasileira que caracterizam o termo “casamento” no âmbito dessa área de especialidade. Os trechos foram selecionados segundo os anos em que ocorreram alterações no Código Civil Brasileiro, efetivadas por meio de emendas, resoluções ou provimentos, em diferentes momentos da história do Brasil. Para escolhê-los, adotamos como ponto de referência o ano de 1890, em que se instituiu o casamento civil no Brasil, e o ano de 2013, em que ocorreu a última alteração na esfera da lei sobre o casamento civil. Com base na Teoria Comunicativa da Terminologia, na Terminologia Diacrônica e em aspectos da História do Brasil, objetivamos evidenciar a evolução semântica do termo “casamento” no domínio do Direito e o reflexo dos aspectos socioculturais nessa evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia Diacrônica; Evolução semântica; Aspectos socioculturais; Casamento.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Proclamação da República, oficialmente realizada em 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, instituiu o Governo Provisório que, sob presidência desse militar, precisou encontrar novas formas de reorganizar o sistema desse país. Com efeito, “a mudança de um sistema para o outro também implica na reorganização não só política como também social. É necessária a montagem de uma nova memória nacional, novos símbolos de coesão, formas de legitimar o novo regime” (SILVA, 2012, p. 181).

Dentre as mudanças realizadas, interessa-nos a instituição do casamento civil em 1890 pelo Decreto Nº 181, promulgado por Marechal Deodoro da Fonseca, então Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 2015). Desde então, o Código Civil Brasileiro, que rege o casamento civil, sofreu

várias alterações a fim de acompanhar as mudanças vividas pela sociedade brasileira, o que acarretou na evolução semântica de alguns termos recorrentes em certidões de casamento civil brasileiras.

Nesse sentido, interessou-nos investigar a evolução semântica do termo “casamento”, em específico. A escolha dessa unidade terminológica justifica-se pelo fato de esta ser a mais representativa quando a especialidade é a celebração do casamento civil nos termos da lei brasileira. Assim, objetivamos, no presente texto, revelar nossos estudos acerca das diferenças conceituais desse termo no cerne do domínio do Direito entre os anos 1890 e 2013 a fim de verificar os aspectos socioculturais e históricos que lhe subjazem. Delimitamos esse período tendo como pontos de referência a data da instituição do casamento civil (1890) e a data da última alteração legal com relação ao casamento civil no Brasil (2013).

Para tanto, fundamentamo-nos na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), sistematizada por Cabré (1999), na Terminologia Diacrônica e em aspectos da História do Brasil. Aqui, analisaremos os trechos da legislação brasileira que apresentam o conceito do termo “casamento” no âmbito jurídico. Por meio dos trechos do Código Civil Brasileiro, verificaremos as mudanças legais e refletiremos os aspectos socioculturais que levaram à evolução semântica desse termo na esfera jurídica. Dessa forma, esperamos ampliar o conhecimento linguístico e cultural sobre essa temática, bem como fomentar estudos que se fundamentem na Terminologia Diacrônica.

ESTUDOS TERMINOLÓGICOS SOB PERSPECTIVA DIACRÔNICA

Em virtude de fatores diversos, a língua não é homogênea, não é estática. Nesse sentido, “o léxico da língua portuguesa, como o de toda língua viva, renova-se incessantemente” (ALVES, 2006, p. 32). Com efeito, o mesmo acontece com o léxico de uma área de especialidade. Uma vez que este pertence à língua, a dinamicidade também lhe é intrínseca.

No que tange às terminologias, Barros (2004) destaca o reflexo de grandes mudanças da sociedade europeia na criação de novos termos. De acordo com a autora, a Revolução Industrial, por exemplo, propiciou “mudanças socioeconômicas e políticas [que] tiveram repercussão em nível vocabular: a cada nova invenção, a cada nova situação, atividade, produto, serviço, reivindicação, lei etc. surgiam novos termos correspondentes” (BARROS, 2004, p. 26). Cabe, então, à Terminologia, enquanto ciência, estudar as particularidades que concernem às terminologias, ou seja, aos conjuntos de termos das áreas de especialidade.

Por *termo*, entendemos a “designação, por meio de uma unidade linguística, de um conceito definido em uma língua de especialidade” (Norme ISO 1087, 1990, p. 5). Em outras palavras, o termo é “uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio especializado” (BARROS, 2004, p. 40). Com base na TCT de Cabré (1999), consideramos que o que atribui à unidade terminológica o seu estatuto de termo é o fato de esta expressar um conceito específico quando em uso em um contexto de comunicação especializada.

Além do surgimento de novas terminologias, consideramos que os termos já existentes podem sofrer alterações nos níveis morfológico, sintático e/ou semântico. Nesse sentido, consideramos que as unidades lexicais, sejam elas termos ou não, são “influenciadas pelos diferentes períodos e concepções históricas, (...) [e] sofrem

transformações e renovações lexicais: morfológica, sintática e semanticamente” (BORTOLATO, 2013, p. 47). Com relação a este último aspecto, entendemos que os termos “podem sofrer evolução semântica seja por extensão de seu campo de aplicação, evolução ou aparição de novos conceitos, bem como mudando o domínio da ciência ao qual pertenciam” (BORTOLATO, 2013, p. 47-48).

De acordo com Bortolato (2013), cabe à Terminologia Diacrônica estudar todos esses aspectos sob o viés diacrônico. Vale salientar que essa área de estudos ainda é pouco explorada pelas obras de referência no âmbito das investigações terminológicas. No que tange à evolução semântica dos termos, a Terminologia Diacrônica, de acordo com Dury (1999), oferece um ponto de vista histórico sobre os conceitos. Nesse sentido, o fator tempo é fundamental em nossa investigação uma vez que pretendemos estudar a evolução semântica do termo “casamento” veiculado na área do Direito desde o momento em que se instaurou o casamento civil no Brasil, ou seja, desde o momento em que o casamento foi elevado à esfera jurídica nesse país e, por conseguinte, tornou-se um termo da área em pauta. Nesse sentido, abordamos a Terminologia Diacrônica em nossa investigação.

Entendemos que, com base em Møller (1998)¹, a “evolução” traz consigo uma conotação positiva que está atrelada à “criação” e ao que é “produtivo”, por exemplo. Contudo, acreditamos que, além dos fenômenos de redução e de expansão que partem de um termo ou de uma terminologia já existente, os termos, bem como os conceitos que estes designam, surgem influenciados pelas mudanças socioculturais de um povo, criando-se, assim, novas terminologias e novos conceitos que acompanham a “evolução” da sociedade, seja em nível vocabular, seja em nível conceitual.

Møller (1998) prefere separar a evolução terminológica em dois níveis: o dos termos e o das terminologias, embora reconheça que a evolução de uma terminologia está intimamente ligada à evolução de suas partes constituintes, ou seja, das unidades terminológicas. No nível coletivo ou no *macronível*, dois ou vários estados aleatórios são descritos sob a forma de acumulação de dados individuais. Já no nível individual ou no *micronível*, são as fases sucessivas de estados diferentes de uma unidade terminológica que são expostas (MØLLER, 1998, p. 2).

Nesta investigação, atentamos ao micronível da terminologia recorrente em certidões de casamento brasileiras, ou seja, especificamente ao termo “casamento”, considerando que este tenha sofrido uma evolução semântica quando em uso no domínio do Direito de 1890 até 2013. Nesse sentido, pretendemos evidenciar que os diferentes estados semânticos desse termo estão diretamente relacionados a aspectos socioculturais assistidos pelo Brasil nesse período.

O CASAMENTO: DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA AOS DIAS ATUAIS

Antes da instauração do casamento civil e laico, a Igreja Católica era a única instituição encarregada do registro e da celebração do casamento no Brasil Imperial. Com efeito,

tendo o Brasil uma religião privilegiada e garantida pela lei fundamental, resultava d'esse inconveniente que os casamentos não contrahidos de accôrdo com os preceitos da

religião oficial, senão eram considerados verdadeiros concubinatos, não gosavam pelo menos do prestígio e confiança que inspiravam os catholicos. (SOARES, 1895, p. 8)

Por conseguinte, o casamento legítimo era concebido como um sacramento entre um homem e uma mulher católicos, indissolúvel, realizado conforme as leis da Igreja Católica. Durante o Império no Brasil (1822-1889), muito se discutia a respeito da secularização do casamento como forma de atrair imigrantes e legitimar as uniões entre não católicos nesse país. “Já em 1854 os Viscondes de Uruguay, Maranguape e Abrantes, reconheciam a necessidade de secularisar o casamento” (SOARES, 1895, p. 8-9).

Pouco antes da instauração da I República no Brasil, o Decreto 9.886 de 7 de março de 1888 tornou obrigatório o registro civil dos casamentos com o fim de possibilitar o censo do povo brasileiro. Contudo, os casamentos continuavam a ser celebrados no âmbito religioso. Assim, os livros de registro que eram guardados nas Câmaras Municipais na época documentavam os casamentos religiosos católicos (entre católicos), mistos (entre católico e não católico) e não católicos (entre um homem e uma mulher de outras crenças) (SOARES, 1895, p. 8). Nesse sentido, o termo “casamento”, embora tratado na esfera da lei, ainda designava o casamento religioso e indissolúvel entre um homem e uma mulher que deveria ser celebrado diante de uma autoridade religiosa, refletindo, assim, a concepção de casamento em tempos de Império.

Após a Proclamação da República em 1889, veio a separação entre Igreja e Estado. Em 1890, o chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, instituiu, de fato, o casamento civil e laico mediante o Decreto Nº 181. A partir de então, um novo conceito de “casamento” surgiu na esfera jurídica, conceito este próprio desse domínio em particular. Nesse sentido, o termo “casamento civil” foi criado para dar conta de uma nova realidade, tornando-se oficialmente um termo exclusivo do Direito Brasileiro.

Segundo o Decreto Nº 181, de 24 de janeiro de 1890, “casamento” designava um ato jurídico e laico de união legítima e indissolúvel entre um homem e uma mulher com o propósito de se reproduzirem e formarem uma família, atribuindo-lhes direitos e deveres específicos. Com relação aos efeitos e à indissolubilidade do casamento nessa época, vejamos os artigos a seguir:

Art. 56. São efeitos do casamento:

§ 1º Constituir família legítima e legitimar os filhos anteriormente havidos de um dos contrahentes com o outro, salvo si um destes ao tempo do nascimento, ou da concepção dos mesmos filhos, estiver casado com outra pessoa.

§ 2º **Investir o marido da representação legal da família e da administração dos bens communs**, e daquelles que, por contracto ante-nupcial, devam ser administrados por elle.

§ 3º **Investir o marido do direito de fixar o domicílio da família, de autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos.**

§ 4º **Conferir á mulher o direito de usar do nome da família do marido** e gozar das suas honras e direitos, que pela legislação brasileira se possam communicar a ella.

§ 5º **Obrigar o marido a sustentar e defender a mulher e os filhos.**

§ 6º Determinar os direitos e deveres reciprocos, na fórma da legislação civil, entre o marido e a mulher e entre elles e os filhos. (...)

Art. 80. A acção do divorcio só compete aos conjuges e extingue-se pela morte de qualquer delles. (...)

Art. 93. O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos conjuges, e neste caso proceder-se-ha a respeito dos filhos e dos bens do casal na conformidade do direito civil. (BRASIL, 1890, **grifos nossos**)

Como vemos, a vida conjugal girava em torno da figura paterna, o que revela o carácter patriarcal da família nessa época. Assim sendo, entendemos que, atrelados ao conceito de “casamento” na seara jurídica, estão a concepção do homem como o único representante legal da família e o único administrador dos bens, e à noção da mulher como submissa a ele, cabendo-lhe apenas obedecer-lhe e o direito de usar o nome dele. Nesse sentido, o termo “casamento”, além do conceito que apresentamos, revela os papéis do homem e da mulher na sociedade brasileira da época, que estavam longe de serem iguais. Havia uma relação de hierarquia entre eles que era legitimada pelo casamento. Ademais, notamos forte influência dos princípios cristãos no que tange à família patriarcal e à indissolubilidade do vínculo matrimonial que só era possível acabar após o falecimento de um dos cônjuges. No entanto, o “divorcio” passou a ser previsto como uma possibilidade de separação, mas que não permitia aos cônjuges contraírem novas núpcias.

Com a Lei Nº 3.071 promulgada em 1916, mudanças significativas renovaram o conceito de “casamento” no âmbito jurídico. Trata-se do rompimento com a família patriarcal, da normatização da família nuclear baseada em marido e mulher, sob a direção do primeiro (MARQUES, 2004, p. 135), e da instituição do “desquite” no lugar do “divorcio”. De acordo com essa lei,

Art. 315. A sociedade conjugal [terminava]:

I. Pela morte de um dos cônjuges.

II. Pela nulidade ou anulação do casamento.

III. **Pelo desquite, amigável ou judicial.** (BRASIL, 1916, **grifo nosso**)

Vemos que a lei previa a dissolução do casamento, bem como dos regimes matrimoniais, mas não o término do vínculo conjugal. Em outras palavras, o que antes era “divorcio” passou a ser denominado “desquite”. Este “era utilizado para diferenciar a separação judicial de corpos e de bens do divórcio com dissolução do laço conjugal [uma vez que tal] possibilidade era consagrada em outros países, exceto no Brasil” (BRASIL, 2011). Nesse país,

as pessoas desquitadas não podiam contrair novas núpcias, apesar de não mais existirem deveres conjugais e incomunicabilidade patrimonial, tal restrição não impedia a constituição de novos vínculos afetivos, as denominadas ‘famílias clandestinas’, grande alvo de preconceito e rejeição social. (PINHEIRO, 2012)

Embora seja uma possibilidade legal de dissolução do casamento, o desquite reflete o conservadorismo da sociedade brasileira da época e um juízo de valor negativo acerca da dissolubilidade da sociedade conjugal. Nesse momento, o termo “casamento” designava a união legítima entre um homem e uma mulher, formando uma sociedade conjugal igualitária sob direção do marido e podendo ser rompida legalmente em caso de “adultério, tentativa de morte, servicia ou injúria grave, ou abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos” (BRASIL, 1916).

Em 16 de janeiro de 1937, Getúlio Vargas promulga a Lei Nº 379, a qual reconhecia os efeitos civis dos casamentos religiosos. De acordo com a referida lei,

Art. 1º Aos nubentes é facultado requerer, ao juiz competente para a habilitação conforme a lei civil, que seu casamento seja celebrado por ministro da Igreja Católica, ao culto protestante, grego, ortodoxo, ou israelita, ou de outro cujo rito não contrarie a ordem pública ou os bons costumes. (BRASIL, 1937)

Os efeitos civis dos casamentos religiosos eram oficializados mediante a inscrição de seu registro pelo oficial do registro civil. Essa lei reflete o momento político pelo qual passava o Brasil durante a Era Vargas (1930-1945). “Percebendo que precisava de apoio da população para se manter no poder, Vargas baixou alguns decretos que esperava agradar a maioria da população do país” (SILVA, 2012, p. 6), sobretudo a Igreja Católica que representava essa maioria. Dentre esses decretos, estão o ensino religioso facultativo nas escolas, o reconhecimento de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e a inauguração do Cristo Redentor na então Capital Federal, Rio de Janeiro, em 1931 (SILVA, 2012, p. 7). Sobre este último acontecimento,

foi perceptível no ato da festa o tom político que ela tomou. A presença de autoridades não apenas eclesásticas, mas também governamentais, nos mostra a intenção do Estado em dialogar,

em busca de apoio para governar, com a Igreja Católica. Para muitos outros grupos religiosos significava o desrespeito político do Estado ao compromisso de manutenção da laicidade do país. Por outro lado, a Igreja Católica se via mais fortalecida nas suas intenções políticas junto ao até então presidente provisório. (SILVA, 2012, p. 7)

Assim sendo, vemos que houve uma expansão do conceito de “casamento” no âmbito jurídico brasileiro. Como antes havia apenas o casamento civil, este se diferenciava do casamento religioso. Após essa lei, o casamento civil também pode se tornar o casamento religioso desde que os nubentes observassem as prescrições sancionadas pela lei. Sobre essas prescrições, a Lei Nº 1.110, de 23 de maio de 1950, apresentou-as mais claramente, afirmando que o casamento religioso se tornaria civil “se observadas as prescrições desta Lei” (BRASIL, 1950). Nesse sentido, temos que o termo “casamento” expressava a união civil ou religiosa entre um homem e uma mulher com o fim de se reproduzirem e formarem uma família. Tanto o casamento civil quanto o casamento religioso com efeito civil poderia ser rompido mediante o desquite, tal como vemos na Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que regula os Registros Públicos: “as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal” (BRASIL, 1973).

De fato, “a resistência para a dissolução do vínculo matrimonial era de tal ordem que os textos da Constituição Federal traziam a previsão da indissolubilidade do casamento” (PINHEIRO, 2012). A título de exemplificação, a Constituição Federal de 1967 previa que

Art 167 - A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos.

§ 1º - **O casamento é indissolúvel.**

§ 2º - O casamento será civil e gratuita a sua celebração. **O casamento religioso equivalerá ao civil** se, observados os impedimentos e as prescrições da lei, assim o requerer o celebrante ou qualquer interessado, contanto que seja o ato inscrito no Registro Público. (BRASIL, 1969, **grifos nossos**)

Nesse sentido, vemos o quanto os preceitos católicos se mantinham enraizados na Constituição Federal do Brasil no que tange ao casamento, sobretudo, em tempos de Ditadura Militar (1964-1985), como um reflexo da reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado durante a Era Vargas. Assim, o termo “casamento”, no domínio jurídico, designava a única possibilidade de se instituir a família através da união indissolúvel entre um homem e uma mulher.

Todavia, a Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, veio para regulamentar os casos de dissolução da sociedade conjugal, bem como do vínculo matrimonial. Nos termos dessa lei,

Art 2º - A Sociedade Conjugal termina:

I - pela morte de um dos cônjuges;

II - pela nulidade ou anulação do casamento;

III - pela separação judicial;

IV - pelo divórcio.

Parágrafo único - O casamento válido somente se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio. (BRASIL, 1977, grifo nosso)

Diante dessa nova realidade, que reflete uma nova concepção de “casamento” em uma sociedade brasileira que pouco a pouco se tornava mais moderna, novos termos foram criados, tais como “separação judicial”, que substituiu “desquite”, e “divórcio”, por exemplo. Essa lei previa que o casal deveria primeiro dar entrada à separação judicial e, ao término de um prazo específico, solicitar a conversão em divórcio, que os tornaria livres para contrair novas núpcias.

Com relação ao termo “casamento”, este passou a expressar a única união possível entre um homem e uma mulher, seja essa união civil ou religiosa, com o fim de formar uma família e que poderia ser dissolvido por meio do divórcio. A Lei 6.515/77 é o reflexo da conquista de direitos para os cônjuges, sobretudo para a mulher que, nessa sociedade mais moderna, já podia ter sua profissão e independência com relação ao marido. Ademais, “tornou facultativa a adoção do patronímico do marido. (...) Outra alteração significativa foi a mudança do regime legal de bens. No silêncio dos nubentes ao invés da comunhão universal, passou a vigorar o regime da comunhão parcial de bens” (DIAS, 2010, p. 2).

Pela Lei Nº 9.278, de 10 de maio de 1996, reconheceu-se a união estável como entidade familiar mediante “a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família” (BRASIL, 1996). Assim sendo, o conceito de “casamento” foi alterado novamente, uma vez que esse deixou de ser a única possibilidade de união com o fim de se formar uma família.

De acordo com a Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o termo “casamento” claramente expressa a “comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges” (BRASIL, 2002). No que tange aos efeitos do casamento, temos que,

Art. 1.565. Pelo casamento, **homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.**

§ 1º Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.

§ 2º O planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e

financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas.

Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges:

- I - fidelidade recíproca;
- II - vida em comum, no domicílio conjugal;
- III - mútua assistência;
- IV - sustento, guarda e educação dos filhos;
- V - respeito e consideração mútuos.

Art. 1.567. A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

Parágrafo único. Havendo divergência, qualquer dos cônjuges poderá recorrer ao juiz, que decidirá tendo em consideração aqueles interesses.

Art. 1.568. Os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos, qualquer que seja o regime patrimonial.

Art. 1.569. O domicílio do casal será escolhido por ambos os cônjuges, mas um e outro podem ausentar-se do domicílio conjugal para atender a encargos públicos, ao exercício de sua profissão, ou a interesses particulares relevantes. (BRASIL, 2002, grifos nossos)

Como vemos, a vida conjugal deixou de girar em torno do patriarca da família. Por lei, homem e mulher tornaram-se iguais e colaboradores entre si na manutenção da família, seja na educação dos filhos, seja no sustento da família. Essa mudança de perspectiva do Código Civil de 2002 foi reflexo da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), na qual

pela primeira vez foi enfatizada a igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações (inc. I do art. 5º). De forma até repetitiva é afirmado que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (§ 5º do art. 226). Mas a Constituição foi além. Já no preâmbulo assegura o direito à igualdade e estabelece como objetivo fundamental do Estado promover o bem de todos, sem preconceito de sexo (inc. IV do art. 2º). (DIAS, 2010, p. 2)

Com efeito, notamos o grande salto dado pela sociedade brasileira cerca de cem anos após a instituição do casamento civil no Brasil. No domínio jurídico, o termo “casamento” passou a designar a união, civil ou religiosa, entre um homem e uma mulher que estabelece os mesmos direitos e deveres para ambos, celebrada com o intuito de formar uma família, podendo ser dissolvida pelo divórcio. Dessa forma, vemos o reflexo dos aspectos socioculturais na evolução semântica do termo “casamento” no domínio do Direito, que acompanhou as evoluções da sociedade brasileira, sobretudo com relação a seus ideais e às conquistas de direitos da mulher.

Como última alteração significativa no cerne do domínio do Direito no que tange ao casamento, tomemos a Resolução Nº 175, de 14 de maio de 2013. De acordo com essa Resolução, o Conselho Nacional de Justiça determinou que

Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis. (BRASIL, 2013)

Assim sendo, o conceito de “casamento” sofreu uma pequena alteração que reflete um grande aspecto sociocultural da sociedade brasileira atual que diz respeito à luta pela conquista de direitos dos casais homossexuais que sempre estiveram à margem da sociedade e, conseqüentemente, da Constituição Brasileira. Nesse sentido, o termo “casamento” atualmente designa a união entre dois indivíduos de mesmo sexo ou de sexos diferentes com o fim de formarem uma família, podendo esta união ser dissolvida pelo divórcio.

A EVOLUÇÃO SEMÂNTICA DO TERMO “CASAMENTO”

A partir do que discorremos anteriormente, podemos perceber que, de fato, o termo “casamento” sofreu uma evolução semântica no domínio do Direito. Ademais, claro está que essa evolução semântica se deu, sobretudo, em função das transformações regulamentadas pelas leis que acompanharam as mudanças vividas pela sociedade brasileira entre 1890 e 2013. Nesse sentido, a evolução semântica desse termo em específico pode ser explicada com base nos aspectos socioculturais que subjazem às unidades terminológicas, que, em virtude de sua dinamicidade, renovam-se incessantemente.

Ao longo dos anos, o conceito do termo “casamento” no âmbito jurídico se alterou como um reflexo das mudanças de cunho social, ideológico e cultural sofridas pela sociedade brasileira. A título de ilustração, vejamos o quadro a seguir:

Legislação	Evolução semântica do termo “casamento” no domínio do Direito
Decreto Nº 181/1890	Única possibilidade de união legítima, civil, laica e indissolúvel entre um homem e uma mulher com o

	propósito de se reproduzirem e formarem uma família, atribuindo-lhes direitos e deveres específicos, e que pode ser rompida legalmente mediante divórcio.
Lei N° 3.071/1916	Única possibilidade de união legítima, civil, laica e indissolúvel entre um homem e uma mulher com o propósito de se reproduzirem e formarem uma família, atribuindo-lhes direitos e deveres específicos na manutenção da sociedade conjugal igualitária sob direção do marido que pode ser rompida legalmente mediante desquite.
Lei N° 379/1937	Única possibilidade de união legítima, civil ou religiosa, e indissolúvel entre um homem e uma mulher com o fim de se reproduzirem e formarem uma família, atribuindo-lhes direitos e deveres específicos na manutenção da sociedade conjugal igualitária sob direção do marido que pode ser rompida legalmente mediante desquite.
Lei N° 6.515/1977	Única possibilidade de união legítima, civil ou religiosa, entre um homem e uma mulher com o fim de se reproduzirem e formarem uma família, atribuindo-lhes direitos e deveres específicos na manutenção da sociedade conjugal igualitária sob direção do marido que pode ser rompida legalmente mediante a separação judicial e dissolvida por meio do divórcio.
Lei N° 9.278/1996	Uma das possibilidades de união legítima, civil ou religiosa, entre um homem e uma mulher com o fim de se reproduzirem e formarem uma família, atribuindo-lhes direitos e deveres específicos na manutenção da sociedade conjugal igualitária sob direção do marido que pode ser rompida legalmente mediante a separação judicial e dissolvida por meio do divórcio.
Lei N° 10.406/2002	Uma das possibilidades de união legítima, civil ou religiosa, entre um homem e uma mulher com o fim de se reproduzirem e formarem uma família, atribuindo-lhes os mesmos direitos e deveres como colaboradores mútuos na manutenção da sociedade conjugal igualitária sob direção de ambos que pode ser rompida legalmente mediante a separação judicial e dissolvida por meio do divórcio.
Resolução N° 175/2013	Uma das possibilidades de união legítima, civil ou religiosa, entre dois indivíduos de mesmo sexo ou de sexos diferentes com o fim de formarem uma família, atribuindo-lhes os mesmos direitos e deveres como colaboradores mútuos na manutenção da sociedade conjugal igualitária sob direção de ambos que pode ser rompida legalmente mediante a separação judicial e dissolvida por meio do divórcio.

Quadro: Estados semânticos do termo “casamento” no domínio do Direito de 1890 a 2013

Como vemos, esses conceitos do termo “casamento” foram elaborados por nós com base na legislação brasileira e retratam a evolução semântica desse termo em uma perspectiva diacrônica. Temos, assim, a legislação como referência aos diferentes estados semânticos do termo “casamento” no domínio do Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, mostramos que o termo “casamento” sofreu uma evolução semântica no domínio jurídico com base na legislação brasileira. Ademais, evidenciamos que essa evolução é reflexo das transformações políticas, sociais e ideológicas pelas quais passou a sociedade brasileira desde a instauração da República no Brasil.

Embora nossa análise tenha sido restringida ao micronível da terminologia do domínio do Direito, ou seja, ao termo “casamento” apenas, podemos afirmar que sua evolução semântica afetou outros termos veiculados nesse domínio, tais como “homem”, “mulher” e “família”, por exemplo. Nesse sentido, retomamos as contribuições de Møller (1998), que reconhece a intrínseca relação entre a evolução de uma terminologia e a evolução de suas partes constituintes, os termos. Além disso, destacamos a relação entre as unidades terminológicas que, pertencentes ao mesmo campo conceptual, afetam umas às outras quando sofrem transformações no nível semântico.

Vale salientar que a investigação aqui apresentada diz respeito a um estudo de caso, situado no âmbito de nossa pesquisa em nível de Mestrado, realizada sob os auspícios da FAPESP. Nesta pesquisa, analisamos a terminologia recorrente em certidões de casamento brasileiras a fim de verificar as mudanças semânticas, morfológicas e sintáticas dos termos, bem como os aspectos socioculturais que lhes subjazem, tendo como aparato teórico e metodológico o mesmo que aqui apresentamos.

NOTA

(1) Embora citemos Møller (1998) como referência aos estudos terminológicos diacrônicos, é importante que esclareçamos que sua proposta adota “Terminocronia” (Terminochronie), e não “Terminologia Diacrônica”, para se referir a seus estudos terminológicos sob perspectiva diacrônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. A renovação lexical nos domínios de especialidade. *Ciência e Cultura* [Online]. v. 58, n. 2, p. 32-34, 2006. Disponível em:

<<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a13v58n2.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BORTOLATO, C. P. *Uma proposta de tradução da terminologia jurídica do Ancien Régime presente na peça Les Plaideurs de Jean Racine*. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.theses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-18112013-131108/publico/2013_CarolinaPoppiBortolato_VCorr.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BRASIL (País). *Decreto N° 181, de 24 de janeiro de 1890*. Marechal Deodoro da Fonseca promulga a lei sobre o casamento civil. [s. l.: s. n.], 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. *Lei N° 3.071, de 1° de janeiro de 1916*. [s. l.: s. n.], 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. *Lei N° 379, de 16 de janeiro de 1937*. [s. l.: s. n.], 1937. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=379&tipo_norma=LEI&data=19370116&link=s>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. *Lei N° 1.110, de 23 de maio de 1950*. [s. l.: s. n.], 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1110.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. *Constituição Federal de 1967, redação dada pela Emenda Constitucional N° 1 de 17.10.1969*. [s. l.: s. n.], 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. *Lei N° 6.015, de 31 de dezembro de 1973*. [s. l.: s. n.], 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015original.htm>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. *Lei N° 6.515, de 26 de dezembro de 1977*. [s. l.: s. n.], 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. *Constituição Federal de 1988*. [s. l.: s. n.], 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 21 jan. 2016.

_____. *Lei N° 9.278, de 10 de maio de 1996*. [s. l.: s. n.], 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9278.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. *Lei N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. [s. l.: s. n.], 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 23 jan. 2016.

_____. *DIREITO DE FAMÍLIA: Divórcio e Separação Judicial*. [s. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/direito-de-fam%C3%ADlia-div%C3%B3rcio-e-separa%C3%A7%C3%A3o-judicial>>. Acesso em 29 abr. 2016.

_____. *Resolução N° 175, de 14 de maio de 2013*. [s. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2016.

CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

DIAS, M. B. *A mulher no Código Civil*. [s. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%C3%ADdigo_civil.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

DURY, P. Étude comparative et diachronique des concepts ecosystem et écosystème. *Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, v. 44, n. 3, 1999, p. 485-499. Disponível em: <<https://www.erudit.org/revue/meta/1999/v44/n3/002690ar.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MARQUES, T. C. de N. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A.*, v. 12, n. 1-2, p. 127-144, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/6027>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MØLLER, B. A la recherche d'une terminochronie. *Meta: journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, v. 43, n. 3, p. 426-438, 1998. Disponível em: <<https://www.erudit.org/revue/meta/1998/v43/n3/003655ar.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. Terminologie - vocabulaire. Genebra: ISO, 1990 (Norme Internationale ISO 1087, 1990).

PINHEIRO, J. P. *Evolução histórica do divórcio no Brasil*. WebArtigos, 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/evolucao-historica-do-divorcio-no-brasil/89387/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SILVA, P. J. da. A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas. In: ANAIS DOS SIMPÓSIOS DA ABHR, 13, 2012. *Anais...* Associação Brasileira de História das Religiões, 2012. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/456/391>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

SOARES, O. de M. *Casamento civil – Decreto n. 181 de 14 de janeiro de 1890: commentado e anotado*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1895.

REPRESENTAÇÕES NOS PERCURSOS CONCEPTUAL- TERMINOLÓGICO E TERMINOLÓGICO-CONCEPTUAL: A ÁREA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Fernanda Mello DEMAI
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps)
Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec – SP)
fernanda.demai@gmail.com

RESUMO: Educação do Campo (EC) é o processo direcionado por práticas e por princípios sócio-históricos relacionados ao ensino e à aprendizagem nas zonas rurais, protagonizados por sujeitos políticos inseridos em movimentos sociais em prol dos trabalhadores do campo. Estudamos a terminologia da EC em nossa tese, orientada pela Profª. Dra. Ieda Maria Alves (Universidade de São Paulo - 2014) e demos continuidade à pesquisa e à exploração dos termos e dos conceitos da área. O objetivo deste trabalho é demonstrar aspectos da terminologização da EC e a metodologia de apresentação dos conceitos em estruturas visuais na forma de mapas conceituais. A criação de termos nasce da necessidade de “colocação” do conceito técnico-científico em termo, ou seja: a terminologização. Propomos a metodologia de estruturação de mapas conceituais relacionais para representar a terminologia em estudo. Utilizamos a ferramenta informatizada Cmap Tools – Institute for Human and Machine Cognition – Knowledge Modeling. Na metodologia proposta, foram criadas classes conceituais como categorias agrupadoras de conceitos, a exemplo de “Pedagogias do Campo”, “Currículos Escolares e Planos de Ensino do Campo”, que abrangem os conceitos Pedagogia da Alternância, Pedagogia da Cooperação, entre outros. Partimos de algumas abordagens teórico-metodológicas da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Teoria Sociocognitiva da Terminologia, além do aparato da Semântica Cognitiva e da Semântica Lexical.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; Neologia; Representação conceitual; Terminologização; Mapa conceitual relacional

INTRODUÇÃO

Sendo a língua um patrimônio de toda a comunidade linguística, a todos os membros dessa sociedade é facultado o direito de criatividade léxica.
(Ieda Maria Alves. Neologismo. Criação lexical. 2007, p. 5-6)

Educação do Campo (EC) é o processo direcionado por práticas e por princípios sócio-históricos relacionados ao ensino e à aprendizagem nas zonas rurais, protagonizados por sujeitos políticos inseridos em movimentos sociais em prol dos trabalhadores do campo.

Propusemos, em trabalho anterior - tese de doutoramento, orientada pela Profa. Dra. Ieda Maria Alves (Universidade de São Paulo) e defendida em setembro de 2014 -, um estudo dos processos de terminologização que caracterizam essa área. Demos continuidade ao estudo da terminologia da Educação do Campo, com foco na proposição de procedimentos metodológicos direcionados à elaboração de um modelo de análise conceitual-terminológica.

O objetivo deste trabalho é demonstrar aspectos da terminologização da Educação do Campo (EC) e a metodologia de apresentação dos termos em estruturas visuais na forma de mapas conceituais relacionais.

A criação de termos nasce da necessidade de "colocação" do conceito técnico-científico em termo, ou seja: a terminologização. Criamos novas expressões para novos conceitos, pois o termo é a matéria pela qual podemos utilizar e comunicar os conceitos. Sem o nível linguístico, não poderíamos nos valer dos conceitos em nossas práticas sociolinguísticas e histórico-culturais.

Propomos a metodologia de estruturação de mapas conceituais relacionais para representar a terminologia em estudo. Com a elaboração desse tipo de mapa conceitual, torna-se possível, de forma mais dinâmica, demonstrar a diversidade de relações que se estabelecem entre os conceitos, a despeito de uma estruturação exclusivamente hierárquica, em que a relação de pertença é priorizada.

Utilizamos a ferramenta informatizada Cmap Tools – IHMC – Institute for Human and Machine Cognition – Knowledge Modeling. O CmapTools permite a inserção de conceitos em um sistema de programação, o qual representa graficamente esses conceitos, de acordo com as relações estabelecidas previamente pelo usuário, na forma de frases de ligação, em linguagem natural, acessível a todos os alfabetizados em língua portuguesa.

Para representar uma terminologia e os processos de terminologização, a análise e a representação do nível conceitual são imprescindíveis, tendo em vista a função semiótica estabelecida entre conteúdo e expressão, entre significado e significante.

Utilizamos alguns preceitos teórico-metodológicos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e da Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), além do arcabouço teórico da Semântica Cognitiva e da Semântica Lexical.

FUNDAMENTAÇÃO E PROPOSIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Tomamos a *T(t)erminologia* nas seguintes acepções: 1. estudo do signo terminológico, com suas faces significante e significado indissociáveis. 2. conjunto de termos de uma área.

Neologia, com outros autores, concebemos como o processo de criação de novos itens lexicais, os neologismos. Destacamos a conceituação de Alves (2006):

Conceitua-se o neologismo, no Projeto TermNeo, como uma nova forma, uma nova acepção atribuída a uma unidade lexical ou um estrangeirismo recebido de uma outra língua. O neologismo, fortemente vinculado ao caráter social da linguagem, é sempre resultante de um fato social, que, em um determinado momento da história da sociedade, determina a criação de uma nova unidade lexical. (ALVES, 2006, p. 132)

O corpus de análise (conjunto de termos extraídos de diversos textos representativos da área de estudo para análise), organizado por nós, pertence a uma sincronia de 10 anos e perfaz cerca de 700 termos. Utilizamos corpus de exclusão especializado, ou seja, um conjunto de textos técnicos e/ ou científicos de periodicidade anterior ao recorte considerado neológico. Dessa forma, os termos considerados neológicos são os que não constam do corpus de exclusão (conceito e denominação expressos por Boulanger, apud Alves, 2000, p. 105; 2006, p. 132).

Os termos foram selecionados (incluídos) de acordo com: 1. a frequência (ocorreram duas ou mais vezes); 2. a representatividade conceitual e pertinência ao tema e 3. o caráter neológico (não aparecem no corpus de exclusão). Foram excluídos termos: 1. não neológicos; 2. não representativos da área; 3. que ocorreram menos de duas vezes na totalidade do corpus; 4. que ocorreram em apenas uma obra do corpus.

Inserimos em nosso corpus de análise itens de caráter enciclopédico, por julgarmos que esses elementos são indispensáveis para a configuração conceitual-terminológica da área de Educação do Campo (nomes de instituições, programas do governo, tipologia de escolas).

O corpus documental por nós reunido pode ser enquadrado na tipologia de obra técnico-científica/ pedagógica/ de divulgação. Os textos técnico-científicos da área de Educação do Campo prestam-se aos propósitos de: 1. divulgar os conhecimentos de uma área; 2. servir como referencial de ensino; 3. divulgar e difundir os conceitos, as práticas e os objetivos de seus atores sociais.

São as instituições de ensino cujos textos foram pesquisados para a extração de conceitos e termos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

O trabalho terminológico com vistas à sistematização do nível conceptual foi constituído das etapas: 1. estruturação do corpus; 2. análise conceitual; 3. representação conceitual.

É a neologia morfossintática/ sintagmática, a que se dá pela formação de um novo signo a partir da combinação de vários signos distintos já existentes na língua, a que mais se destaca quantitativamente e qualitativamente no corpus deste trabalho.

Destacam-se outros tipos de neologia em caráter de combinação ou de complementaridade ao processo sintagmático: neologia semântica (novos significados atribuídos a signos já existentes), neologia por empréstimo interno (de outras áreas do conhecimento e da língua geral); neologia fonológica (novas sequências fonológicas na língua).

RELAÇÕES ENTRE PROCESSOS DE TERMINOLOGIZAÇÃO E NEOLOGIA, ONOMASIOLOGIA E SEMASIOLOGIA

Conforme Barbosa (2007), terminologização é o

processo que converte conceito em termo, *la mise en terme*, expressão esta comparável à *la mise en lexème*, do processo de lexemização de Pottier. Nesse sentido, terminologização refere-se à relação entre o nível conceptual e o metalinguístico [...]. **Ora, sabe-se que, dependendo da área técnica ou científica, os processos de**

terminologização *lato sensu* são muito mais amplos: o fonológico, o sintagmático, o semântico. O empréstimo (de uma língua para outra ou de uma área para outra) é apenas um dentre os vários processos de terminologização.

[...]

No processo de passagem do conceptual para o terminológico, [há] a criação *ex-nihilo*, que terá graus **diferentes de motivação, instauração de uma nova grandeza signica, numa combinatória inédita, no caso do processo fonológico e sintagmático [neológico]**. O ponto de partida é o conceptual. [...] (BARBOSA, 2007, p. 435-439, grifos nossos).

Os processos de terminologização são profundamente ligados e dependentes da neologia. A terminologização diz respeito à colocação de um conceito na forma linguística de um termo, que precisa ser criado, de acordo com vários processos à disposição na língua, como o fonológico, o sintagmático, o semântico - na verdade, uma combinatória de todos esses processos, destacando-se um, como desencadeador da criação lexical-terminológica.

Consideramos terminologização um macroprocesso, um arquiconceito, que representa o protótipo (“traços comuns constantes nos ‘recortes culturais’” – Barbosa, 2001, p. 81) de passagem do nível conceptual para o linguístico, que reúne os traços comuns, com a neutralização das diferenças entre terminologização e metaterminologização.

Os conceitos da EC foram criados não somente no eixo vertical, “do fato para o patamar cognitivo”, mas também foram “desencadeados nas relações sintagmáticas de um discurso manifestado, em que o[s] autor[es] vai[ão] pouco a pouco construindo, no seu texto, conceito[s] qualquer [quaisquer]” (BARBOSA, 2001, p. 78).

Tomando com Barbosa (2001, p. 79) o conceito como “modelo mental, dialeticamente articulado a um recorte cultural” e o processo de conceituar como “construção de um modelo mental, que corresponde a um recorte cultural e, em seguida, escolha/ engendramento da estrutura léxica que pode representa-la de forma mais eficaz [...] (BARBOSA, 2001, p. 76), destacamos, os conceitos da EC, como altamente representativos e constituídos por noemas (traços semânticos conceituais – denominação de Pottier, apud Barbosa, 2001, p. 73) ideológicos, intencionais, modalizadores (BARBOSA, 2001, p. 79), marcados por “discursos políticos eufóricos ou disfóricos sobre o mesmo fato, no interior de uma mesma cultura (BARBOSA, 2001, p. 82), que se destacam em relação ao conjunto de noemas “biofísicos ou universais, o conceito *stricto sensu*” e também em relação ao “conjunto de noemas ideológicos, culturais”, o “metaconceito” (BARBOSA, 2001, p. 79). Assim, constatamos que os traços semânticos conceituais que marcam a conceptualização e a terminologização da EC são “intencionais”, “modalizadores”, que buscam marcar, ainda mais, posicionamentos de grupos dentro de uma mesma cultura em relação aos traços primordialmente “ideológicos”, “culturais” ou “transculturais”. Logo, o que constitui e destaca a novidade (neologia) na terminologia da EC é a intencionalidade em sua rede conceptual, a manipulação discursiva deliberada, programada e utilizada como instrumento ideológico-manipulatório.

Ainda com Barbosa (2001), destacamos a relação fundamental, em estudos que envolvem Terminologia e Terminologização, entre onomasiologia e semasiologia. O “conceituar” refere-se ao

processo onomasiológico, que vai do fato ao nome, e cujo produto é a denominação. É o percurso do fazer persuasivo do sujeito de enunciação”, desencadeado por quem fala, quem escreve”. Já o “definir” refere-se ao processo “semasiológico, que vai do signo para o conceito, realizado por quem ouve ou quem lê; qualifica-se, assim também, o percurso lexicográfico, terminográfico, enquanto processo que parte da manifestação do nível lexemático, com as seleções, restrições e combinatórias sêmicas estabelecidas em discurso”. (BARBOSA, 2001, p. 78)

Julgamos primordiais essas distinções entre os níveis conceptual e terminológico para, então, partirmos para a representação dos percursos conceptual-terminológico e terminológico-conceptual.

RELAÇÕES ENTRE TERMINOLOGIZAÇÃO E MAPAS CONCEITUAIS

O mapa conceitual, em Terminologia, é o esquema que estabelece e hierarquiza os termos de uma área nas respectivas classes semânticas e constitui-se no primeiro procedimento após a identificação e a segmentação dos termos. A criação de termos nasce da necessidade de "colocação" do conceito técnico-científico em termo, ou seja: a terminologização. Criamos novas expressões para novos conceitos, pois o termo é a matéria pela qual podemos utilizar e comunicar os conceitos. Sem o nível linguístico, não poderíamos nos valer dos conceitos em nossas práticas sociolinguísticas e histórico-culturais.

Procedemos à estruturação de mapas conceituais relacionais para representar a terminologia em estudo. Com a elaboração desse tipo de mapa conceitual, torna-se possível, de forma mais dinâmica, demonstrar a diversidade de relações que se estabelecem entre os conceitos, a despeito de uma estruturação exclusivamente hierárquica, em que a relação de pertença é priorizada.

Utilizamos a ferramenta informatizada Cmap Tools – IHMC – Institute for Human and Machine Cognition – Knowledge Modeling. O CmapTools permite a inserção de conceitos em um sistema de programação, o qual representa graficamente os conceitos, de acordo com as relações estabelecidas previamente pelo usuário, na forma de frases de ligação, em linguagem natural, acessível a todos os alfabetizados em língua portuguesa.

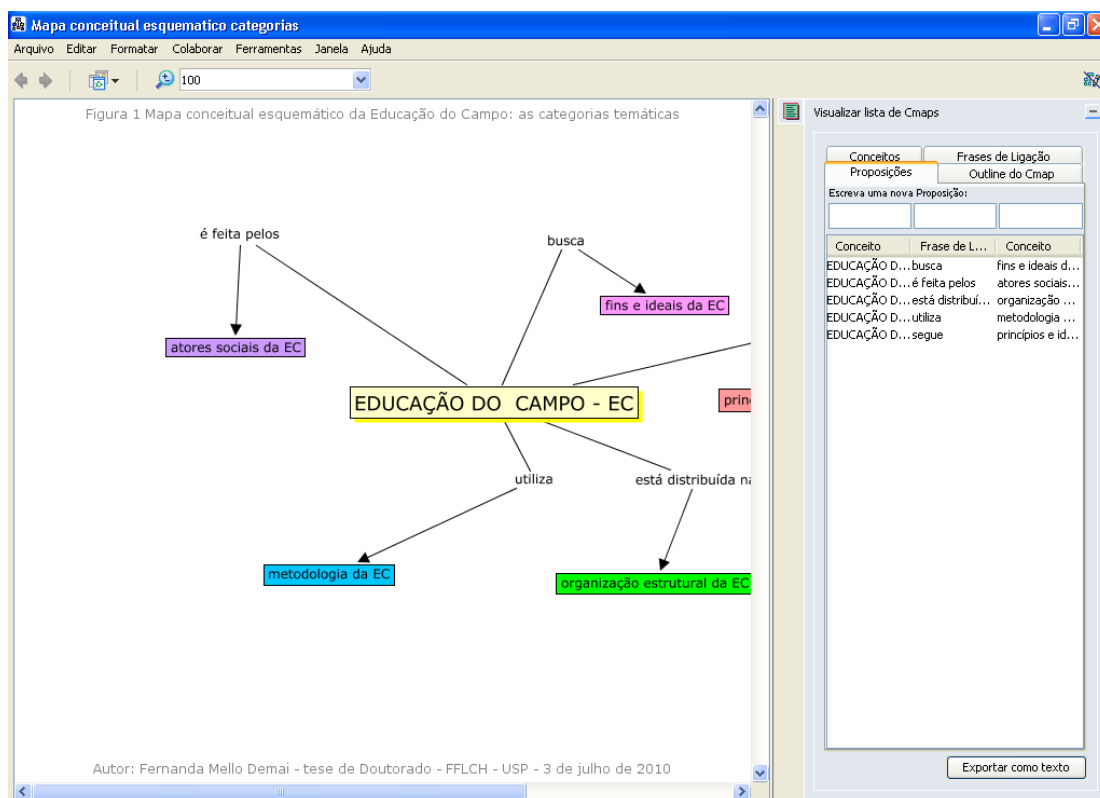


Figura 1: Tela do Cmap Tools. Fonte: DEMAI, 2014, p. 130

Com o Cmap Tools, é possível estabelecer relações entre os conceitos. Um conceito pode aparecer mais de uma vez na estrutura, ao contrário do que ocorre com os mapas conceituais tradicionais (exclusivamente hierárquicos). É possível exibir todas as funções que um conceito desempenha na estrutura conceitual: um mesmo conceito pode estar em função de hiperônimo, de hipônimo ou de co-hipônimo, dependendo da categoria temática (recorte dentro da estrutura geral).

As “frases de ligação” permitem ao leitor leigo ou ao semileigo identificar as relações entre os conceitos, atingindo um patamar cognitivo acerca da área. Para os leitores especializados ou de conhecimento intermediário, as “frases de ligação” possibilitam esclarecer dúvidas e identificar relações mais refinadas, além de subsidiarem releituras e novas pesquisas. As “frases de ligação” podem ser repetidas como um padrão; recuperam os conceitos já mobilizados, não sendo necessário digitá-los a cada vez. As “frases de ligação” podem ter como “saída” mais de um conceito, o que dispensa o formato monovalente: <conceito1 ‘para’ conceito2>.

Um conceito “saída” pode estar também em função de “partida” – ou seja: a direção das setas pode ser estabelecida de diferentes formas, em direções diversas, ou ainda as setas podem ser curvas, de pequena ou longa extensão.

Para representar uma terminologia e os processos de terminologização, a análise e a representação do patamar conceitual são imprescindíveis, tendo em vista a função semiótica estabelecida entre conteúdo e expressão, entre significado e significante.

REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE CONCEITUAL-TERMINOLÓGICA A PROPOSIÇÃO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS

Estabelecemos cinco categorias temáticas a fim de classificar, agrupar e apresentar os conceitos (e respectivos termos) da Educação do Campo, conforme os itens seguintes.

As categorias temáticas foram criadas a partir da leitura dos *corpora*. Segue a árvore conceitual esquemática:

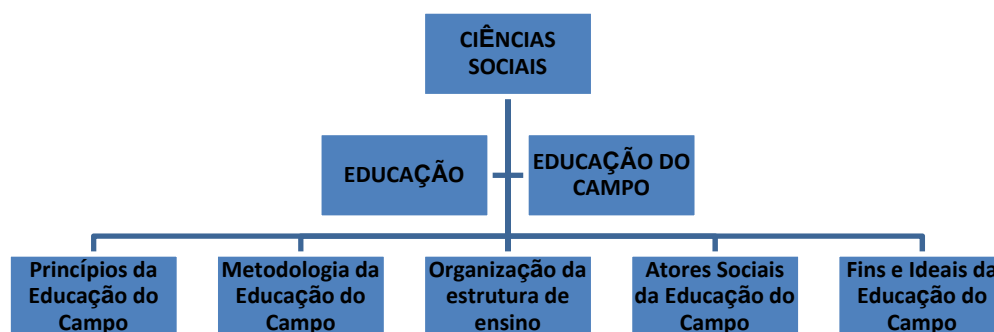


Figura 2: Árvore conceitual da Educação do Campo – categorias temáticas.

Fonte: DEMAI, 2014, p. 34

As categorias temáticas, estruturadas como macroclasses que contêm as classes conceituais, organizam conceitos isolados ou grupos de conceitos que guardam entre si alguma semelhança em seus conjuntos de traços significativos.

É recomendado que o pesquisador estabeleça categorias temáticas ou campos conceituais, a fim de agrupar os conceitos de uma maneira sistemática, que priorize o patamar cognitivo e não necessariamente o sistema linguístico, como ocorre com a ordenação simplesmente alfabética.

ANÁLISE CONCEITUAL HIERÁRQUICA *VERSUS* ANÁLISE CONCEITUAL RELACIONAL

Mapas conceituais são instrumentos de pesquisa e sistematização de dados conceituais; sua principal função é representar os conceitos e suas relações.

O tipo mais difundido de mapa conceitual é o hierárquico, cuja principal função é representar a relação entre os hiperônimos e respectivos hipônimos, ou seja: a prioridade é demonstrar as relações de ordenação e de subordinação entre os conceitos.

Nossa estruturação hierárquica da rede conceitual relativa à área de Educação do Campo é composta por três subprocessos:

- a. sistematização dos conceitos;
- b. estruturação das classes conceituais, que contêm os conceitos;
- c. estruturação das categorias temáticas (macroclasses que contêm as classes conceituais);

Esses subprocessos não são necessariamente sequenciais, nem estanques.
A seguir, apresentamos exemplos de categoria temática e de classe conceitual:

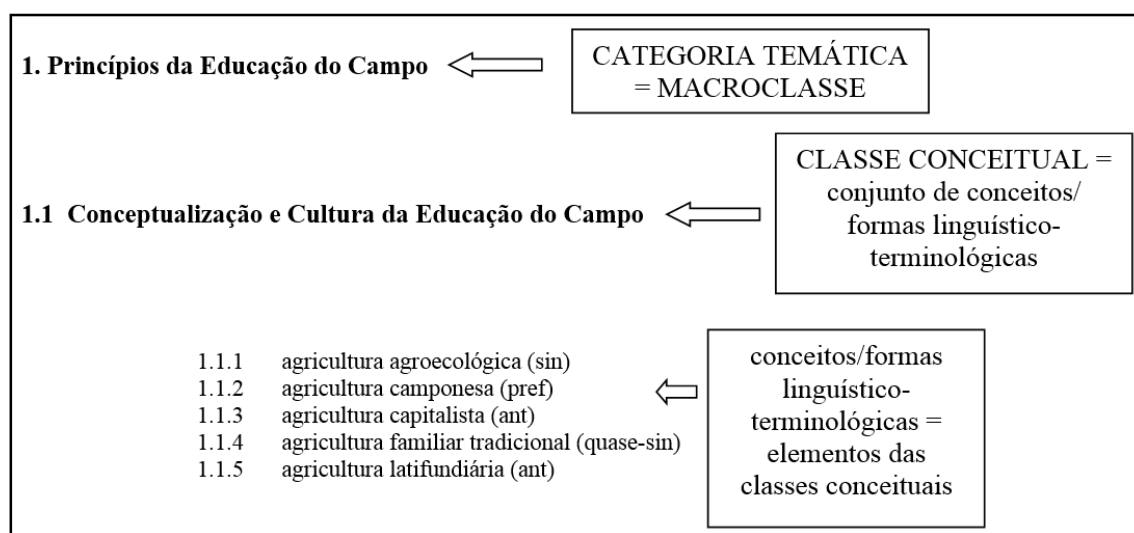


Figura 3: Mapa conceitual hierárquico: exemplo de categorias temáticas, classes conceituais e conceitos. Fonte: DEMAI, 2014, p. 140

A estrutura puramente hierárquica apresenta muitas dificuldades de codificação e de decodificação – problemas de decodificação são possíveis pois consulentes leigos ou semileigos desconheciam as relações de ordenação e de subordinação dos conceitos (e até mesmo os próprios conceitos); problemas de codificação são prováveis, pois o terminólogo teria de escolher onde apresentar um mesmo conceito na estrutura hierárquica, desprezando outras possibilidades e representações possíveis, igualmente válidas, ou então deveria recorrer a uma série de repetições do mesmo conceito, sem ligação explícita com seus hiperônimos, hipônimos e co-hipônimos.

Dessa forma, propomos e aplicamos uma metodologia de elaboração de mapas conceituais relacionais. Os leitores serão direcionados por frases de ligação, elaboradas em linguagem natural, mais acessível. Os conceitos podem ser repetidos e são evidenciadas por outras relações, além da pertença hierárquica.

Apresentamos a mesma classe conceitual *1.1 – Conceptualização e Cultura da Educação do Campo*, em formato de mapa conceitual relacional:

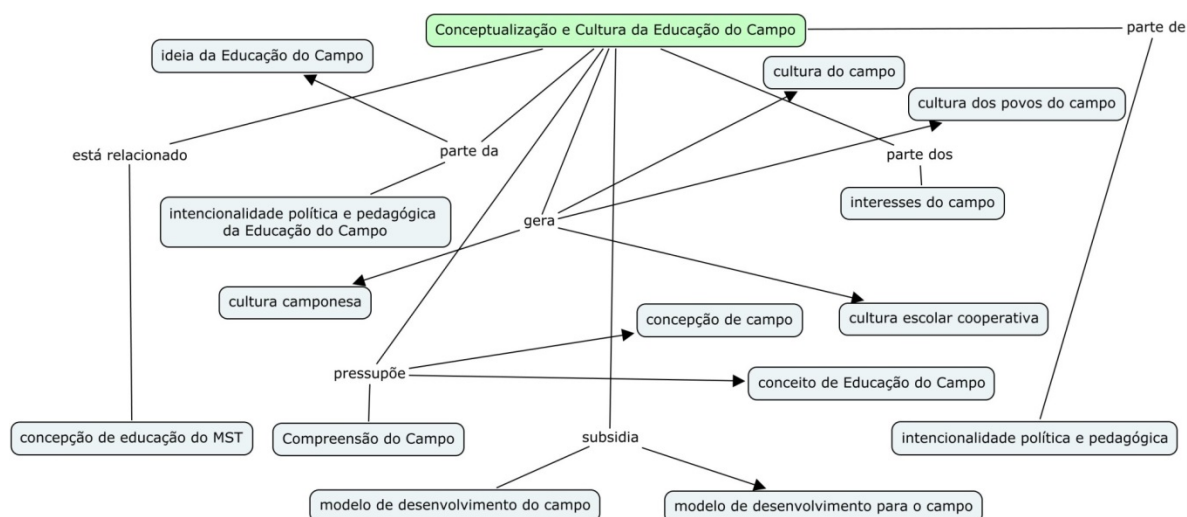


Figura 4: Demonstração da metodologia dos mapas conceituais relacionais.

Fonte: DEMAI, 2014, p. 146

De acordo com a Figura 4, é possível, com a elaboração de mapas conceituais relacionais, sistematizar a relação entre os conceitos e demonstrá-las com a utilização de frases de ligação, geralmente curtas e de caráter ontológico (*são, é*) ou de caráter partitivo (*são constituídas de*), ou de caráter relacional (*está relacionado a*), ou de caráter funcional (*gera a*), entre outras muitas possibilidades.

Exemplos dessas relações podem ser verificados nos mapas conceituais que ilustram este artigo.

AS CINCO CATEGORIAS TEMÁTICAS

A categoria temática (1) *Princípios da Educação do Campo* apresenta os aspectos sociais e políticos relacionados à educação nas zonas rurais idealizada e promovida por movimentos populares em prol das classes trabalhadoras. Como principais aspectos dessa categoria temática, podemos citar a democratização da educação no campo, a liberdade de ensino, o combate ao analfabetismo, o direito à educação, além das intenções políticas marcadas pelos movimentos populares citados (parcialidade política). Segue o mapa conceitual proposto para a categoria temática (1):

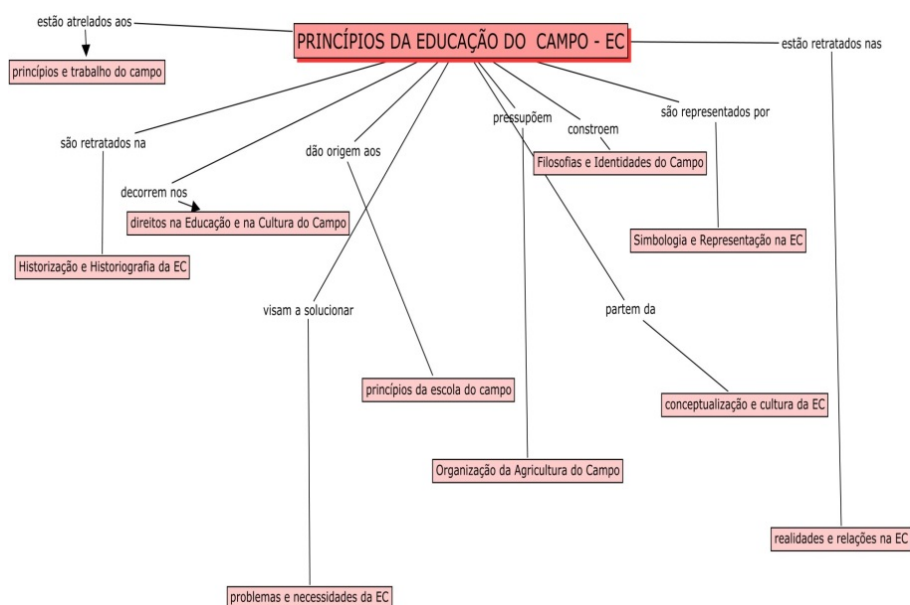


Figura 5: Mapa conceitual relacional - Princípios da Educação do Campo.

Fonte: DEMAI, 2014, p. 132

A categoria temática (2) *Metodologia da Educação do Campo* apresenta aspectos pedagógicos da educação do campo, como a adequação das práticas de ensino e dos currículos escolares ao contexto sociopolítico dos assentamentos rurais e a indispensável contextualização das práticas e dos saberes dos docentes, os quais devem estar envolvidos nos movimentos sociais dos trabalhadores. Subjacentes a esses aspectos pedagógicos, como não poderia deixar de ser, encontram-se os aspectos da política educacional e de suas formas de planejamento. Segue o mapa conceitual proposto para a categoria temática (2):

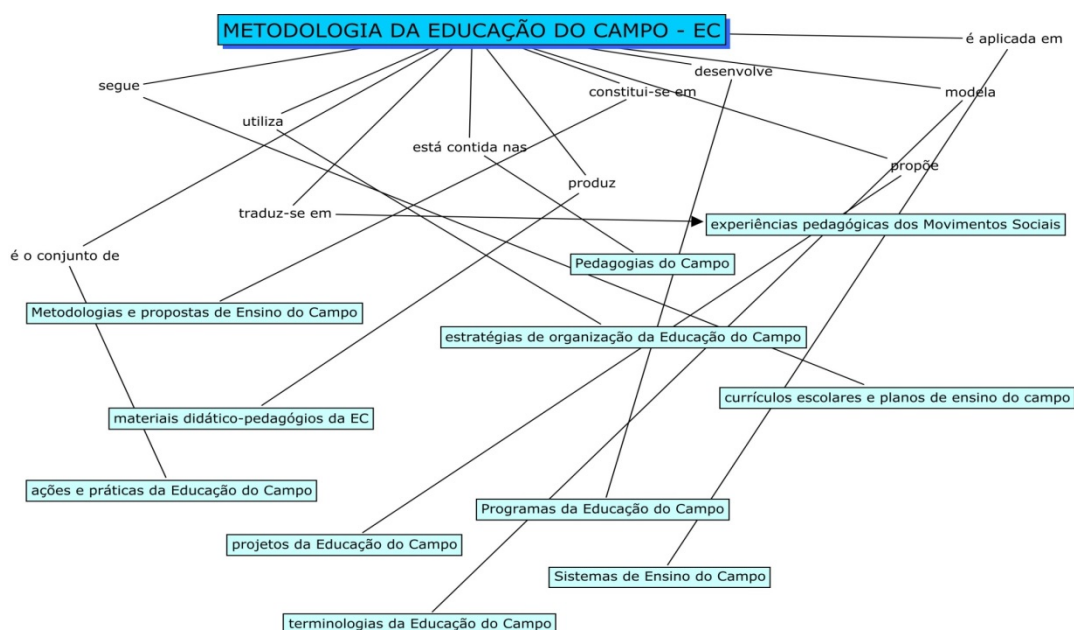


Figura 6: Mapa conceitual relacional - Metodologia da Educação do Campo. Fonte:

DEMAI, 2014, p. 133

A categoria temática (3) *Organização Estrutural da Educação do Campo* apresenta aspectos organizacionais das escolas do campo inseridas em assentamentos de movimentos sociais, bem como as circunstâncias sociopolíticas e relacionais desses movimentos com o entorno social. A configuração espaço-temporal das escolas também é abordada – escolas eventuais/ escolas móveis/ escolas sazonais. Também são abarcados aspectos de financiamentos públicos eventualmente concedidos às escolas do campo. Segue o mapa conceitual proposto para a categoria temática (3):

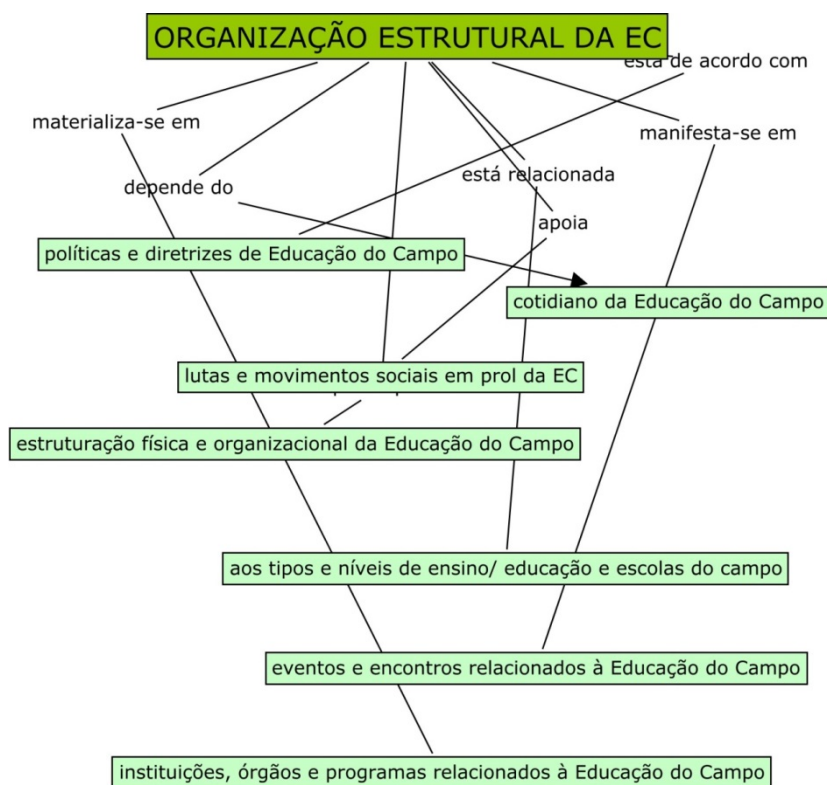


Figura 7: Mapa conceitual relacional - Organização Estrutural da Educação do Campo. Fonte: DEMAI, 2014, p. 134

A categoria temática (4) *Atores Sociais da Educação do Campo* apresenta aspectos que caracterizam os agentes da Educação do Campo: professores militantes; alunos; homem do campo; mulher do campo; adolescência Sem Terra; trabalhadores do campo; povos do campo; povos da floresta, entre outros. Segue o mapa conceitual proposto para a categoria temática (4):

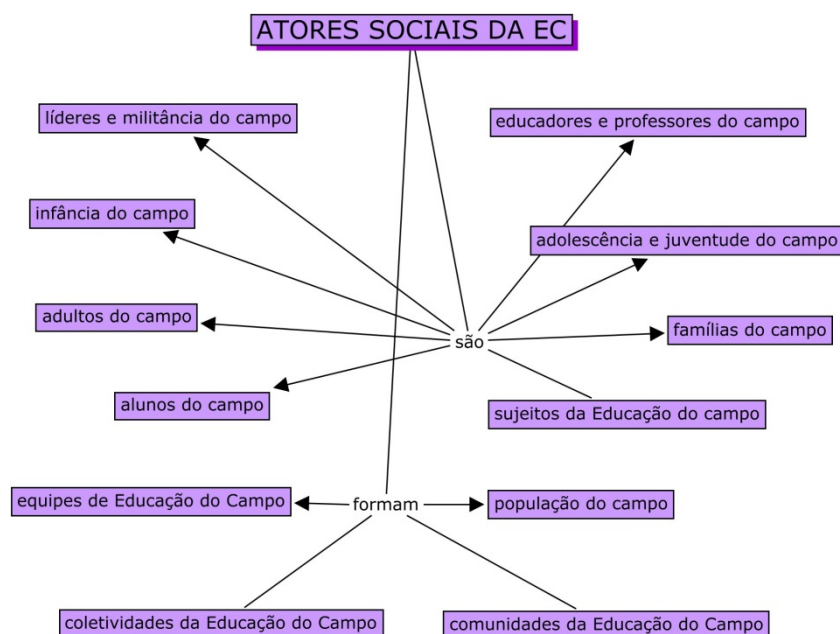


Figura 8: Mapa conceitual relacional - Atores Sociais da Educação do Campo. Fonte: DEMAI, 2014, p. 136

A categoria temática (5) Fins e ideais da Educação do Campo apresenta notadamente aspectos ideológicos e axiológicos da Educação do Campo, já que abarca os objetivos mais gerais e, por que não, mais “nobres” da área, como a integração social por intermédio da coletivização do saber, o desenvolvimento do interesse político e do espírito de comunidade, a acessibilidade a saberes científicos, técnicos e tecnológicos da tradição (saberes canônicos) e a propagação da mobilização social. Segue o mapa conceitual proposto para a categoria temática (5):

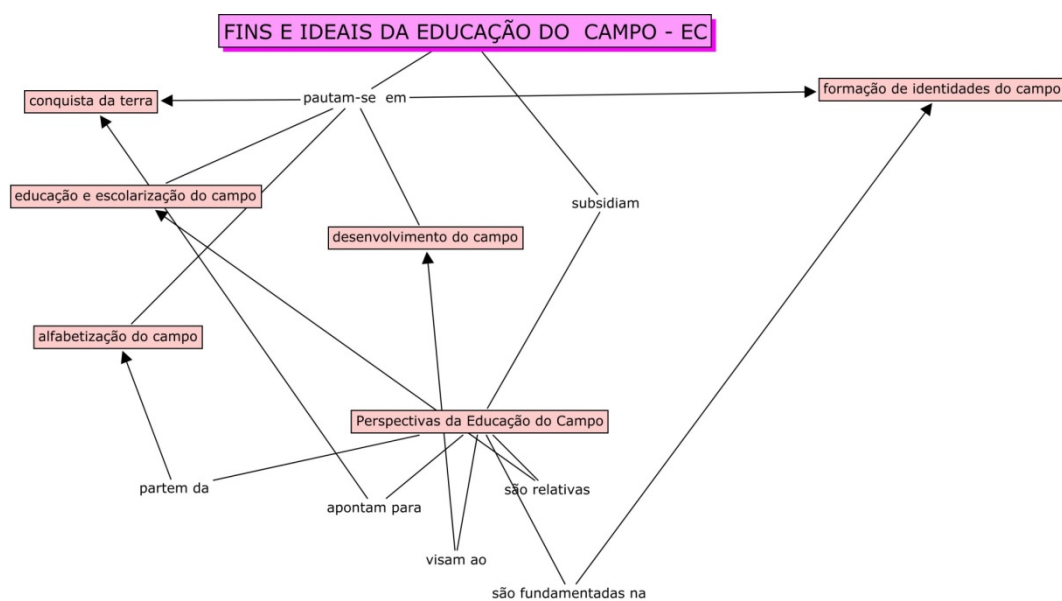


Figura 9: Mapa conceitual relacional – Fins e Ideais da Educação do Campo. Fonte: DEMAI, 2014, p. 137

Em suma: as categorias temáticas 1. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO; 2. METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO; 3. ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO; 4. ATORES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO e 5. FINS E IDEAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO são macroclasses que contêm as classes conceituais - 1.1..., 2.1..., 3.1..., 4.1..., 5.1..., as quais, por sua vez, compreendem os elementos desses conjuntos, que são os conceitos propriamente ditos, representados pelas respectivas estruturas linguístico-terminológicas, numerados sequencialmente 1.1.1..., 2.1.1..., 3.1.1..., 4.1.1..., 5.1.1....

As classes conceituais e as categorias temáticas (macroclasses) foram criadas para este modelo de análise conceitual e de descrição terminológica (autoria da pesquisadora).

Os conceitos e respectivas representações linguístico-terminológicas, que se constituem em termos neológicos ainda em fase de (re)conceptualização e de (re)lexicalização, não sofreram intervenção e são apresentados tal e qual ocorrem no corpus documental, de acordo com nossos critérios e procedimentos de extração e de seleção de termos.

A seguir, apresentamos um mapa conceitual fruto de nossa tese, com os respectivos conceitos (caixas azuis), organizados em classes conceituais (caixas verdes).

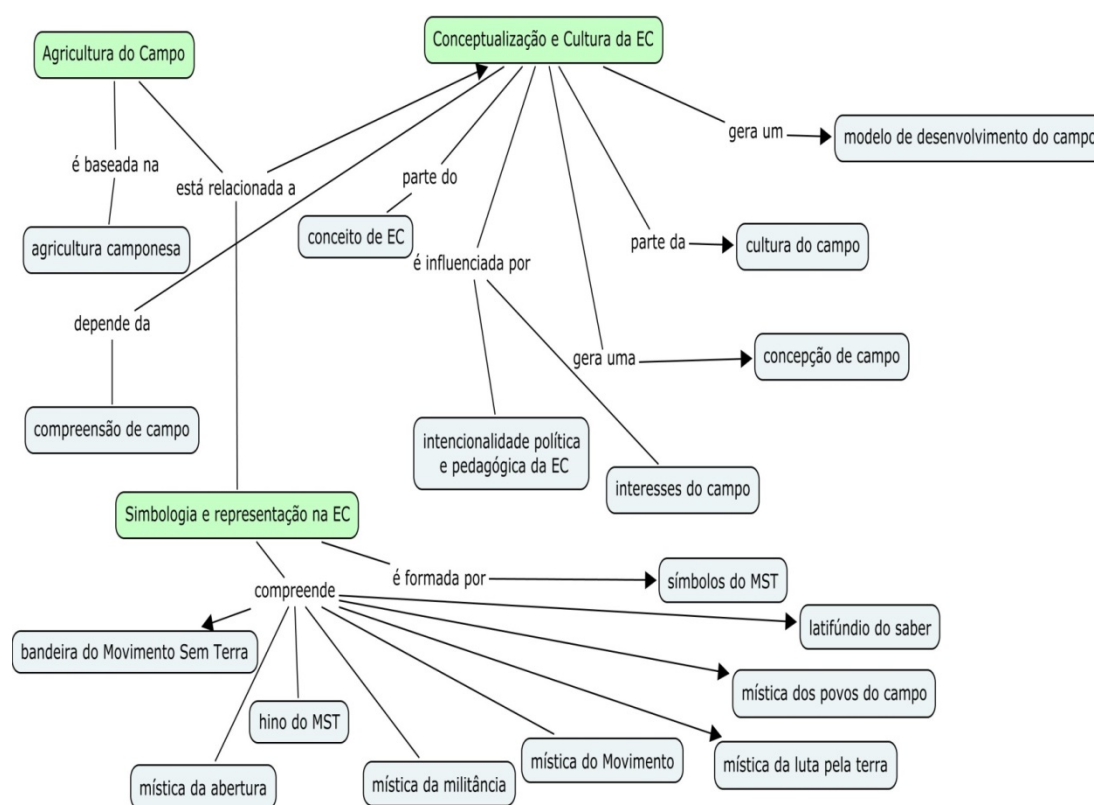


Figura 10: Mapa Conceitual Relacional - Princípios, conceptualização, cultura e símbolos da Educação do Campo. Fonte: DEMAI, 2014, p.149

Alguns dos mapas apresentam conceitos (caixas azuis) relativos a mais de uma classe conceitual (caixa verde). Associamos classes afins, pois, se os mapas

conceituais são relacionais, não há sentido separá-los e sim representarmos o maior número de relações que for possível.

Na elaboração dos mapas conceituais relacionais, partimos das classes conceituais e não das cinco categorias temáticas, pois estas são muito amplas e abrangentes, sendo que apenas sua denominação não esclareceria, a nosso ver, sua complexidade. Assim, as classes conceituais podem ser entendidas como partes contidas nas cinco categorias temáticas. Dessa forma, cada categoria temática contém várias classes conceituais.

Tanto as categorias temáticas como as classes conceituais são constructos elaborados a partir da leitura e da análise dos *corpora* e são de autoria própria da pesquisadora, não se confundindo com os termos, extraídos fidedignamente do corpus de análise.

A nosso ver, a metodologia de elaboração de mapas conceituais relacionais pode ser aplicada ao planejamento geral da pesquisa terminológica, para estruturação e correlação dos conceitos, conforme esquematizado:

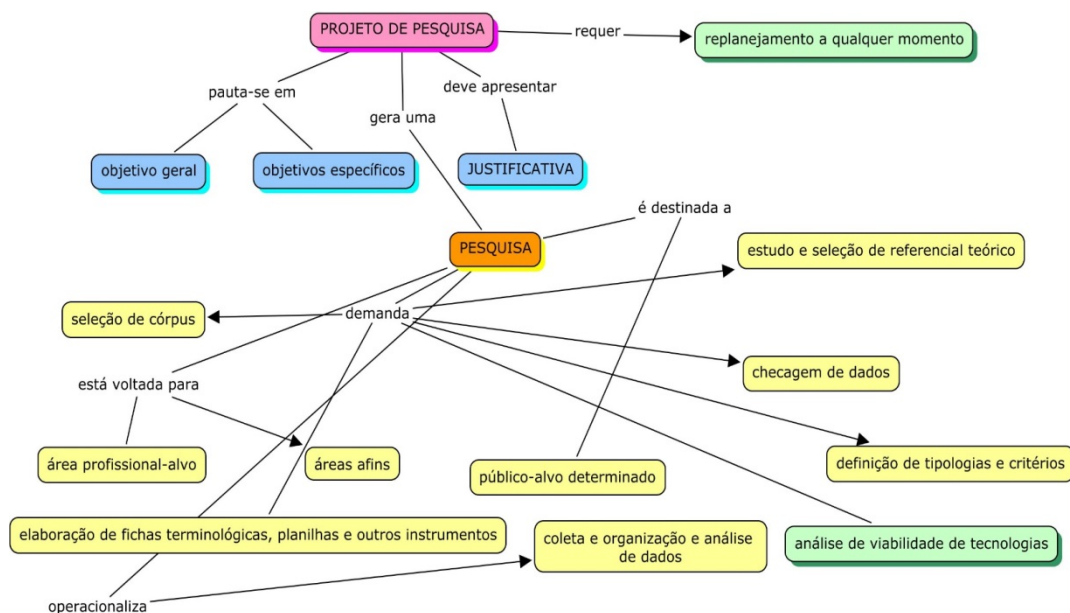


Figura 11: Mapa conceitual relacional: metodologia de análise conceitual e de descrição terminológica de corpus neológico. Fonte: DEMAI, 2014, p. 94

De acordo com a Figura 11, é possível, com a elaboração de mapas conceituais relacionais, (re)planejar, executar e controlar as etapas de uma pesquisa de análise conceitual e descrição terminológica – nesse caso, tratou-se de um trabalho de análise conceitual-terminológica de corpus neológico, mas essa sistematização poderia ser aplicada a outro tipo de pesquisa, com adaptação de alguns pontos, visto que, do modo que concebemos o trabalho científico, não podemos prescindir de objetivos, justificativas, fundamentação teórica, metodologia de coleta e de análise de dados e respectivos instrumentos e fontes, estabelecimento de um público-alvo, com uso de determinadas tecnologias, conforme os contextos sócio-histórico, político, ideológico e cultural que propiciarão e acomodarão tal pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da neologia lexical de uma língua permite-nos analisar a evolução da sociedade que dela se utiliza, pois as transformações sociais e culturais refletem-se nitidamente no acervo léxico dessa comunidade. Por isso, o estudo sistemático da neologia no português brasileiro é, sob a perspectiva linguística, a análise dos processos de formação de novas palavras; do ponto de vista extralinguístico, constitui o estudo da evolução da sociedade brasileira.

(Ieda Maria Alves. Neologismo. Criação lexical. 2007, p. 87)

Defendemos, em nossa tese, como síntese do nosso percurso epistemológico, ou seja, o que consideramos como primordial em Terminologia:

contextualização sócio-histórica, epistemológica e discursiva, com a utilização de prática descritivista, sincrônica e diacronicamente, valorizando a cognição e a comunicação, em perspectiva onomasiológica e semasiológica, com a unificação entre morfossintaxe, semântica, pragmática, em prol da difusão de conhecimento e de ideologia. (DEMAI, 2014, p. 376)

Os procedimentos utilizados para as representações nos percursos conceitual-terminológico e terminológico-conceitual na forma de mapas conceituais relacionais, a nosso ver, foram satisfatórios, considerando a contraposição entre as representações conceituais exclusivamente hierárquicas e as representações relacionais.

Avaliamos o programa CMap Tools como de fácil utilização, de fácil acesso e de notável eficácia para a representação de conceitos, etapa primordial do trabalho terminológico.

Consideramos que devemos nos valer, em Terminologia, do percurso onomasiológico (partindo-se do nível conceitual para, então, atingir o nível linguístico, ou seja, a partir das unidades em ausência, as possibilidades, numa análise do conceito para o termo), como do percurso semasiológico (partindo do signo linguístico para o conceito, ou seja, a partir das unidades em presença, manifestadas linguisticamente, numa análise do termo para o conceito). Num percurso onomasiológico e/ ou num percurso semasiológico, o foco é o estudo das relações entre conceito e signo terminológico, no caso da Terminologia.

Em nossa tese de doutoramento acerca da terminologia da Educação do Campo, percorremos os dois caminhos – o da Onomasiologia e o da Semasiologia - o primeiro diretamente relacionado com a efetivação dos processos de terminologização, ou seja, com a transposição do conceitual para o linguístico; o segundo, diretamente relacionado à compreensão dos processos de terminologização, visto que se objetiva a apreensão do conceito a partir da denominação escolhida/ engendrada.

A terminologização e a lexicalização guardam profunda relação com o macroprocesso da neologia, visto que, para a criação de novos termos, ou de novas palavras, é necessária a transposição do patamar conceitual para o linguístico.

O estudo da cognição relacionada aos processos de terminologização (e também de lexicalização) é de extrema importância em Terminologia; uma das formas de priorizar o patamar cognitivo (e não necessariamente o sistema linguístico), como ocorre com a ordenação simplesmente alfabética, é justamente o estabelecimento de categorias temáticas ou campos conceituais, por parte do pesquisador-terminólogo, a fim de agrupar os conceitos de uma maneira sistemática.

Buscando uma abordagem mais comunicativa e sociocognitiva da Terminologia (CABRÉ, 1993; 1999; TERMERMANN, 2001), o percurso vai além das tradicionais oposições entre Onomasiologia e Semasiologia: busca-se uma identificação e análise de estruturas prototípicas mais abrangentes (categorias ou classes conceituais), bem como a cognição de suas relações – à semelhança da relação entre forma e conteúdo, que garante a existência de cada signo, incluindo o signo terminológico.

Logo, conforme alguns preceitos da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Teoria Sociocognitiva da Terminologia, não consideramos a existência apartada de conceitos e denominações; tomamos por base do estudo e da representação conceitual-terminológica a existência do signo terminológico, com suas faces significado e significante indissociáveis, a exemplo da conhecida metáfora das “duas faces da mesma moeda”.

Os termos e as palavras, em profunda interação com os conceitos, configuram o que conhecemos por *mundo* e por *vida*, e a neologia é a concretização do poder de criação não só de signos, mas de significados e da própria experiência humana – por isso, escolhemos estudar os processos de transposição dos patamares conceptual para o linguístico e seus produtos, os signos, com suas significações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo*. São Paulo, 2000. 380f. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o estudo do léxico. *Alfa*, v. 50, n. 2, p. 131-144, 2006.

_____. *Neologismo*. Criação lexical. 3 ed. São Paulo: Ática, 2007.

BARBOSA, M. A. Sistema conceptual e sistema terminológico. *TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*. São Paulo: Humanitas, v. 7, p. 71-94, 2001.

_____. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de aplicação. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). *As Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. III. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 433-445.

CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/ Empúries, 1993.

_____. *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística aplicada/ Universitat Pompeu Fabra, 1999.

DEMAI, F. M. *Processos de terminologização: descrição e análise da neologia da área de Educação do Campo*. 2014. 417 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

INSTITUTE FOR HUMAN AND MACHINE COGNITION - IHMC. *Cmap Tools*. Knowledge Modeling Kit – version 5.04.

NEOLOGISMOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Jéssica Câmara SIQUEIRA
Universidade de São Paulo (Doutora)
jessica.siqueira@usp.br

RESUMO: Por meio de abordagem terminológica de neologismos, a pesquisa identifica as principais áreas de interface com a Ciência da Informação. O trabalho é de caráter exploratório e tem como base a análise qualitativa dos neologismos selecionados em cinco periódicos mais bem classificados no Qualis/ CAPES do último decênio. O corpus de exclusão constituiu-se a partir de obras lexicográficas da área e da Base de Pesquisa em Ciência da Informação (BRAPCI), a partir das funcionalidades do mecanismo de busca linguístico WebCorp. O mapeamento das áreas de interface resulta da seleção de neologismos e da delimitação de contextos terminológicos da BRAPCI, e de artigos do Portal de Periódicos da Capes. A análise das definições dos neologismos permitiu identificar, a partir de seus traços conceituais, as principais áreas de interface ou campos ancestrais constituintes da Ciência da Informação. Observou-se que a migração conceitual corrobora a identificação das relações intersticiais, uma vez que os termos identificados refletem aspectos teóricos e metodológicos comuns entre as áreas, facilitando assim a comunicação científica, sua aplicabilidade social e a interdisciplinaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação; Neologismo; Migração conceitual; Terminologia.

INTRODUÇÃO

Uma área científica, para constituir-se como tal, precisa preliminarmente de uma definição de seu escopo teórico, metodológico e pragmático alicerçados a uma terminologia adequada a seus propósitos. No entanto, nenhuma ciência parte da definição em si, uma vez que a definição nada mais é que uma releitura de diferentes elementos presentes numa teoria e num determinado contexto. A definição, feita *a posteriori*, teria a função de nos apresentar objetos científicos mais estáveis para análise. Todavia, não devemos nos esquecer de que são interpretações de uma realidade, logo, são influenciadas ideologicamente e culturalmente (FOUREZ, 1995).

Para a delimitação de uma área científica, é preciso organizá-la mentalmente, ou seja, estruturá-la a partir de paradigmas que auxiliem suas ações de abordagem, classificação e compreensão do mundo real. Nesta perspectiva, os paradigmas são apenas elementos norteadores de um campo científico, não delimitadores ou bloqueadores do contato entre as áreas.

Neste ponto, é salutar retomar a perspectiva de Benveniste (1989) sobre a importância do papel da Terminologia na constituição de campos científicos. A constituição de uma terminologia própria assinala a delimitação de uma área, ou seja,

uma área só começa a existir na medida em que possui conceitos próprios ou que funcionem em prol de um escopo científico. Dessa forma, a legitimidade de uma nova área se dá, primeiramente, através da delimitação de seus conceitos por meio da denominação. Sobre a relevância da denominação, Benveniste (1989) afirma que:

Denominar, isto é, criar um conceito, é ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência. Consideramos, pois, o surgimento ou a transformação dos termos essenciais de uma ciência como os acontecimentos mais importantes de sua evolução. Todos os trajetos de pensamentos decisivos é que, incorporados à ciência, vão suscitar, por sua vez, novos conceitos. (BENVENISTE, 1989, p. 252)

Neste último caso, quando já existe um significante e há mudança conceitual, observamos outro importante fenômeno associado às relações entre as áreas científicas: a migração de conceitos. Segundo Stengers (1987), um conceito migra de uma disciplina para outra com o intuito de fortalecer novos pontos de vista ou lacunas existentes em determinado campo. A migração conceitual auxilia áreas vizinhas, que compartilham práticas e elementos comuns, a se enriquecerem conceitualmente ao compartilharem o uso de termos que refletem aspectos teóricos e metodológicos comuns, facilitando a comunicação científica e sua aplicabilidade social.

O surgimento de novos conceitos refere-se diretamente aos neologismos. O neologismo é uma inovação linguística que pode apresentar-se sob a forma lexical (vocabular) ou sintática (frasal), podendo referir-se a um significante novo associado a um conceito já existente; a um significante novo associado a um novo conceito ou a um significante já existente associado a um conceito novo (neologismo semântico).

O objetivo central da pesquisa foi desvelar, a partir dos neologismos, quais eram as principais áreas que estabeleciam interfaces com a Ciência da Informação. Além disso, nesse percurso exploratório de termos e áreas, foi possível observar as migrações conceituais de um campo para outro. Nessa medida, a pesquisa também aborda, de modo secundário, a perspectiva da migração conceitual como um aspecto relevante para os estudos neológicos em áreas de especialidade.

O intuito de identificar os espaços intersticiais das áreas do conhecimento é importante tanto como meio de aprofundamento de estudos numa área, como recurso que auxilia no reconhecimento identitário dessa área. No caso específico da Ciência da Informação, há férteis discussões acerca de sua delimitação científica e epistemologia, o que incentiva trabalhos dessa natureza.

A pesquisa de caráter terminológico tem o papel de desvelar as várias facetas interdisciplinares da Ciência da Informação. Considerando o cenário de surgimento da área, a diversidade de campos que contribuíram e contribuem para seu escopo, bem como a natureza complexa de seu objeto, a informação, tornam-se prementes estudos que investiguem a epistemologia interdisciplinar. Tal temática, apesar de sua importância, apresenta uma carência de estudos, muitas vezes sintetizados em pesquisas pontuais ou meramente descritivas.

Nessa abordagem, buscamos uma perspectiva dinâmica da integração disciplinar a partir dos neologismos. Procuramos não nos deter apenas na observação dos aspectos internos e externos da área a partir dos termos, mas tentamos enxergar seu uso concreto no contexto, indissociável dos demais termos de diferentes áreas, que, em integração, compõem o escopo identitário da Ciência da Informação.

MIGRAÇÃO CONCEITUAL E CONCEITO NÔMADE

Segundo as Teorias do Conhecimento, existem basicamente duas formas de apreensão da realidade: a concreta, que se realiza pela intuição, já que sem recorrer à racionalidade se baseia na memória cumulativa de experiências; e a apreensão abstrata, em que o conceito tem o papel de mediar a apreensão do real, levando consigo a intencionalidade inscrita numa situação real (SCHLANCE; STENGERS, 1991). O conceito, portanto, mais que um produto abstrato de entendimento teria um importante papel no ato de pensar e no modo como vivemos aquilo que concebemos como realidade. Para Russ (1992), o conceito seria o verdadeiro motor de progresso do conhecimento, já que ele espelharia as mudanças que ocorrem no mundo, evoluindo e moldando-se aos novos contextos, através da migração conceitual.

O conceito *nômade*, designação cunhada por Stengers (1987), refere-se ao fenômeno em que termos utilizados em determinada área de especialidade migram para outra área emergente. Ao serem recebidos na outra área, podem tanto sofrer algum tipo de adaptação (no nível lexical e/ou semântico), como também podem conservar o núcleo conceitual.

Um caráter ressaltado por Dumas (1999), a respeito dos conceitos nômades, é sua elasticidade: “*Un concept est élastique dans la mesure où il est transversal, où il peut se déplacer d'une théorie à une autre et d'une discipline à une autre et d'une discipline à une autre*” (DUMAS, 1999, p. 52). Um exemplo dado pela autora é a noção de *valor*, que, por seu caráter transversal, perpassa diferentes áreas como a Sociologia, a Economia e a Filosofia. Em contrapartida, mesmo considerando a possibilidade de partes de uma teoria se deslocarem em conceitos que migram de uma área para outra, até compondo uma nova disciplina, a autora salienta que, apesar dessas viagens, nunca uma teoria é importada inteiramente em bloco para outra área.

Na obra clássica sobre o conceito nômade, *D'une science à l'autre - des concepts nomades*, de Isabelle Stengers (1987), a autora resalta a natureza dinâmica e aberta dos saberes. A partir de tal perspectiva, ela evidencia a importância de se observar a natureza do percurso científico, ou seja, a noção de ciência estaria ligada ao conjunto de proposições, práticas e problemas que podem ser reconhecidos por sua cientificidade. Cientificidade aqui entendida como um modelo *a priori* a partir do qual uma ciência pode definir o papel legítimo de seus conceitos e relações com áreas.

A legitimidade de um conceito em uma área exige, antes de tudo, uma tomada de posição, sinalizando uma operação de múltiplas facetas: redefinição de categorias e significações, bem como operações sob um campo fenomenal e social. Um conceito deve ser reconhecido como *adequado* quando produz uma organização efetiva dos fenômenos e não uma mera interpretação como projeção das ideias e dos pressupostos daquilo a que se comprometeu. Assim, a distinção do que é científico para o que é ideológico não foi inventada pela epistemologia normativa, mas resulta de um problema das ciências em si mesmas, como consequência do domínio das operações e da própria instabilidade dos campos científicos (STENGERS, 1987).

Considerando tal cenário de instabilidades entre as ciências, mesmo as consideradas duras, que também sofrem em diferentes níveis as influências culturais e ideológicas, a autora procura compreender como se dá a propagação de conceitos. O termo *propagação* permite designar a singularidade dos conceitos científicos que podem dar extensão ou reorganização conceitual. Além deste sentido, há também a associação a um problema, uma vez que o termo *propagação* pode designar um

fenômeno natural (ex.: propagação de doenças) ou social (propagação de uma ideia, ou moda). A vocação de um conceito científico geralmente é pensada como algo *puro*, destacado numa linguagem natural, e que se define a partir do formalismo da ciência que ele organiza. Assim, muitas vezes, a propagação de um conceito científico é vista como algo negativo, de caráter epidêmico, como se a marca distintiva do conceito fosse “infectada ao se relacionar com outras áreas, podendo assim perder sua autonomia” (LEVET, 1987, p. 23).

Todavia, essa propagação de conceitos não é feita em espaços homogêneos, uma vez que as ciências são dinâmicas; como também não se realizam ao mero acaso em espaços indiferentes, já que, para migrarem, precisam de paisagens estruturadas e atores sociais para realizarem as operações de conexão conceitual. O que pode ser distinto é o modo de ativação dessa propagação, que pode ser circunstancial, ligado a necessidades técnicas ou lacunas sociais, ou de caráter ideológico, ligado à escolha de uma autoridade da área.

Um conceito isolado perde sua conotação, pois ele funciona em um discurso científico, podendo até adaptar-se à orientação dos especialistas de uma área, bem como modular-se às necessidades de um contexto histórico-social. Tais adaptações revelam certa arbitrariedade na escolha conceitual, que podem ser marcadas mais por uma questão ideológica e de jogo de poder do que essencialmente resultado da efetiva escolha social (GERVET, 1987).

Essa escolha social é fruto de uma ideologia que precisa de um discurso para se difundir. No entanto, ao considerarmos a migração conceitual, que provém de diferentes áreas, cria-se um espaço discursivo para a interação entre as ciências, responsável por materializar uma visão de mundo (FIORIN, 2007).

Os especialistas de uma área, para terem credibilidade em sua área científica, devem se exprimir numa linguagem que não apenas seja decodificável pelos membros da área, mas adequada ao contexto científico desse campo. Considerando que inevitavelmente essa linguagem seja subvertida com as mudanças sociais e da própria área, serão necessárias inserções de novos termos, desuso de outros, ou mesmo incorporação de termos já existentes em outras áreas. Essa migração conceitual pode ocorrer tanto no nível mais elementar, ou do mero empréstimo, como num nível mais complexo, em que ocorrem adaptações morfológicas e semânticas delineando neologismos.

Para Stengers (1987), a própria formulação de um conceito, *per se*, já é um processo significativo, ampliando assim suas proporções quando é redefinido em um campo social. Em vista disso, precisa do rótulo de *cientificidade* dado pelas autoridades da área ao novo conceito estrangeiro. Portanto, são necessários critérios de *cientificidade*, que, segundo a autora, têm mais a ver com questões de poder e ideologia dessas autoridades da área do que a seleção mais imparcial possível da validade do conceito aplicado discursivamente.

Com o intuito de sintetizar os principais padrões de propagação dos conceitos, Stengers (1987) distingue dois caminhos: o primeiro, em que se reconhece a origem disciplinar do conceito, a exemplo dos empregos metafóricos; no outro tipo de propagação se esquece da origem do conceito, e ele é tomado em sua forma *pura*, destacado na linguagem natural, disseminando-se epidemicamente, separado da linguagem natural, definindo-se a partir do formalismo do conhecimento que ele tem.

Por outro lado, Dumas (1999), ao abordar os problemas do deslocamento conceitual, trata do que seria o efeito regressivo do nomadismo, ou seja, conceitos que, ao migrarem, perdem sua essência de sentido e autonomia, assumindo um valor polissêmico que muitas vezes não ajuda na maturação do outro campo do saber para o

qual migrou. Além disso, a autora lembra que há sempre um hiato entre o “real e seu significado, entre as palavras e as coisas” (DUMAS, 1999, p. 25). Na viagem dos conceitos entre áreas distintas, distantes de sua natureza de origem, e em contato com outras realidades, os conceitos sempre se transformam.

Observando criticamente esse deslocamento conceitual, Oliveira Filho (1995) enuncia um conjunto de problemas comuns que podem ser observados no uso de um conceito fora de seu arcabouço contextual, designando-o como *patologia metodológica*. O autor afirma que o fenômeno possui basicamente três aspectos estruturais: termos vazios que não podem funcionar para a reconstrução teórica de um sentido; termos que expressam um valor teórico a um valor essencialmente descritivo; ou termos que assimilam um sentido equivocado, mudando assim uma função teórica. A principal consequência dessas distorções seria o comprometimento da comunicação científica.

Mesmo com tais obstáculos, para o diálogo interdisciplinar, fica cada vez mais latente a necessidade de cooperação e integração das áreas. Num contexto pós-moderno, caracterizado tanto por fragmentações como por convergências, as ciências devem voltar-se não para si mesmas, mas para a sociedade. Para isso, devem estar atentas em responder às necessidades sociais, moldando sua *praxis* às realizações práticas concretas (ZAN, 2006). Além disso, como afirma Bourdieu (1989), uma mesma realidade empírica pode ser vista por diferentes perspectivas, o que a transforma depois dessa percepção em outra realidade.

Nessa perspectiva, o conhecimento de uma área considerada um todo se enriquece no contato entre as partes de outros sistemas, o que nos sugere um forte vínculo de interdependência entre as áreas. Além disso, a própria ação de ordem/desordem instaurada no movimento dos conceitos gera a estrada pela qual os conceitos viajam, modelando-se aos novos contextos científicos que se inserem e alterando os contornos das ciências. Assim, como já afirmava Morin (2007), parece ser um equívoco considerar os conceitos de modo isolado e unívocos dentro de uma área de especialidade, uma vez que a evolução científica se dá de modo complexo, dinâmico e transdisciplinar através da migração de conceitos.

Seguindo tal perspectiva, Gambier afirma que a própria Terminologia se faz cega em relação à migração de conceitos já que não existem áreas do conhecimento sem nós de conexão com outras áreas (GAMBIER, 1991, p. 83). O autor ainda ressalta a importância da circulação de conceitos entre as novas áreas, que precisam do empréstimo de termos das áreas já delineadas para se constituírem.

Nesse ponto, retomamos os estudos neológicos de Humbley (2009), já mencionados anteriormente, que abordam a questão dos campos ancestrais. Numa perspectiva diacrônica, o autor observa que grande parte dos novos termos de uma terminologia emergente são constituídos com base em termos existentes em outra área, por ele denominado de campo/ área ancestral. Dessa forma, novas terminologias se constituíam a partir de termos pioneiros de outro campo, que em interação com o campo emergente engendram o nascimento de novos termos.

Todavia, a migração entre conceitos não ocorre só em favor de novas áreas, mas também é recorrente entre áreas conexas, que partilham entre si conceitos, tanto de cunho funcional como teórico, podendo ter diferentes níveis de interposição. Sobre tal aspecto, Zellal (2008) ressalta a importância de se identificar os traços matrizes e os traços periféricos na base do conceito migrado. Para isso é necessário observar as mudanças conceituais contrapondo, por exemplo, a função de origem X à função do conceito na outra área; ou mesmo as alterações conceituais que ocorrem quando são

formados novos termos por composição, ou derivação e até a função inicial de um primeiro termo e depois sua função ao receber outro termo.

Humbley (2009), sobre tal fenômeno, também afirma que as áreas de especialidade já possuem em si um caráter neológico, uma vez que possuem setores dinâmicos que, em contato com campos afins, naturalmente engendram o nascimento de novos termos. Dessa forma, as relações interdisciplinares em si mesmas favorecem a interface de terminologias entre as áreas e a produção de novos termos. Com tal panorama dos estudos da migração conceitual, podemos na sequência apresentar como tais preceitos foram aplicados nesta pesquisa na área da Ciência da Informação.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A pesquisa dividiu-se em seis fases:

1. Revisão de literatura.
2. Primeira pesquisa exploratória na Base de Dados da Ciência da Informação (BRAPCI), sondando possíveis neologismos.
3. Estabelecimento de critérios de seleção dos neologismos (aspectos cronológicos, linguísticos e temáticos).
4. Aplicação dos critérios de exclusão de corpus com o auxílio da ferramenta *Webcorp* e de obras lexicográficas.
5. Delimitação dos contextos dos termos selecionados, a partir de artigos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes.
6. Análise dos neologismos, observando aspectos linguísticos, terminológicos e possíveis mudanças conceituais em sua migração.

A pesquisa neológica baseou-se nos aspectos elencados por Cabré (2002) na linha de estudos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), sendo selecionados os seguintes elementos: tipo de neologia, delimitação do corpus e estabelecimento de critérios para a determinação do neologismo.

Quanto à delimitação do corpus para a extração dos neologismos, foram considerados os seguintes critérios:

- 1) Seleção de cinco periódicos da área, com melhor classificação Qualis/CAPES no período de análise.
- 2) Recorte temporal de uma década das referidas publicações desses periódicos (2001 a 2011).
- 3) Foram considerados todos os artigos completos publicados nesses periódicos, no período referido, escritos em língua portuguesa.
- 4) Com auxílio da Base de Pesquisa em Ciência da Informação (BRAPCI), foram extraídas unidades lexicais de três partes dos artigos: título, palavras-chave e resumo.
- 5) Com auxílio da ferramenta computacional *Webcorp*, foram extraídos os candidatos a neologismos, tanto os termos individuais como os agrupamentos sintagmáticos (clusters).

Os periódicos utilizados para a seleção do corpus, com sua respectiva classificação Qualis/CAPES foram: *Perspectiva da Informação* (A1), *Informação e Sociedade* (A1), *Ciência da Informação* (A2), *Datagramazero* (B1) e *Encontros Bibli* (B2).

Quanto à coleta dos potenciais neologismos, primeiramente foi feita a extração dos potenciais neologismos com o auxílio da base de pesquisa da área da Ciência da Informação, BRAPCI. Em seguida, foi utilizado o *site Webcorp* para listar as ocorrências das unidades lexicais (*wordlist*) e a formação dos *clusters* (agrupamentos lexicais), que poderiam dar origem, principalmente, aos neologismos sintagmáticos. Além disso, com a ferramenta do *stopword*, foi possível delimitar o tipo de unidade lexical desejada para a coleta, excluindo-se, portanto, palavras com funções gramaticais.

A etapa de determinação ou não da neologicidade lexical realizou-se em três subetapas. Num primeiro momento foram considerados como corpus de exclusão três obras de natureza lexicográfica: um dicionário especializado da área de Ciência da Informação (*Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, 2008); um glossário da área (*Acrônimos, siglas e termos técnicos*, 2008); e um dicionário de língua geral (*Dicionário Caldas Aulete Digital*). Num segundo momento, utilizou-se a BRAPCI, base de dados da área da Ciência da Informação, que possui artigos completos publicados em periódicos desde a década de 70, para a verificação dos potenciais neologismos, considerando que ela abarcou 35 periódicos da área, somando um total de 8000 artigos. Por fim, para a determinação da neologicidade, foi considerada neológica a unidade lexical que tivesse no mínimo duas ocorrências, em partes distintas e sem repetição no escopo de análise (título, palavra-chave e resumo), sendo estas em anos diferentes, podendo aparecer no mesmo periódico.

Depois da extração e seleção dos neologismos, passou-se à análise dos mesmos. Eles foram transpostos para fichas, de coleta, análise e síntese, criadas manualmente em *Excel*, seguindo as sugestões de Cabré (2002) e Sablayrolles (2000). Assim foi feita a coleta e seleção dos neologismos, a partir dos *corpora* de exclusão, extraindo-se os contextos responsáveis por delimitar os conceitos desses neologismos. Por fim, para a ficha de análise, foram considerados os seguintes aspectos: dados das ocorrências no âmbito individual, por periódico e por neologismo; categoria gramatical; estrutura morfológica; classificação do neologismo e informações suplementares quanto aos seus traços sintático-semânticos.

A seleção dos contextos, para a elaboração das definições de cada neologismo, constituiu-se com base nos princípios terminológicos da TCT. Dentre os aspectos mencionados, ressaltamos a questão das unidades terminológicas estarem subordinadas a um contexto temático circunscrito a um cenário concreto de uso, podendo ser analisada sob uma perspectiva multidimensional.

Na ficha de síntese, delimitamos uma definição terminológica para cada neologismo. Para isso, considerou-se o princípio de que as definições terminológicas devem destacar as funções no contexto de especialidade, situando o termo em uma determinada área de especialidade. Na definição terminológica, o objetivo é fixar o significado do termo considerando as flexibilidades e empréstimos entre áreas, todavia, sendo capaz de oferecer aos usuários especializados ou leigos a compreensão do termo.

As definições dos neologismos permitiram a identificação dos campos ancestrais, uma vez que trouxeram referenciais diretos e indiretos dessas áreas de interface. Para a melhor organização desses dados, foi utilizada mais uma tabela relacional, que apresentava a lista de neologismos, com suas respectivas definições, associada às áreas em que o termo também é recorrente. Com a quantificação desses dados foi possível verificar a porcentagem das ocorrências de neologismos nos determinados campos ancestrais identificados, e por fim, chegar à proposta de mapeamento das áreas de interface.

A seguir, apresentamos a lista dos neologismos analisados para o mapeamento das áreas de interface:

Neologismo	Sigla
Agente Computacional de Engenharia do Conhecimento	
Ambiente de Aprendizagem Mediado por Computador	AAMC
Ambiente informacional colaborativo	
Ambiente virtual de aprendizagem	AVA
Análise mediacional	
Aparato informacional	
Aprendente	
Aprendizado organizacional	
<i>Balanced Scorecard</i>	BS
<i>Business process management</i>	BPM
<i>Chatterbot</i>	
Cibermetria	
Classificação social	SC
Comunicação mediada por computador	
Consumo de Informação	
<i>Data Mining</i>	DM
Decisor	
Desintermediação	
Ecologia da Informação	
<i>Empowerment</i>	
Engenharia de requisitos	
Estoque dinâmico de informação	
Etiquetagem	
Etiquetagem colaborativa	
Externalização do conhecimento	
Folksonomia	
<i>Foresight</i>	FS
Infoeducação	
Informação compartilhada	
Inclusão informacional do usuário	
Informação orgânica	
Informatividade	
<i>Just in time</i>	
Linguística Documentária	
Lugar de memória	
Mapeamento de competências	
Mapeamento informacional	
Memória organizacional	
Memória virtual	
Monitoramento informacional	

Musealização	
Nuvem de etiquetas	
Objeto digital de aprendizagem	
Objeto musealizado	
Patrimônio digital	
Pedagogia de projetos	
Prospecção informacional	
Rizoma	
<i>Second Life</i>	SL
<i>Social bookmarking</i>	SB
<i>Software Social</i>	
Usabilidade de interface	
<i>Webmuseu</i>	

Quadro: Neologismos da Ciência da Informação

Fonte: Elaboração da autora

INTERFACES, DIÁLOGOS E INTERCÂMBIOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Atualmente, em razão da perspectiva cada vez mais interdisciplinar e transversal de se encarar o conhecimento, proliferam as discussões acerca dos espaços intersticiais. Segundo Araújo (2009), tais discussões não se limitam a traçar as fronteiras das áreas de conhecimento, mas sim a estabelecer as superfícies de contato, e consequentemente as novas realidades formuladas a partir dessa inter-relação. Neste cenário, o conhecimento é visto sob uma perspectiva transversal, ou seja, construído a partir da conjugação e da convergência de diferentes saberes (ARAÚJO, 2009).

Neste contexto de relações pluri-, inter- e transdisciplinares, os conceitos de uma área do conhecimento, ao migrarem para outra área, podem incorporar novos sentidos e aplicações, indicando com isso não apenas uma acomodação terminológica, mas a evidência de um novo locus.

A Ciência da Informação, inserida neste cenário dinâmico, caracterizado pela ruptura de limites e transcendência de fronteiras, reflete o fluxo de informações e conceitos entre diferentes áreas científicas. Assim, segundo Dias:

[...] a Ciência da Informação, devido à sua extensa fronteira disciplinar, carrega fortemente em si a influência de diversas áreas do conhecimento que têm como interesse o fenômeno informacional ocorrendo invariavelmente uma forte migração conceitual. (DIAS, 2011, p.151)

Tal fenômeno já tinha sido indicado por Smit, Tálamo e Kobashi em 2004, num artigo em que analisavam os termos que compunham o arcabouço conceitual da área da Ciência da Informação. Nesse artigo, as autoras ressaltavam quatro tipos de conceitos encontrados na área: as noções consideradas específicas da área e

sedimentadas ao longo do tempo, a exemplo de classificação, e análise documentária; as noções semielaboradas que apontavam para termos cujos conceitos não tinham um consenso entre os especialistas da área, a exemplo de necessidade de informação ou mesmo o conceito de Ciência da Informação; as noções que eram emprestadas de outras áreas que podiam ou não ter alguma adaptação para o escopo da Ciência da Informação; e as noções de caráter empírico comum, que não se constituíam parte integrante de uma terminologia própria, a exemplo de livro e leitor (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004).

A partir de tais considerações, analisamos as principais áreas de interface com a Ciência da Informação, com base na a partir análise dos neologismos. Uma primeira constatação foi a ratificação da presença de certo padrão de ocorrência dos conceitos na área da Ciência da Informação, conforme apontaram Smit, Tálamo e Kobashi em 2004. Num segundo momento, a partir do corpus de análise, observamos a ocorrência de três grupos de conceitos: um grupo de conceitos proveniente de uma área específica que conserva seu núcleo conceitual; o outro grupo que se constitui a partir de duas ou mais áreas de especialidade; e um terceiro grupo que parte de uma área de especialidade, mas acaba sofrendo algum tipo de adaptação ao ser importado para a Ciência da Informação.

O primeiro grupo observado constitui-se de termos provenientes de outras áreas, geralmente conceitos das áreas da Ciência da Computação e Administração, que foram as áreas de interface mais recorrentes. Nesse grupo, observa-se que os termos, ao migrarem para outra área, levam consigo seu conceito de origem e são usados nessa nova área mantendo seu núcleo conceitual, mas agora aplicados em outro escopo terminológico. Exemplos encontrados na análise foram os termos: análise mediacional e just in time (Administração); Software Social e cibermetria (Ciência da Computação).

Nesses casos, ao observarmos o núcleo conceitual dos termos, notamos que ele permanece semelhante também em outras áreas do conhecimento. Quando analisamos o termo data mining, por exemplo, proveniente da Computação, verificamos que não é emprestado exclusivamente à Ciência da Informação, mas também às outras áreas que utilizam o termo com o mesmo valor conceitual.

O segundo grupo também é formado de termos emprestados de outras áreas, mas diferencia-se do primeiro, pois a constituição do termo se dá a partir da combinação de conceitos de áreas distintas. Essa combinação pode ser aditiva, quando dois conceitos somam-se para constituírem um terceiro, a exemplo das construções que aliam conceitos da área da Ciência da Computação e Educação (objeto digital de aprendizagem); Educação e Administração (Pedagogia de projetos); pode ser metafórica, quando um termo é formado por palavras que originalmente não pertencem a nenhuma das áreas em questão, mas que no contexto inter-relacional dessas áreas assume um valor conceitual específico, a exemplo de second life, ambiente de realidade virtual online, presente nos domínios da Ciência da Computação e Educação. E há ainda casos em que o termo é fruto de uma relação de interface de duas áreas, a exemplo de infoeducação, conceito que integra elementos da Educação e das Ciências que estudam a informação no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, a exemplo da própria Ciência da Informação e a Comunicação Social.

E há o terceiro grupo, formado por termos provenientes de outras áreas, mas que alcançam algum nível de ressignificação no âmbito da Ciência da Informação, ou seja, diferentemente do que ocorre nos dois grupos anteriores, os termos sofrem de algum tipo de mudança de seu núcleo sêmico.

Um primeiro tipo de ressignificação ocorre na combinação de um termo que é de outra área com um termo recorrente na área da Ciência da Informação, compondo um novo conceito. Neste caso, a ocorrência mais comum é nas formações sintagmáticas, em que um dos termos é a palavra “informação” ou seus derivados. Como exemplos temos: consumo de informação, mapeamento informacional e a formação derivacional informatividade. O único caso que se excetua é o de Linguística Documentária, mas que também reúne um termo proveniente de outra área com um termo comum na Ciência da Informação, o adjetivo documentária, referente a Documentação.

Outro tipo de ressignificação ocorre geralmente com termos de caráter mais genérico que assumem, no contexto da Ciência da Informação, um conteúdo semântico integrado ao arcabouço terminológico da área. Como exemplos, podemos citar ecologia da informação e lugar de memória.

A observação desses grupos e as relações entre os termos, conceitos e diferentes áreas de especialidade permitiram identificar as principais áreas e subáreas de interface com a Ciência da Informação. Seguindo os preceitos de delimitação de Grande Área, Área e Subáreas da CAPES, foram identificadas, após a análise dos neologismos, quatro grandes áreas com algum nível de interface com a Ciência da Informação. As principais grandes áreas de interface foram: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas.

O nível de interface diz respeito ao tipo de relação estabelecida entre as áreas e subáreas. Um primeiro nível seriam as relações multi- ou pluridisciplinares, referentes às relações estabelecidas entre áreas de uma mesma grande área. Um segundo nível seriam as relações interdisciplinares, ocorridas entre as diferentes grandes áreas. Considerando as quatro grandes áreas de interface mencionadas anteriormente, podemos observar abaixo as áreas mais recorrentes em cada grande área.

A Ciência da Computação, isoladamente como área, possui a maior quantidade de empréstimos de termos para a Ciência da Informação. Contudo, a grande área que possui mais áreas de interface com a Ciência da Informação é a das Ciências Humanas, com destaque para a Área da Educação, terceira, isoladamente, que mais se inter-relaciona com a Ciência da Informação.

Por fim, podemos falar de um terceiro nível de relação, o transdisciplinar, referente às Grandes Áreas, que, ao fazerem trocas entre si, produzem novos termos, conceitos e até novas áreas, de caráter híbrido. Exemplos desse tipo de relação podem ser observados em áreas emergentes como a Biotecnologia (Ciências Biológicas + Ciências Exatas); Física Médica (Ciências Exatas + Ciências da Saúde); Engenharia de Tecidos (Engenharias + Ciências da Saúde) etc. Todavia, no âmbito da Ciência da Informação, foram observados no corpus analisado apenas os dois primeiros níveis de relações, ou seja, o multidisciplinar e o interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seleção dos neologismos nos propiciou observar as áreas que atualmente têm uma superfície de contato maior com a Ciência da Informação. A migração dos conceitos, ora formulando novas construções, ora ressignificando-as, permitiu-nos observar a riqueza da interface entre as áreas e como tal contato é ativo e está em constante construção.

O exercício de identificar as grandes áreas, áreas e subáreas a partir dos termos encontrados na produção científica da Ciência da Informação não significou apenas fazer um mapeamento das interfaces da área. Esse procedimento serviu, antes de tudo, para verificarmos o caráter imanentemente interdisciplinar e dinâmico da Ciência da Informação, que desde sua origem é influenciada por campos distintos e percorre diferentes espaços intersticiais.

Nesta perspectiva, a compreensão de um termo é influenciada pelo ângulo de visão sob o qual se vê o conceito. A realidade de uma perspectiva pode variar segundo a língua, cultura, ou mesmo a área e a subárea. Dessa forma, Corbeil (1974) afirma, por exemplo, que duas disciplinas podem empregar, através de diferentes pontos de vista, vários significantes para o mesmo referente.

Essa porosidade em relação às áreas de especialidade é muito comum, e através dos tipos de relações conceituais podemos compreender melhor o nível de integração ou diálogo entre elas. Os conceitos podem se associar por inclusão, quando formam partes de um conjunto maior de traços que se associam. Podem ainda estabelecer uma relação de intersecção, quando compartilham propriedades comuns, ou ainda a relação disjuntiva, quando são díspares não possuindo elementos comuns, podendo tanto ser incorporados integralmente ou adaptados na área receptora (ZELLAL, 2008).

Além dessas relações conceituais, deve-se ponderar a etapa seguinte da migração, a sua modelização, ou seja, o momento em que os especialistas de uma área devem entrar em consenso acerca da incorporação do novo termo, suas funções e usos na área. É neste momento que se deflagram debates epistemológicos e ideológicos, já que a aceitação de um termo pode ajudar a modular os contornos da construção de um saber (SCHLANCER; STENGERS, 1991).

Em suma, devemos lembrar que é através do fluxo de informações e trocas entre as áreas científicas, através da migração conceitual, que a Ciência evolui. Nessa perspectiva retomamos Morin (2007, p.36), ao afirmar que se não fosse a *viagem clandestina dos conceitos*, rompendo as fronteiras disciplinares, haveria pouca evolução do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, I. S. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 42-50, set. 2009.

AULETE, F.C.; VALENTE, A.L.S. *Dicionário Caldas Aulete Digital*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

BENVENISTE, E. *Problemas da linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009-.

CABRÉ, M.T. et al. Evaluación de la vitalidad de una lengua a través de la neología: a propósito de la neología espontánea y de la neología planificada. In: CABRÉ, M.T.; FREIXA, J.; SOLÉ, E. (Orgs.). *Lèxic i neologia*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2002.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal [de] periódicos. Ministério da Educação: Brasília, 1990-.

CORBEIL, J. C. *Problématique de la synonymie en vocabulaire spécialisé*. Paris: Conseil International de la Langue Française, 1974.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DIAS, F. S. *Migração conceitual entre sistemas de recuperação da informação e ciências cognitivas: uma análise discursiva*. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DUMAS, B. Les savoirs nomades. *Sociologie et sociétés*, v. 31, n. 1, p. 51-62, 1999.

FIORIN, J.L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

FOUREZ, G. *A construção das ciências- introdução à Filosofia e à Ética das ciências*. Trad. de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

GAMBIER, Y. Presupposés de la terminologie: vers une remise en cause. *Cahiers de linguistique sociale*, Université de Rouen, v.18, p. 30-58, 1991.

GERVET, J. Une réalité en quête de concept. In: STENGERS, I. (éd.). *D'une science à l'autre - des concepts nomades*. Paris: Seuil, 1987.

HUMBLEY, J. La terminologie française du commerce électronique, ou comment faire du neuf avec de l'ancien – vers une géomorphologie lexicale. In: ACTES DE LA VÈ JOURNÉE SCIENTIFIQUE DE REALITER, Milan (Italie): Terminologie et plurilinguisme dans l'économie internationale. *Actes...* Milan, 2009. Disponível em: <<http://realiter.net/spip.php?article1847>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LEVET, P. Les rapports difficiles du rationnel et du normatif. In: STENGERS, I. (ed.). *D'une science à l'autre - des concepts nomades*. Paris: Seuil, 1987.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

OLIVEIRA FILHO, J. J. Patologia e regras metodológicas. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, p. 263-268, 1995.

RUSS, U. *Les méthodes en philosophie*. Paris: Colin, 1992.

SABLAYROLLES, J.F. *La néologie en français contemporain*. Examen du concept de productions néologiques récentes. Paris : Honoré Champion, 2000.

SCHLANCER, J.; STENGERS, I. *Les concepts scientifiques*. Paris: Gallimard, 1991.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da ciência da informação: uma abordagem terminológica. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2004.

STENGERS, I. (éd.). *D'une science a l'autre - des concepts nomades*. Paris: Seuil, 1987.

WEBCORP. United Kingdom: Birmingham University, 2012. Disponível em: <<http://www.webcorp.org.uk/live/>>. Acesso em: 20 fev.2016.

ZAN, J. A ciência moderna e o problema da desintegração da unidade do saber. In: POMBO, O.; GUIMARAES, H. M.; LEVY, T. *Interdisciplinaridade: antologia*. Porto/ PT: Campo das Letras, 2006.

ZELLAL, N. Nature de contact entre les domaine spécialisés. *Revue de Terminologie Française*, Paris, v. 77, p. 77-103, 2008.

SOBRE A TERMINOLOGIA DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS UTILIZADOS NAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA (UTIs): O CASO DOS NEBULIZADORES E DOS VENTILADORES PULMONARES

Pâmela Teixeira RIBEIRO
Universidade de São Paulo (Doutoranda)
pamela.t.ribeiro@gmail.com

RESUMO: Este trabalho é um recorte de uma dissertação de Mestrado que teve como objetivo geral analisar a terminologia de equipamentos médicos utilizados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) com base em manuais de empresas fabricantes. Para a referida dissertação, foi definida uma lista mínima de equipamentos médicos utilizados em UTIs com o auxílio de especialistas do Grupo de Engenharia Biomédica da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e com base em documentos oficiais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Foi formado um corpus de estudo com manuais dos respectivos equipamentos e, após as análises, foi confirmada a hipótese de existência de variantes denominativas para alguns dos equipamentos. Também analisamos as relações semânticas estabelecidas entre os termos validados e propusemos organogramas representativos para essas relações. A identificação e a extração dos termos presentes nos manuais foram realizadas por meio da plataforma *Terminus*, desenvolvida pelo Grupo IULATERM, do Institut Universitari de Lingüística Aplicada da Universitat Pompeu Fabra. Neste trabalho, iremos apresentar os resultados obtidos para dois dos equipamentos pesquisados, o Ventilador Pulmonar e o Nebulizador, que apresentam fenômeno semântico parecido na motivação para criação de um dos sinônimos validados pelos especialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Unidade de Terapia Intensiva. Equipamentos médicos. Relações semânticas.

INTRODUÇÃO

Considerando a importância dos estudos terminológicos para a análise de aspectos linguísticos de um vocabulário específico, este trabalho é parte de uma dissertação que foi pensada com o objetivo de investigar a terminologia utilizada para nomear os equipamentos médicos utilizados em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs).

A escolha do tema não ocorreu de maneira aleatória. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), responsável no Brasil pela regulamentação, pela exportação, pela importação, pelo cadastro e pelo controle dos produtos para saúde em geral, fez uma proposta de estudo para o Grupo de Engenharia Biomédica da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), com o qual já mantém parceria há alguns anos. A proposta consistia num estudo de caráter investigativo sobre a atual situação dos termos utilizados para cadastro dos equipamentos médicos e propostas de

melhorias. O grupo, que inicialmente era formado por engenheiros biomédicos da UNIFEI e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entrou em contato com o grupo de estudiosos da Terminologia da Universidade de São Paulo (USP). Assim, a Profa. Dra. Mariângela de Araújo passou a fazer parte da pesquisa, coordenando a equipe de terminólogos. Por trabalhar na UNIFEI e ser graduada em Letras, entrei (1) em contato com o Grupo de Pesquisa para me colocar à disposição para realização de algum trabalho de viés linguístico, e, após a definição das tarefas, coube a mim propor um projeto de estudo acadêmico da terminologia em questão.

Por se tratar de uma área com muitas subdivisões, definimos que a pesquisa acadêmica seria restrita aos equipamentos utilizados em UTIs, para viabilizar a pesquisa e pela sua relevância no tratamento dos pacientes.

Portanto, objetiva-se com este trabalho apresentar a justificativa, a metodologia e a fundamentação teórica que nortearam a dissertação e um recorte dos resultados encontrados em manuais de empresas fabricantes para os equipamentos *Nebulizador e Ventilador Pulmonar*, dois dos itens considerados essenciais nas UTIs.

JUSTIFICATIVA DE UM TRABALHO SOBRE EQUIPAMENTOS MÉDICOS

A motivação principal para este trabalho foi uma proposta feita pela Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da ANVISA ao Grupo de Engenharia Biomédica da UNIFEI de que fossem estudados e catalogados os termos utilizados na nomenclatura de equipamentos médicos. O grupo, inicialmente formado por Engenheiros Biomédicos da UNIFEI e da UNICAMP, passou a contar com estudiosos da área de Terminologia da USP, coordenados pela Profa. Dra. Mariângela de Araújo, conforme explicado na introdução deste trabalho. Após a definição do escopo do projeto a ser firmado com a referida agência reguladora, decidimos propor um projeto de estudo acadêmico, que pesquisasse parte da terminologia em questão.

De acordo com a gerência em questão, existe uma dificuldade da agência, da Receita Federal e de outros órgãos de controle para catalogarem e monitorarem a comercialização de produtos no país. Dessa forma, uma das razões que legitimam este trabalho é seu caráter utilitário, visto que a ANVISA necessita de um estudo sobre a terminologia utilizada para nomear os equipamentos médicos que estão em uso hoje no Brasil para verificar se é viável uma melhoria em seus cadastros de equipamentos.

Na primeira publicação de 2015 da Revista *Research on Biomedical Engineering*, que é a revista oficial da Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica, há um artigo intitulado *Systematization of information for identifying similar cardiovascular implantable devices* (Sistematização de informações para a identificação de dispositivos cardiovasculares implantáveis semelhantes) e, no *abstract* disponível para não associados, traz a seguinte afirmação:

The lack of a terminology to compare medical devices together with the arbitrary and opaque nature of product registration systems are major obstacles to a more informed decision process regarding the use and acquisition of new medical devices. This paper describes the systematization of information to help in the identification of similar cardiovascular implantable devices. (OTTO; FREIRA; ALMEIDA, 2015)

Na introdução do artigo, os autores fazem uma revisão do que é considerado equipamento médico de acordo com a *Global Harmonization Task Force Study Group*, sob o título *I: Information document concerning the definition of the term Medical Device*". Após a revisão, os autores citam que a Organização Mundial de Saúde (OMS) trata a aquisição de equipamentos médicos como um processo complicado, e que isso é devido, entre outros fatores, à falta de informações necessárias sobre os equipamentos em listas, para que seja possível fazer comparação entre marcas. Concluem essa ideia citando Patricia Kingsley, responsável pelo *Center for Devices and Radiological Health do FDA*, que afirma que a "falta de uma terminologia padrão tem representado um grande desafio não só para o gerenciamento dos equipamentos médicos pelas instituições de saúde, mas também tem sido uma barreira para um sistema de vigilância transparente e efetivo". (KINGSLEY, 1995, apud OTTO et al, 2015, p. 70).

Outro fato que justifica a pesquisa em terminologia nessa área refere-se ao avanço acelerado da ciência e da tecnologia, que está desencadeando o desenvolvimento de produtos novos e a consequente criação de novos termos.

Sendo assim, este é um trabalho que tem como objetivo uma análise descritiva da terminologia em questão e que visa a fornecer um material de consulta para a ANVISA, o que possibilitará um conhecimento dos termos encontrados nos manuais das empresas selecionadas para nomear os equipamentos que compõem o corpus da pesquisa. Nossa expectativa é de que esta pesquisa possa nortear a referida Agência para uma futura atualização de seus bancos de dados e da terminologia hoje cadastrada e utilizada como referência para os fabricantes.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização da dissertação de mestrado, primeiramente foram estudadas as teorias que envolvem a Terminologia e a Terminografia. Após essa etapa, definimos, em discussão com os especialistas da UNIFEI e da UNICAMP, a especialidade médica que seria o objeto de estudo deste trabalho. Decidimos, então, pela Terapia Intensiva, tendo em vista que é uma área bastante definida, no âmbito dos hospitais, e que há uma resolução brasileira que define os equipamentos que fazem parte dos requisitos mínimos para a composição de uma Unidade de Terapia Intensiva - a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 7, de 24 de Fevereiro de 2010, da ANVISA. Nesse documento, que está na sua versão mais atualizada, foram estabelecidas as diretrizes básicas a serem seguidas para a instalação de uma UTI em qualquer instituição de saúde. Sobre as UTIs, a referida RDC em seu Capítulo I, Seção III – Definições, nos esclarece o seguinte:

III - Centro de Terapia Intensiva (CTI): o agrupamento, numa mesma área física, de mais de uma Unidade de Terapia Intensiva.

XXVI - Unidade de Terapia Intensiva (UTI): área crítica destinada à internação de pacientes graves, que requerem atenção profissional especializada de forma contínua, materiais específicos e tecnologias necessárias ao diagnóstico, monitorização e terapia.

XXVII - Unidade de Terapia Intensiva - Adulto (UTI-A):

UTI destinada à assistência de pacientes com idade igual ou superior a 18 anos, podendo admitir pacientes de 15 a 17 anos, se definido nas normas da instituição.

VIII - Unidade de Terapia Intensiva Especializada: UTI destinada à assistência a pacientes selecionados por tipo de doença ou intervenção, como cardiopatas, neurológicos, cirúrgicos, entre outras.

XXIX - Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI-N): UTI destinada à assistência a pacientes admitidos com idade entre 0 e 28 dias.

XXX - Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (UTI-P): UTI destinada à assistência a pacientes com idade de 29 dias a 14 ou 18 anos, sendo este limite definido de acordo com as rotinas da instituição.

XXXI - Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica Mista (UTIPm): UTI destinada à assistência a pacientes recém-nascidos e pediátricos numa mesma sala, porém havendo separação física entre os ambientes de UTI Pediátrica e UTI Neonatal. (BRASIL, 2010)

A partir dessa Resolução os especialistas definiram 25 definições conceituais que correspondem a 25 equipamentos médicos mínimos obrigatórios que devem ser adquiridos para a montagem de uma UTI, e propuseram um termo para nomear cada um dos conceitos, tendo em vista o seu conhecimento prévio, como usuários da terminologia, e o seu julgamento sobre o termo mais adequado. Portanto, como partimos de conceitos encontrados na resolução da ANVISA e do conhecimento prévio dos especialistas, classificamos essa primeira fase como basicamente onomasiológica, mesmo considerando que, em alguns casos, o conceito encontrado na RDC foi equivalente ao termo encontrado nos textos.

Após essa etapa, definimos como *corpora* os manuais das empresas fabricantes desses equipamentos. Esses manuais são documentos oficiais depositados na ANVISA, estão disponíveis para *download* no site da instituição e são importante fonte de consulta para os profissionais da área da saúde. A lista dos 25 termos definidos pelos especialistas para os equipamentos constantes na RDC foi transcrita a seguir:

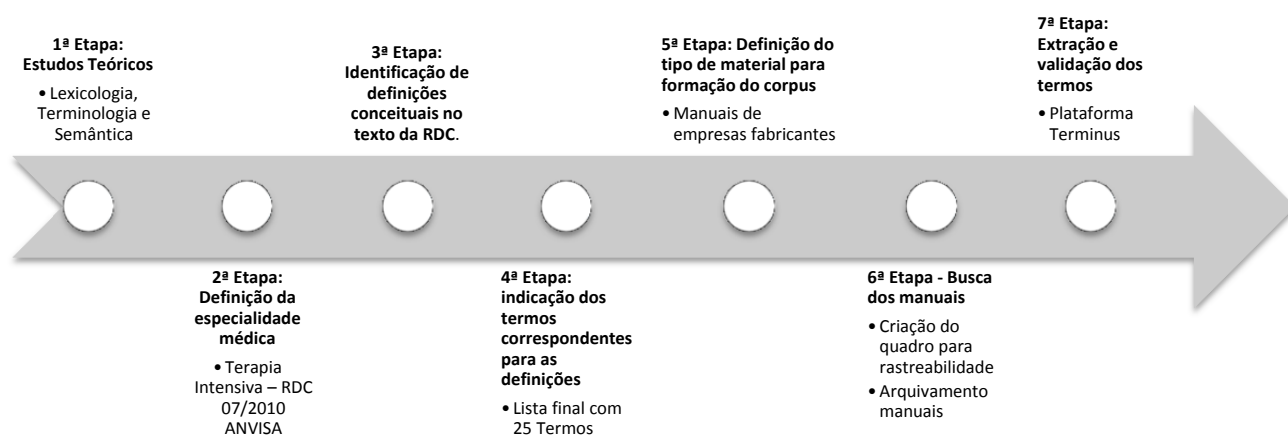
1. Aspirador portátil
2. Berço aquecido
3. Berço hospitalar
4. Bomba de Infusão
5. Cama Hospitalar
6. Câmara para conservação de medicamentos
7. Capacete para oxigenoterapia
8. Carro de emergência
9. Desfibrilador-cardioversor
10. Eletrocardiógrafo
11. Equipamento para fototerapia
12. Equipamento portátil para aferição de glicemia

13. Estetoscópio
14. Foco cirúrgico móvel
15. Incubadora Neonatal
16. Maca para transporte
17. Marcapasso cardíaco externo
18. Monitor de parâmetros fisiológicos
19. Nebulizador
20. Oftalmoscópio
21. Otoscópio
22. Ressuscitador manual - AMBU
23. Ventilador pulmonar
24. Ventilador pulmonar não-invasivo
25. Ventilômetro portátil

A partir da definição desta lista, pudemos fazer a busca direcionada no site da ANVISA e o *download* dos manuais específicos para cada equipamento. Coletamos manuais de no mínimo três empresas importantes no mercado para cada equipamento, também definidas pelos especialistas. Para garantir a possibilidade de repetição das análises realizadas no trabalho, criamos um quadro com as informações: nome do equipamento; nome de referência do manual; nome da Empresa; número do registro do manual na ANVISA; título do manual; endereço eletrônico no site da ANVISA em que se encontra o manual; data da coleta do manual. O quadro foi disponibilizado nos anexos da dissertação de mestrado.

Após o arquivamento de todos os manuais, iniciamos o uso de uma plataforma para a constituição dos *corpora* e o tratamento das informações. A organização dos *corpora*, a identificação e a extração dos termos presentes nos manuais foram realizadas por meio da plataforma Terminus, desenvolvida pelo Grupo IULATERM, do Institut Universitari de Lingüística Aplicada da Universitat Pompeu Fabra. Essa plataforma é destinada à pesquisa, à constituição e à exploração de qualquer corpus textual, à extração de termos, à elaboração de glossários, ao gerenciamento de projetos, ao desenvolvimento e à manutenção de bases de dados e à edição de dicionários. O total de manuais pesquisados na dissertação foi de 704, e, para cada corpus criado com os manuais e foram realizadas análises para 1, 2, 3, 4 e 5 n-gramas (n-grams extraction), a fim de coletarmos os termos com pelo menos três ocorrências. Os especialistas avaliaram todos os resultados dessas extrações e validaram os termos que poderiam nomear o conceito correspondente. Todos os termos coletados foram selecionados e validados por dois especialistas em Engenharia Biomédica.

A seguir propomos uma imagem de uma linha do tempo representando as etapas da pesquisa:



SEMÂNTICA E TERMINOLOGIA

A Terminologia é uma ciência que depende essencialmente da interdisciplinariedade, conforme observado inicialmente por Wüster. A relação de troca de saberes existe tanto com os especialistas da área escolhida quanto com as teorias linguísticas selecionadas para o estudo descritivo dos fenômenos mais relevantes da respectiva linguagem de especialidade. Em Krieger e Finatto (2004, p. 40), as autoras dedicam um capítulo para tratar das “Correlação e Interfaces” da Terminologia com outras ciências, e a Semântica é uma delas.

No subcapítulo dedicado para a Semântica, as autoras explicam o motivo dessa ciência não ter sido considerada desde os primórdios da concepção da teoria terminológica, e explicam que foi necessária a reversão de alguns paradigmas clássicos da Terminologia, principalmente de caráter linguístico, para que fosse possível concretizar diálogos com outras ciências. Sobre as pesquisas recentes entre Semântica e Terminologia, as autoras afirmam que

Esse tipo de percepção sobre a constituição de sentidos e valores de significação presentes nas linguagens especializadas já tem rendido frutos importantes para a pesquisa em Terminologia. Isso ocorre porque a percepção cognitiva nos oferece a possibilidade de observar diferentes definições para um mesmo termo numa mesma subárea de conhecimento, tanto nas técnicas quanto nas ciências e também com diferentes e multiplicadas apresentações de um termo em apenas uma mesma área de especialidade. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 42)

Ainda sobre a relevância da interface da Semântica com a Terminologia, incluímos alguns trechos dos fundamentos da Teoria Comunicativa da Terminologia de Cabré (1993), que foram traduzidos por Araújo (2001):

- A Terminologia é um campo multidisciplinar, que deve contar com o aparato teórico de três teorias: a teoria do conhecimento, a teoria da comunicação e a teoria da linguagem;
- O seu objeto de estudo são as unidades terminológicas propriamente ditas;
- Os termos são unidades léxicas utilizadas singularmente, dependendo das condições pragmáticas adequadas a um tipo de comunicação;
- *O objetivo da Terminologia teórica é descrever formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, verificar como são ativadas e explicar suas relações com outros tipos de signos linguísticos, para possibilitar o conhecimento da comunicação especializada e das unidades que dela participam.* (CABRÉ, 1999 apud ARAÚJO, 2001, p. 20, grifo nosso)

Após essas considerações, explicamos que neste trabalho propusemos uma análise semântica dos termos validados extraídos de manuais de fabricantes de equipamentos médicos, baseados no contexto e na definição dos especialistas. Isso pressupõe que não iremos focar nos fatores extralinguísticos para categorizar os termos. Portanto, nos limitaremos neste trabalho a constituir análises com base nos temas da Semântica Lexical, que investiga, em suma, “os traços semânticos inerentes/intencionais, que são exemplificados nas diferentes categorias léxicas tais como verbos, substantivos, adjetivos, advérbios e preposições”. (CASTILHO, 2014, p. 8).

Os aspectos semânticos que foram analisados na dissertação de mestrado foram as relações de hierarquia motivadas pelos fenômenos de hiperonímia e hiponímia, as relações sinonímicas e as relações antonímicas existentes entre os termos validados pelos técnicos. Também analisamos a ocorrência do fenômeno da ambiguidade que pôde ser verificado em termos que, após sofrerem o apagamento, se tornam palavras típicas do léxico comum. Após a análise das frequências, dos tipos de formação dos termos e do levantamento das denominações relacionadas aos conceitos selecionados para elaboração da dissertação, propusemos diagramas com as relações sinonímicas, antonímicas e hiperonímicas. Para possibilitar a nossa proposta das relações semânticas entre os termos selecionados, precisávamos trabalhar com suas definições.

As definições são, de acordo com Cabré, a expressão do conjunto das características de um conceito (CABRÉ, 1993, p. 196). Sabemos da grande importância desse elemento na composição de produtos lexicográficos (dicionários, vocabulários, etc.) e de toda a teoria já existente para embasar a elaboração de definições mais adequadas possíveis. Entretanto, como o foco principal do trabalho não foi a produção de um dicionário ou um produto similar, não fizemos um estudo minucioso sobre esse item. As definições que foram propostas foram embasadas em dicionários online (Michaelis, Aurélio e Houaiss), em traduções livres das definições cedidas pela gerência da Global Medical Device Nomenclature (GMDN), em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), portarias do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (INMETRO), nos manuais das empresas utilizados como *corpora* e no glossário online da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Deixamos a sugestão para a continuação de um trabalho

na área com a finalidade de explorar e revisar as definições propostas para os Equipamentos Médicos das Unidades de Terapia Intensiva.

RESULTADOS PARA O EQUIPAMENTO *NEBULIZADOR*

A definição para *nebulizador* encontrada em Houaiss (2009) é “adjetivo e substantivo masculino; 1. que ou o que nebuliza; 2. diz-se de ou artefato usado para aspergir líquido em gotículas minúsculas; vaporizador, atomizador, borrifador”. Na resolução da ANVISA o equipamento foi citado uma vez como *conjunto para nebulização* (BRASIL, 2010). Das pesquisas feitas no *Terminus* com os nove manuais cadastrados pelas empresas KSS, MEDICATE – DORJA E PROTEC no site da ANVISA, os especialistas validaram nove termos, conforme tabela:

	TERMO	ANÁLIS E	CORPUS	FREQ ABS
A	Aparelho nebulizador	2 gram	9 manuais	3
B	Aparelho para nebulização de medicamentos	5 gram	9 manuais	67
C	Central de inalação	3 gram	9 manuais	73
D	Conjunto de nebulização contínua	4 gram	9 manuais	9
E	Conjunto nebulizador	2 gram	9 manuais	5
F	Inalador	1 gram	9 manuais	24
G	Inalador nebulizador ultrassônico	3 gram	9 manuais	3
H	Nebulizador	1 gram	9 manuais	8

Tabela 1: Termos encontrados no corpus do equipamento *nebulizador*. Fonte: da autora

Na dissertação, foi feito um estudo individual para cada termo validado e seu significado de cada um de acordo com os especialistas que realizaram o apoio técnico. Abaixo, iremos incluir os resultados para os termos *inalador* e *nebulizador*, que foram considerados sinônimos pelos especialistas.

INALADOR

O termo *inalador* apareceu 24 vezes isolado no corpus e é formado por derivação sufixal (*inalar* + *-dor*). Em Houaiss (2009), a definição para inalador é “adjetivo e substantivo masculino; que ou aparato que se emprega para fazer inalação; Exs.: *aparelho inalador, um inalador de oxigênio*” e para inalação é “*substantivo feminino 1 ato ou efeito de inalar; 2 Rubrica: medicina. Absorção de medicamentos ou drogas por via respiratória*”. O termo apareceu em manuais das três empresas pesquisadas, conforme trechos a seguir:

Nunca esterilizar qualquer peça do <inalador> em água fervente ou estufas ou autoclaves. IMPORTANTE: Medicamentos a base de óleo ou muito densos, como cremes e pastas, não devem ser usados, pois os mesmos danificam o produto cancelando a garantia do aparelho. (DORJA09)

Caso seja utilizado somente um <inalador>, este deve ser utilizado na saída que não possui válvula de impacto, isto é, aquela que apresentar saída de ar após o aparelho ligado; V A medicação a ser utilizada nos inaladores, bem como quantidade e periodicidade deverão observar PRESCRIÇÃO MÉDICA. (KSS03)

NEBULIZADOR

O termo *nebulizador* indicado pelos especialistas como mais adequado, é formado também por derivação sufixal (*nebulizar* + *-dor*) e teve frequência baixa (8). O termo foi indicado pelos especialistas como mais adequado considerando o conceito de *nebulizar*, que já registramos no início, e a sua comparação com o conceito de *inalador*, que é mais amplo e faz referência também a um processo fisiológico. Apareceu em manuais das empresas Dorja e Protec, conforme podemos verificar a seguir:

MODELO DAS INSTRUÇÕES DE USO INALADOR NEBULIZADOR ULTRASSONICO. Manual de Instruções Nebulizador Ultra Sônico Ref. [...] Antes de utilizar o <nebulizador> pela primeira vez ou depois de cada uso deve-se limpar seus acessórios da seguinte forma:- lave todos seus acessórios exceto o filtro de ar com uma solução de água morna e detergente neutro. (DORJA08)

MANUAL DE INSTRUÇÕES <NOME TÉCNICO: NEBULIZADOR>. CENTRAL DE INALAÇÃO PROTEC Central de Inalação Modelo Carro Central de Inalação Modelo Evolution Central de Inalação Modelo Evolution c/ Pedestral Central de Inalação Modelo Part Produzido e Distribuído por: PROTEC EXPORT Ind. [...] Indicação A Central de Inalação Protec é indicada para proporcionar atomização de medicamentos e/ou soro fisiológico no processo de nebulização para umidificar as vias aéreas do paciente, através de geração de ar comprimido nos procedimentos médico-hospitalares. (PROTEC09)

Após a análise dos termos encontrados no corpus que continha manuais relacionados ao equipamento *nebulizador*, percebemos que houve um predomínio das composições sintagmáticas sobre os termos simples se conferirmos a tabela de frequências, o que não foi frequente na dissertação. Com os resultados obtidos, propusemos juntamente com os especialistas a seguinte definição, elegendo o termo *nebulizador* como preferencial:

- ✓ **Nebulizador:** equipamento de terapia que consiste em um conjunto de dispositivos utilizados para transferir a medicação para o paciente em formato de aerossol (gotículas suspensas no ar finamente dispersas, em estado líquido), de forma que este a inale. Nota: É constituído, geralmente, por um gerador elétrico, um reservatório e uma câmara de nebulização de uso manual, em que normalmente ocorre a nebulização do fármaco. Sinônimos: *inalador, conjunto nebulizador, aparelho nebulizador, aparelho para nebulização de medicamentos.*

RESULTADOS PARA O EQUIPAMENTO VENTILADOR PULMONAR

O *ventilador pulmonar* é o equipamento responsável por manter a ventilação pulmonar em pacientes cuja respiração está comprometida, propiciando ao organismo condições para que possa manter as trocas gasosas de modo a levar oxigênio para os tecidos e retirar o gás carbônico produzido pelas células. No dicionário Houaiss, entre as sete acepções para o vocábulo *ventilador*, encontramos a seguinte descrição: “Rubrica: engenharia mecânica, pneumologia. Qualquer aparelho ou instrumento de ventilação artificial usado para suprir de forma temporária ou prolongada, parcial ou total, uma ventilação pulmonar insuficiente”. (HOUAISS, 2009). Esse equipamento funciona por meio de entubamento do paciente.

Na resolução da ANVISA, esse equipamento foi apresentado quatro vezes, a saber: I - Ventilador mecânico específico para transporte, com bateria; II - Ventilador pulmonar específico para transporte, com bateria; III - Ventilador pulmonar mecânico microprocessado; IV - Ventilador pulmonar microprocessado (BRASIL, 2010).

Nos 63 manuais cadastrados pelas empresas MIKATOS, OXIGEL, RWR, FANEM, HOSPTRADE, INTERMED, MALLINCKDROT, MAQUET, DIXTAL e SIEMENS para o conceito de *ventilador pulmonar*, encontramos quatro termos que fazem referência a esse equipamento, conforme tabela 23:

	TERMO	ANÁLISE	CORPUS	FREQ ABS
A	Respirador	1 gram	63 manuais	119
B	Sistema de Ventilador	3 gram	63 manuais	147
C	Ventilador	1 gram	63 manuais	4891
D	Ventilador Pulmonar	2 gram	63 manuais	125

Tabela 2: Termos encontrados no corpus do equipamento *ventilador pulmonar*.

Fonte: da autora

Abaixo, iremos incluir os resultados para os termos *Respirador* e *Ventilador*, que foram considerados sinônimos pelos especialistas.

RESPIRADOR

O termo apareceu em manuais de todas as empresas, com exceção da empresa Siemens. Exemplos de ocorrências no corpus constituído são apresentados a seguir:

O dispositivo de medição de O₂ não interfere na ventilação, pois ele é um dispositivo de medição independente, usado somente para supervisão durante a ventilação. O oxigênio é medido independentemente da configuração de O₂ no <respirador>. (MAQUET01)

Enquanto o <respirador> estiver funcionando, a interrupção da energia elétrica principal produz a comutação automática para funcionamento por bateria. A interrupção pode ser efetuada pelo operador, para traslado do equipamento, ou pode ser eventual. (DIXTAL71)

CUIDADO: Antes da primeira utilização e após a utilização em cada paciente ou mais freqüentemente, se necessário, LIMPE o <respirador>. DESMONTE e ESTERILIZE os acessórios, conforme capítulo 7. RISCO DE EXPLOSÃO: NUNCA use o <respirador> na presença de gases anestésicos inflamáveis. (INTERMED01)

VENTILADOR

O termo *ventilador* pode ser considerado como um exemplo de truncação, tanto do termo *ventilador pulmonar* quanto do termo *sistema de ventilador*. Assim, é um termo formado pelo processo de truncação. Apareceu em manuais de todas as empresas pesquisadas. Exemplos de ocorrências no corpus constituído são apresentados a seguir:

Definições. Este manual usa chamadas de tópicos para a indicação de informações de natureza específica: Advertência Indica uma condição que pode colocar em risco o paciente ou o operador do <ventilador>. (MALLINCKRODT01)

Nunca utilize adaptadores ao conectar o equipamento à rede de alimentação CA, sempre conecte seu plugue diretamente à tomada de rede. Nunca utilize mangueiras ou tubos antiestáticos ou eletricamente condutivos em conjunto com este <ventilador>. (INTERMED07)

O DX 3012+ deve ser gerenciado por ou sob a supervisão de profissionais de saúde com treinamento apropriado em terapias ventilatórias e, especialmente, no uso deste ventilador. 5. Ambiente de Uso Previsto O <ventilador> foi projetado para ser utilizado em hospitais e centros de saúde, unidades de tratamento intensivo, onde a presença de profissionais competentes e das instalações necessárias garante o uso adequado do equipamento. Referência (DIXTAL73)

Após a análise dos termos encontrados no corpus que continha manuais relacionados ao equipamento *ventilador pulmonar*, percebemos que o termo indicado pelos especialistas apareceu em manuais de quase todas as empresas pesquisadas e que o termo resultante de apagamento (ventilador) apresenta frequência muito alta. O sinônimo *respirador* também foi utilizado amplamente por todas as empresas. Registramos também a existência de um decalque malsucedido (sistema de ventilador). A definição para o equipamento segue abaixo:

- ✓ **Ventilador pulmonar:** Equipamento de terapia projetado para fornecer ventilação ou assistência respiratória a pacientes pediátricos e adultos, por meio do fornecimento de um volume de gás apropriado nas vias aéreas. Nota: Ventiladores são usados em pacientes que não podem respirar por conta própria ou que requerem assistência para manter uma ventilação adequada. A terapia pode ser feita por meio de entubamento ou de forma não-invasiva. Em geral, o equipamento utiliza pressão positiva para administrar gás aos pulmões a frequências e volumes corrente adequados. É composto, geralmente, por um circuito de ventilação, sistema de controle, monitores e alarmes. Sinônimos: *ventilador, respirador, sistema de ventilador*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida dissertação teve como objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre a terminologia dos equipamentos médicos utilizados nas UTIs e propor uma abordagem de estudo do tema. Essa proposta foi pensada para atender a um questionamento da ANVISA sobre a possibilidade de verificação das variações denominativas para termos utilizados para nomear equipamentos médicos. A metodologia foi delineada para atender essa finalidade, e, para tal, fizemos um recorte para estudar a especialidade de Terapia Intensiva dentro da vasta área de especialidades médicas, a fim de viabilizar uma pesquisa inicial de caráter exploratório. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 7, de 24 de fevereiro de 2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), foi utilizada como base para definição dos equipamentos utilizados nas UTIs, pois na referida resolução foram estabelecidas as diretrizes básicas a serem seguidas para a instalação de uma UTI em qualquer instituição de saúde. Após a definição da referida RDC como ponto de partida, estabelecemos que o corpus seria constituído por manuais de fabricantes registrados na ANVISA, por se tratarem de um material escrito e por serem o primeiro meio de comunicação entre fabricantes e engenheiros biomédicos com a agência de vigilância sanitária e profissionais de saúde e os futuros usuários.

Na dissertação, pudemos observar a existência de termos consolidados e com conceitos claros: berço aquecido, eletrocardiógrafo, estetoscópio, oftalmoscópio, otoscópio e ventilômetro. Averiguamos ainda que a maioria desses termos compartilham um processo de formação: são formados por composição subordinativa com bases não-autônomas, geralmente originárias da língua grega.

Do ponto de vista formal, no que diz respeito à estruturação dos demais termos, verificamos, como já constataram os estudos sobre os discursos especializados, que as composições sintagmáticas no léxico especializado dos equipamentos médicos foram muito frequentes (bomba de infusão de seringa, desfibrilador externo automático e cama Fowler motorizada). Sobre esse tipo de formação sintagmática, Alves teoriza sobre essa tendência (1999, p. 72) quando nos explica que essas formações resultam do processo de lexicalização de segmentos frásticos e que são consequência “do caráter onomasiológico da disciplina terminológica, em que o conceito usualmente precede a criação do termo correspondente”. Essa afirmação corrobora a nossa pesquisa e explica os casos em que a descrição encontrada na RDC 7/2010 da ANVISA era idêntica ao termo já consolidado no corpus de pesquisa.

Sobre a comprovação da hipótese da existência da variação denominativa no discurso especializado da área de equipamentos médicos, lemos em Alves (2001, p. 28) que a relação idealmente unívoca entre designação e conceito não impede, entretanto, que variações lexicais também sejam observadas nos tecnoletos, possibilitando que criações lexicais de caráter sinonímico possam corresponder a um único conceito e que um mesmo termo apresente relações polissêmicas.

Comprovamos que alguns equipamentos apresentam variações denominativas expressivas, bem como a ocorrência de termos que trazem algumas dúvidas conceituais e que foram mal introduzidos pelos fabricantes de equipamentos médicos, tais como: medidor, respirador, refrigerador, AED, cardioversor com ECG, entre outros. Destacamos ainda que, em alguns casos, a variação denominativa pode causar problemas para aquisição de equipamentos, problemas de comunicação ou até riscos, tal qual as diferenças entre berço aquecido e o berço hospitalar, o ventilador pulmonar e o ventilador pulmonar não-invasivo, o refrigerador e a câmara para conservação de medicamentos, incubadora neonatal e incubadora de transporte, entre outros. Esse fato sugere que os fabricantes precisam ter mais cuidado ao denominar seus produtos em um documento tão importante quanto o manual do equipamento.

Por meio dos estudos que realizamos referentemente às relações semânticas existentes entre os termos registrados para cada equipamento, pudemos averiguar que nem sempre os termos validados caracterizaram uma situação de variação denominativa. Em alguns casos, havia diferenças conceituais, ou seja, não raramente encontramos equipamentos diferentes, registrados sob o mesmo rótulo nos arquivos da ANVISA. Nesse sentido, observa-se a importância do trabalho ora empreendido, pois a Agência necessita identificar claramente quando há a variação denominativa ou quando há a variação referencial (diferentes equipamentos). Dessa distinção depende desde a avaliação dos riscos para o paciente até a elaboração mais adequada de licitações para a compra de equipamentos médicos.

Sobre o caso dos Nebulizadores/ Inaladores e Ventilador/Respirador, percebemos como motivação para nomeação do equipamento o processo fisiológico exclusivamente humano beneficiado pelo equipamento. No caso do inalador, percebemos que o sentido de equipamento médico utilizado para realizar inalação já é bem difundido, sendo uma das acepções contempladas pelo Houaiss. Entretanto, o termo nebulizador é o indicado pelos especialistas considerando que o conceito de nebulizar pressupõe a inalação de líquido transformado em vapor, com medicamento ou não. Já inalar não abrange essa questão e pode se referir à inalação de ar ou vapor.

O termo respirador, como sinônimo de ventilador pulmonar, ainda é utilizado, conforme se verifica no corpus, mas é considerado equivocado pela Associação de Medicina Intensiva do Brasil (AMIB). Isso ocorre porque a respiração é um processo

fisiológico mais complexo do que a troca de gases entre o organismo e o ambiente. Envolve também várias reações bioquímicas em nível celular. O equipamento favorece a troca gasosa para o paciente, mas não participa de todas as etapas da respiração. Assim, o termo respirador transmite o conceito de forma equivocada, pois atribui ao equipamento a função de “respirar por alguém”, o que não é realidade.

Pretendemos com este estudo demonstrar que existe variação denominativa nesse campo da medicina e comprovar que o léxico especializado opera sob as mesmas regras da língua geral. A partir desses resultados, percebemos a importância de um estudo detalhado dessa especialidade e de outras da medicina para que os termos utilizados sejam levantados, catalogados e estudados mais profundamente. Ressaltamos também neste momento a relevância da RDC nº 7/2010, publicada pela ANVISA (Brasil, 2010), que serviu de base para a definição da especialidade médica e dos equipamentos mínimos que fazem referência a cada uma delas. Foi importante para este trabalho ter um documento oficial de base para que fosse possível definir os manuais que constituiriam os corpora de referência para cada equipamento. Não poderíamos também deixar de destacar que o apoio e o incentivo dos especialistas em Engenharia Biomédica durante todo o processo foram fundamentais, o que reforça que a Terminologia pode oferecer importantes instrumentos de apoio para auxiliar na comunicação e na organização do conhecimento pelos especialistas.

NOTAS

(1) Por se tratar de uma decisão pessoal, utilizamos apenas nesta ocasião a 1ª pessoa do singular.

(2) A falta de uma terminologia para comparar dispositivos médicos, juntamente com a natureza arbitrária e opaca dos sistemas de registro de produto, são os principais obstáculos para um processo de decisão mais embasado sobre o uso e a aquisição de novos dispositivos médicos. Este artigo descreve a sistematização de informações para ajudar na identificação dos dispositivos implantáveis cardiovasculares semelhantes (tradução nossa). Conteúdo pode ser acessado em <<http://www.rbejournal.org/doi/10.1590/2446-4740.0629>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. *Neologismo*. Criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.

_____. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. *Palavra*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 69-80, 1999.

_____. Neologia e tecnoleto. In: ISQUERDO, A. N. et al. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2 ed. Campo Grande – MS: Editora UFMS, 2001.

ARAÚJO, M. de. *Glossário de microeconomia: uma proposta terminográfica com base em um estudo terminológico*. 221 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. *A elaboração de um dicionário terminológico da economia: aspectos da sinonímia nos discursos especializados*. 136 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. A Terminologia da economia: algumas reflexões sobre a sinonímia nos textos especializados. In: CABRÉ, M. T. et al. *Literalidad y dinamicidad en el discurso económico*. VI atividades de IULATERM de Verano. Barcelona: IULA, 2008.

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BRASIL. Resolução RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 fev. 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BIDERMAN, M. T. *Teoria linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

_____. Conceito linguístico de palavra. *Palavra*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 81-97, 1999.

CABRÉ, M. T. *La terminologia: teoria, metodologia e aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártica, 1993.

_____. *La terminologia: representación y comunicación*. Barcelona: IULA-Pompeu Fabra, 1999.

CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CASTILHO, A. T. *O que é a semântica*. São Paulo: [s.n.], 2014. Disponível em <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_40.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

OTTO, C. C.; FREIRE, S. M.; ALMEIDA, R. T. Systematization of information for identifying similar cardiovascular implantable devices. *Research on Biomedical Engineering*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 70-77, 2015.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO NEOLOGISMO SEMÂNTICO VEICULADO POR *BANNERS* DA ÁREA DA PUBLICIDADE

Sebastião Camelo da SILVA FILHO
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
sebafilho@hotmail.com

RESUMO: Considerando os processos de criação, de recriação, de renovação e de inovação que integram a natureza da área da Publicidade, falaremos sobre o neologismo semântico como um termo que resulta de um processo de criação motivado e que denomina uma nova realidade. O estudo sobre o neologismo semântico a partir de *banners* é relevante para descrever o comportamento dos termos já existentes e que passam a absorver novos sentidos. Por intermédio desse estudo, evidenciamos ainda a construção da identidade de um novo sentido. Esse fato é observado nos trabalhos de autores como Alves (2003), Pruvost; Sablayrolles (2003), Ferraz (2010), Silva Filho (2009, 2013), dentre outros. O *banner* como um tipo de peça publicitária concebida para veicular uma campanha referente ao novo produto de uma marca é o objeto através do qual analisaremos e descreveremos o neologismo semântico. O *banner* veicula a relação imagem/ texto que além de apresentar um produto, permite a observação e a descrição da dinamicidade da língua através do surgimento de novos termos. A articulação e a interação entre a linguagem verbal e a linguagem visual é responsável pela criação e produção de significados responsáveis por representar e viabilizar novas e diferentes formas de comunicação. O corpus de análise é constituído de *banners* da área da Publicidade, coletados em diversos sites da internet, no período de 2010 a 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Neologismo semântico; Imagem/ texto.

A NEOLOGIA SEMÂNTICA NA ÁREA DA PUBLICIDADE

A neologia semântica é um processo de criação neológica que está intimamente relacionado aos estudos diacrônicos. Partimos do pressuposto de que a absorção de um novo conceito e/ ou de um novo sentido por um termo é um processo que apresenta uma sucessão no tempo, ou seja, a gênese de um termo obedece a uma ordem que pode desencadear numa trajetória ao longo do tempo.

No processo semântico de criação, o conteúdo passa por uma evolução no percurso entre o nível diacrônico e o sincrônico; assim, a forma da expressão mantém-se embora o conteúdo apresente alguma alteração, pois esse movimento resulta de mudanças a nível conceitual (cf. FAULSTICH, 2006).

O processo de neologia semântica pode manifestar-se como uma criatividade responsável por mudança de regras que ocorrem através da transgressão de traços de categorização e de seleção (cf. BASTUJI, 1974). O termo transgressão, aqui utilizado pela autora, reflete a evolução através da incorporação de novos traços semânticos ao

sentido, provocando uma mudança de significação da unidade lexical no eixo diacrônico.

Por sua vez, Carvalho refere que as relações estabelecidas entre formas e conteúdos podem alterar, ou melhor, estão em constante mudança, concluindo que “qualquer extensão no significado de uma forma, envolve uma redução correspondente no significado das que dela depender” (2006, p. 194).

O neologismo semântico não se comporta apenas como um termo que pode ser analisado e descrito por distintas abordagens linguísticas; é uma unidade lexical que veicula o caráter social e cultural que está por detrás de um novo produto.

Sob a perspectiva social e cultural da neologia semântica, o uso da língua não é considerado apenas através das regras do sistema linguístico; o uso desse sistema é determinado por um grupo de indivíduos que integram uma dada comunidade.

O processo de criação neológica semântica é responsável pelo enriquecimento, pela atualização e pela modernização da relação conceito/ termo e termo/ sentido. Essa evidência pode ser constatada nos trabalhos desenvolvidos por Alves (2001, 2002, 2003), Cabré (2000), Pruvost; Sablayrolles (2003), Ferraz (2009, 2010), Silva Filho (2009, 2013, 2016), Boulanger (2010), dentre outros.

No quadro de estudos sobre a neologia semântica, podemos referir que esse fenômeno pode ser tratado tanto como um processo conceitual quanto um processo linguístico.

Contudo, é necessário entender que o conceito e o sentido encontram-se em distintos níveis de representação e de análise. O conceito é uma unidade ampla constituída por elementos que se referem às características e/ ou às propriedades.

O conceito pode ser considerado como uma unidade do pensamento, do conhecimento ou da comunicação, mas não uma unidade textual. Por sua vez, o sentido é um elemento linguístico, identificado nos textos escritos e constituído por semas.

A verbalização do conceito permite o seu estudo a partir do texto. Essa passagem do nível conceitual ao nível linguístico permite-nos falar em sentido do termo. A referida verbalização resulta da seleção de caracteres, isto é, das características e/ ou das propriedades, num enunciado linguístico, em função da denominação de um dado termo.

Essa distinção tem em conta o uso do termo tanto como uma unidade que faz parte do sistema conceitual utilizado pelo publicitário quanto uma unidade linguística que integra um texto escrito criado por esse mesmo profissional.

Na Publicidade, o neologismo semântico comporta-se como uma criação intencional, considerando que o novo termo é uma unidade lexical que possibilita a memorização da marca e/ ou do produto. A esse respeito, podemos referir que os processos de criação, de recriação, de renovação e de inovação são responsáveis pelo surgimento de novos produtos referentes a uma determinada marca através do estabelecimento de novas relações entre os conceitos já existentes.

O neologismo semântico é o resultado da ativação parcial de propriedades e características do conceito referente ao termo.

É inquestionável o fato de que a descrição dos novos elementos que constituem o novo conceito deve ser realizada de maneira clara, concisa e objetiva, de modo a dar conta de que se trata de um novo conteúdo.

Os constituintes referentes a um conceito não ocorrem de maneira isolada. É necessário que se estabeleça um agrupamento específico que possa incluir as propriedades e/ ou as características de maneira a delimitar os traços conceituais que serão utilizados para defini-lo.

Partindo do pressuposto de que os conceitos podem apresentar fronteiras tênues, temos em conta que esses elementos podem ocupar espaços semânticos diferentes de acordo com os contextos de ocorrência.

A relação conceito/ termo delimita, descreve e denomina o conceito. O termo representa uma estrutura cognitiva específica condicionada pelo contexto de sua utilização. Essa unidade lexical especializada denomina os conceitos que expressam as características e as propriedades comuns a um conjunto de objetos.

Os novos conceitos relativos a um termo já existente são parâmetros que delimitam a fronteira entre o atual, designado pelo novo, e o passado.

O dinamismo é uma característica inerente ao conceito, que, por sua vez, é expresso por práticas socioculturais que são situadas num determinado espaço e período do tempo.

A identificação e a observação do neologismo semântico por meio da relação imagem/ texto veiculada pelo *banner* pode redimensionar o conceito deste tipo de neologismo. A esse respeito, podemos referir sobre a emergência de teorias para subsidiar a concepção de metodologias que possam dar conta da análise e descrição da referida relação transmitida pelo *banner*.

A título de referência, consideramos que o termo pode ser representado ou pelo nome de uma marca e/ ou ainda pelo produto referente a essa marca.

A relação conceito/ termo pode ser observada sob planos distintos: sob a perspectiva cognitiva, como se dá o processo de conceptualização de um dado objeto que pertence a uma dada realidade; no plano linguístico, o termo é uma unidade dotada de forma e conteúdo que pode ser analisada e descrita em situação de discurso. Nesse sentido, tanto os conceitos de “termo” e de “conceito” podem variar dependendo da perspectiva de análise referentes a esses dois elementos.

Por intermédio do *banner*, observamos que as relações entre os conceitos estabelecidas pelo publicitário resultam num novo produto.

A RELAÇÃO IMAGEM/ TEXTO VEICULADA PELOS BANNERS

Sendo o conceito uma unidade que pode ser expressa por uma representação visual, conforme menciona Depecker (2000), podemos falar sobre o *banner* como um instrumento que representa de maneira objetiva e clara o pensamento do publicitário e ainda como uma ferramenta relevante para identificar o neologismo semântico.

O estudo sobre o neologismo semântico a partir de *banners* é de fundamental importância para descrever o comportamento dos termos já existentes e que passam a absorver novos sentidos.

A identificação e observação do neologismo semântico por meio da relação imagem/ texto veiculada pelo *banner* pode redimensionar o estudo sobre este tipo de neologismo. Como uma peça publicitária, o *banner* é uma ferramenta relevante e necessária para a Publicidade, área cuja finalidade consiste em informar sobre um determinado produto.

Além disso, a referida área tem o objetivo de dar uma identidade e maior relevo a um dado produto, com o objetivo de estimular a sua venda. Desse modo, a concepção de peças publicitárias precisa ser aliciante de modo que o produto possa ser aceito e consumido.

Por meio do *banner*, o conhecimento é preservado, ou seja, é o meio pelo qual se estabiliza, reforça, delimita e fixa essa faculdade humana, num dado momento de

sua ocorrência, facilitando, assim, a sua continuidade e conservação ao longo do tempo para posterior consulta.

Além de comportar-se como um texto multimodal inovador e dinâmico, onde a imagem pode ser delimitada pela mensagem verbal, o *banner* está inserido num espaço temporal, num contexto sociocultural; desse modo, a sua ocorrência pode estar relacionada a um evento ou fato ocorrente no mundo real.

O *banner* é uma peça que veicula uma informação objetiva e direta que tem por objetivo estimular o consumo; assim, essa ferramenta deve despertar no consumidor um sentido de necessidade, desejo e consumo em relação a um determinado produto.

A articulação e a interação entre a linguagem verbal e a linguagem visual é responsável pela criação e produção de significados responsáveis por representar e viabilizar novas e diferentes formas de comunicação.

Nesse contexto de trabalho, apoiamo-nos em Maingueneau (2004, p. 12) para definir um *banner*; a esse respeito, o autor refere que “um texto publicitário, em particular, é fundamentalmente imagem e palavra; nele, até o verbal se faz imagem.”

A definição de Maingueneau permite-nos pensar o *banner* como uma peça publicitária estática, isto é, uma ferramenta através da qual a interação entre a linguagem visual e a linguagem verbal não expressa nenhum tipo de movimento.

Ainda podemos mencionar que o ponto de vista de Maingueneau é relevante no que se refere à relação imagem/ texto veiculada pelo *banner*.

Assim, o *banner* é um texto que pertence ao gênero publicitário. Essa peça publicitária é constituída por uma imagem representada por um dado produto e pelo nome da marca; e por uma mensagem verbal, recurso linguístico que tem por objetivo veicular, evidenciar e elucidar as relações semânticas entre o termo e o sentido e entre o sentido e semas relativos a esse mesmo termo.

Ainda podemos considerar que a mensagem verbal comporta-se como um texto, isto é, um espaço linguístico de reformulação a nível semântico, pois os semas relativos a um determinado termo estão constantemente sendo ativados, mediante o que o publicitário pretende exprimir.

Observamos que a imagem do produto, veiculado pelo *banner*, traz outras informações que, na maioria das vezes, não são contempladas pela mensagem verbal que a segue; mas que são relevantes para melhor definir o termo a ser analisado. Por essa razão, não podemos considerar apenas a mensagem verbal veiculada junto ao produto; a própria imagem desse mesmo produto comporta-se como um texto, pelo fato de veicular, também, uma mensagem verbal e, desse modo, apresenta um papel relevante para a compreensão do sentido do termo.

Assim, evidenciamos que nesse tipo de gênero textual a relação entre a imagem e o texto, imprescindivelmente, não pode se desvincular. Essa relação entre o recurso visual e o recurso linguístico resulta num texto multimodal, que agrega uma maneira peculiar na identificação da relação termo/sentido.

Autores como Barthes (1985), Kress; van Leeuwen (2006), Aumont (2002), dentre outros, evidenciam, através de seus trabalhos, a relevância da relação imagem/ texto para a área da Publicidade. A esse respeito, lembramos do pensamento de Prieto Velasco (2012). O autor menciona a relevância da interface “imagem/ texto” para a concepção de recursos destinados a organização do conhecimento especializado.

A RELAÇÃO TERMO/ SENTIDO A PARTIR DOS *BANNERS*

Diante da relação termo/ sentido, observa-se que o termo se mantém em um constante processo de atualização através da incorporação de novos sentidos. Dessa maneira, podemos considerá-lo uma unidade lexical especializada com características evolutivas, devido à constância de seu emprego em distintas situações de uso em discurso.

Desse modo, Ullmann (1957) nota que a mudança semântica, como qualquer outro tipo de mudança linguística, é por excelência um conceito que não pode ser explicado a nível da abordagem sincrônica.

A frequente mudança que permeia a relação entre termo e sentido refere-se à própria natureza instável do conteúdo dessa unidade terminológica que, dentre outros motivos, resulta do cruzamento da modelização sociocultural e de uma estratificação histórica.

Assim, mais do que definir o termo através de um sistema de conceitos, parece ser mais razoável considerá-lo do ponto de vista descritivo no seu funcionamento interativo e discursivo enquanto signo linguístico (cf. DELAVIGE; BOUVERET, 1999, p. 7-8).

Por mais que um termo apresente duas significações, num curto espaço de tempo, cada uma dessas significações apresenta-se em momentos distintos, relativos à sua gênese, que por sua vez, são acompanhadas de seus contextos históricos.

O termo pode apresentar distintos sentidos numa mesma época em que se observa o comportamento da língua, através do discurso. Assim, um termo que já existe, ao ser utilizado para denominar as novas realidades ou as novas significações pode apresentar conceitos ou significados que, de certa maneira, possam estabelecer ligações próximas com as novas realidades.

Como uma unidade linguística, o termo é observado e definido nos *banners*. Denominada de semasiológica, essa abordagem tem como ponto de partida o estudo do próprio termo para se chegar às suas significações. A ocorrência do termo é seguida por outras unidades lexicais, especializadas ou não, que, articuladas entre si, constituem uma relação semântica e que resultam na atualização dos sentidos de cada uma dessas unidades.

A análise dos termos a partir dos *banners* permite-nos aceder às informações semânticas, nesse caso, os sentidos, aos quais, de certo modo, haveria impossibilidade de acesso sem o auxílio dessas peças publicitárias.

O sentido do termo, em situação de discurso, é atualizado por traços semânticos mínimos distintivos que delimitam, particularizam e concedem características únicas a essa unidade lexical especializada, em relação aos outros termos. Denominados de semas, esses traços semânticos mínimos distintivos, quando reunidos, constituem o semema terminológico.

Os semas podem comportar-se como elementos estáveis e instáveis. A variabilidade do sema pode ser identificada a partir do contexto em que o termo, como uma unidade lexical especializada, é atualizado. Desse modo, os semas de um termo são ativados e organizados de acordo com a significação do produto em questão.

Assim, o termo pode apresentar semas que podem dar origem a sememas e gerar distintas significações em diferentes contextos e espaços de tempo distintos.

Cada traço distintivo de uma unidade estabelece uma relação com os outros elementos que pertence a esse mesmo nível.

A reflexão sobre a relação evolutiva entre termo e sentido pode ser observada através das obras de Faulstich (1998), Delavigne; Bouveret (1999), Alves (2001), Dury (2005, 2006), Tartier (2006), Picton (2009), Silva Filho (2013), dentre outras.

A utilização de cada um dos sentidos é regida por uma situação de contexto distinta. Desse modo, em distintos *banners* é possível identificar a ocorrência de vários e distintos sentidos.

Diante desse contexto, observamos que a relação entre o termo e o sentido pode apresentar uma estabilidade semântica. Ocorre uma estabilização semântica quando um termo associa-se a um determinado sentido; esse fato pode ser evidenciado através dos *banners* referentes a campanhas passadas.

A fim de melhor observar o *banner* como uma peça publicitária que veicula a relação imagem/ texto e ainda identificar e descrever as relações semânticas entre termo/ sentidos e sentido/ semas a partir da mensagem verbal, que por sua vez, fazem parte do *banner*, constituiremos um corpus multimodal diacrônico.

CONSTITUIÇÃO DO CORPUS MULTIMODAL DIACRÔNICO

O corpus multimodal diacrônico apresenta características de atualidade e de modernidade; o estudo sobre esse tipo de corpus mostra a sua relevância a partir do momento em que se fala sobre evolução e mudança, pois partimos do pressuposto de que algo só evolui em função de seu estado anterior e/ ou atual.

O corpus multimodal diacrônico não pode ser considerado apenas uma coleção de *banners* antigos e de *banners* atuais. Esse corpus é um espaço dinâmico onde a organização e a sistematização desses anúncios publicitários podem resultar da interação entre eles através da relação texto/ imagem.

Os *banners* que constituem um corpus podem envelhecer, partindo do pressuposto de que cada campanha publicitária tem um período de duração para ser veiculada na mídia.

À medida que são inseridos outros *banners* no corpus multimodal diacrônico, essa coleção de peças publicitárias passa a apresentar um melhor índice de desenvolvimento sobre o seu estudo.

Essa coleção de *banners* pode ser constituída, tendo em conta uma só sequência do período estabelecido para o trabalho ou ainda conjuntos de períodos que podem ser marcados por um intervalo de tempo.

O corpus multimodal diacrônico apresenta como parâmetro de organização o fator tempo, que serve como um limite arbitrário para dividir o corpus em partes com o objetivo de identificar, enumerar, restringir e observar com mais exatidão o processo de criação neológico semântico. Quando falamos no fator tempo, é necessário ter em conta a data, como um elemento relevante, para identificar e demarcar o contexto cultural e sociohistórico, onde ocorrem os *banners*. É a partir da data da produção de um *banner* que se pode estabelecer a relação dessa mesma peça publicitária com o espaço sociocultural onde ela foi criada. Através do *banner* é possível identificar os sentidos de um determinado termo que o contextualizam num dado período do tempo.

A escolha dos critérios para a constituição dos corpora diacrônico multimodal é um ato que deve ser ponderado e discernido, considerando que a realização de cada estudo apresenta uma particularidade em função dos objetivos estabelecidos. Desse

modo, a estipulação de critérios, para um dado estudo, é um princípio único e preciso, que deve ser seguido de maneira fiel aos propósitos selecionados.

A constituição do corpus pode ser considerada uma metodologia que resulta de uma reflexão teórica que apoia tanto a sistematização dos *banners* quanto à análise e descrição das relações imagem/ texto, como o estudo das relações semânticas entre termo/ sentido e sentido/ semas.

ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO NEOLOGISMO SEMÂNTICO A PARTIR DOS *BANNERS*

Para a realização da análise e da descrição do neologismo semântico, utilizaremos dois *banners* que veiculam a publicidade de iogurtes da marca Nestlé, que serão disponibilizados de acordo com as datas de cada uma das campanhas publicitárias.

Para dar andamento à análise, adotamos a seguinte convenção:

“aspas” para indicar o neologismo semântico;

/barras oblíquas/ para referir ao termo;

«aspas francesas» para indicar os sentidos;

(parênteses) para indicar os semas

[colchetes] para indicar outras expressões.

A primeira peça publicitária a ser analisada é do ano de 2012 e refere-se ao iogurte grego da Nestlé.



Inicialmente, podemos referir que “Nestlé” pode ser considerado um neologismo semântico, pois apresenta como sentido «iogurte grego»; por sua vez (cremosidade), (sabor) e (morango) são semas referentes a «iogurte grego».

Contudo, além de ser um termo, “iogurte grego” pode comportar-se como um neologismo; da mesma forma, «cremosidade», «sabor» e «morango» assumem o valor de sentidos.

O sentido «morango» não aparece escrito no *banner*, porém, a imagem de um morango pode ser visualizada na peça em análise.

As expressões [novidade], [novo] e [trouxe] indicam que “iogurte grego” é um neologismo semântico; da mesma maneira que [na Europa] e [nos Estados Unidos] atestam a existência do termo /iogurte grego/.

Para o ano de 2013, temos o *banner* referente ao iogurte grego light da Nestlé.



Do mesmo modo que no *banner* anterior, “Nestlé” comporta-se como um neologismo semântico e «grego light» apresenta o valor de sentido. Os semas (sabores), (manga), (framboesa), (50% a mesmo de gordura) e (versão para misturar) referem-se ao sentido anteriormente mencionado.

O neologismo semântico “grego light” apresenta como sentidos «sabores», «manga», «framboesa», «50% a mesmo de gordura» e «versão para misturar». Os sentidos «manga» e «framboesa» não aparecem escritos no *banner*, porém, as imagens de pedaços de manga e de framboesa podem ser visualizadas na peça em análise.

As expressões [chegaram], [novos], [novo] e [misturar] atestam o valor neológico do termo “grego light”.

CONCLUSÃO

O estudo sobre o neologismo semântico considerando a relação imagem/ texto apresenta contributos relevantes para a análise e descrição de um novo termo.

A supracitada relação, que se faz presente no cotidiano do indivíduo, pode viabilizar com maior rapidez e objetividade a identificação do neologismo semântico, pelo fato de a linguagem visual veicular, de maneira ampla, o conceito de um produto; por sua vez, a linguagem escrita pode complementar e/ ou reforçar as informações referentes a esse produto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. Technical and scientific neology and recent trends in Terminology, *CIT*. Lisboa, 2003. (no prelo)

_____. Neologia técnico-científica e análise de corpus. In: ACTAS DO VI SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO. *Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional*, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Edições Colibri/ ILTEC. 2002. p.139-149.

ALVES, I. M. Terminologia e neologia. *TradTerm*, v. 7, p. 53-70, 2001.

AUMONT, J. *A imagem*. Campinas: Editora Papirus, 2002.

BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1985.

BASTUJI, J. Aspects de la néologie sémantique. *Langages*, Paris, v. 36, p. 6-19, 1974.

BOULANGER, J.-C. Sur l'existence des concepts de «néologie» et de «néologisme». Propos sur un paradoxe lexical et historique. In: ACTES DEL I CONGRÉS INTERNACIONAL DE NEOLOGIA DE LES LLENGÜES ROMANÍQUES. Edició a càrrec de M. Teresa Cabré, Ona Domènech, Rosa Estopà, Judit Freixa i Mercé Lorente, Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2010. p. 31-74.

CABRÉ, M. T. La Neologia como mesura de la vitalitat de les llengües, La neologia en el tombant de segle, In: ATAS DO I SIMPOSI SOBRE NEOLOGIA. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2000. p. 85-108.

CARVALHO, N. M. A criação neológica. *Revista Trama*, v. 2, n. 4, p. 191-203, 2006.

DELAVIGNE, V.; BOUVERET, M. *Présentation*. Sémantique des termes spécialisés (dir.). Dyalang: Presses de l'Université de Rouen, 1999. p. 7-15.

DEPECKER, L. Le signe entre signifié et concept. *Le sens en terminologie*. In.: BÉJOINT, H.; THOIRON, P. (dir.). Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000. p. 86-121.

DURY, P. La dimension diachronique en terminologie et en traduction spécialisée: le cas de l'écologie. *Aspects diachroniques du vocabulaire*. In: CANDEL, D.; GAUDIN, F. Rouen: Presses Universitaires de Rouen, 2006. p. 109-124.

DURY, P. Terminology and specialized translation, the relevance of the diachronic approach. *LSP and Professional Communication*, v. 5, n. 1, april 2005, p. 31-42, 2005.

FAULSTICH, E. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2. p. 27-31, 2006.

_____. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. In: ACTAS DA VI RITERM, Havana:1998. *Actas...* Havana, 1998. Disponível em: <<http://egroups.unb.br/il/liv/enilde/documentos/HAVANA98.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

FERRAZ, A. El desarrollo de la competencia léxica desde el uso del material auténtico en la enseñanza de PLE. In: ACTAS DEL IX CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA GENERAL, Valladolid, 2010. *Actas...* Valladolid, Universidad de Valladolid, 2010. p. 1846-1859.

_____. Neologismos semânticos na publicidade impressa: uma abordagem cognitivista. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. IV. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. p. 65-80.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos da comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

PICTON, A. *Diachronie en langue de spécialité*. Définition d'une méthode linguistique outillée pour repérer l'évolution des connaissances en corpus. Un exemple appliqué au domaine spatial. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Université de Toulouse II, Toulouse, 2009.

PRIETO VELASCO, J. A. A corpus-based approach to the multimodal analysis of specialized knowledge. *Language Resources and Evaluation*, v. 21, p. 1-21, 2012.

PRUVOST, J.; SABLAYROLLES, J.-F. *Les néologismes*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

SILVA FILHO, S. *Polissemia nominal diacrônica*. Do conceitual ao linguístico: relações lexicais a partir dos corpora de especialidade. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

SILVA FILHO, S. Neologia semântica: aspectos culturais e sociais de um novo termo. In: ATAS DO ENCONTRO INTERNACIONAL LUGARES DA LUSOFONIA, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve. *Atas...* Lisboa: Edições Colibri, 2009. p. 153-160.

TARTIER, A. Terminologie et analyse diachronique. In: ACTES DE LA 13E CONFÉRENCE SUR LE TRAITEMENT AUTOMATIQUE DES LANGUES NATURELLES, v. 2, Louvain. *Actes...* Louvain: Presses universitaires de Louvain, 2006. p. 347-356. Disponível em: <<http://cental.fltr.ucl.ac.be/~taln2006/index.php?lang=fr&page=95>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

ULLMANN, S. *Principles of semantics: a linguistic approach to meaning*. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1957.

O TUPI COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DA ORTOGRAFIA

Maria Ângela PADOVANI
Universidade de São Paulo (Mestre)
angelapadovani@alumni.usp.br

RESUMO: Este artigo propõe um trabalho com a língua tupi presente no léxico do português contemporâneo voltado para os dois anos iniciais do Ensino Fundamental II, visando os alunos que estão nesse nível de escolaridade com problemas na escrita ortográfica. Considerando a presença do tupi um dos elementos na constituição do português brasileiro, propõe abordá-la como uma oportunidade de afirmar a identidade da língua e de seus falantes, de reconhecer nela um testemunho da história da língua. Assim, pela presença do tupi na ornitologia brasileira, ambiente de aprendizagem reputado significativo, o artigo traz uma sequência didática para as aulas de língua portuguesa para trabalhar questões ortográficas, com o intuito de abranger vácuos na aprendizagem. É assinalado principalmente um problema recorrente entre os alunos com maiores dificuldades na aquisição da escrita ortográfica, que estão ligados à fonética e à fonologia do PB e à consciência fonológica dos alunos: percepção e registro do traço de vozeamento (surdo/ sonoro) de consoantes.

PALAVRAS-CHAVE: Ortografia; Consciência fonológica; Tupi; Língua Portuguesa; Ensino Fundamental II.

INTRODUÇÃO

A riqueza do português brasileiro (PB) carrega a possibilidade de múltiplas abordagens para o ensino da língua na educação básica. Uma delas é o estudo da presença da língua tupi no léxico do PB contemporâneo.

O tupi¹ que ainda se mantém é devido aos topônimos, à nomenclatura da fauna, da flora, da culinária e de algumas expressões sintagmáticas. A riqueza desse léxico se perde, no entanto, pelo distanciamento imposto pelo desconhecimento linguístico. Na escola de educação básica os sentidos podem ser religados se a língua for trabalhada como a testemunha histórica que é. As expressões de origem tupi, uma vez reveladas, fortalecem a identidade do PB ao diferenciá-lo da lusofonia em geral pela via lexical dos tupinismos sobreviventes.

Para esta reflexão, interessa associar a presença do tupi no PB contemporâneo à escrita ortográfica do português, com o intuito de tornar significativa sua aprendizagem, em especial para aqueles alunos que apresentam defasagem na aquisição da escrita ortográfica nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental II (EF II). Tal abordagem na escola pode favorecer o trabalho voltado para o desenvolvimento da consciência fonológica e assim estimular a competência leitora e a aquisição da escrita (SPINILLO; MOTTA; CORREA, 2010).

O ensino do tupi, por si só importante para o estudo da língua, é visto aqui como uma ferramenta capaz de adequar o ensino da escrita ortográfica sem expor os alunos em defasagem, em geral desconfortáveis com sua situação. Por ser novidade para todos os alunos indistintamente¹, questões ortográficas e fonológicas próprias do Ensino Fundamental I podem ser retomadas em uma chave de significação que desperte a curiosidade e quebre barreiras.

A proposta de trabalho ortográfico com os alunos do EF II fica aqui circunscrita à fonética e à fonologia do PB: percepção e registro do traço de vozeamento (surdo/ sonoro) de consoantes. É um dos problemas recorrentes na escrita dos alunos com defasagem e pode ser encampado na perspectiva de estudo dos tupinismos no PB.

A abordagem do léxico aqui se dá pela análise de onze guias ornitológicos de diferentes regiões brasileiras.

As noções sobre tupi neste trabalho se basearam no estudo de Navarro (1998). A certificação da origem das palavras listadas se deu pela edição de 1975 do *Dicionário Aurélio Buarque de Holanda*. As questões próprias da ortografia e de sua relação com a consciência fonológica da língua partem do estudo que gerou minha dissertação para o Mestrado Profissional em Letras, Profletras, apresentada em dezembro de 2016.

AS CONVENÇÕES ORTOGRÁFICAS

A escrita do português participa do sistema alfabético, que a liga aos sons que produzimos ao falar. A ortografia tem a palavra como unidade e cumpre a função de neutralizar as diferenças dos falares; isso garante a fluidez da leitura que, assim, se guia pelos sentidos e não pelos sons. A escrita, por sua vez, pela norma ortográfica, se automatiza, facilitando a produção do usuário (MASSAINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2008). Há uma perda considerável para os alunos que não a dominam.

A ortografia pretende a neutralização da variação linguística, uma vez que seu propósito é a comunicação entre os homens através da leitura; não seria possível à escrita representar os diferentes falares de qualquer língua. O Alfabeto Fonético Internacional (AFI), sim, mapeia os sons falados nas diversas línguas do planeta, mas seu objetivo não é a comunicação, é estudar as mudanças das línguas no tempo.

A norma ortográfica tem caráter prescritivo e arbitrário, nasce de negociação social (MORAIS, 1999). A unificação que resultou, no Brasil, no Decreto 6.583 de 2008, teve disputa, como todas as normas que vieram antes tiveram, o que põe em cheque sua pretensa neutralidade. A disputa é sempre a mesma: qual pronúncia deve ser privilegiada na escrita? Um sistema misto de grafia foi a solução para o acordo assinado em 1990 (CAGLIARI, 2015). Para muitos portugueses, o acordo é visto como uma imposição brasileira, que teria tido sua pronúncia privilegiada.

O que sempre pautou as escolhas da norma, em qualquer época, é a língua hoje denominada “cultura”, “padrão”, “de prestígio”, a que é falada pela parcela com maior poder político, econômico e cultural.

A ortografia, hoje, alimenta preconceitos na sociedade, o que encobre sua função de facilitadora da comunicação e prejudica o processo de ensino e aprendizagem. A escola tem a obrigação de ensinar seus alunos a escrever de forma competente; a correção ortográfica é apenas uma pequena parte disso. No entanto,

quanto mais a sociedade julga os alunos pela sua competência ortográfica, tanto mais a escola deve municiá-los desse conhecimento.

A escrita do tupi clássico, falado na costa brasileira quando os portugueses chegaram, foi formulada por cronistas e missionários que aqui estiveram nesse primeiro período de colonização, como José de Anchieta, Luís de Figueira, André Thevet, Jean de Léry, Claude d'Abbeville (MUSSA, 2009; NAVARRO, 1998). Anchieta e Figueira escreveram gramáticas dessa língua; o que tinham em mãos para isso era o sistema alfabético e um conjunto de grafias. O princípio ortográfico que imperava na língua portuguesa de então era o do pseudoetimológico. O modelo em voga era o da gramática latina, com seu sistema de categorias gramaticais. Navarro (1998) identifica, no entanto, em Anchieta, uma originalidade que o afasta da tendência latinizante da época. De todo modo, tanto Anchieta quanto Figueira só poderiam escrever uma gramática descritiva da língua em processo de registro.

Schmidt-Riese (2016, p. 49-50) entende que, além do objetivo de evangelização na língua local, havia “um interesse de erudição” para “comprovar que escrever uma gramática do português era possível”; as gramáticas do tupi foram escritas em português e propiciaram uma reflexão comparativa entre as línguas, o que fortaleceu tal ideia.

Os fonemas desconhecidos aqui encontrados foram resolvidos pela combinação de grafias (dígrafos, diacríticos) e incorporação de grafemas de origem greco-latinos, como as letras Y e K. O tupi fundido no português participou das simplificações ortográficas que ocorreram no decorrer dos últimos séculos. As palavras incorporadas seguem os princípios que regem todas as palavras da língua: é assim que “iakaré”, por exemplo, conforme registrou Anchieta, hoje se escreve “jacaré”.

NA SALA DE AULA

O intento deste trabalho está focado na ortografia, mas não despreza o tratamento amplo e multidisciplinar que todo objeto de estudo pode receber na sala de aula. Ao invocar uma língua que já foi a mais falada no território nacional, há implicações que não podem ser ignoradas. São implicações históricas, geográficas, filosóficas, sociais, ecológicas que não são desenvolvidas nesta oportunidade, mas que pedem a participação de outros atores, os professores de outras disciplinas. Aqui, a identificação de tupinismos no PB se faz a partir de gêneros discursivos como letra de música, catálogos ornitológicos e verbetes de dicionários.

Cosson (2014), ao propor um trabalho pedagógico com o texto literário, indica a propriedade de se aproximar do objeto a partir do que chama “motivação”. Afirma que se deve partir do mais simples em direção ao mais complexo. Com esse princípio, a sugestão para aproximação com o tema na sala de aula se dá pela via musical.

Audições musicais, acompanhadas das letras das músicas, propiciam uma interação oral-escrita privilegiada para maturação da consciência fonológica (FERREIRO, 2013). A canção *Tu tu tu tupi*, de Hélio Ziskind, é a sugestão motivadora inicial, seguida de *Passaredo*, de Chico Buarque de Holanda .

A canção de Ziskind vai direto ao tema: a presença do tupi no português. Narra a nomeação dada pelos indígenas a frutas e comidas (“jabuticaba, caju, maracujá/ pipoca, mandioca, abacaxi”), animais (“tamanduá, urubu, jaburu/ jararaca, jiboia, tatu / arara, tucano, araponga, piranha/ perereca, sagui, jabuti, jacaré”), lugares

(“Maranhão , Maceió, Macapá, Marajó/ Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí/ Jundiá, Morumbi, Curitiba, Parati / Butantã, Tremembé, Tatuapé”) e esclarece o significado do topônimo Tatuapé (“caminho do tatu”). As palavras listadas, definitivamente lexicalizadas no PB, orientam a motivação inicial no caminho de uma reflexão com os alunos (por que esse vocabulário sobreviveu?, o que nomeiam?).

Com a canção Passaredo, a sequência se aproxima de questões da escrita. Pela audição, concomitante com a leitura da letra, surgem os empréstimos, na nomeação das aves: uirapuru, saíra, inhambu, patativa, tuim, tiê, macuco, tico-tico, anum, sanhaço, juriti.

Com esse grupo de palavras, parte-se para uma reflexão, com os alunos, sobre a escrita das palavras. No grupo <uirapuru>, <inhambu>, <macuco>, <tico-tico> e <sanhaço>, por que algumas terminam com <u> e outras com <o>, se pronunciamos [u] em todas elas?

É comum o acentamento da vogal átona se refletir na escrita de alguns alunos (escreveriam “sanhaçu”, “macucu” e “ticu-ticu”, por exemplo). Nesse ponto, passa-se para a consciência fonêmica, a mais sutil na escala fonológica, que se desenvolve necessariamente na presença da escrita. Soares assim explica tal relação: “consciência fonêmica não é determinante da aprendizagem da escrita, também não é consequência da aprendizagem da escrita, mas as relações são de interação, de reciprocidade (SOARES, 2016, p. 206, grifos da autora). Nesse caso, a regra ortográfica a ser entendida pelos alunos é de alta regularidade: as paroxítonas terminadas em /u/ são grafadas com <o>.

O próximo passo sugerido põe os alunos no campo de pesquisa. Pelo viés dos nomes tupis de aves, é solicitado um trabalho em equipe no qual os alunos vão pesquisar em materiais disponíveis na web. Alguns guias sobre aves de diversas regiões brasileiras, são as fontes de pesquisa:

1. Aves do Acre.
2. Aves da cidade de São Paulo.
3. Aves da Estação Ecológica de Carijós.
4. Aves da Mata Atlântica do Nordeste.
5. Aves migratórias do Pantanal.
6. Aves da RPPN Alto-Montana
7. Guia de aves da Fundação Ezequiel Dias.
8. Guia de aves Mata Atlântica Paulista.
9. Guia das aves Parque Natural Municipal da Atalaia.
10. Guia de campo: Aves do Parque Nacional do Cabo Orange.
11. Que bichos moram no Jardim Botânico do I. B.? Série Aves.

Mais uma vez, os alunos estarão expostos a uma riqueza de informações que vai muito além de um trabalho apenas sobre ortografia. Para manter aqui o recorte proposto, os alunos devem ser orientados para selecionar e listar nomes que julguem ter origem tupi. Pesquisados em dicionários, os verbetes confirmam ou não a suposição inicial.

As escolas públicas receberam, em 2012, dicionários estudantis pelo Programa Nacional do Livro Didático – Dicionários. São cinco títulos para o EF II (de 19.000 a 30.000 verbetes) e quatro para o Ensino Médio (de 40.000 a 100.000 verbetes). Não todos incorporam informações etimológicas, sua adequação para esta atividade precisa ser confirmada pelo professor. As escolas também possuem pelo menos um volume do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da

Cunha. Está disponível on line a edição de 1966 do Instituto Nacional do Livro do Dicionário Etimológico Resumido, de Antenor Nascentes . Algumas escolas podem ainda possuir os clássicos “Aurélio” e “Houaiss”, com seus mais de duzentos mil verbetes e informações sobre as origens de algumas palavras.

Até aqui, não se espera que os alunos consigam perceber com clareza palavras que soem ter origem tupi, mas é provável que comecem a ampliar sua percepção com esta atividade. O objetivo maior é desenvolver a habilidade de utilizar os dicionários com competência, o que favorece a autonomia para a escrita ortográfica, entre outros benefícios.

A orientação do professor será a base para que os alunos aprendam a usar plenamente os dicionários. Bagno (BRASIL, 2012) participou da elaboração de um material para professores da rede pública sobre o uso de dicionário na sala de aula que pode ser útil para essa organização. Sem entrar em detalhes, é preciso mencionar que os alunos, para além de aprender a localizar os verbetes, em suas formas preferenciais, nos dicionários, necessitam entender como cada dicionário se organiza, ler as orientações dos autores expostas nas primeiras páginas e o significado das abreviaturas. Não pode haver dúvida, os alunos estarão pesquisando informações etimológicas, uma tarefa complexa e provavelmente inusitada para eles.

Resumidamente, o passo a passo do uso do dicionário tem a sequência: 1- seleção e listagem (um guia de aves por grupo) dos nomes “suspeitos” de terem origem tupi; 2- confirmação (com a “tradução”, se houver) ou descarte de cada nome selecionado; 3- troca de informações com os outros grupos para levantamento dos verbetes confirmados e possível aumento na listagem de nomes de cada grupo; 4- apresentação oral dos grupos com as informações selecionadas e sistematizadas (de forma digital, com imagens, ou não).

Terminada essa sequência, o professor passa a dirigir nova reflexão sobre a variedade escrita da língua usando as listagens feitas pelos alunos.

A partir da ideia de que o tupi era uma língua ágrafa e que foi registrada por alguns viajantes que por aqui estiveram , surgem as questões ligadas à ortografia. Todos os nomes de origem tupi retirados dos guias de aves seguem no quadro abaixo. Só foram inseridos aqueles abonados por Holanda (1975), como já mencionado. Num mesmo guia, só se repetem os nomes que sejam compostos por qualificadores de origem tupi.

GUIA 1 - Aves do Acre

acauã	biguá	inhambuguaçu
anambé-una	biguatinga	iratauí
andorinhao do buriti	caburé	iraúna
anhuma	caracará	irerê
anu-coroca	cauré	jacamim-de-costas-brancas
araçari-castanho	corruíra	jaçanã
aracuã	cotinga-de-garganta-encarnada	jacu-estalo
arapaçu-pardo	curica	jacutinga-de-garganta-azul
arapapá	curió	japacanim
araracanga	gavião carijó	japim-da-selva
arara canindé	gavião do igapó	japuaçu
ariramba	guaracava-grande	japu-verde
bacurau-rabo-de-seda	guaracavuçu	jutiti-pupu
batuíra-de-esporão	guaxe	macucau
batuiruçu	inhambu-anhangá	macuru
	inhambu-carijó	mãe-de-taoca-de-cauda-barrada

maracanã-guaçu	sanhaçu-vermelho	tiriba-rupestre
maracanã-do-buriti	saracura-três-pontes	tovacuçu-xodó
maria-mirim	savacu	tucano-de-papo-grande
murucututu	socó-boi	tuim
mutum-de-fava	socói zigue-zague	tururim
papa-capim-preto-e-branco	suiriri-de-garganta-branca	uiracu-falso
peitica	surucuá	uirapuru-azul
picaparra	tanatau	uru-corcovado
pipira-de-bico-vermelho	taperuçu-de-mento-branco	urubu-de-cabeça-vermelha
rolinha-picui	tapicuru-de-cara-pelada	urumutum
sabiá-de-óculos	tico-tico	urutau-de-asa-branca
saci	tiê-preto-e-branco	xexéu
saí-canário	tietinga	
saíra-de-chapéu-preto	tinguaçu-ferrugem	

GUIA 2 - Aves da cidade de São Paulo

araçari	jacu-guaçu	savacu
arapaçu-de-bico-torto	jacutinga	socozinho
araponga	macuco	suiriri
biguá	maracanã	surucuá
biguatinga	murucututu pequeno	tangará
caracará	peitica	tico-tico
choca-da-taquara	quiri-quiri	tiê-preto
chopim	sabiá-cica	tiriba-de-testa-vermelha
corruíra	sabiá-poca	tucano-de-bico-verde
gavião-carijó	sabiá-una	tuim
guaracava-de-barriga-amarela	saí-canário	urubu-de-cabeça-preta
irerê	saíra-viúva	urutau
jaçanã	sanhaçu-cinzento	

GUIA 3 - Aves da Estação Carijós

anu-branco	inhambuguaçu	sanhaçu-do-coqueiro
aracuãarapaçu-verde	irerê	saracura-sanã
bacurau	irerê jaçanã	savacu
batuira-de-bando	juriti-pupu	socozinho
batuiruçu	macuquinho	suindara
biguá	macuco	suiriri
biguatinga	peitica	tangará-dançador
capitão-de-saíra	piru-piru	taperuçu-de-coleira-branca
capororoca	quiriquiri	tapicuru-de-cara-pelada
carcará	rolinha-picuí	tico-tico
caraúna-de-cara-branca	sabiá-poca	tié-sangue
corruíra	sabiá-una	tiriba-de-testa-vermelha
curicaca	saci	tucano-de-bico-preto
gavião-carijó	saí-azul	tuim
guaracava-de-bico-curto	saíra-sapucaia	urubu-de-cabeça-preta
guaracavuçu	sanã-carijó	

GUIA 4 - Aves da Mata Atlântica do Nordeste

acauã	jacupemba	saíra-militar
anambé-de-asa-branca	japacanim	surucuã-grande-de-barriga-amarela
arapaçu-de-garganta-amarela	macuco	tangará-rajado
araponga	murucututu	tiê-sangue
curica	mutum-de-bico-vermelho	tiriba-grande
ipecuá	papa-taoca-do-sul	tucano-de-bico-preto
jaçanã	sabiá-laranjeira	xexéu

GUIA 5 - Aves migratórias do Pantanal

anhinga	capororoca	tabicuru-de-cara-pelada
batuiraçu	curicaca	tabuiaia
biguá	irerê	socó-boi
biguá-tinga	jaçanã	

GUIA 6 - Aves da RPPN Alto-Montana

acauã	maitaca-verde	tangarazinho
anambé-branco-de-rabo-preto	maracanã-verdadeira	taperuçu-de-coleira-branca
arapaçu-rajado	murucututu-de-barriga-amarela	tauató-pintado
araponga	pavó	tico-tico
bacurau-de-telha	pipuí	tiê-sangue
caburé	sabiá-una	tiriba-de-testa-vermelha
cauré	saci	tororó
corruíra	sai-azul	tovaca-de-rabo-vermelho
falcão-caburé	saíra-lagarta	tucano-de-bico-verde
guaracava-de-barriga-amarela	sanhaçu-de-fogo	tucanuçu
guaxe	saracura-do-mato	tuim
inhambuguaçu	seriema	uru
jacuaçu	suindara	urubu-rei
japu	surucuá-variado	
juriti-pupu	tangará	

GUIA 7 - Guia de aves da Fundação Ezequiel Dias

anu-branco	periquitão-maracanã	saíra-amarela
anu-preto	peitica	sai-andorinha
cambacica	quiriquiri	suiriri
carcará	sabiá-barranco	suiriri-cavaleiro
corruíra	sabiá-do-campo	tiziu
gavião-carijó	sabiá-poca	tucanuçu
graúna	sanhaçu-cinzeno	tuim
guaracava-de-barriga-amarela	sanhaçu-do-coqueiro	urubu de cabeça preta
papa-capim-de-costas-cinzas	sabiá-laranjeira	
	sai-azul	

GUIA 8 - Guia de aves da Mata Atlântica Paulista

acauã	irré	sanã-carijó
anambezinho	jaçanã	sanhaçu-pardo
anu-preto	jacuaçu	saracura-lisa
araçari-poca	jacutinga	savacu
arapaçu-liso	jacupemba	seriema
araponga	japacanim	socó-boi
ariramba-de-cauda-ruiva	japu	socoí-vermelho
bacurau	juriti-pupu	socozinho
bico-virado-carijó	juruva-verde	sovi
biguá	juruviara	suiriri
biguatinga	macuco	surucuá-variado
caburé	macuru	tangará
capitão-de-saíra	maitaca-verde	tangarazinho
caracara	murucututu-de-barriga-	taperuçu-preto
chocão-carijó	amarela	tauató-pintado
chopim-do-brejo	papa-taoca-do-sul	tico-tico-da-taquara
corruíra	pararu-espelho	tietinga
cuiú-cuiú	pariri	tiriba-de-testa-vermelha
curica	periquitão-maracanã	tororó
curutié	petrim	tovacuçu
gavião-carijó	peítica	tucano-de-bico-preto
graúna	pipuí	tuim
guaracavuçu	quiriri	uiraçu-falso
guaracava-cinzenta	sabiá-una	uru
guaxe	saci	urubu-de-cabeça-preta
inhambuguaçu	saí-andorinha	
iraúna-grande	saíra-sapucaia	

GUIA 9 - Guia das aves do Parque Natural Municipal da Atalaia

Aracuã	Pariri	Suiriri
Arapaçu-rajado	Peítica	Tangará
Corruíra	Picapauzinho-verde-carijó	Tapicuru-de-cara-pelada
Guaracavuçu	Pitiguari	Tico-tico
Irré	Sabiá-poca	Tiê-preto
Juruviara	Saí-azul	Tiriba-de-testa-vermelha
Macuco	Saíra-militar	Tiririzinho-do-mato
Macuru	Sanhaçu-cinzento	Tucano-de-bico-verde
Maitaca-verde	Saracura-do-mato	Urubu-de-cabeça-preta

GUIA 10 - Aves do Parque Nacional Cabo Orange

acauã	arara-canindé	capitão-de-bigode-carijó
anacã	ariramba-de-bico-amarelo	capitão-de-saíra-amarelo
aracuã-pequeno	bacurau	caracará
anhuma	batuíra- bicuda	caraxué
anambé-una	batuiruçu-de-axila-preta	cauré
anu-coroca	biguá	chincoã-pequeno
araçari-negro	biguatinga	corruíra
arapaçu-pardo	caburé-da-amazônia	cricrió

curicaca	maguari	socoí-vermelho
curió	maitaca-roxa	socozinho
gavião-carijó	maracanã-do-buriti	suiriri
guará	maracanã-guaçu	surucuá-pequeno
guaracava-de-barriga-amarela	mutum-poranga	tangará-falso
guaxe	patativa	tico-tico
inhambu-anhangá	paturi-preta	tinguaçu-ferrugem
inhambu-preto	periquitão-maracanã	tovaca-patinho
ipecuá	pipira-preta	tovacuçu
iratauá-pequeno	sabiá-da-mata	tucanuçu
iraúna-grande	saci	tuim-de-bico-escuro
irerê	saí-azul	tuiuí
jacamim-decostas-cinzentas	saíra-negaça	tururim
jacana	sanã-amarela	uirapuru-estrela
jacumirim	sanhaçu-do-coqueiro	urubu- rei
jacutinga-de-garganta-azul	saracura-três-potes	urubuzinho
japacanim	savacu	xexéu
japu	socó-boi	

GUIA 11 - Que bichos moram no Jardim Botânico do I. B.?

anu	guaracavaçu	saci
anu-preto	guaxe	saí
arapaçu-do-cerrado	irré/ irrê	saíra
bacurau	jaçanã	sanhaçu-cinzeno
bico-virado-carijó	jacupemba	saracura-do-mato,
biguá	japu encontro	seriema
biguatinga	juriti-gemedeira	suiriri
caracará	juriti-pupu	tangará
carcará	peítica	tico-tico
corruíra	periquitão-maracanã	tiê
gavião-carijó	picapauzinho-verde-	tucanuçu
gralha-picaça	carijó	tuim
guaracavaçu	pipira-vermelha	urubu-de-cabeça-preta
guaracava-de-barriga-	quiri-quiri	urutau-comum
amarela	sabiá-poca	

Esta listagem, como dito, recupera todos os nomes de origem tupi nos guias. É a partir dela que se propõe o trabalho fonético-fonológico sobre a escrita do português.

O mote inicial pode ampliar o grupo de nomes, tirados de Passaredo, terminados com o fonema /u/. Em trabalho coletivo, as palavras serão agrupadas segundo sua entoação e sua escrita. Consciência silábica, identificação do acento tônico na palavra e consciência fonêmica são requisitados para isso. Dessa vez, os alunos não terão o apoio da escuta, e a maioria das palavras supostamente estarão sendo vistas pela primeira vez. Na canção há "sanhaço", por exemplo, que não apareceu nos guias; neles, por sua vez, aparece "sanhaçu". O dicionário também registra "macuco" e "macucu" (nome de árvore). Os pares de palavras representam o mesmo som e a mesma entoação? Os alunos estarão sendo solicitados no sentido da leitura, que, no português, é mais transparente do que no sentido da escrita (SOARES, 2016). Mesmo sendo mais fácil, a leitura exige leitores competentes, o que inclui o nível da ortografia.

Do tupi vêm muitas oxítonas, entre elas as terminadas em /u/, grafadas com <u>, como manda a regra. Na listagem, aparecem poucas paroxítonas terminadas em <o>, a maioria é de base portuguesa, nas palavras compostas.

Nas oxítonas terminadas em <u>, os alunos podem notar a repetição do sufixo -açu, ou uçu, que significa "grande". O /s/ é o menos transparente dos fonemas no sentido da escrita do português.

A não percepção do traço de vozeamento de algumas consoantes é um dos problemas recorrentes refletidos na escrita de alguns alunos. Algumas dessas consoantes têm correspondência biunívoca, há regularidade entre os fonemas e seus grafemas, há transparência tanto na leitura quanto na escrita. Trata-se dos pares de fonemas /b/ e /p/; /v/ e /f/; /t/ e /d/. Outros pares de consoantes que têm o traço de vozeamento como única diferença não têm a mesma transparência no sentido da escrita. São eles: /k/ e /g/; /ʒ/ e /ʃ/; /s/ e /z/. Ocorre que esses alunos não percebem o uso das cordas vocais, que diferencia esses pares de fonemas. Em tudo o mais, sua emissão é igual: o modo e o ponto de articulação são os mesmos. O próximo passo tenta tratar dessa percepção.

No Guia 1 encontramos "tapicuru-de-cara-pelada" e no Guia 5, "tabicuru-de-cara-pelada", para o mesmo pássaro. O que há de igual? O que há de diferente?

Embora estejamos longe do tupi antigo, fonemas se perderam e se moldaram, os primeiros registros foram feitos por pessoas que ouviram e escreveram o que ouviram (além de terem seus ouvidos treinados nas suas respectivas línguas e não no tupi). Pode ser que hoje, como no século XVI, haja duas maneiras de pronunciar. Ou não. Pode ser que quem escreveu o Guia 5, do Pantanal, tenha escrito errado, ou tenha ouvido mal, ou ambos, já que o dicionário (AURÉLIO, 1975) e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, VOLP, só atestam "tapicuru". A partir dessas duas palavras, que diferem pelo traço de vozeamento de um único fonema, os alunos podem ser convidados a observar esse traço nesse e em outros fonemas que igualmente diferem pelo mesmo traço.

Perceber o traço de vozeamento de um fonema pode ser conseguido pela percepção tátil. Os fonemas mais contínuos, como os pares /f/ e /v/, /ʒ/ e /ʃ/ e /z/ e /s/ e são mais fáceis. Colocando-se a mão no pescoço, ou no rosto, ou na cabeça, pode-se sentir a vibração das cordas quando /v/, /ʒ/ e /z/ são emitidos. Começando por esses três pares, perceber os outros três pode ser facilitado.

O desenvolvimento da consciência fonológica se dá com a participação da escrita. Os alunos podem então montar pares de palavras que contemplem os fonemas citados. Por exemplo:

- biguá - pariri
- suindara - tiê
- guaracava - ø
- guará - corruíra
- jaçanã - guaxe
- tiririzinho - saíra

Essa atividade pode se estender para a escrita espontânea de palavras comuns. Cada aluno escreveria um conjunto com seis pares de palavras que contenham os pares de fonemas analisados em várias rodadas, cada rodada abrangendo palavras sobre um tema escolhido.

Uma atividade final pode se dar pela observação de pássaros, incluindo o registro de imagens, com fotos, desenhos (e binóculos, se possível) para mapear a sua

frequência nas redondezas da escola e/ ou do bairro. Pode-se conferir se os pássaros vistos estão nos catálogos e receberam nomes indígenas, e pode-se criar um catálogo próprio, montado com as observações dos alunos e apoiadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da ortografia com alunos que estão nos anos finais do ensino fundamental e apresentam problemas de escrita pode ser feito sem que os alunos em defasagem se sintam constrangidos a efetuar tarefas diferentes das dos demais alunos. Uma vez que as normas ortográficas são estabelecidas no nível da palavra, estudar o tupi presente no léxico do PB pode ser, além da importância do estudo do tupi em si, uma maneira de encaminhar o objetivo de superação de problemas de aquisição da escrita ortográfica.

As atividades aqui propostas, usando canções, letras de músicas, catálogos e dicionários são muito pouco, perto do que um bom estudo da língua tupi no PB pode oferecer. As possibilidades de trabalho, mesmo num recorte visando apenas a ortografia, podem ser mais amplas. Não foram considerados aqui o vocabulário da fauna aquática e terrestre, da flora, o vocabulário ligado à alimentação. Tampouco foi considerada a toponímia, que tem uma rica abrangência linguística e histórica. Ausente também esteve a fraseologia de origem tupi; o seu caráter popular garante uma fácil aceitação entre os alunos. O encontro entre essa língua e os alunos com atraso na aprendizagem, enfim, tem fôlego para ir muito mais longe.

A ausência do estudo do tupi na educação básica, pela falta de material didático adequado e pela falta de formação dos professores representa um prejuízo para todos, oxalá seja uma situação de reversão próxima.

NOTAS

(1) Optamos pela denominação “tupi” como designação geral da língua, seguindo uma tendência comum, mais popularizada. Ela vem sendo identificada por especialistas como tendo duas variedades, denominadas “tupi” e “tupinambá” (RODRIGUES, 2016, NAVARRO, 1998). Dietrich (2016, p. 9-10) indica o século XIX como o início dessa tradição, tendo o tupi uma “realidade linguística complexa”; o tupinambá, ou “tupi antigo”, foi base para as línguas gerais coloniais, tendo sido então documentado. Dietrich e Noll (2016, p. 89) comentam ainda que “muitas vezes é difícil saber com certeza a origem de uma determinada palavra, se vem da língua brasílica, da língua geral paulista, língua geral amazônica ou do nheengatu”, o que indica a complexidade da questão e a necessidade de o professor ser cuidadoso com o que apresenta a seus alunos.

(2) Fargetti e Miranda (2016), em estudo que aborda a presença de línguas indígenas em materiais didáticos, incluindo a “influência lexical do Tupi no português brasileiro” (id., p. 80), constatam “descaso” com a temática, tanto pela ausência (em cerca de 90% dos casos), quanto pela quantidade de equívocos entre os poucos que abordam a diversidade

linguística. Note-se que nesses números as autoras tratam das línguas indígenas em geral, e não somente ao léxico do Tupi no PB.

(3) No canal You Tube há versões audiovisuais com e sem as letras das músicas. As letras podem ser encontradas nos sítios dos autores: <http://www.helioziskind.com.br/index.php?mpg=08.00.00&nfo=3&leta=T> e http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=passared_75.htm.

(4) Noll (2016, p. 64) considera incerta a procedência do topônimo, que poderia vir do espanhol. Seria frutífero trazer essa discussão com jovens alunos? Estaríamos no campo do rigor metodológico da Etimologia, que Viaro (2004, p. 335) resume em cinco fontes de conhecimento: da estrutura e do léxico da língua-fonte, do momento do contato entre as línguas, da datação do texto que comprova o étimo, das modificações regulares na passagem de uma língua para outra, da frequência do uso da palavra.

(5) Pronúncia considerada no contexto da capital paulista. É o que se ouve também nas gravações disponíveis on line.

(6) Os guias estão disponíveis, respectivamente, em: <http://www.ufac.br/editora/avesdoacre/aves.pdf>; http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/publicacoes/guia_aves.pdf; http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_Guia_de_Aves_da_ESEC_Carijós_web_comp.pdf; <http://www.savebrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Guia-Aves-da-Mata-Atlantica-do-Nordeste.pdf>; <http://www.terrabrasis.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/Abril/09-Aves%20migratorias.pdf>; <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2014/07/AVES-DA-RPPN-ALTO-MONTANA.pdf>; http://www.funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2011/07/GUIA-DE-AVES-FUNED-Versão-Net_final.pdf; http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/guia_de_aves_mataatlantica_wwfbrasil.pdf; <http://famai.itajai.sc.gov.br/download.php?id=199>; <http://www.terrabrasis.org.br/ecotecadigital/pdf/aves-do-parque-nacional-do-cabo-orange.pdf>; [http://www2.ibb.unesp.br/Museu_Escola/Ensino_Fundamental/Animais_JD_Botanico/aves/documentos/anexos/GUIA_de%20Aves_JB\(out-2011\).pdf](http://www2.ibb.unesp.br/Museu_Escola/Ensino_Fundamental/Animais_JD_Botanico/aves/documentos/anexos/GUIA_de%20Aves_JB(out-2011).pdf). Acessos em 12/01/2018.

(7) O dicionário de Nascentes está disponível em doze diferentes formatos de arquivos, na biblioteca digital do projeto Internet Archive, em: <https://archive.org/details/DICIONARIOETIMOLOGICORESUMIDODALINGUAPORTUGUESAANTENORNASCENTES> (acesso em 13/01/2018). Como está salvo como imagem, se for baixado no programa Adobe (.pdf) no computador, as buscas ficam mais amigáveis.

(8) Aqui a questão da multidisciplinaridade novamente se impõe. Aprofundar o estudo, mesmo linguístico, pela presença e intenções e trabalho dos viajantes será uma opção do professor. Pelo viés linguístico, Noll (2016) esclarece o tema analisando os empréstimos registrados no século XVI.

(9) Os fonemas /z/ e /ʃ/ correspondem, respectivamente, a jovem e chave.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Com direito à palavra: dicionários na sala de aula*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12059-dicionario-em-sala-de-aula-pnld-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 jan.2018.

CAGLIARI, L. C. *Aspectos teóricos da ortografia*. In: SILVA, M. (Org.) *Ortografia da Língua Portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2015.

COSSON, R. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2014.

DIETRICH, W.; NOLL, V. O tronco tupi e as suas famílias de línguas Classificação e esboço tipológico. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 9-23.

DIETRICH, W.; NOLL, V. O papel do tupi na formação do português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 81–103.

FARGETTI, C. M.; Miranda, T. G. Plurilinguismo: a diversidade que não é abordada nos livros didáticos. *Revista Letras Raras*, v. 5, p. 79-88, 2016.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRO, E. *O ingresso na escrita e nas culturas do escrito*. São Paulo: Cortez, 2013.

HOLANDA, A. B. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1975.

MASSINI-CAGLIARI, G. CAGLIARI, L. C. *Diante das letras: a escrita na alfabetização*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

MORAIS, A. G. (Org.) *O aprendizado da ortografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MUSSA, A. *Meu destino é ser onça*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

NOLL, V. Os primeiros empréstimos tupis no português do Brasil. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 61–80.

PADOVANI, M. Â. *A escrita ortográfica no sexto ano do Ensino Fundamental*. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8162/tde-08022017-131126/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

RODRIGUES, A. D. I. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 27-47.

SCHMIDT-RIESE, R. Anchieta 1595 e Figueira 1621. Representações da gramática do tupinambá. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Orgs.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 50–59.

SOARES, M. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.

SPINILLO, A. G.; MOTA, M. P.; CORREA, J. Consciência metalinguística e compreensão de leitura: diferentes facetas de uma relação complexa. Curitiba: *Educar em Revista*, v. 38, dez. 2010, p. 157-171. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602010000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2015.

VIARO, M. E. *Manual de Etimologia do Português*. São Paulo: Globo, 2004.